

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Victor José Alves Fernandes

FRAGMENTOS DE REVOLTA:

apontamentos sobre a insurgência de black blocs em Belo Horizonte

Belo Horizonte
Fevereiro – 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Victor José Alves Fernandes

FRAGMENTOS DE REVOLTA:

apontamentos sobre a insurgência de black blocs em Belo Horizonte

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Yuriy Castelfranchi.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Yuriy Castelfranchi (FAFICH/UFMG) – orientador
Profa. Dra. Yumi Garcia dos Santos (FAFICH/UFMG)
Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira (FAFICH/UFMG).
Prof. Dr. Renarde Freire Nobre (FAFICH/UFMG) – suplente

301 Fernandes, Victor José Alves
F363f Fragmentos de revolta [manuscrito] : apontamentos sobre
2016 a insurgência de black blocs em Belo Horizonte / Victor José
 Alves Fernandes. - 2016.
 191 f. : il.
 Orientador: Yuriy Castelfranchi.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
 Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
 Inclui bibliografia.

 1.Sociologia – Teses. 2. Movimentos de protestos –
 Teses. 3.Anarquismo e anarquistas - Teses. 4.Mobilização –
 Teses.5. Violência – Teses. I. Castelfranchi, Yuriy. II.
 Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
 Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

VICTOR JOSÉ ALVES FERNANDES

Aos 11 (onze) dias do mês de março de 2016 (dois mil e dezesseis), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: **"Fragmentos de Revolta: apontamentos sobre a insurgência de black blocs em Belo Horizonte"**. A banca foi composta pelos professores doutores **Yuriy Castelfranchi** (Orientador - DSO/UFMG), **Yumi Garcia dos Santos** (DSO-UFMG) e **Marcus Abílio Gomes Pereira** (DCP-UFMG).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação

Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 11 de março de 2016.


Prof. Dr. Yuriy Castelfranchi (Orientador / DSO-UFMG)


Profa. Dra. Yumi Garcia dos Santos (DSO-UFMG)


Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira (DCP-UFMG)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Yurij pela orientação paciente e atenciosa, e pela postura distinta como professor de Sociologia.

A todo mundo do InCITE – Grupo de Investigações em Cidadania, Inovação e Tecnociência.

À Letícia e ao Tiago pelos momentos de pesquisa com os movimentos sociais de Belo Horizonte.

À professora Yumi dos Santos, ao professor Marcus Abílio e ao professor Renarde Nobre, por aceitarem o convite de participar da banca.

À Aline Corrêa, que gentilmente disponibilizou algumas fotos suas para este trabalho.

Ao pessoal da pós, principalmente a Carol, pela parceria ao longo do mestrado e pelas bobagens faladas em botecos.

Ao Bruno, à Hannah, ao André, ao Greg, ao Miguel e ao Barbi, pelas agradáveis conversas, pelo apoio e mensagens motivacionais em horários inconvenientes.

Ao pessoal do Delicinha, que dispensa comentários.

Aos meus pais, pelo carinho e suporte nas horas mais difíceis, e suas respectivas linhagens, que possibilitaram que eu chegasse até aqui.

À Rafa, serena e amorosa companheira de todos os momentos.

E a todos aqueles, numerosos e anônimos, cujo suor deu ensejo à realização desta pesquisa.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar as insurgências de black blocs na cidade de Belo Horizonte nos anos de 2013 e 2014. Mais especificamente, voltamos nossa atenção para os processos que possibilitaram as manifestações dos blocos, buscando apreender o sentido atribuído às suas ações por alguns de seus participantes. Para isto, em primeiro lugar localizamos as manifestações de black blocs belo-horizontinos na interseção entre as definições e análises correntes sobre este tipo de ação direta e o contexto histórico, político e social brasileiro no qual black blocs emergiram. Segundo, analisamos dados provenientes de entrevistas semiestruturadas com alguns de seus militantes, contrapondo-os às nossas percepções em campo como observadores participantes em protestos, assembleias de ativistas, eventos de sociabilidade etc. Black blocs em Belo Horizonte, até certo ponto, são passíveis de serem analisados por meio dos quadros conceituais propostos pela literatura especializada, apresentando-se como uma tática militante, autônoma e horizontal de autodefesa para manifestantes, que sob a proteção do anonimato engajam-se em ações simbólicas de crítica ao sistema político-econômico vigente. Por outro lado, os blocos insurgentes na capital mineira herdaram um histórico de lutas sociais específico, sendo atravessados por dinâmicas ideológicas, de classe e identidade que pouco têm que ver com suas versões estadunidenses, canadenses e europeias. Além disso, processos de transformação social recentes, associados em grande medida à emergência de novos parâmetros orientadores de avaliações pessoais e políticas, e a ascensão e popularização de tecnologias de informação e comunicação, têm levado black blocs à mobilização por vias outras que não a dos tradicionais grupos de afinidade.

Palavras-chave: black bloc; anarquismo; mobilização; ação direta; violência política.

ABSTRACT

This work aims to investigate the insurgencies of black blocs in the city of Belo Horizonte in the years of 2013 and 2014. More specifically, we draw attention to the processes that made possible the emergence of the blocks, trying to apprehend the meaning of their actions to some of the militants. In order to accomplish our objectives, in the first place we localize the demonstrations of black blocs in the intersection between the current definitions and analysis on this sort of direct action and the historical, political and social context in which they emerged. Secondly, we analyze a corpus of data obtained from semi-structured interviews with some of the blocs' participants articulating it with our perceptions as participant observers in protests, activist assemblies, events of sociability etc. Black blocs in Belo Horizonte seem to fit in conceptual frames as proposed by specialized literature up to a certain point, showing themselves as a militant, autonomous and horizontal self-defense tactic, whose activists engage anonymously in symbolic actions to denounce the political and economic system. On the other hand, insurgent blocs in the city have as a heritage a specific history of social struggles and are crossed by ideological, class and identity dynamics that have little to do with their American, Canadian and European versions. In addition to that, recent social change processes partly associated to the rising and popularization of information and communication technologies have led black blocs to ways of mobilization that differ from the traditional affinity groups.

Keywords: black bloc; anarchism; mobilization; direct action; political violence.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1	8
Maio de '68, na Alemanha e alhures.....	10
A Autonomia Italiana.....	13
O Movimento Autonomen	18
Do autonomismo ao anarquismo? Black blocs nas Américas e na Europa após 1990	28
Sobre Anarquismo(s).....	36
Capítulo 2	55
Uma breve avaliação das lutas sociais no Brasil: antecedentes do anarquismo	56
Ascensão e declínio do anarquismo no Brasil.....	60
Movimentos sociais e anarquismo: da ditadura militar à redemocratização	68
O anarquismo no Brasil e em Belo Horizonte no século XXI.....	73
Os protestos de junho de 2013 e novas formas de mobilização social	83
Capítulo 3	97
Procedimentos metodológicos	97
Os sujeitos entrevistados	105
Fragmentos de black blocs: a análise temática das entrevistas	116
Mobilização	118
Ação direta (ou sobre auto-organização).....	131
Objetivos (ou sobre tática e revolução)	138
Violência.....	142
Relações de gênero e conflitos internos	144
Conclusões	148
Referências Bibliográficas.....	152
Apêndice 1 [Um relato do 17J – o primeiro black bloc de 2013]	165
Apêndice 2 [Roteiro de entrevistas].....	171
Apêndice 3 [Entrevista 1]	173
Apêndice 4 [Notas de campo: 12J: Copa sem Povo, tô na Rua de Novo]	186

Introdução

As pessoas são como rios: a água é a mesma para todos e é igual em toda parte, mas cada rio ora é estreito, ora rápido, ora largo, ora calmo, ora limpo, ora frio, ora turvo, ora morno. Assim também são as pessoas [...] e não raro acontece de a pessoa ficar de todo diferente de si mesma, enquanto continua a ser exatamente a mesma. – Liev Tolstói

Em meio a uma manifestação, sujeitos trajados predominantemente de negro, mascarados, alguns bem equipados com capacetes, luvas, coturnos, destacam-se da multidão pelo enérgico enfrentamento com a polícia e pelo ataque a estabelecimentos públicos e privados. Embora, no Brasil, os *black blocs* e seu sentido sejam temas polêmicos e controversos, sua estética e suas ações fazem com que identifiquemo-los com facilidade, em especial após os protestos de junho de 2013.

Com efeito, foram grandes a euforia, as inquietudes e os escândalos em torno das ações de *black blocs* em várias cidades do Brasil durante os protestos daquilo que ficou conhecido como “Jornadas de Junho”. Não obstante, em meio ao calor das marchas de então, quando os “blocos negros” ainda eram pouco conhecidos enquanto tais, algumas redes sociais digitais rapidamente foram inundadas de discussões sobre as pequenas parcelas de manifestantes violentos e mascarados. Discutia-se o propósito daquelas atitudes frente prédios públicos e privados e a polícia, de modo que grande parte dos comentários tecidos sobre a ação do bloco na plataforma Facebook voltava-se para o tema da violência.

O tom desses debates, então, parecia-me surpreendentemente arejado, talvez em função da proximidade das manifestações em São Paulo, cujo principal ator protagonista fora o Movimento Passe Livre (MPL). Naquela ocasião, os protestos tomaram um ar de legitimidade política e moral – apesar da pauta do MPL ter sido, para alguns, aparentemente insignificante: os vinte centavos de aumento nas tarifas de ônibus – porque, entre outros fatores, a polícia fora exibida tanto em redes sociais pessoais, por meio de tecnologias de informação e comunicação, quanto na grande mídia, em sua brutalidade habitual. Para muitos ativistas de primeira viagem, a atitude policial era de todo inesperada e espantosa. Tomadas pelo horror de ter que se haver com a Polícia Militar quando esta se presta à defesa de interesses de classe e à manutenção da lei e da ordem (para os que podem e para os que têm juízo), muitas pessoas buscavam entender e definir o significado de violência e sob que circunstâncias ela seria legítima.

Não demoraria muito para que as devidas distinções fossem feitas entre um suposto vandalismo proveniente de turbas irracionais e depravadas e outro (até hoje, o termo “vandalismo” continua em voga) dotado de sentido, calculado, algo organizado e carregado de caráter político. Seguindo de perto a toada dos debates referentes aos protestos em redes sociais digitais, toda espécie de canal midiático passou a jogar suas luzes sobre o que era, agora óbvia e indiscutivelmente, “o black bloc”. Nesse sentido, a tarefa de identificar uma origem para os blocos era inevitável; afinal, “de onde vieram esses pobres-diabos” era uma indagação que se colocava desagradavelmente tanto para a direita quanto para a esquerda. Segundo a *Veja*, tabloide brasileiro de alta circulação,

Ele [o black bloc] surgiu nos anos 80, na Alemanha da Guerra Fria sacudida por protestos antinucleares. Naquele tempo, os black blocs diziam ter um objetivo diferente do atual [“destruição da propriedade, do governo e das empresas privadas”]: o de servir de “escudo humano” para os manifestantes que desafiavam a polícia e apanhavam dela¹.

A revista *Carta Capital*, apoiadora do Partido dos Trabalhadores (PT), que em 2013 completava dez anos de governo federal, por sua vez, defendeu a tese de que

A denominação surgiu na Alemanha nos anos 80, com uma pauta (ecologia radical) e uma função específica: isolar manifestantes e polícia, evitando cassetetes e agitadores infiltrados. Em 1999, manifestaram-se com violência em Seattle (EUA), quando a Organização Mundial do Comércio ali se reuniu².

Em julho de 2013, a *Folha de São Paulo*, jornal proeminente e de circulação nacional, informava seus leitores que o black bloc constituía uma “estratégia anarquista” que se manifestava “contra o capitalismo e a globalização”, e cuja origem nos remete à Alemanha da década de 1970.³

¹ “O Bando dos Caras Tapadas – quem são os manifestantes baderneiros do black bloc, que saem às ruas para quebrar tudo”, reportagem publicada na *Veja* em 23/08/2013. Disponível em < <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/o-bando-dos-caras-tapadas-quem-sao-os-manifestantes-baderneiros-do-black-bloc-que-saem-as-ruas-para-quebrar-tudo/> >. Acesso em 17/06/2015.

² “O Black Bloc está na rua”, reportagem publicada na *Carta Capital* em 21/08/2013. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/revista/760/o-black-bloc-esta-na-rua-7083.html> >. Acesso em 17/06/2015.

³ “Entenda o que é o ativismo 'Black Bloc' presente nas manifestações”, reportagem publicada na *Folha de S. Paulo* em 11/07/2013. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml> >. Acesso em 17/06/2015.

Essas definições são mais ou menos precisas. Com efeito, o termo *Schwarzer Block* (ou bloco negro, em alemão) começa a ser colocado em uso na década de 1980, tanto na Berlim controlada pelas forças aliadas, quanto na República Federativa Alemã (RFA, ou Alemanha Ocidental). De fato, a emergência desses blocos, na Alemanha Ocidental, estava estreitamente vinculada aos movimentos antinuclear e ambientalista, de caráter anticapitalista, e, de certo modo, protegia manifestantes das constantes e robustas investidas policiais de então.

Entretanto, é impossível abordar esses blocos como se fossem um objeto monolítico, inequívoco, reificado e isolado dos movimentos sociais autônomos que entraram para história entre as décadas de 1960 e 1980 em vários países da Europa. É importante observarmos com um pouco mais de cuidado algumas facetas das mobilizações de maio de 1968 na Alemanha, bem como as mobilizações operárias autônomas na Itália das décadas de 1960 e 1970, cujos desdobramentos, em suas dimensões teóricas e práticas, inspiraram e deram ânimo aos *Autonomen* (Katsiaficas, 2006; Geronimo, 2012). Em suas manifestações mais recentes, não podemos deixar de notar os *black blocs* formados em Seattle, em 1999: os protestos de então, apontam alguns autores, foram divisores de águas no desenvolvimento da trajetória da “tática” (Ludd, 2002; Dupuis-Déri, 2014b; Thompson, 2010).

Com efeito, investigar as insurgências de *black blocs* constitui o objetivo geral deste trabalho, que pretende ir além da obscuridade e das “teorias da conspiração” que pairam sobre algumas avaliações a respeito do fenômeno. O campo de pesquisa, evidentemente, é demasiado amplo para ser tratado de uma só vez, numa só dissertação. Assim, limito-me a pesquisar *black blocs* que se emergiram em Belo Horizonte, Minas Gerais, entre os anos de 2013 e 2014.

Não obstante esse recorte, que dá um primeiro contorno ao sujeito de pesquisa, ainda deparo com óbices importantes à investigação: primeiramente, *black blocs* constituem um tipo de ação coletiva de todo efêmera e mutante, cuja vida não é mais longa do que a duração de uma marcha ou protesto (Dupuis-Déri, 2014b). Em segundo lugar, e em consequência dos fatores que estruturam a situação apresentada no primeiro ponto, é impossível saber, de modo minimamente satisfatório, quantas pessoas participam dos blocos em cada manifestação, o que torna inviável o cálculo de uma amostra representativa da população envolvida em *black blocs* com a qual eu pudesse trabalhar. Além disso, mesmo que fosse possível estimar o número de pessoas participantes dos blocos no período de tempo para o qual me volto, o anonimato é um

dos traços característicos, fundamentais e indispensáveis à constituição desse tipo de ação coletiva, como já notaram vários autores (Graeber, 2007; Dupuis-Déri, 2014a, 2014b; Juris, 2005; Gordon, 2008; Avery-Natale, 2010, Solano et al., 2014; entre tantos outros). Dessa forma, o acesso a esses indivíduos torna-se uma tarefa particularmente difícil, principalmente porque, não raro, os próprios participantes são anônimos uns em relação aos outros.

Diante desses obstáculos, opto por não me lançar a um trabalho estatisticamente significativo sobre o sujeito de pesquisa já que, pelo que tudo indica, seria inexequível. Antes, busco reconstituir espécies de *retratos* de black blocs belo-horizontinos a partir de conversas e relatos provenientes das próprias pessoas que deles tomaram parte⁴. Nesse sentido, lançamos mão da realização de entrevistas semiestruturadas com participantes de black blocs. O cenário desses retratos conta com o apoio de meus próprios relatos, uma vez que pude acompanhar as manifestações dos blocos e eventos a eles relacionados em 2013, na condição de ativista, e em 2014, na condição de pesquisador em observação participante.

A amostra foi definida de acordo com o método bola-de-neve. Desta maneira, eu não fui forçado a definir, a partir de minhas próprias concepções sobre black blocs, quem era, ou não, um de seus militantes, à exceção da primeira pessoa entrevistada. Isso possibilitou que a própria amostra se definisse, garantindo assim sua autenticidade.

De certo modo, encontro-me às voltas com as perguntas sobre “quem são”, “o que é” e “porquê fazem o que fazem”. Encaro-as, por um lado, como indagações a respeito dos valores, motivações, racionalidades, recursos e princípios organizacionais que deram condições de existência às formas dos blocos belo-horizontinos no período de tempo que me interessa. Em outras palavras, uma primeira pergunta que buscamos responder é: por meio de quais processos constituíram-se black blocs na capital mineira, segundo a percepção de alguns de seus participantes? Uma outra pergunta, complementar à primeira, e que traduz, não obstante parcialmente, as indagações que

⁴ Digo retrato, e não fotografia, porque a última traz consigo a ideia da captura e materialização imagética de um momento específico, experimentado por uma pluralidade de atores, tal como ele se apresenta às lentes da máquina. Na fotografia, não há nada por trás, não há “bastidores” (Goffman, 2002): o que é, simplesmente é (Latour, 2005). A pose, o ornamento e a própria atividade envolvidos num retrato, por outro lado, implicam a construção e a defesa de uma identidade (seja a do sujeito, seja aquela atribuída a eventos ou a da relação entre os dois) diante do fotógrafo ou, em uma palavra, implicam em representação (tanto no sentido de Kant quanto no de Goffman). Embora todo o texto seja marcado por seu caráter de retrato, partirei ocasionalmente em digressões a fim de apresentar algumas dessas imagens em momentos específicos do trabalho, ilustrando os argumentos construídos com base em minhas experiências em campo. Um exemplo (inacabado) dessas digressões pode ser visto no Apêndice 1.

trago à tona, é: qual o sentido da ação direta levada a cabo por black blocs, na visão de alguns de seus militantes?

Sabemos bem que, se voltarmos nossos olhares somente para a dimensão microssociológica da ação coletiva, estaremos operando um corte válido e necessário à sua compreensão e análise, mas ao mesmo tempo insuficiente para uma apreensão satisfatória do fenômeno (argumentos nesse sentido podem ser conferidos, por exemplo, em Oliver & Meyers, 2003; Gohn, 2014; Castells, 2009, 2013). Como o próprio Melucci reconhece⁵,

É somente pela distinção entre os diferentes significados analíticos e campos relacionais da ação coletiva sob consideração que nós podemos começar a entender os conteúdos de um “movimento” concreto enquanto veículo para demandas múltiplas e, geralmente, contraditórias (1996:21).

Não quero dizer com isso, de forma alguma, que considero como “movimento social”⁶ a ação coletiva perpetrada por black blocs, mas somente ressaltar que esta ação é, de fato, “um produto de múltiplos e heterogêneos processos sociais” (Idem, p. 20); um diagrama construído pela combinação de um conjunto de fatores qualitativamente distintos, forças, que referem-se tanto à dimensão das relações intersubjetivas quanto ao fenômeno que emerge a partir do conjunto dessas relações e que, em retorno, as afeta (cf. Sawyer, 2005). Assim, acompanhando uma avaliação de conjuntura política de 2013 no Brasil, procuro pontuar algumas transformações sociais de âmbito estruturais, frutos de processos sociais que têm se intensificado nas últimas décadas (cf. Castells, 2011; Beck Giddens & Lash, 2012; Latour, 2005) e os “padrões de conflitos sociais” que elas implicam (Della Porta & Diani, 2006:5). O confronto político, afinal, defende Sidney Tarrow, “está relacionado a oportunidades de ação coletiva – e limitado por restrições a ela [...]” (Tarrow, 2009:99).

Temos, portanto, dois objetivos específicos neste trabalho. O primeiro deles consiste na identificação da proveniência de black blocs, considerados de forma geral, levando em conta a maneira pela qual eles têm sido analisados em outros lugares que não Belo Horizonte. O segundo objetivo específico consiste numa localização da insurgência dos blocos belo-horizontinos no contexto histórico, político e social em que ela toma forma.

⁵ Assumo as traduções de textos em língua estrangeira.

⁶ Para uma discussão conceitual e polêmica sobre os elementos definidores de diferentes concepções de movimento social, ver Melucci (1996) e Gohn (2000).

Naturalmente, levar a cabo as atividades prescritas pelo segundo objetivo específico desta dissertação à exaustão se traduziria, com efeito, na produção de ao menos uma dissertação à parte. Essa não é minha intenção. Como num caderno medicinal de ilustração botânica, em que o artista científico não tem como meta reproduzir as plantas exatamente como são, mas desenhá-las e pinta-las de modo a ressaltar suas principais características e a auxiliar o leitor em sua identificação, procuro pontuar elementos históricos, políticos e sociológicos fundamentais à compreensão dos black blocs de Belo Horizonte.

A dissertação será organizada da seguinte forma: no capítulo 1, desenvolverei uma breve genealogia dos black blocs, remetendo-me aos eventos de maio de 1968 na Europa, em especial na Alemanha Ocidental e na Itália, e aos seus desdobramentos – na configuração dos *Spontis*, da “cena alternativa”, dos *K-gruppen* e dos grupos armados, na primeira, e do movimento *Autonomia*, na segunda, bem como suas relações com os governos locais e o estado –, como fatores importantes para a compreensão da emergência do movimento *Autonomen* alemão, cujas ações resultaram no surgimento do termo black bloc. Relacionarei os black blocs *Autonomen* da década de 1980 com blocos estadunidenses e canadenses, cujas primeiras aparições são identificadas no início dos anos 1990, trazendo à tona textos e pesquisas a eles referentes. Em seguida, e na mesma subseção, realizarei uma breve revisão de trabalhos concernentes a manifestações de black blocs na América e na Europa nos últimos anos por meio de trabalhos acadêmicos, comunicados e relatos de ativistas. Finalmente, buscarei relacionar a produção sobre black blocs elencada com pesquisas a respeito do tema levadas a cabo por brasileiros, sobre blocos brasileiros.

No capítulo 2, buscarei identificar e analisar condições conjunturais e estruturais que possibilitam a emergência de black blocs em Belo Horizonte. De forma sucinta, indicarei que a militância anarquista, no Brasil, não só não constitui uma novidade como fora, outrora, uma das principais, senão a principal força revolucionária no país. Em seguida, apresentarei aproximações e afastamentos entre a militância e prática anarquista e os movimentos sociais brasileiros ao longo do período da ditadura militar, com o fim de sugerir que algumas das características dos movimentos sociais contemporâneos e belo-horizontinos, não são, de todo, surpreendentes ou herdeiras de legados estrangeiros. Enfim, descreverei brevemente os protestos de junho de 2013, trazendo à tona um quadro conceitual que nos sirva de auxílio para a análise dos dados provenientes das entrevistas e da observação participante.

No capítulo 3, apresentarei os dados coletados por meio de entrevistas e observação participante. A exposição dos dados provenientes das entrevistas será organizada segundo temas importantes para a resposta das perguntas orientadoras desta pesquisa. Alguns desses temas constituíam parte do roteiro de entrevista utilizado; outros temas emergiram a partir das próprias narrativas das pessoas entrevistadas. Por fim, relacionarei os resultados da análise temática com as discussões levantadas nos dois capítulos anteriores.

Capítulo 1

Ao tratar do objeto “black bloc”, muitos autores das ciências sociais buscam responder precisa e satisfatoriamente algumas perguntas que, de imediato, nos vêm à cabeça: “quem são essas pessoas?”, “por que se vestem assim?”, “por que se comportam dessa maneira?”. Para isso, como não podia deixar de ser, remetem-se a suas próprias experiências, articulam-nas com as experiências de outros sujeitos e, como efeito de seus esforços, obtêm uma representação da realidade que julgam fidedigna.

O empreendimento de traduzir em linguagem acadêmica “o black bloc” supõe, como diria Alfred Schutz, um voltar-se para a *dureé* – “um vir a ser contínuo de qualidades heterogêneas” (1979:60), um fluxo constante de experiências, indiscernível e, para o autor, inefável – a fim de delimita-la, defini-la, situá-la no tempo e no espaço, de acordo com a bagagem de vivências de cada um. Dessa forma, trabalhos que buscaram examinar movimentos sociais e políticos nos anos que se sucederam a maio de 1968 forneceram a matéria prima necessária para a construção de uma trajetória da formação e desenvolvimento black bloc, tanto em países europeus quanto na América do Norte francófona e anglófona. Essa trajetória, cuja sustentação depende de um conjunto heteróclito de pesquisas provenientes sobretudo dos campos da sociologia, da ciência política e da história, pode ser sintetizada da seguinte forma: tendo parentesco sociológico com a *Autonomia operaia*, o black bloc nasce na Alemanha Ocidental, como tática de defesa de ocupações (*squats*¹⁹) autonomistas, cujos ativistas são conhecidos como *Autonomen*; na década de 1990, ganha notoriedade nos Estados Unidos e no Canadá como tática anarquista de autopreservação e crítica radical anticapitalista; ainda nos anos 90, volta à Europa ressignificado como “uma grande bandeira negra formada por pessoas no centro de uma manifestação”, cujo objetivo é formular “uma crítica radical ao sistema político e econômico” (Dupuis-Déri, 2014:10-11). Cada um dos momentos constituintes dessa trajetória é abordado levando-se em conta sua singularidade, e os autores que se dedicaram a estudá-los e registrá-los não deixaram de notar aquilo que os distingue.

Assim, por exemplo, a fim de descrever e analisar as dinâmicas organizacionais das ocupações *Autonomen* na Alemanha Ocidental, entre o final da década de 1970 até o início dos anos 1990, bem como os valores e racionalidades propulsoras da ação

¹⁹ Edifícios abandonados que são ocupados e transformados em locais de moradia e centros sociais e culturais.

coletiva proveniente dessas ocupações (como o black bloc), a fim de investigar tudo isso, Georgy Katsiaficas (2006) é forçado a voltar-se, inicialmente, para uma análise dos acontecimentos de maio de 1968. Em seguida, avalia os efeitos desses acontecimentos na Europa, em vista dos quais elabora uma contextualização da emergência de movimentos sociais autônomos europeus, identificando continuidades e rupturas entre os últimos e a chamada “nova esquerda” da década de 60. Busca, então, definir o conceito de autonomia por meio da comparação de suas diferentes acepções por movimentos tão distintos quanto curdos, bascos, o Zapatista de Chiapas, *operaistas* italianos e Negro Unificado no Brasil. Feito isso, Katsiaficas parte para a investigação do movimento da Autonomia italiana da década de 1970, ressaltando a importância das lutas dos movimentos feminista, trabalhista e estudantil para a sua configuração geral. Indica reverberações das lutas italianas de então no norte da Europa. Enfim, desloca sua atenção para a Alemanha, traçando uma genealogia local dos Autonomen, da qual fazem parte movimentos antinuclear, feminista, punk e de imigrantes; mergulha na experiência dos *squats*, lançando mão de técnicas etnográficas; relaciona os dados que obtém com processos semelhantes ocorridos na Holanda e Dinamarca, para finalmente fazer apontamentos teóricos sobre o objeto de seu interesse.

O trabalho de Geronimo (2012), cujo objetivo é o de desenvolver uma história do movimento autonomista alemão, segue um fio condutor que guarda similitudes em relação ao de Katsiaficas. O autor analisa os eventos de maio de 1968 na Alemanha Ocidental, investiga o movimento estudantil da época, relaciona-o com uma “Oposição Extraparlamentar” mais ampla, composta não só por estudantes universitários, mas também por estudantes de nível médio e jovens trabalhadores e, esta Oposição é relacionada, por sua vez, com a política institucional de então. Estuda e avalia a Itália da década de 60 e dos anos seguintes a maio de 68, dando foco à transição da política não-institucional pautada por correntes marxistas – digamos – mais tradicionais, para aquela inspirada pelo *operaismo*, a fim de traçar o perfil do multifacetada Autonomia ao final da década de 1970. Notando claras diferenças, bem como algumas proximidades sociológicas interessantes, entre a Autonomia da Itália e os Autonomen alemães, Geronimo conecta este último movimento a uma categoria mais ampla de “esquerda radical” da Alemanha Ocidental. Essa categoria abarcaria desde movimentos por moradia e movimentos de resistência anticapitalista de inspiração festiva e espontaneísta à “esquerda verde e vermelha” e grupos armados revolucionários. Por fim, Geronimo desenha os contornos que delimitariam a concepção de Autonomen, respaldado por

suntuosos relatos de eventos relacionados aos movimentos autônomos alemães nas décadas de 1970 e 1980, dentre os quais chama atenção aqueles acompanhados pela formação de black blocs. Notemos que, tanto para Geronimo quanto para Katsiaficas, black blocs apresentam-se como epifenômenos da combinação de movimentos autonomistas distintos e seus conflitos com o estado.

Neste capítulo procurarei, em primeiro lugar, resgatar um pouco da história das forças do *autonomismo*²⁰ alemão, de cuja conjunção nasce o movimento Autonomen e black blocs começam a ficar conhecidos enquanto tais. Neste ponto, parece-me relevante dar uma atenção especial para o *operaismo* italiano, uma vez que tal movimento “cumpru um papel significativo para a identidade da esquerda autônoma alemã” (Geronimo, 2012:46). Em segundo lugar, descrevo algumas expressões dos blocos na América do Norte e contrasto-as e relaciono-as com aquelas da Alemanha e Berlim Ocidental. Finalmente, trago à tona algumas análises, relatos e comunicados sobre manifestações mais recentes de black blocs nas Américas – com especial atenção aos trabalhos desenvolvidos por brasileiros, sobre brasileiros – e na Europa, a partir dos quais tento perceber aproximações e distanciamentos em relação aos blocos Autonomen e da década de 1990 nos Estados Unidos e Canadá.

Maio de '68, na Alemanha e alhures

De acordo com Ângela Alonso, até meados do século XX as teorias da ação coletiva que buscavam entender os elementos constituintes e motores de protestos e manifestações tendiam a considera-los sob a forma da irracionalidade, “explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não lograriam canalizar” (2009:50), efeito de um individualismo exacerbado, narcísico e desinteressado na política.

No entanto, em maio de 1968, a Europa – principalmente, talvez, a França – viu-se às voltas com um conjunto de manifestações de estudantes que misturava-se e somava-se a greves de operários e ocupações de fábricas. Se, por um lado, a dispersão

²⁰ Gabriel Kuhn (2012) afirma que o termo *autonomistisch*, o mais aproximado de “autonomista”, nunca foi utilizado em referência ao movimento Autonomen alemão. Por outro lado, parece ao autor que o termo “autonomismo” (*autonomism*) sugere certo tipo de vínculo a uma orientação ideológica (o que, como veremos, seria repulsivo aos olhos de Autonomen). Seguindo uma escolha de Kuhn, utilizarei o termo “autonomista” para me referir a movimentos inspirados pelo marxismo autonomista, e o termo “autônomo” será associado a movimentos alemães.

das forças e aspirações potencialmente revolucionárias de '68 foi rápida, por outro lado elas se chocaram contra concepções tradicionais do *modus operandi* das instituições políticas, desnorteando não só governos, mas também sindicatos e partidos de esquerda que, ao menos inicialmente, não sabiam como lidar com aquelas novas demandas, atores e repertórios de ação²¹. Nesse sentido, os eventos sugeriam “a primazia da revolução social e cultural, da necessidade da transformação individual, de relações sociais e da cultura como um prelúdio à transformação política e sistêmica” (Kellner, 2001:xvi-xvii).

Embora em cada lugar as manifestações tenham exibido certas particularidades, pode-se dizer que elas guardavam em comum o fato de ter trazido à luz uma “nova esquerda”, crítica tanto em relação a sistemas políticos baseados na representação quanto a elementos do anarquismo “clássico”: na esteira da militância feminista, buscava-se uma reconfiguração das relações entre vida cotidiana, subjetividade e política, sem deixar de lado os ataques ao capital (Geronimo, 2012).

Apesar da “mitologização” das manifestações de maio de 1968 – utilizada, em grande medida, para “legitimar a integração internacional de manifestantes ao *Establishment* após o pico dos protestos” (Katsiaficas, 2014:7) – aquelas experiências do final da década de 1960 lançaram as bases para a emergência e ampliação de lutas feministas, antirracismo e, de modo geral, por melhores condições de vida em dezenas de países europeus, cujos efeitos ainda vemos reverberar do norte ao sul do continente (cf. Steen, Katzeff & Hoogenhuijze, 2014).

Geronimo (2012) sugere que os eventos do ano de '68, na Alemanha, foram herdeiros de uma situação de crise econômica após os primeiros anos de acentuado crescimento do pós-guerra. No plano político, os dois maiores partidos – O Partido Social Democrata (SPD) e a União Democrática Cristã (CDU) – haviam formado uma coalizão a fim de manter a crise sob controle e, efetivamente, não havia oposição institucional ao governo, para grande frustração da União dos Estudantes Sociais

²¹ De modo sucinto, pode-se dizer que “repertório de ação” é um conceito vinculado aos trabalhos de teóricos do Processo Político, e indica “maneiras culturalmente codificadas pelas quais as pessoas se engajam em políticas de confronto” (McAdam, Tarrow & Tilly, 2004:16). Mais precisamente, “o repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam [...]. O repertório muda com o tempo, mas só lentamente. As mudanças fundamentais dependem de flutuações maiores nos interesses, oportunidades e organização. Estes, por sua vez, correlacionam-se, grosso modo, a mudanças nos estados e no capitalismo” (Tarrow, 2009:51).

Democratas (SDS) que, à época, aproximava-se cada vez mais da militância marxista (por fim, o SPD expulsou a SDS de seus quadros).

Entre 1967-68, inspirados por seu “Congresso Internacional sobre o Vietnam” e sentindo-se parte de uma luta internacional contra o imperialismo, a SDS reuniu dez mil manifestantes em uma marcha, a primeira desde o fim da Segunda Guerra, “tingida por bandeiras vermelhas” (Idem, p. 28). Algumas semanas após esse acontecimento, Rudi Dutchske, uma das figuras mais proeminentes da SDS, sofreu uma tentativa de assassinato e, em consequência desse fato, a organização entrou em liça com uma grande corporação midiática – a *Springer Press*, que levava a cabo uma campanha de “meses de difamação de Dutchske” (Ibid.). Uma série de ataques foi realizado contra carros e instalações da empresa e, no Primeiro de Maio de 1968, estudantes e jovens trabalhadores se juntaram numa grande marcha contra a Springer, em uma rara ocasião em que os dois grupos atuaram em conjunto, formando uma grande “Oposição Extraparlamentar” (APO).

Ao longo desses anos, Geronimo (Idem) nota que as discussões entre os centros ativistas da SDS eram muitas e acaloradas, em função, principalmente, das divisões internas entre “provincianos” e “metropolitanos” e entre “tradicionalistas” (basicamente, militantes voltados para o marxismo ortodoxo) e “antiautoritários” (mais afeitos à teoria crítica e às críticas anarquistas ao marxismo). Para os últimos, a teoria deveria ser moldada pela prática, e não o contrário. “A provocação de tensão social era mais importante do que a doutrina dogmática” (Idem, p. 34). Os conflitos internos, cada vez mais acirrados, e as diferenças ideológicas profundas levaram à decadência da SDS enquanto organização, que se dividiu, eventualmente, em múltiplos coletivos – ainda em 1968.

Os protagonistas das revoltas de maio de 1968 [na Alemanha] se rebelaram contra uma geração que se colocava como vítimas ingênuas da história, enquanto carregavam o peso da responsabilidade por Auschwitz. A nova geração pretendia fazer história enquanto sujeitos conscientes, portanto transformando a vida cotidiana (Geronimo, 2012:38).

Fazer história enquanto sujeitos conscientes e transformar as condições de vida de modo imediato, levantando-se contra organizações políticas representativas que reclamam para si a função da mediação entre estado e sociedade: as práticas e ideias que emergiam no final da década de 1960 na Alemanha guardavam algumas similitudes especialmente importantes com eventos que tomaram lugar na Itália no início da mesma

década e cujas reverberações podem ser identificadas ainda em 1977-78. Como veremos adiante, os movimentos sociais alemães entre os anos 1970 e 1980 se apoiaram amplamente nas experiências de uma militância radical de esquerda extremamente crítica ao partido comunista mais forte na Europa Ocidental de então, o Partido Comunista Italiano – PCI.

A Autonomia Italiana

Veremos que as aproximações entre as mobilizações nos dois países não são, de todo, simples coincidências sociológicas. De certa maneira, a conjuntura política de Alemanha e Itália – países às voltas com a “Cortina de Ferro” da Guerra Fria – tinham silhuetas parecidas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Itália encontrava-se em pedaços. Mas ao longo da década de 1950 ela gozou um crescimento econômico acentuado, que encontra continuidade nos primeiros anos da década de 1960. Em consequência à ascensão da agricultura mecanizada e da indústria, o país assistiu a uma grande migração de pessoas da zona rural para grandes centros urbanos. Centenas de milhares se aglomeravam da forma que podiam nas periferias de grandes cidades, fazendo emergir um problema urbano de primeira importância: o da moradia digna, principalmente no norte da Itália. Naturalmente, outras questões igualmente sérias acompanhavam os migrantes e suas trajetórias, como baixos salários e um regime de trabalho longo e acelerado nas fábricas, para os quais os governos olhavam não com preocupação, mas como um sinal de que a Itália enveredava-se pelos certos caminhos do desenvolvimento (Wright, 2002).

Com efeito, durante a reestruturação e o período de “milagre econômico” italiano do pós-guerra, dois grandes partidos assumem o protagonismo governamental, a *Democrazia Cristiana* (i.e., Democracia Cristã – DC) e o Partido Comunista Italiano (PCI). Incapaz de lidar com as demandas dos trabalhadores membros dos sindicatos operados sob seu controle, esmagando todo “insurrecionalismo” em seus quadros e mitigando como podia o conflito de classes no país em nome da “reconstrução”, o PCI, bem como o Partido Socialista Italiano (PSI),

[...] se viu, sem cerimônias, expelidos do governo De Gasperi [DC]. A hegemonia política da democracia cristã trouxe consigo apoio financeiro estadunidense massivo e o triunfo de um modelo de desenvolvimento industrial que combinava esforços para impor uma severa disciplina da lei do

valor a alguns setores, com o encorajamento estatal seletivo a alguns outros. Na prática, isso implicava na produção para o mercado internacional mantido por baixos salários, baixos custos e alta produtividade; uma política de deflação aguda para controlar o crédito e os salários; a eliminação de firmas economicamente “inviáveis” e a manutenção de uma alta taxa de desemprego (Wright, 2002:10).

No início da década de 1960, a despeito de diretrizes partidárias e sindicais, trabalhadores da FIAT entraram em confronto com a polícia em Turim, evento que perduraria por dias. As revoltas dos trabalhadores no norte da Itália conferiram nova força às críticas teóricas ao marxismo ortodoxo, então dominante no comunismo italiano. Partindo de figuras como Raniero Panzieri e Antonio Negri, entre outros, o *operaismo* tinha como foco a experiência do trabalhador em “fábricas de verdade” e denunciava programas políticos que tomavam por base análises demasiadamente abstratas do capitalismo (Gautney, 2009). Nas palavras de Giuseppe Cocco (2001), na concepção da escola operaista, “[...] a classe operária existe porque luta, se forma nos concretos acontecimentos nos quais ela se nega como força de trabalho e afirma sua autonomia” (p. 17). Em outras palavras,

[...] isso significa que a formação da classe operária é o fato da recomposição política enquanto negação de sua composição técnica. Os modelos e os termos desta recomposição subjetiva não se qualificam em função de nenhum papel histórico, de nenhum finalismo político, mas como processos de subjetivação coletiva correlatos, ainda que negativamente, às bases materiais da composição técnica. É portanto inútil continuar a “medir” os níveis de organização operária e as formas de luta em função de critérios políticos e morais externos aos modos de recomposição e fixos no tempo. Ou seja, em face das mudanças radicais da composição técnica das forças de trabalho, era preciso investir na *co-inchiesta* (na pesquisa militante) para descobrir os caminhos dos novos processos de subjetivação. A problemática militante era completamente revertida. A urgência não era mais a de submeter as novas figuras operárias às diretivas político-sindicais para conscientizá-las. Muito pelo contrário, tratava-se de subordinar os dispositivos político-sindicais às novas configurações de subjetividade operária. O operariado, suas dimensões técnicas e políticas, era afirmado como o cerne da análise. A análise era operária ou não. Eis o *operaismo* (Cocco, 2001:17-18).

O movimento da Autonomia italiana, portanto, ao menos em suas dimensões trabalhistas, era definido segundo uma noção de autonomia constituída por duas facetas: “a luta de classes fazia-se autônoma da circulação de capital; e a luta de classes não era liderada por organizações da esquerda (comunistas e seus sindicatos)” (Katsiaficas, 2006:7).

Esse deslocamento no marxismo – da classe como sujeito revolucionário histórico para o próprio sujeito individual das lutas, independente de organizações

políticas –, em conjunção com as lutas de trabalhadores e estudantes que já tomavam forma, foi responsável na década de 1970 pela organização de uma série de protestos, greves, ocupações de fábricas e prédios abandonados (algumas delas articuladas por meio de assembleias autônomas) e “redução autônoma” de preços de produtos e serviços (as pessoas pagavam o que julgavam justo ou podiam), entre outras ações de “desapropriação proletária” (Idem). O caráter autônomo das reivindicações desembocaria no surgimento de um conjunto de grupos e organizações políticas autoritárias e antiautoritárias, dentre as quais destacam-se a *Autonomia Operaia* e a *Autonomia Creativa*.²² Patrick Cuninghame (2002) sugere, com efeito, que a Autonomia só poderia ser identificada enquanto um movimento na medida em que ela se unia em torno de um princípio teórico e prático: “a autonomia em relação ao estado, partidos políticos institucionalizados e sindicatos ou qualquer forma de mediação política, social e cultural” entre os atores sociais, engajados em suas campanhas de pautas específicas, e as instituições estabelecidas (p. 2). As ações desses grupos atingiriam seu ápice em 1977, graças às forças do feminismo e da contracultura, sendo a última bastante popular entre jovens.

Em uma sociedade profundamente organizada segundo valores patriarcais, um número enorme de mulheres ingressava uma parte do mercado de trabalho anteriormente restrita a homens e participavam simultaneamente da militância operária e feminista. Em seus movimentos, rejeitavam parâmetros de organização hierárquicos – vistos como um traço típico da organização patriarcal – e negavam as noções tradicionais de “direitos iguais” que, defendiam algumas, por si, só poderiam forçar as mulheres a adotar um maneirismo corporal²³ masculinizado. As feministas lutavam por

²² Alguns desses grupos, advindos do PCI ou do PSI, chegaram a disputar alguns cargos no governo e, juntos, chegaram a obter mais de um milhão de votos (Katsiaficas, 2006). Outras organizações rejeitaram a política eleitoral e entregaram-se à luta armada – caso de alguns maoístas, como os das Brigadas Vermelhas (Idem). Naturalmente, outros tantos grupos, ligados à Autonomia Operaia, rejeitaram a uma só vez tanto a política institucional quanto a luta armada. No que diz respeito à Autonomia Operaia, é comum distingui-la em duas fases: uma primeira, focada na ideia de *operaio massa* – o trabalhador da produção em massa do início dos anos 1950 até início dos anos 1960 – e uma outra, centrada no *operaio sociale*, que emerge após a reestruturação industrial no sentido da descentralização de processos produtivos. Geronimo (2012) indica que a segunda fase da Autonomia foi ainda mais crítica ao PCI do que a primeira; o movimento era constituído, de forma geral, por um “proletariado marginal”, i.e., jovens desempregados, estudantes e trabalhadores em situação de precariedade. “O movimento [em sua segunda fase]”, completa Geronimo, “era constituído por duas correntes: *Autonomia Creativa* [...] que encaravam revoltas enquanto acontecimentos, e *Autonomia Operaia Organizzata*, que procuravam transformar revoltas espontâneas num ataque contínuo ao sistema capitalista por meio de sua organização” (p. 43).

²³ Uso a expressão “maneirismo corporal” para dar a ideia de “um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um *habitus*” (Viveiros de Castro, 2014:380); ou seja, no caso das mulheres italianas

reformas na legislação italiana que, à época, recalcitrava em reconhecer mulheres enquanto pessoas (no início dos anos 1970, por exemplo, estupro era considerado um crime “contra a moralidade” e acusações de cometimento de tal crime podiam ser anuladas caso o agressor se propusesse o casamento com a vítima); participavam massivamente de protestos, muitas vezes na forma de blocos fechados para mulheres; fundaram centros autônomos de saúde feminina, onde mulheres podiam se informar a respeito de questões relacionadas à maternidade e controle de natalidade, entre outros serviços; abriram clínicas clandestinas para aborto, livrarias, fundaram jornais, formaram grupos de conscientização feminista e promoviam uma distinção entre “emancipação” e “liberação”, sendo a primeira referente à “transformação radical da vida cotidiana, enquanto a última era vista como um foco mais restrito na vida pública, incluindo o local de trabalho” (Katsiaficas, 2006:28). Katsiaficas (Idem) ainda indica que “a estrutura do movimento feminista era composta de numerosos pequenos grupos frouxamente ligados uns aos outros de forma horizontal” (p. 35) e a relevância e a autonomia desses pequenos grupos eram enfatizadas, uma vez que através deles as mulheres teriam condições de desenvolver uma consciência própria de sua situação em relação à de outrem, em vez de acatar diretrizes de comitês centrais.

A centralidade do movimento feminista na constituição da Autonomia ainda pode ser constatada pelos movimentos estudantis e animados pela juventude italiana. Participantes, muitas vezes, de todos eles simultaneamente, as mulheres enfrentavam em várias frentes o machismo, os efeitos de uma recessão econômica que não se recuperava da crise do petróleo de 1973 e a repressão de um governo conservador às manifestações culturais associadas a grupos de contracultura, cujos participantes eram, sobretudo, jovens (Cunningham, 2002; Katsiaficas, 2006).

Nos eventos de 1968, manifestações e ações diretas levadas a cabo por estudantes – universitários e de ensino médio e trabalhadores – obtiveram conquistas relevantes no âmbito educacional italiano. Entre essas merecem destaque, a meu ver, a autonomia decisória das instituições educacionais sobre questões de relevância interna e o aumento de vagas oferecidas por essas mesmas instituições. Na década de 1970, entretanto, o governo italiano não fomentou a reestruturação dos espaços físicos de escolas e universidades, e os prédios dedicados à atividade educacional mostravam-se

da década de 1970, elas entendiam que, caso a vida cotidiana não fosse ao menos parcialmente liberta daquele machismo amplamente exercido, “direitos iguais” nada mais seriam do que forçar mulheres a adotar e viver (“incompletamente”, dada a singularidade das experiências associadas a nossos corpos) afetos, afecções e capacidades do homem italiano daquela época.

bastante desagradáveis diante do número de alunos. Além disso, as organizações estudantis reformuladas nas mobilizações de '68 encontravam-se, nos anos setenta, nas mãos de grupos marxista-leninistas, maoístas e trotskistas que “trivializavam questões estudantis vis-à-vis o mundo ‘real’ da fábrica” (Katsiaficas, 2006:38). Àquela época, o PCI se resignara a uma nova coalizão com a DC, sem a qual o país não seria governável. Medidas de austeridade foram adotadas a fim de regular a economia, e reformas universitárias foram propostas de cima para baixo (a intenção era a de reformular diretrizes administrativas para suas condições pré-1968).

Relegados pelos maiores partidos do país e sob uma condição de universitários pobres, subempregados ou desempregados, vários grupos de ação direta “buscavam satisfazer suas necessidades sociais longe das fronteiras definidas pelas relações salariais”, num ímpeto de recusa ao trabalho que, por sua vez, era alimentado pela recusa do próprio mercado de trabalho diante daqueles “hippies, esquisitos e vagabundos que ocupavam as universidades” (Cunningham, 2002:165). Em crescente conflito com o PCI e com os órgãos de representação estudantil, movimentos autônomos e contraculturais – a exemplo dos Índios Metropolitanos – organizaram ocupações de universidades em toda a Itália contra as reformas e medidas de austeridade governamentais (Idem); auxiliaram a ocupação de prédios abandonados por famílias pobres; lograram eventos de “compras proletárias”, em que alguns grupos saqueavam supermercados e lojas de grife (Geronimo, 2012) e séries de festivais de música que aparentavam “mini Woodstocks” (Katsiaficas, 2006:41), entre outros eventos.

A proliferação e fortalecimento dos grupos que, em seu conjunto, formavam o que chama-se comumente de *Autonomia Creativa* fez com que uma série de protestos voltados contra os governos e o capital tomassem grandes proporções. Acompanhando o crescimento e a intensificação dos protestos, a repressão policial tornava-se cada vez mais brutal, culminando na morte de vários manifestantes por motivo de ataques com arma de fogo. A retaliação aos assassinatos cometidos pela polícia, inicialmente, veio na forma da realização de novas e maiores ocupações e manifestações, mas a certa altura algumas pessoas decidiram por revidar na mesma moeda: em 21 de abril de 1977 a polícia fora convocada pelo reitor da Universidade de Roma para desbaratar uma ampla ocupação do campus. A polícia, naturalmente, atendeu de pronto ao pedido e, da mesma forma natural, houve conflitos entre as que ocupavam e os policiais. À medida que o conflito se intensificou, as forças do estado sacaram suas pistolas, bem como alguns dos

ocupantes, e um policial foi morto neste dia. A partir dessa data, os conflitos entre a Autonomia e o estado assistiram a uma escalada de violência; as ações das Brigadas Vermelhas e outros grupos de guerrilha tornaram-se mais numerosas, e a repressão e os custos de sair às ruas já era, para muitos, insustentável. A Autonomia se dissiparia no mesmo ano em que suas ações atingem seu pico. Mas Katsiaficas faz coro a Geronimo:

Apesar do movimento italiano ter-se dissipado, suas lições e legado foram influências poderosas mais ao norte [...]. Tanto a realidade quanto o mito da Autonomia ajudaram a inspirar e dar direção a outras gerações de ativistas (Katsiaficas, 2006:57).

O Movimento Autonomen

Assim como a Autonomia italiana não consistia num partido ou organização única e centralizada, “mas [em] um amplo e heterogêneo ‘novo movimento social’, formado por tendências internas distintas e, por vezes, mutuamente antagônicas” (Cunningham, 2002:11), os Autonomen da Alemanha Ocidental foram, notadamente, um movimento abrangente e de identidade ambígua, fortemente ancorado nas lutas por moradia que, no início da década de 1980, atingiu seu ponto alto.

Se tomarmos o conjunto das forças constituintes da organização e das ações dos Autonomen como um todo, podemos dividi-la, basicamente, em duas fases. A primeira delas refere-se à miríade de movimentos sociais, organizações políticas da esquerda radical e grupos de ação direta de existência efêmera que fizeram-se presentes no cenário político alemão da década de 1970, após o declínio da União dos Estudantes Social Democratas – SDS. A segunda fase diz respeito a uma nova onda de ativismo bastante intensa na primeira metade da década de 1980, embora ela tenha se propagado até meados dos anos 1990. Essa onda foi formada por ativistas da causa ambiental e anti-bélica, aos quais se somavam numerosos contingentes de pessoas atingidas diretamente por grandes projetos imobiliários, industriais e de infraestrutura apoiados pelo governo – como a gentrificação de bairros centrais de Berlim, a construção de dezenas de usinas de energia nuclear e a expansão do aeroporto internacional de Frankfurt (*Startbahn-West*) – e ativistas não organizados que, via de regra, compunham a maior parcela de protestos e ações diretas (Geronimo, 2012). Ainda é possível afirmar que ambas as fases são atravessadas pelas ações de movimentos feministas e da “cena

alternativa”, sendo a última baseada na resistência não violenta ao estado e ao capitalismo (Young, 2001; Katsiaficas, 2006; Geronimo, 2012).

O fim da SDS e das mobilizações da APO (Oposição Extraparlamentar) engendraram um vácuo político preenchido por dois tipos distintos de movimentos: um primeiro que se voltava para o marxismo ortodoxo, que se consolidou numa série de grupos organizados em estruturas hierárquicas íngremes, centralizadas e segundo rígidos princípios disciplinares, à maneira de partidos políticos da esquerda radical das décadas de 1930 e 1940 (Clarkson, 2011). Esses grupos, conhecidos como K-Gruppen (*Kommunistischen Gruppen*, ou Grupos Comunistas), se esforçavam para realizar uma revolução política em Berlim e na Alemanha Ocidental por meio da organização do proletariado, e eram extremamente críticos ao “revisionismo soviético”: na busca de uma “pátria alemã socialista”, alguns coletivos chegavam a encarar a União Soviética como uma ameaça maior do que o “imperialismo estadunidense” (Geronimo, 2012:59-60).

Os K-Gruppen tornaram-se, em meados da década de 1970, a maior força da esquerda alemã, mobilizando dezenas de milhares de pessoas em protestos – profundamente marcados pela militância – e arrebanhando outras dezenas de milhares de afiliados. Editavam e publicavam seus próprios periódicos, cujos leitores também estavam na casa das dezenas de milhares. Ainda sob o impulso dos debates provenientes do final da década de 1960, e apesar de seu dogmatismo político, os K-Gruppen organizavam-se de forma autônoma e antagônica uns em relação aos outros (todos eles partidos de vanguarda que pretendiam liderar o povo na revolução) e, por vezes, suas ações convergiam em grandes manifestações cobertas por bandeiras vermelhas (Idem). Eventualmente, no final da década de 1970, a incapacidade de lidar satisfatoriamente com questões levantadas por novos movimentos sociais – ambientalismo, alternativo – e pelo feminismo, bem como o controle excessivo sobre as vidas dos ativistas e suas relações sociais, levou ao desgaste dos grupos. As pessoas que os integravam, à exceção de algumas poucas, que se mantiveram fiéis à luta comunista de então, debandaram para o Partido Verde alemão, para a Lista Alternativa²⁴ ou passaram a participar da vida política extraparlamentar enquanto ativistas não organizados (Hosek, 2008; Geronimo, 2012).

²⁴ Segundo Katsiaficas, “a Lista Alternativa [LA] lançava candidatos que se diziam representantes das ocupações alemãs. Além de uma conglomeração de ecologistas, ocupantes [*squatters*], turcos e outros imigrantes, pacifistas radicais, grupos de mulheres, teóricos e ativistas da nova esquerda da década de 1960, a LA também incluía ideólogos dos pequenos grupos comunistas da década de 1970” (2006:97).

O movimento antiautoritário, por outro lado, dividiu-se em inúmeros “grupos políticos informais cuja base organizativa encontrava-se nos bairros” (Geronimo, 2012:48). No início dos anos 1970, lançaram mão de propaganda leninista, mas, contraditoriamente, Geronimo (Idem) afirma que suas ideias, confirmadas por suas ações, combinavam traços de anarquismo coletivista e individualista e contavam com muitos simpatizantes locais, alguns dos quais tornaram-se ativistas (p. 58). Rejeitaram, por fim, todas as vanguardas revolucionárias e qualquer noção de liderança. Esses grupos ficaram conhecidos como *Spontis*. Gabriel Kuhn (2012) os sintetiza da seguinte forma: “derivado de *spontan* (espontâneo), os Spontis foram ativistas que rejeitaram a organização política formal e focaram em intervenções criativas na vida cotidiana, com fortes elementos culturais, artísticos e humorísticos” (p. 12)²⁵.

Os Spontis contaram com uma forte presença nas universidades alemãs na primeira metade dos anos 1970. Entretanto, frustrados com a experiência de tentar, inutilmente, reformar uma academia que acabara de se estabelecer por meio de programas governamentais de expansão do ensino técnico-universitário, se entregaram, primeiramente, e em função do contato com a história e a teoria da Autonomia italiana, às lutas junto aos trabalhadores fabris. Sofrendo estranhamento por parte dos operários especializados, de bom nível educacional e bem pagos, logo renunciaram à ideia da classe operária como motor da história. Mas aqueles jovens universitários de classe média não desistiram de tentar se aproximar das “classes populares”: lançaram-se à construção de uma contracultura organizada – o que tem sido chamado, neste texto, de “cena alternativa” –; à organização de bairros em benefício de pessoas desfavorecidas pelo estilo de vida alemão ocidental, baseado no consumo de massa, na razão de governo neoliberal da vida e numa cultura ainda tingida por matizes fascistas, como estrangeiros e desempregados (cf. Clarkson, 2011; Katsiaficas, 2006; Foucault, 2008). A organização ativista em bairros teve como consequência direta uma primeira onda de ocupações de prédios abandonados ou deliberadamente mantidos desocupados para fins de especulação.

²⁵ No ambiente universitário os Spontis buscavam disputar espaços de representação política e, assim que ocupavam esses espaços, implodiam-nos, ao nomear, por exemplo, um porco como representante discente. Em meados da década de 1970, emerge a partir dos Spontis uma versão alemã dos Índios Metropolitanos da Itália, os *Índios Urbanos*. Esses grupos também foram responsáveis pela organização de uma constelação de concertos, aulas públicas sobre temas que interessavam as comunidades em que atuavam, creches, grupos de autoajuda, festas etc. que, via de regra, eram alvo de repressão policial (todas elas pautadas pelo princípio da ação direta, o que não raro causava transtornos à lei e à ordem) e de intensa reação militante (Della Porta, 1995; Katsiaficas, 2006; Geronimo, 2012).

As primeiras ocupações, ou *squats*, mantidas por Spontis, teriam vida curta. Elas não existiam senão às voltas com ações policiais, e os agentes do estado, em geral, eram afastados somente por meio de uma militância incisiva e desgastante. A intensificação dos conflitos entre polícia e *squats* teve como efeito dois golpes fatais ao ativismo Sponti de então: primeiramente, um *trade-off* se impunha às ocupações – ou os ativistas se dedicavam às atividades culturais comunitárias que se propunham, ou protegiam seus espaços da polícia. À medida que mais forças eram requeridas para proteção, mais fracas as atividades culturais se tornavam e maiores eram os estragos feitos nos arredores dos prédios ocupados, o que fazia o apoio local aos Spontis minguar. Em segundo lugar, enquanto os *squats* ainda gozavam de popularidade e resistiam à crescente pressão do estado, a *Rote Armee Fraktion* (Facção do Exército Vermelho – RAF) iniciara suas ações guerrilheiras e se tornara um grupo terrorista. Vistas como possíveis pontos de apoio da RAF, as ocupações passaram a sofrer investidas policiais brutais, e apoiadores eram impedidos de se aproximar dos prédios ou só o faziam mediante revista sob a mira de armas (Geronimo, 2012:71). Neste ponto, mais especificamente na segunda metade da década de 1970, chegava ao fim o que chamei de primeira fase das mobilizações que constituiriam o movimento Autonomen. O desenrolar dos acontecimentos mencionados culminaria na inviabilidade de manutenção das ocupações e no deslocamento do ativismo para campos de atuação mais férteis, como o relacionado à causa ambiental.

Dentro da ampla categoria de ação ativista entendida como “ambientalismo”, desenvolveu-se na Alemanha Ocidental outra esfera de ativismo antiautoritário, referente à oposição à construção de usinas nucleares no país e que atravessaria toda a década de 1980.

Embora a Alemanha Ocidental fosse considerada um dos últimos países economicamente estáveis nos anos seguintes à crise de 1973, o governo via-se obrigado a tomar medidas preventivas para manter o ritmo de crescimento do país relativamente inalterado (Katsiaficas, 2006). Isso implicava em garantir fontes confiáveis de energia diante da crise do petróleo, e tal necessidade, à época, parecia poder ser satisfeita por meio da atualização de projetos nucleares que vinham sendo desenvolvidos desde a década de 1950. A realização dessas obras, pautadas por projetos de mais de vinte anos de idade, mas reformulados, se traduzia imediatamente na remoção de vilas inteiras à força, na ruína das atividades de agricultores e na destruição de áreas verdes, e diante de tal ameaça grupos que à primeira vista nutriam aspirações políticas distintas se uniram

numa grande campanha contra a construção das usinas nucleares. “Movimentos pela paz” também viam o investimento alemão em energia nuclear como uma jogada estratégica no contexto da corrida armamentista da Guerra Fria, e se somaram às marchas e ocupações de campo de obras alavancadas pelos ativistas.

Os Spontis, junto com toda a esquerda não institucional alemã, sofreram um duro golpe com os embates entre RAF e o estado nos primeiros anos da década de 1970 e encontravam-se em processo de dissolução; o movimento antinuclear, no momento em que começava a conquistar algumas vitórias no embate com o governo, a partir de 1975, se apresentava como uma “via de salvação” para o ativismo anticapitalista e antiautoritário que ainda buscava meios de inserção entre as “camadas populares” (Katsiaficas, 2006; Geronimo, 2012)²⁶. Geronimo (2012) aponta que o movimento antinuclear, tendo atraído uma miríade de ativistas não organizados, portadores de bandeiras bastante distintas, transformou-se rapidamente de um movimento de pauta específica para uma seara propícia ao cultivo da resistência contra “as condições sociais dominantes” (p. 89).

Assim, o movimento antinuclear – ou a heterogênea oposição às políticas governamentais – dividiu-se, em termos de repertórios de ação, em duas frentes. Em uma delas, ativistas mais conservadores até os mais radicais (mas dispostos ao diálogo com as autoridades) se uniam em diversos *Bürgerinitiativen* (Iniciativas Cidadãs – BI)²⁷. Na outra frente postavam-se, de modo geral, ativistas não organizados animados por uma “resistência prática”, o que significava a participação individual nos protestos de forma autodeterminada.

Para eles era crucial que o protesto das BIs não fosse puramente retórico, mas que passos práticos fossem dados no sentido do atingimento de suas demandas, mesmo que para isso tivessem que quebrar as noções burguesas de moralidade ou o enquadramento legal do estado constitucional. Essa abordagem era particularmente popular uma vez que o caráter descentralizado do movimento antinuclear provia certa proteção contra a repressão estatal. *Foi nesse contexto que o termo “Autonomen” começou a fazer referência a um ramo particular de ativistas. Os Autonomen enfatizavam a importância do comportamento auto-responsável e imediato.*

²⁶ Geronimo aponta que, em meados da década de 1970, vários projetos de construção de usinas nucleares foram cancelados em função da ocupação dos canteiros de obras por dezenas de milhares de pessoas. Naqueles anos, diz o autor, o movimento antinuclear era movido inspirado pela experiência ativista e militante em Whyl, em fevereiro de 1975, quando mais de 30 mil pessoas conseguiram ocupar o local de construção de uma usina e forçar a retirada da polícia daquele perímetro.

²⁷ As BIs eram organizações de base voltadas para a negociação com o governo. Ativistas populares utilizariam as BIs como trampolim para carreira política em partidos políticos, principalmente no Partido Verde (Katsiaficas, 2006).

[...] A identidade pessoal era de pouca relevância e geralmente obliterada (Geronimo, 2012:89, ênfase minha).

De forma geral, o aspecto marcadamente militante dos Autonomen foi bem recebido pelos manifestantes envolvidos com a luta antinuclear. Naquele momento, a atuação dos Autonomen mostrava-se não só moralmente louvável – conseguiam rebater de modo relativamente bem-sucedido os ataques da polícia e romper as barreiras de segurança das usinas com alguma frequência – como também era útil: bem resguardados com equipamentos de proteção individual, os Autonomen conseguiam formar blocos que evitavam que a brutalidade policial fosse sentida por todos os ativistas indistintamente.

Em 1980-1981 o movimento antinuclear assistia a um processo de radicalização de muitas pessoas que dele tomavam parte em toda a Alemanha, muito em função de um concomitante movimento de ocupações de prédios abandonados em grandes cidades do país que vinha se intensificando (Dupuis-Déri, 2014a; Clarkson, 2011).

Em função dessa radicalização dos participantes dos protestos e de uma grande derrota para o movimento em 1981, relacionada à construção da usina de Brokdorf, apesar da intensa mobilização ao longo de anos contra a efetivação do projeto, as marchas mudaram de forma. Em vez de protestos em canteiros de obras, uma manifestação foi convocada em Hamburgo. Aproximadamente doze mil pessoas participaram – entre elas, milhares de Autonomen – e no decorrer do evento

[...] vitrines de bancos, hotéis de luxo, companhias de seguro e sex shops foram quebradas e uma loja de câmeras foi saqueada. Houve confrontos pesados com a polícia quando os manifestantes tentaram adentrar o centro da cidade. Autonomen de Hamburgo declararam num discurso: “Nós temos que nos dedicar a uma resistência que não se limita aos fins de semana ou a um lugar específico. A resistência deve abarcar toda nossa vida. Nossa força não advém da superioridade tecnológica em relação à polícia e outros aparatos estatais e nem da estrita organização ou da negociação astuta com políticos. Ela advém de nossas ideias políticas e estratégicas, nossas estruturas de comunicação e nosso estilo de vida [...]. Se a lei ameaça nossas vidas, temos todo o direito de quebrar essa lei” (Geronimo, 2012: 92).

As manifestações em Hamburgo contra a construção de Brokdorf, com efeito, foram como que um divisor de águas no movimento Autonomen: marcaram não só uma mudança da postura militante – da militância enquanto defesa contra as forças policiais, para a ofensiva de ímpeto revolucionário e retaliação frente às decisões governamentais – como também a articulação de movimentos distintos que, em última instância, cristalizou-se em algo singular.

A intensificação da militância, aponta Leach (2009), não dizia respeito simplesmente a uma escolha tática voltada para o uso da violência, mas manifestava “uma recusa à cooptação, à entrega de seu próprio ativismo a outrem e ao comportamento prescrito pelas leis e normas da sociedade dominante” (p. 1050). Assim, num primeiro momento, o cadinho do movimento antinuclear incluía Spontis em via de desaparecimento (ao menos, no que tange aos seus traços da década de 1970), fazendeiros, populações rurais, habitantes de vilarejos interioranos, ambientalistas, pacifistas e ativistas não organizados que se afeiçãoaram, por diversos motivos, àquela causa. Num segundo momento, as circunstâncias dos protestos deram condição à emergência de um “movimento dentro do movimento” que, por sua própria natureza, estava diretamente ligado a uma nova onda de ocupações e a um ativismo anticapitalista e antifascista multifacetado, baseado numa “política da primeira pessoa”, cujos epicentros eram Kreuzberg, bairro na fronteira entre Berlim Ocidental e Oriental, e Haffenstrasse, em Hamburgo (Young, 2001; Katsiaficas, 2006). Todas as atividades realizadas pelos Autonomen eram, de fato, fundamentais à existência do movimento e nenhuma delas era tida como prioritária sobre alguma outra. Tal ativismo, que não contava com uma identidade coletiva inequívoca ou com um programa comum e bem definido, sustentava-se por meio de projetos locais baseados “[...] na crença de que grupos oprimidos deveriam se mobilizar em torno de seus próprios interesses e em solidariedade com seus pares, em vez de se mobilizar em nome de um outro, ou por um outro” (Haunss & Leach, 2007:74).

Num contexto em que uma crise habitacional na Alemanha Ocidental era agravada pelo incentivo à reforma urbana de grandes cidades, no sentido do aumento do valor de troca de imóveis em bairros considerados pobres, mas centrais, a ocupação de prédios desabitados mostrou-se como uma alternativa a famílias de classe baixa e muitos estrangeiros, bem como aos Autonomen, que então vinham ganhando popularidade (Holm & Kuhn, 2010)²⁸. No início dos anos 1980, os numerosos coletivos que delineavam os contornos dos Autonomen sustentavam-se através de uma infraestrutura constituída por bares, comércio alternativo de alimentos e roupas, grupos

²⁸ Os anos 1980 foram marcados por um ciclo de ocupações que acompanharam, por um lado, a emergência do movimento Autonomen para além da Alemanha (Katsiaficas, 2006), mudanças nas legislações urbanas locais e condições “sócio-políticas específicas”, i.e., crise habitacional fundamentada numa crescente situação de desigualdade social (Holm & Kuhn, 2010:644-645). Para especificidades dos vários movimentos de ocupação europeus e suas relações com os Autonomen, ver, por exemplo, Owens (2010) e Van Der Steen, Katzeff e Van Hoogenhuijze (2014).

de estudo e de apoio mútuo e centros midiáticos, entre outros ramos de atividade desenvolvidas nos espaços ocupados (Leach, 2009).

Em apenas um ano, mais de 160 prédios em Kreuzberg encontravam-se ocupados e o número de pessoas envolvidas na restauração, habitação e manutenção dos imóveis ultrapassava trinta mil (Katsiaficas, 2006; Geronimo, 2012). Katsiaficas (2006) indica que, por influência da cultura punk, que naqueles anos era agradável a uma grande parcela da juventude, o preto tornara-se uma referência estética para vários coletivos empenhados na construção dos *squats*. Entretanto,

As jaquetas pretas de couro vestidas por muitas pessoas em manifestações e as bandeiras negras carregadas por outros sinalizavam menos um anarquismo ideológico do que um estilo de vestuário e comportamento – símbolos de um novo estilo de vida que confrontava instituições estabelecidas e seus “protetores” estadunidenses, e isso era transformado numa virtude, bem como o desdém pelos governos “socialistas” da Europa Oriental. O preto tornara-se a cor de um vácuo político – do afastamento de partidos políticos, governos e nações (Katsiaficas, 2006:90).

Com efeito, se os Autonomen não poderiam eleger um traço ou um elemento ideológico comum, e positivo, a todas as militantes que servisse de identidade, um traço identitário negativo era claramente percebido: evitava-se de todo modo a representação, a universalização do sujeito político a partir de um modelo específico que pretendesse abarcar uma série de singularidades num só corpo (Rahmani, 2009). A independência ideológica era vista como uma garantia de liberdade (Dupuis-Déri, 2011:51). Compartilhavam os mesmos espaços ativistas voltados para um anarquismo de estilo de vida, anarquistas sociais, comunistas, Spontis, feministas socialistas, imigrantes turcos, idosos, estudantes, mães solteiras, cristãos convertidos²⁹. “Assim que ocupamos”, diz Geronimo, “muitos de nós via a si mesmos como anarquistas, Spontis ou comunistas, enquanto outros tinham uma ideia vaga, individual, de uma vida livre. E então todos nós nos tornamos Autonomen” (2012:103).

É claro que toda essa pluralidade política não poderia conviver senão sob constantes conflitos internos. Alguns ativistas apoiavam-se firmemente na ideia de que era preciso focar todas as energias disponíveis na realização de uma revolução cultural, cujas bases seriam a rejeição ao trabalho e o desenvolvimento de novos tipos de relações. Outros viam as novas formas de organização que ali emergiam como um meio

²⁹ Ativistas convertidos ao cristianismo e adeptos da ideia de resistência não violenta, advogada prolificamente por Tolstói, entre outros. Para uma coletânea de textos voltados para a construção de um ativismo não violento ver Liev Tolstói (2015).

para atingir um fim maior, o ataque e subversão completa da ordem, a realização de uma revolução social. Havia também ativistas que diziam concordar com os “revolucionários sociais”, mas acreditavam que a criação e proliferação de espaços livres, em si, era sinônimo de “subversão sistêmica”, enquanto eram acusados de querer construir *playgrounds* onde poderiam brincar de pique-esconde (Geronimo, 2012:103-105). Seja como for, a vida atrás de barricadas radicalizara as posições de muitos ativistas – embora, evidentemente, em direções diferentes – e a ilegalidade da vida cotidiana fez com que suas atitudes frente ao estado se tornassem cada vez mais agudas (Katsiaficas, 2006:91).

Se a princípio, portanto, como foi no caso das lutas antinucleares, os Autonomen lançavam mão da militância mais como uma reação à força bruta exercida pela polícia na tentativa de desocupar os prédios, ela logo se tornou um fim em si mesmo, e a violência exercida por pequenos grupos, de forma bastante assídua, ou por centenas ou milhares de pessoas em protestos, passou a ser reconhecida como um instrumento revolucionário ou como a base mantenedora do próprio ativismo. Um comunicado anônimo publicado no final dos anos 1980 compila uma série de relatos de ativistas, citações de panfletos e textos coletivos de grupos Autonomen para afirmar que

Para os Autonomen, esse ato defensivo de disfarce se tornou um símbolo de resistência, um punhado de material que não esconde nossas identidades, mas torna-a reconhecível: a *identidade dos Autonomen* como aqueles que lutam nas ruas [*“street fighters”*]. Com isso eles se distanciam não só de seu inimigo, do poder estatal, mas também de todo mundo que não é exatamente simpático a eles. Eles se orgulham de *praticar* a oposição ao estado existente. É sua combatividade que os distingue de outros manifestantes. [...]. Sua luta não visa o sucesso, ela mesma *é* o sucesso. Que ela tome lugar a intervalos regulares, isso é o importante.³⁰

Os blocos negros dos Autonomen tornaram-se uma questão política relevante e amplamente discutida na Alemanha Ocidental (Katsiaficas, 2006). Em tempos de maior repressão policial, por exemplo, Geronimo (2012) afirma que, em apenas uma noite, mais de setenta bancos em Berlim foram depredados e dezenas de supermercados saqueados por pequenos grupos descentralizados.

A intensidade da militância crescia na medida do anseio dos governos pelo despejo das ocupações, de modo que as batalhas travadas nas ruas desembocaram numa situação demasiado constrangedora para a polícia e as prefeituras, que não conseguiam

³⁰ “O que querem os Autonomen? [*What do the Autonomen want?*]”. Disponível em < <http://www.ruthlesscriticism.com/autonomen.htm> >. Acesso em 01/07/2015.

resolver o problema da forma “tradicional”. O movimento dos *squatters* só foi enfraquecido quando Berlim e Hamburgo propuseram uma regulamentação de caráter popular às ocupações, o que foi muito bem recebido pelas parcelas de moradores adeptos à “resistência não violenta”, por assim dizer. A possibilidade de legalização das moradias, com efeito, fez com que muitas pessoas aderissem ao projeto governamental, aprofundando as cisões internas do movimento de ocupação. Sem abrir mão da militância, os grupos mais radicais acabaram por se isolar, transformando-se em alvos mais fáceis para a polícia.

Passava, então, a segunda onda de ocupações, que retornaria – embora de forma menos intensa – após a queda do muro de Berlim, focada em embates contra um emergente movimento neonazista (Rahmani, 2009; Geronimo, 2012).

Não obstante, diante da perplexidade engendrada pelos black blocs Autonomen, tão presentes em Haffenstrasse e Kreuzberg, mas também nos centros mais luxuosos das cidades em dias de marchas e protestos animados pelas mais diversas causas, o autor anônimo do comunicado alerta na conclusão de sua argumentação, sobre a ação de black blocs:

Os Autonomen não são uma facção no espectro da luta anti-capitalista. Eles também não são a ala radical de um movimento de protesto.

Os Autonomen não têm nenhuma crítica ao meio utilizado pelos membros da oposição para atingir seus objetivos, eles não conhecem nenhuma outra forma para além dessa.

Os Autonomen não são apoiadores de conflitos que estejam acontecendo. Isso seria a última coisa que eles gostariam de ser.

Os Autonomen consideram cada movimento como uma oportunidade de gratificar a si mesmos e suas necessidades de autorealização em batalhas.

Os Autonomen lançam mão de conflitos como uma boa oportunidade para exercitar sua experiência peculiar de briga com a polícia. Essa é a única razão pela qual eles se unem a movimentos de esquerda, que são vistos como acessórios às revoltas.

Ocupantes, oponentes à política nuclear, anti-imperialistas, ambientalistas, amantes da paz, ativistas pelos direitos animais devem lidar com os Autonomen dessa forma. Tudo depende se os Autonomen acham que determinado movimento dá condições à ação. Os Autonomen não querem nada a não ser uma briga na rua.

Do autonomismo ao anarquismo? Black blocs nas Américas e na Europa após 1990

Segundo o movimento *Occupy Portland*, dos Estados Unidos³¹,

O black bloc permanece, via de regra, como uma tática defensiva calculada. Da mesma forma que os membros de um black bloc não hesitam em defender a si mesmos, por meio da força, contra agentes policiais, a prioridade do bloco é a defesa de si e também a de outras pessoas participantes de um protesto.

Disso, poder-se-ia concluir, junto com David Graeber (2009), que black blocs não são uma organização, mas, antes, uma maneira de se comportar durante um evento de protesto.

O que constituía um epifenômeno das ações de movimentos sociais autônomos alemães aparece, nos Estados Unidos do início dos anos 1990, como um repertório de ação em eventos de protesto associado ao anarquismo, mas, ao mesmo tempo, sem laços com movimentos sociais quaisquer. Para Dupuis-Déri (2010), o black bloc foi disseminado enquanto tática por meio de “uma rede contracultural do movimento punk e da extrema esquerda e seus fanzines, grupos musicais e contatos pessoais entre ativistas em viagem” (p. 52). Além disso, a difusão dos blocos foi efeito, de modo importante, embora em geral negativo, da ampla cobertura midiática dada às manifestações contra a Guerra do Golfo e do chamado “movimento antiglobalização” (Idem).

No que tange à experiência nos Estados Unidos e no Canadá, David Van Deusen reconhece que tal repertório de ação coletiva deve pagar tributos aos Autonomes alemães. Não obstante, o autor sugere que blocos de ação direta, em muito semelhantes aos que ganharam intensa cobertura midiática na chamada “Batalha de Seattle”, em 1999, existiram sempre que “pessoas constituintes de uma classe ou grupo militante se levantaram contra seus opressores” (2010:10). Van Deusen, integrante de um coletivo anarquista estadunidense, busca embasar seu argumento em registros históricos de “táticas de protesto” adotadas pelo *Students for a Democratic Society* (SDS), na

³¹ “Black bloc: uma curta história [*Black Bloc: A Brief History*]”. Texto do movimento *Occupy Portland* em resposta às polêmicas causadas pelas ações de black blocs em manifestações do coletivo, no ano de 2012. Disponível em < <http://www.portlandoccupier.org/2012/02/16/black-bloc-a-brief-history/> >. Acesso em 01/07/2015.

América do Norte, no ano de 1969. Van Deusen destaca, com entusiasmo, a experiência da SDS como uma das fontes inspiradoras de black blocs nos Estados Unidos, cujas primeiras expressões nos remetem ao ano de 1991, na ocasião de protestos contra a Guerra do Golfo. Ao contrário dos trabalhos de Katsiaficas e Geronimo, sobre os Autonomen, que apontam para suas origens e composição plurais, mas associadas a coletivos e movimentos autonomistas, Van Deusen não pode senão indicar, de forma geral, que as pessoas que decidem participar de black blocs o fazem em grupos de afinidade; não se restringem a classes sociais específicas e são, não obstante, de orientação “socialista”. Os black blocs, para o autor, antes de táticas ofensivas ou defensivas, seriam formas de ação coletiva possivelmente revolucionárias em si, num contexto de governamentalidade neoliberal (cf. Foucault, 2008) em que à luta de classes soma-se a resistência contra a colonização do mundo da vida pelo capital, em termos de Jürgen Habermas. Os apontamentos de Van Deusen apoiam-se amplamente não só em sua experiência enquanto ativista, mas sobretudo em entrevistas, relatos de participantes de blocos e comunicados publicitados por black blocs nos Estados Unidos e no Canadá.

Para Ned Ludd (2002), a formação de black blocs nos Estados Unidos e no Canadá está tão atrelada à luta anticapitalista, ao movimento contracultural, e suas formas de ação refletem tão claramente princípios anarquistas que, com efeito, ele é levado a concluir que black blocs canadenses e estadunidenses só podem ser anarquistas. As conclusões de Ned Ludd tomam por base relatos, entrevistas, artigos e comunicados de participantes de grupos anticapitalistas e antiautoritários norte-americanos e anglófonos. De todo modo, Ludd (2002) faz a ressalva de que seu trabalho não tem a pretensão de

[...] ser um retrato totalizante dos grupos e pessoas – seus pensamentos e formas de ação – que têm ocupado as ruas de Seattle, Washington D.C., Londres, Praga, Québec, Gênova... apreender tamanha diversidade exigiria uma enciclopédia e não apenas um volume, se é que tal empreendimento é possível (Ludd, 2002:9).

O trabalho de AK Thompson (2010) segue trilha semelhante ao de Ludd. O autor toma por base sua própria militância enquanto anarcopunk em manifestações e seu contato com outros ativistas e eventos, zines e websites a eles relacionados, não para prover seu leitor de um panorama geral das mobilizações em questão, mas, antes, para investigar os procedimentos constituintes de momentos específicos da política de

confronto de black blocs. Nesse sentido, Thompson opera um recorte que, segundo ele, faz-se de interesse especial para uma política que se propõe antiautoritária: escolhe trabalhar sobre as dimensões de classe e cor que atravessam a formação dos blocos que acompanhou ou dos quais participou, levando em conta, em especial, os protestos contra o encontro da Organização Mundial do Comércio em Seattle, 1999.

“Embora traia o senso-comum ativista, eu proponho que é válido investigar o movimento antiglobalização que emerge no Canadá e nos Estados Unidos *como* um fenômeno de classe média branca” (Thompson, 2010:15). Partindo de tal ponto, Thompson caracteriza manifestações de black blocs como uma excepcional tentativa (bem-sucedida, para o autor) de resgate de uma condição de sujeito político ativo, levada a cabo por indivíduos inseridos num estrato social inerentemente conservador que, de modo geral, delega suas responsabilidades políticas a outrem ou, no limite, reclama-se “apolítico” em seu confortável consumismo e *controle*, no sentido sugerido por Gilles Deleuze (2010)³². Um resgate do sujeito político numa incipiente forma “pós-representativa”.

Participando enquanto antropólogo das manifestações contra a cúpula do G8, no ano de 2001, em Gênova, na Itália, Jeffrey Juris rejeita a definição de black bloc enquanto organização ou rede, mas como “um conjunto de táticas operacionalizadas por grupos de jovens militantes durante protestos” (2005:420), que conscientemente fazem uso de um conjunto de significantes em “performances violentas” para animar rituais espetacularizados de resistência. Trata-se da visão do bloco, a meu ver, também expressa no trabalho de Francis Dupuis-Déri (2014a), que mencionei anteriormente: o black bloc enquanto corporificação de uma bandeira negra em meio a uma manifestação. Para Juris, o elemento mais notável das atividades de black blocs que pôde observar relaciona-se com o espetáculo e a propaganda, de modo que sua “violência” de forma alguma carece de sentido, uma vez que seus alvos são, preferencialmente, grandes corporações e a polícia. Curiosamente, apesar de pintar uma imagem do black bloc genovês como um agrupamento de jovens, ávidos por transmitir uma mensagem anticapitalista por meio da destruição de fachadas de bancos, empresas

³² Deleuze sugere o termo “sociedades de controle” para referir-se à razão de governo da vida contemporânea, que não funciona mais pelo confinamento, “mas [por] controle contínuo e comunicação instantânea” (2010:220). “Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado –, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo universitário. [...] Num regime de controle nunca se termina nada” (Ibid.).

transnacionais, postos de gasolina etc., Juris acredita não poder afirmar se o bloco era formado por anarquistas, agentes do estado infiltrados ou ativistas de direita. Isso porque, diz o autor, ficara perplexo em ver por onde o bloco passava uma cena composta não só por “símbolos do capitalismo” depredados, mas carros comuns em chamas e pequenos estabelecimentos comerciais destruídos e saqueados.

Mais recentemente e mais ao sul, a eleição de Enrique Peña Neto para a presidência do México, em 2012, foi recebida por protestos de larga escala nos quais foi possível observar a ação chamativa de black blocs. Em comunicado anônimo no dia seguinte às manifestações, participantes de blocos proclamaram-se anarquistas voltados para a insurreição enquanto método revolucionário: “O bloco negro é um coletivo de anarquistas que tem como objetivo a difusão de uma tática de marcha [...]. Não queremos derrubar um presidente somente para erguer um outro! Organiza-te!”³³

Carlos Illades (2014) levou a sério a proclamação amplamente divulgada pela internet e, ao longo do ano de 2013, dedicou-se ao estudo de black blocs mexicanos. Suas pesquisas indicam que o repertório de ação que nos interessa acompanha, no México, um movimento de resgate do anarquismo que ganha força no início dos anos 1990, tanto na Europa quanto nas Américas – argumento corroborado por Uri Gordon (2008) e Tomás Ibáñez (2015)³⁴. Illades identifica mais de dez grupos engajados em intensa ação direta em vários estados mexicanos e em relação constante com organizações de trabalhadores, campesinas e estudantis, bem como com alguns grupos insurrecionários autoritários (como a comunista Frente Oriente). Em seu diagnóstico final sobre as ações desses grupos enquanto black blocs, o autor afirma que

A postura neoanarquista é o questionamento frontal ao modo de ser da sociedade atual, da racionalidade instrumental que funda seu desenvolvimento tecnológico e sua razão cínica, que governa a ética pública. Uma constante condição de desemprego, exclusão, racismo, violência e destruição da natureza alimentam essa perspectiva desencantada em que a detonação de um coquetel molotov representa um ato libertador e o caos – o elemento destrutor da racionalidade dominante [...] (Illades, 2014:430).

Pode-se afirmar, enfim, que desde os protestos de Seattle, em 1999, black blocs estiveram presentes em todas as grandes manifestações no ocidente (Dupuis-Déri,

³³ “Comunicado do Bloco Negro México sobre os acontecimentos de 1 de dezembro”. Disponível em < <http://periodicodigitalwebguerrillero.blogspot.com.br/2012/12/comunicado-de-bloque-negro-mexico-sobre.html> >. Acesso em 12/07/2015.

³⁴ Illades denomina de “neoanarquista” o movimento anarquista que emerge na virada do século XX para o XXI, uma vez que os novos ativistas incorporam demandas típicas de novos movimentos sociais.

2010), e Valerio D'Angelo propõe uma síntese das características dos blocos e suas ações: (1) trata-se de uma ação coletiva de caráter temporário e cujo sentido está em constante transformação, organizada por meio de grupos de afinidade de “amilitantes”³⁵ independentes e autônomos; (2) por serem constituídos por anarquistas, black blocs são marcados pela democracia e horizontalidade e prezam pelas decisões tomadas por consenso, baseadas no princípio da igualdade (étnica, de gênero etc.):

Esta característica pode ser vista, de forma a-problemática, como um intuito de radicalizar a experiência democrática e romper com as formas clássicas de representação, em favor de um processo deliberativo descentralizado, igualitário e participativo (D'Angelo, 2014:15-16);

(3) black blocs se distinguem de outros manifestantes sobretudo pelo uso da violência direcionado para símbolos do capitalismo mundial, respeitando, ao mesmo tempo, a “diversidade de táticas” que podem vir a ser empregadas num evento de protesto.

Pois bem, essas experiências de black blocs, em lugares e contextos tão distintos quanto Dresden, na Alemanha Ocidental, Sacramento, nos Estados Unidos – durante a primeira guerra contra o Iraque – Québec, no Canadá, em ocasião de protestos contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), Gênova, em 2001, Barcelona e Cancun, em 2012, entre outras, tomadas em seu conjunto, formam o que chamei de uma trajetória de emergência e desenvolvimento “do black bloc”. E tendo tal trajetória, elaborada exclusivamente no hemisfério norte, como base empírica sólida, sobre a qual é possível erigir todo tipo de análise sobre o fenômeno, intelectuais brasileiros puderam classificar os “blocos” brasileiros nas mais variadas formas e, a partir daí, tecer seus juízos de valor.

Uma primeira categoria de estudos para os quais chamamos atenção, por me parecerem partir das premissas mais deslocadas das dinâmicas da ação direta de black blocs, no Brasil ou no exterior, assume que “o Black Bloc pode ser compreendido pela

³⁵ O termo “amilitante” foi cunhado por Francis Dupuis-Déri (2014b) para designar, a um só tempo, a negação da figura clássica do militante de esquerda e a importância das relações de confiança e amizade entre os grupos que compõem black blocs. Quanto aos grupos de afinidade, David Graeber (2009) os define como a forma mais elementar da associação voluntária. Em suas palavras, os grupos de afinidade consistem em, basicamente, “pequenos grupos de pessoas que sentem que compartilham algo em importante em comum e decidem trabalhar juntos num mesmo projeto. O termo em si deriva do espanhol, *grupos de afinidad*, que se referia a agrupamentos de amigos, [...] mas na década de 1920 os grupos de afinidade designavam a unidade básica organizacional da confederação anarquista espanhola (FAI). [...] Quando grupos de afinidade perduram entre várias ações, eles se tornam difíceis de distinguir entre coletivos, grupos mínimos que operam em termos igualitários” (Graeber, 2009:288-289).

lente de um movimento social” (Carreiro, 2014:246)³⁶. Vejamos, rapidamente, no que consiste um movimento social a partir dos trabalhos de alguns especialistas mais proeminentes no assunto.

Para Sidney Tarrow, movimentos sociais são definidos, basicamente, “como desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridades” (2009:21).

Para Donatella della Porta e Mario Diani, movimentos sociais distinguem-se de outras formas de ação coletiva porque eles consistem, primeiro, numa coletividade de atores “engajados em conflitos políticos e/ou culturais no intuito de promover ou se opor a mudanças sociais” (2006:21). Segundo, movimentos sociais consistem numa densa rede informal formada por seus militantes que “mantêm trocas de recursos na busca de objetivos comuns” (Ibid.). Terceiro, “observa-se um processo de movimento social quando identidades coletivas são desenvolvidas e sustentadas para além de eventos e iniciativas específicas” (Ibid.).

Para Alberto Melucci, movimentos sociais não são dados empíricos, acabados, que podemos levar ao laboratório e investigar seu funcionamento, mas consistem numa rede de subjetividades heterogêneas que não se mantêm senão com grandes esforços empreendidos pelas pessoas envolvidas. Assim, sugere Melucci, uma forma de estudar essa forma de ação coletiva, chamada “movimento social”, é trata-la como uma categoria analítica. Esta categoria analítica supõe a solidariedade entre as pessoas que dela tomam parte; supõe o conflito, isto é, “a oposição entre dois ou mais atores que numa disputa por recursos sociais valiosos” (1996:24); e o “rompimento dos limites de compatibilidade de determinado sistema de relações sociais dentro do qual ocorre a ação” (Ibid.)³⁷.

Nesse sentido, e diante da literatura especializada em black blocs que atravessamos até este ponto, não há razão, a princípio, para pensarmos que os blocos possam ser analisados como movimentos sociais, uma vez que (a) não existem garantias

³⁶ Alguns exemplos de estudos deste tipo podem ser conferidos em Miotto e Ferreira (2015) e Carrasco (2016).

³⁷ Tomemos o cuidado de definir, de acordo com Melucci, “solidariedade” e “limites de compatibilidade”. Por solidariedade, Melucci entende “a habilidade de atores de se reconhecerem mutuamente como pertencentes à mesma unidade social” (Melucci, 1996:23). Em outros casos, a ação coletiva emerge a partir da agregação de comportamentos mais ou menos individualizados, e não implica na formação de um movimento social. Por “limites de compatibilidade de determinado sistema de relações sociais”, Melucci entende a “amplitude de variabilidade em estados sistêmicos que permitem a manutenção de sua estrutura (ou o conjunto de elementos e relação que identificam o sistema enquanto tal)” (Idem, p. 24).

que black blocs tenham objetivos comuns; (b) não podemos presumir que black blocs distintos, tomando parte de um mesmo protesto, bem como os grupos de afinidade que os compõem, sejam solidários (mantenham unidade identitária) entre si; (c) black blocs não sustentam o confronto com seus opositores e autoridades para além de determinado evento de protesto.

A assumpção de que black blocs, universalmente, mostram-se como agrupamentos mais ou menos coesos, movidos por princípios antiautoritários e, em uma palavra, anarquistas, que lançam mão da chamada “violência política”³⁸ como meio para construir sua crítica radical, possibilitou que intelectuais como Rudá Ricci (2013) o diagnosticassem como niilistas (para Ricci, aliás, é niilista todo tipo de ação coletiva que não se presta à institucionalização).

Por, aparentemente, não respeitarem as regras do jogo das instituições políticas vigentes, após os protestos de junho de 2013 Marilena Chauí (2013) acreditou ser adequado não só considerar os black blocs antidemocráticos, mas fascistas – argumento, em minha opinião, de todo infundado.³⁹

José Zúquete (2014:96-98), após refletir sobre o sistema filosófico que, segundo ele, anima a tática de Berlim a Uberlândia, de Nova York ao Cairo (mas cuja referência “ideológica e militante” central é o coletivo anarquista estadunidense *CrimethInc*), parte para a distinção entre black bloc (entenda-se: o *autêntico* black bloc) e jovens pobres de periferias e favelas que participaram de quebra-quebras no Brasil.

Paulo Resende, Pablo Rosa e Geraldo Campos (2014) apontam os black blocs brasileiros como uma nova forma de resistência que se apresenta, de fato, como a única

³⁸ Uso da força capaz de condicionar a forma com que as pessoas organizam-se socialmente e, em geral, reivindicada pelo estado como uma propriedade legítima e exclusivamente sua (cf. Dupuis-Déri, 2014b).

³⁹ Em uma palestra a cadetes e oficiais, Chauí afirma que, no que se refere às mobilizações de junho de 2013, há várias formas de se classificar a ação dos participantes: “Temos três formas de se colocar. Coloco os *blacks*’ na fascista. Não é anarquismo, embora se apresentem assim”. Ver artigo da *Folha de S. Paulo*: **‘Black blocs’ agem com inspiração fascista, diz filósofa a PMs do Rio**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/126068-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofa-a-pms-do-rio.shtml>>. A filósofa complementa sua análise numa entrevista, concedida à revista *Cult*: “Eles são um elemento disruptor, mas não no sentido de que trazem uma alternativa de organização ou ação, mas porque estão destruindo, por dentro, as formas existentes de ação através do ataque à pessoa do outro”. Disponível em <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/marilena-chau-no-espaco-cult-2/>>. Diante dos disparates de Chauí, cabe-me dizer que não é preciso nem mesmo uma pesquisa aprofundada para que deixemos de lado seus argumentos. Uma busca relativamente rápida na internet revela que, de fato, havia fascistas nas manifestações de junho de 2013 no Brasil e que estes atacavam pessoas nas ruas – há enxames de registros em forma de textos, fotografias e vídeos sobre o assunto. Entretanto, esses fascistas de modo algum poderiam ser confundidos com black blocs que, com efeito, os confrontaram abertamente não só em autodefesa, mas em defesa de movimentos sociais e militantes partidários. O acesso aos endereços foi feito em 17/05/2014.

forma possível de militância num contexto de protestos massivos, avessos à política institucional, sem lideranças, pouco inclinada a quaisquer tipos de negociação (evidentemente, por sua própria natureza) e minuciosamente vigiados pela polícia.

Resende, Rosa e Campos defendem que as Jornadas de Junho de 2013 foram condicionadas, entre outros fatores, por um grave quadro generalizado de desconfiança nas instituições representativas. Essa característica dos protestos, modelada por uma miríade de subjetividades às ruas, em última instância, culminou numa “linha de pureza” que delineava dois polos opostos de ativistas: “o ‘cidadão de bem’, apegado ao direito de expressar sua opinião sempre de um modo ‘pacífico’” (2014:3), que “nega a política” ao insistir numa visão míope do *modus operandi* das instituições políticas, e o “vândalo” – cujo arquétipo é o participante de black blocs – que desafia a lei, a polícia e a política por meio do anonimato e da profanação, através da força, dos domínios sacramentados pela democracia representativa contemporânea (Idem, p.5).

Para Edson Passetti (2013), o black bloc é, diante das formas atuais de nos organizarmos socialmente, de todo insuportável: ontologicamente (uma vez que os blocos são capazes de fagocitar grupos marginalizados e comumente associados ao comportamento desviante, como moradores de rua, “saqueadores oportunistas” e toda gente que, aos olhos de uma parcela significativa da mídia e da população, seria inerentemente “viciosa”), epistemologicamente (rejeitam a identidade e a representação) e, portanto, moral e politicamente (os black blocs mostram-se antiautoritários e anticapitalistas). Nas próprias palavras de Passetti:

Esta ação direta [black bloc] os marcou [militantes black bloc] como prejudiciais às reivindicações pacifistas, ao próprio movimento, à estabilidade democrática, aos arranjos políticos representativos e partidários, violentos, inconsequentes e alvos legitimamente investidos de consentimento para serem identificados, fichados, presos, marcados e julgados pela polícia e tribunais.

Antes de tudo, julgados pelo tribunal da opinião pública constituído de forças reativas, mídias, políticos, militantes, analistas constitucionalistas, especialistas em mobilizações e segurança pública, enfim, um contingente armado e desarmado capaz de constituir um tribunal com base na lei, na norma, na democracia segundo sua convencional interiorização, caracterizando o que se passava como a distinção entre o legítimo e a sustentação da legalidade e, por conseguinte, a ser combatido.

Pluralismo tem limites!, enfatiza o liberal juramentado. Tolice, nenhuma lei consegue adestrar a história.

Em um movimento não se deve esperar pelo dissonante provisório ou sua identidade progressista ou conformista, e muito menos que a orquestração do rebanho estará sob controle, seja por meio de lideranças ou de horizontalidades (Ibid.).

A lista segue com uma miríade de trabalhos simpáticos e antipáticos aos blocos e, *a priori*, não é possível aceitar ou rejeitar quaisquer dessas análises sobre o objeto que nos interessa. Não podemos aceitar ou rejeitar nenhuma delas – à exceção, evidentemente, do apontamento referente ao fascismo de Chauí – porque, sem investigar os blocos que no Brasil tomaram forma, os trabalhos brasileiros adentram o campo da especulação, tomando de empréstimo, em grande medida, conceitos e experiências alheias. Em uma palavra, definem e analisam os black blocs brasileiros de cima para baixo, por meio de trabalhos interessantíssimos, mas referentes a outrem, a esquemas de socialidade outros que não podem ser transpostos no tempo e no espaço senão desajeitadamente.

Passados dois anos dos eventos de protesto de junho, encontramos à nossa disposição um número considerável de trabalhos que buscam apreender as várias dimensões das mobilizações brasileiras, que guardam algo em comum com outras ocorridas em países como Turquia, Estados Unidos e Espanha. Em vista do que foi apresentado até este ponto, parece-me que as pesquisas e os apontamentos teóricos mais profícuos em relação às ações de black blocs são aqueles que combinam dois movimentos investigativos concomitantes: um, o de localizar os blocos num momento histórico e político específico, avaliando as janelas de oportunidades para sua emergência; outro, o de considerar blocos em suas especificidades localizadas, ontológicas, organizativas, intersubjetivas.

No próximo capítulo, voltarei meus esforços para a realização do primeiro desses movimentos. De todo modo, ambos os movimentos mencionados supõem o reconhecimento de determinadas especificidades intrínsecas ao diversificado campo de atuação anarquista.

Sobre Anarquismo(s)

Ao longo do texto, deparamo-nos com termos como “princípios libertários”, “coletivismo”, “individualismo”, “anarquismo social” e “anarquismo estilo de vida”, entre outros intrínsecos ao movimento anarquista. Esses termos, ou conjunto de conceitos, não são óbvios para a leitora pouco familiarizada com as práticas, ideias e polêmicas próprias à militância anarquista; via de regra, eles refletem a ação política direta de coletividades, articulam-se de forma não linear, entrechocam-se, combinam-se

de modo a efetivar formas variadas de militância e atravessam, tanto em teoria quanto na prática, as mobilizações de que tratamos.

A concepção de black blocs enquanto “tática” (seja lá sua finalidade) “anarquista” certamente diz algo sobre o caráter dos sujeitos que participam de black blocs, mas, ao mesmo tempo, oblitera algumas de suas dimensões mais importantes. Com efeito, embora os conteúdos da militância anarquista – igualdade, liberdade e solidariedade, ou seja, a liberdade e igualdade de todas por meio da liberdade de cada uma, ambas garantidas por um princípio ético norteador da ação política, o apoio mútuo – sejam os mesmos e incontroversos dentro do movimento, considerado de forma mais geral e abrangente, eles tomam forma e fluem em formas tão distintas quanto são os libertários⁴⁰.

Lancemo-nos, portanto, a uma breve revisão do(s) anarquismo(s) e de algumas de suas vertentes, a fim de traçar seus contornos. Poucas linhas sobre o assunto, polifônico e *pluriversal* por natureza, são de longe insuficientes para sua apreensão e devida apreciação; além disso, atravessaremos poucos exemplos empíricos dos efeitos da existência dessas linhas de atuação distintas, dando foco especial aos brasileiros. Contudo, espero que o curto percurso sobre parte da seara libertária deixe o leitor a par de sua paisagem e dos principais elementos que lhe dá vida, evitando assim possíveis confusões ou argumentações demasiadamente turvas nas páginas que seguem.

Já esbocei alguns traços constituintes, e comuns, às várias “tendências” anarquistas. E, com efeito, se me fosse solicitado uma definição de anarquismo, ela poderia tomar uma forma parecida com a seguinte: o que chamamos de anarquismo, hoje, é um composto de conceitos que, em seu conjunto, traçam limites éticos à ação social tendo como objetivo último a construção de relações igualmente livres entre as pessoas, e entre estas e a terra – relações que, em tudo, buscariam abolir de suas configurações a autoridade opressora, a dominação de uns sobre outros, mestres e senhores de todo tipo. Enfim, a construção da anarquia: “a liberdade plena e completa

⁴⁰ Segundo Leo Vinicius, “a palavra *libertário* tem origem no francês, *libertaire*. O termo é datado do final da década de 1850, quando o anarquista Joseph Déjacque (1821-1864) publicou, em Nova York, *Le Libertaire, Journal du mouvement social* entre junho de 1858 e fevereiro de 1861. A disseminação do termo ‘libertário’, por parte dos anarquistas, foi propagada na década de 1890, na França, onde se evitava utilizar o termo ‘anarquista’ devido às inúmeras leis contra o anarquismo decorridas da repressão à onda de atentados terroristas à bomba praticados por autointitulados anarquistas” (2014:77).

do indivíduo, os grupamentos naturais e temporários, a solidariedade, passada ao estado de hábito natural”, nas palavras de Piotr Kropotkin (2012:34)⁴¹.

Mas as tentativas de se definir a anarquia, e o anarquismo, há muito já fora fonte de controvérsias e disputas entre militantes.

As ideias e ações de Mikhail Bakunin, por exemplo, assentam-se “em uma moral humana e um direito humano absolutos” (Bakunin, 2014:29). Contrapondo-se à moral religiosa, que, diz o autor, nunca passou de uma abstração sofisticada do próprio homem, com aquilo que se percebe nele como virtudes e vícios, e à do Estado, que é a da força, Bakunin define da seguinte forma essa “moral humana absoluta”:

Vossa personalidade mais íntima, a consciência que tendes de vós mesmos em vosso foro interior, não é, de certa forma, senão o reflexo de vossa própria imagem, refletida e enviada a vós, como por meio de um conjunto de espelhos, pela consciência tanto coletiva quanto individual de todos os seres humanos que compõem vosso mundo social. Cada homem que conheceis e com o qual vos encontrais em relação, direta ou indireta, determina, mais ou menos, vosso ser mais íntimo, contribui para fazer de vós o que sois, constituir vossa personalidade. Em consequência, se estais cercados de escravos, mesmo que sejais senhor deles, implica dizer que sois também escravo, pois a consciência dos escravos não pode refletir senão vossa imagem aviltada. [...] Na imortal Declaração dos Direitos do Homem, elaborada pela Convenção Nacional, encontramos claramente expressa essa verdade sublime: *que a escravidão de um único ser humano é a escravidão de todos*. Ela contém toda moral humana, precisamente o que chamamos de moral absoluta [...] (Idem, p. 31-32).

Assim, a construção da anarquia, na visão de Bakunin, dependeria da ação orientada, basicamente, por três elementos. O primeiro deles é o federalismo⁴². Para Bakunin, o Estado não só não é necessário como é fonte das mais terríveis misérias que afligem as pessoas, e por isso deve ser destruído de imediato:

É da natureza do Estado apresentar-se, tanto para si quanto para seus governados, como objeto absoluto. Servir sua prosperidade, sua grandeza, sua força, é a suprema virtude do patriotismo. O Estado não reconhece outra – tudo o que o serve é bom, tudo o que é contrário a seus interesses é declarado criminoso, tal é a moral do Estado. É por isso que a moral política foi sempre não só estranha, mas absolutamente contrária à moral humana. Essa contradição é consequência forçada de seu princípio: o Estado, sendo só parte, apresenta-se e impõe-se como um todo; ignora o direito de tudo o que, não sendo ele mesmo, acha-se fora dele, e quando pode, sem perigo para si mesmo, viola-o. – O Estado é a negação da humanidade (Bakunin, 2014:28).

⁴¹ À amiga anarquista que por ventura venha a ler este texto, sinto muito por não poder fazer mais do que desenhar – mal desenhista que sou – caricaturas do anarquismo e de suas múltiplas tendências.

⁴² Os princípios básicos orientadores de Bakunin exprimem-se por meio de seu clássico *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, de 1867-1868, posteriormente desenvolvidos e radicalizados em cartas, panfletos e ensaios, dos quais uma extensa seleção pode ser conferida em Bakunin (2015).

Sobre suas ruínas, erigir-se-á, no que depende do revolucionário russo, *uma ampla federação de livres associações entre pessoas iguais*, não só politicamente, mas também em possibilidades de desenvolverem plenamente suas aspirações materiais e espirituais, de acordo com seus interesses, hábitos de costumes e tipo de trabalho a que dedicam.

O segundo desses elementos é o “socialismo democrático”, que chamarei “socialismo libertário”, a fim de evitar possíveis confusões com partidos políticos. O socialismo libertário seria a um só tempo causa e consequência do princípio federativo proposto por Bakunin.

Por fim, o último elemento motriz do pensamento e prática bakuninianos é o *antiteologismo*, ou seja, a negação não só da religião, mas também do idealismo, do liberalismo e do socialismo autoritário. Em nome de deuses, ideais e teleologias, lamenta Bakunin, “a terra foi levada à pilhagem, empobreceu-se em proveito do céu, que se enriqueceu de seus despojos” (2014:47). Ainda:

Resultou disso que, quanto mais o céu, a morada da divindade, enriquecia-se, mais a terra tornava-se miserável; e bastava que uma coisa fosse adorada no céu para que todo o contrário dessa coisa se encontrasse realizado neste mundo de baixo. É o que denominamos ficções religiosas; a cada uma dessas ficções corresponde, sabemos-lo muito bem, alguma realidade monstruosa. [...] Veremos em breve que o mesmo ocorre com todas as ficções políticas e jurídicas [...] (Idem, p. 48).

Errico Malatesta, em 1903, a fim de dar cabo às polêmicas entre tendências anarquistas distintas, já então bastante contraproducentes e danosas ao movimento⁴³, procurou unir as forças libertárias de sua época por meio de intensa propaganda, na qual era possível ler o que se segue.

Queremos mudar radicalmente tal estado de coisas. E visto que todos estes males derivam da busca do bem-estar perseguido por cada um por si e contra todos, queremos dar-lhe uma solução, substituindo o ódio pelo amor, a concorrência pela solidariedade, a busca exclusiva do bem-estar pela cooperação, a opressão pela liberdade, a mentira religiosa e pseudocientífica pela verdade.

Em consequência:

1. Abolição da propriedade privada da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho – para que ninguém disponha do meio de vida pela exploração do trabalho alheio –, e que todos, assegurados os meios de produção e de vida, sejam de fato

⁴³ Max Nettlau, por exemplo, relata que o próprio Malatesta chegou a sofrer um atentado a tiros, operado por um anarquista opositor cujas ideias, Nettlau indica, eram de caráter “antiorganizador e individualista” (2007:45).

- independentes e possam associar-se livremente, uns aos outros, no interesse comum e conforme as simpatias pessoais.
2. Abolição do governo e de todo poder que faça a lei para impô-la aos outros: portanto, abolição das monarquias, repúblicas, parlamentos, exércitos, polícias, magistraturas e toda instituição que possua meios coercitivos.
 3. Organização da vida social por meio de associações livres e das federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas segundo a vontade dos membros, guiadas pela ciência e pela experiência, liberta de toda obrigação que não derive das necessidades naturais, às quais todos se submetem de bom grado quando reconhecem seu caráter inelutável.
 4. Garantia dos meios de vida, de desenvolvimento, de bem-estar às crianças e todos aqueles que são incapazes de prover sua existência.
 5. Guerra às religiões e a todas as mentiras, mesmo que elas se ocultem sob o manto da ciência. Instrução científica para todos, até os graus mais elevados.
 6. Guerra ao patriotismo. Abolição das fronteiras, fraternidade entre todos os povos.
 7. Reconstrução da família, para que ela resulte da prática do amor, liberto de todo laço legal, de toda opressão econômica ou física, de todo preconceito religioso.

Tal é o nosso ideal (Malatesta, 2007:63-64).

Em grande medida, é possível dizer que o ideal de Malatesta consegue, de fato, satisfazer todas as tendências anarquistas e, à época, foi capaz até mesmo de acalmar os ânimos e ensejar novas articulações revolucionárias antiautoritárias, sobretudo na Espanha (Nettlau, 2007). Isso, contudo, deve sempre vir acompanhado de uma espécie de “adendo”, que não é de menor importância e Malatesta não o deixa passar despercebido. Afinal, a realização de um estado de coisas tal como sonham os anarquistas em tudo é similar ao que é buscado por comunistas autoritários. E esse adendo é o que faz toda a diferença: para os libertários, os fins não justificam os meios, isto é, não se acaba com a opressão por meio da opressão.

Bakunin, ainda em 1871, já chamava atenção de companheiros, por meio de discursos e escritos, para o fato de que a revolução não é feita por decretos.

Esse é o ponto que divide principalmente os socialistas ou coletivistas revolucionários dos comunistas autoritários, partidários da iniciativa absoluta do Estado. Seu objetivo é o mesmo [...]. Só que os comunistas pensam que eles poderão conseguir isso pelo desenvolvimento e pela organização da potência política das classes operárias, e especialmente do proletariado das cidades, com a ajuda do radicalismo [democrata] burguês, enquanto os socialistas revolucionários, inimigos de toda combinação e aliança equívocas, pensam, ao contrário, que eles só poderão alcançar esse objetivo pelo desenvolvimento e pela organização da potência não política, mas social, e por consequência, antipolítica das massas operárias tanto das cidades como do campo, inclusive todos os homens de boa vontade das classes superiores que, rompendo com todo seu passado, desejarão

francamente associar-se a eles e aceitar integralmente seu programa (Bakunin, 2014:115).

Sobre a questão dos meios revolucionários, Emma Goldman defende, numa publicação do ano de sua morte, 1940, que

Nada é mais falso do que crer que os objetivos e as intenções são uma coisa, os métodos e táticas outra coisa. Essa concepção ameaça gravemente a regeneração social. Toda a experiência da humanidade ensina-nos que os métodos e os meios não podem ser separados do fim último. Os meios empregados tornam-se, por intermédio dos hábitos individuais e das práticas sociais, parte integrante do objetivo final; eles o influenciam, modificam-no, até que os fins e os meios acabam por se tornar idênticos. [...] Toda a história da humanidade prova que, tão logo nos privamos dos métodos inspirados por conceitos éticos, afundamos na desmoralização mais aguda. Essa é a autêntica tragédia da filosofia bolchevique aplicada à Revolução Russa (2010:96-97).

A militante anarquista prossegue, rumo à conclusão.

A revolução destrói os *valores* dominantes, sobre os quais foi construído um sistema complexo de injustiça e opressão que repousa sobre a ignorância e a brutalidade. [...] Ela é, antes de tudo, o *vetor* de uma mudança radical, *portador de novos de novos valores*. Ela *ensina uma nova ética* que inspira o homem, inculcando nele uma nova concepção da vida e das relações sociais (Idem, p. 97-98).

É interessante notar que, nesse sentido e em última instância, para as anarquistas um regime comunista autoritário consiste numa impossibilidade ética tão grande quanto um sistema de democracia liberal: “estamos convencidos que liberdade sem Socialismo é privilegio e injustiça, e que Socialismo sem liberdade é escravidão e brutalidade” (Bakunin, 1964:269).

Partindo desse ponto de vista, a revolução social advogada pelos anarquistas apresenta-se como uma longa sequência de movimentos, que se sucedem, com poucos laços entre si senão o objetivo último a alcançar (Kropotkin, 2012:45). A revolução social não é efetivada numa noite salvacionista. E Kropotkin afirma que

Uns [desses movimentos] serão completamente vencidos, outros obterão concessões, outros ainda se imporão e, de derrotas em vitórias, a ideia prosseguirá seu caminho até que ela se imponha definitivamente. Não pode haver período transitório. A revolução social é um caminho a percorrer; deter-se no caminho equivaleria a recuar. Ela só poderá parar quando tiver realizado seu percurso e tiver alcançado o objetivo a conquistar: o indivíduo livre na sociedade livre (Ibid.).

Aparando-se algumas arestas mais salientes, chega-se a uma definição bem aceita de anarquia e anarquismo, mas ainda resta um ponto sobre o qual, ainda hoje, não há consenso – muito embora pareça ter deixado de ser, como fora há pouco tempo, motivo de oposição aferrada e rupturas bruscas. Trata-se de resolver quais os meios adequados na construção desse novo mundo, livre de hierarquias, autoridades e dominação.

Os coletivos dos dias de hoje não raro recorrem aos anarquistas mais antigos em busca de respostas à questão dos meios propícios, desejáveis e mais eficientes ao desenvolvimento da revolução social.

Há aqueles que acreditam que a melhor forma de se realizar a anarquia é seguindo a via da organização popular segundo os princípios libertários que discutimos brevemente. Esses militantes, de modo geral, ancoram-se nos escritos de Bakunin e Malatesta para defender e promover a organização social em coletividades menores ou maiores, que não só difiram de uma ordenação capitalista e autoritária de relações sociais, mas que também possam resistir de maneira julgada adequada às inexoráveis intervenções de forças opositoras⁴⁴. Nas palavras de Malatesta,

Devemos fazer com que o povo, em sua totalidade e em suas diferentes frações, exija, imponha e realize, ele próprio, todas as melhorias, todas as liberdades que deseja, na medida em que concebe a necessidade disso e adquire a força para impô-las. Assim, propagando sempre nosso programa integral e lutando de forma incessante para sua completa realização, devemos incitar o povo a reivindicar e a impor cada vez mais, até que ele consiga sua emancipação definitiva (2007:70).

Essas organizações não necessariamente têm de ser anarquistas, ou compostas somente por anarquistas, sendo estes agentes não mais que participantes dos movimentos, buscando influencia-las em suas formas de ação. O uso da força bruta é visto como um recurso do qual não se pode abrir mão; contudo, só seria justificável na medida em que “quisessem impor-nos, pela violência, um modo de vida com o qual não estivéssemos de acordo” (Malatesta, 2014:87)⁴⁵.

⁴⁴ “Nós já o repetimos: sem organização, livre ou imposta, não pode existir sociedade; sem organização consciente e desejada, não pode haver nem liberdade, nem garantia de que os interesses daqueles que vivem em sociedade sejam respeitados. E quem não se organiza, quem não procura a cooperação dos outros e não oferece a sua, em condições de reciprocidade e solidariedade, põe-se necessariamente em estado de inferioridade e permanece uma engrenagem inconsciente no mecanismo social que outros acionam a seu modo, e em sua vantagem” (Malatesta, 2007:93).

⁴⁵ Malatesta explica que “seria – já o dissemos – absurdo e em contradição com nosso objetivo querer impor a liberdade, o amor entre os homens, o desenvolvimento integral de todas as faculdades

Com isso, os agrupamentos anarquistas que promovem a organização popular em vistas da revolução social dividem-se, *grosso modo*, em duas linhas: uma primeira, cujo foco é a formação moral, intelectual e material em sintonia com princípios libertários, defendendo-se do modo que lhes é possível e na medida em que o estado interfere no desenvolvimento de seus trabalhos, e uma segunda, que busca a organização popular para a promoção de insurreições. Por um lado, os insurrecionalistas justificam-se pelo fato de que são contra a autoridade, isto é, “a violência de um pequeno número sobre um grande número” (Ibid.). Por outro lado,

A abolição da Igreja e do Estado deve ser a condição primeira e indispensável da liberação real da sociedade; só assim ela pode e deve organizar-se de outra maneira, mas não de cima para baixo segundo um plano ideal, imaginado por alguns sábios e eruditos, ou, então, por decretos lançados por alguma força ditatorial, ou, inclusive, por uma assembleia nacional, eleita pelo sufrágio universal. Tal sistema, como já disse, conduziria inevitavelmente à criação de um novo Estado e, conseqüentemente, à formação de uma aristocracia governamental, isto é, de uma classe inteira de pessoas nada tendo em comum com a massa do povo [...] (Bakunin, 2014:126).



FIGURA 1 – Panfleto de divulgação da Coordenação Anarquista Brasileira, avessa ao anarquismo insurrecional. “A Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) é um espaço organizativo fundado em 2012 que articula nacionalmente organizações e grupos anarquistas que trabalham com base nos princípios e na estratégia do anarquismo de matriz especificista. A CAB surge como resultado dos dez anos do processo de organização, iniciado em 2002, do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). Durante essa década, avança em termos político-ideológicos e em relação aos trabalhos nos movimentos populares. A fundação da CAB marca a passagem de um fórum para uma coordenação nacional, evidenciando um aumento de organicidade e fundamentando as bases para o avanço rumo a uma organização anarquista brasileira”. Fonte: Coordenação Anarquista Brasileira. Disponível em < https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=6 >. Acesso em 16/02/2016.

humanas pela força. É preciso contar com a livre vontade dos outros, e a única coisa que podemos fazer é provocar a formação e a manifestação dessa vontade. Mas seria da mesma forma absurdo e em contradição com nosso objetivo admitir que aqueles que não pensam como nós impeçam-nos de realizar nossa vontade, visto que não os privamos do direito a uma liberdade igual à nossa” (2007:66).

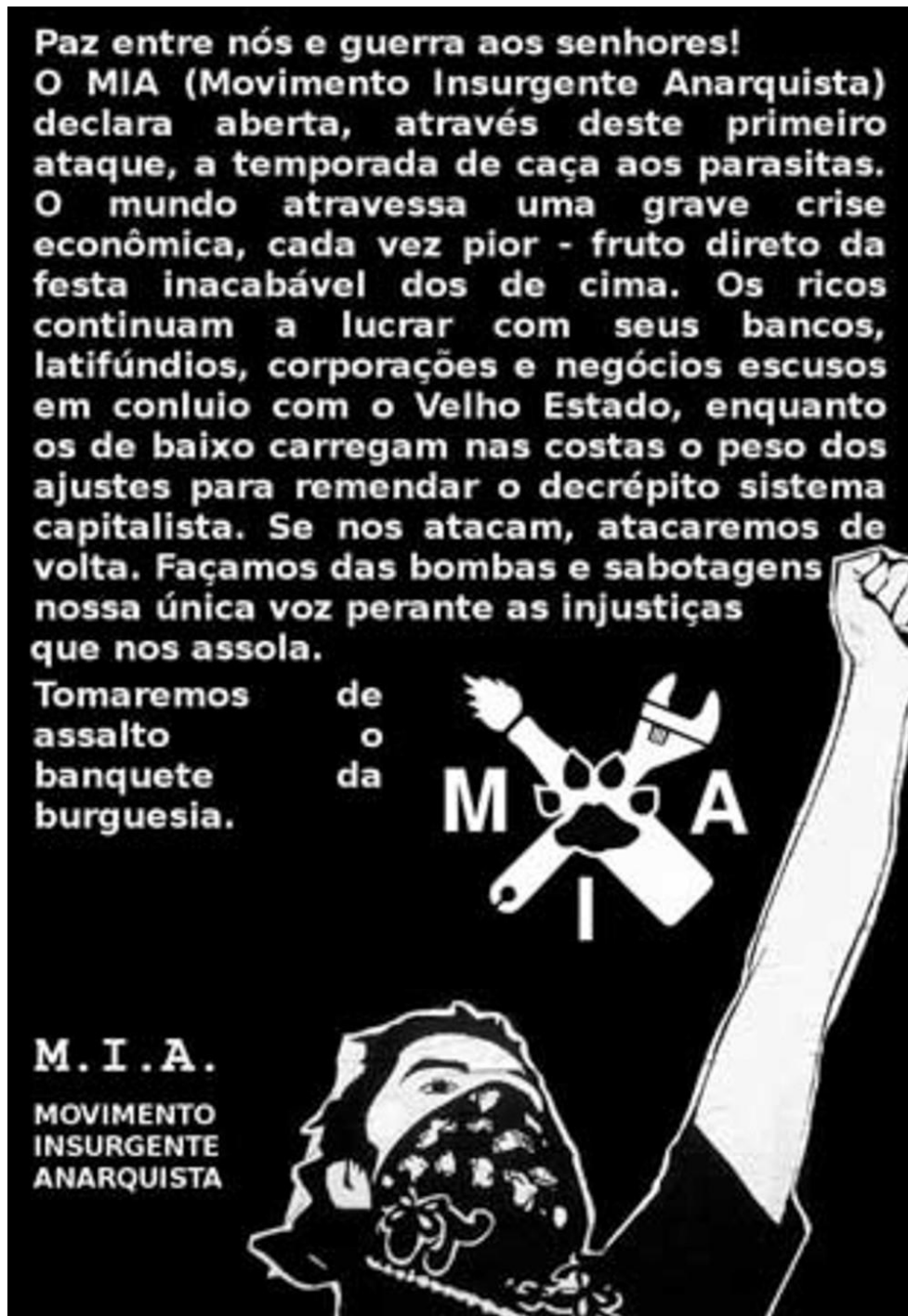


FIGURA 2 – Panfleto do Movimento Insurgente Anarquista, que reivindicou em 2015 uma série de ataques a bancos nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Fonte: Vice. Disponível em < https://www.vice.com/pt_br/read/o-movimento-insurgente-anarquista >. Acesso em 15/02/2016.

Bakunin, bem como outros anarquistas, nunca tentaram projetar um modelo de sociedade pós-capitalista e pós-estado; no limite, indicaram que uma nova ordem só poderia ser construída de baixo para cima, pela livre associação e federação de pessoas. A insurreição, nesse sentido, serviria à causa libertária não só ao mostrar às pessoas que

patrões, governantes e outras autoridades têm interesses opostos aos seus, mas que as classes dirigentes recuam ante a rebelião organizada de trabalhadores e oprimidos de todo tipo – a ação direta de arrancar das mãos de seus algozes liberdades que lhes são negadas⁴⁶. Refere-se comumente a este tipo de anarquismo como “anarquismo social” ou “anarquismo de massas”.

Contudo, seria injusto sugerir que há uma corrente militante libertária específica que advoga pela organização, cujas bases seriam os trabalhos de Bakunin e Malatesta, enquanto todas as outras estariam dotadas de um caráter “antiorganizacional”. Mas, como vimos, essa primeira tendência anarquista volta-se para a organização de massas populares (coisa que não acontece espontaneamente) para a superação, eventualmente violenta, da autoridade.

Neste ponto, é possível ver uma diferença significativa em relação a outra tendência anarquista, a que chamamos em geral de “mutualista” ou “coletivista”, associada ao trabalho de Piotr Kropotkin.

Kropotkin, geógrafo positivista e militante anarquista, companheiro de Bakunin, Malatesta e Reclus, entendia a anarquia como a forma de organização da natureza, da qual não escapam as organizações humanas. Para esse militante e geógrafo russo, a anarquia

É uma visão de conjunto que resulta da autêntica compreensão dos fatos sociais, do passado histórico da humanidade, das verdadeiras causas do progresso antigo e moderno. Uma concepção que não se pode aceitar sem sentir modificarem-se todas as nossas apreciações, grandes ou pequenas, dos grandes fenômenos sociais, bem como das pequenas relações entre nós todos em nossa vida cotidiana.

Ela é um princípio de luta de todos os dias. E se é um princípio nessa luta, é porque resume as aspirações profundas das massas, um princípio, falseado pela ciência estatista e pisoteado pelos opressores, mas sempre vivo e ativo, sempre criando o progresso, malgrado e contra todos opressores.

Ela exprime uma ideia que, em todos os tempos, desde que existem sociedades, buscou modificar as relações mútuas, e um dia as transformará, desde aquelas que se estabelecem entre homens encerrados na mesma habitação, até aquelas que pensam estabelecer-se em grupamentos internacionais.

Um princípio, enfim, que exige a reconstrução de toda a ciência física, natural e social (Kropotkin, 2010:35).

⁴⁶ O anarquismo promovido pela tendência à organização – seja ela de insurreições ou não –, tal como aqui esboçamos, teve uma presença especialmente forte no Brasil, expressando-se sobretudo por meio do anarco-sindicalismo no início do século XX, como veremos no capítulo 2.

Kropotkin credita à ignorância e brutalidade do ser humano primitivo a ascensão da ordenação autoritária da vida social. “A Terra entregue a si mesma” não forneceria víveres o bastante para todos, e disso decorreu uma guerra feroz entre indivíduos que, sendo imbecis, não percebiam o quão terrível é uma sociedade baseada na rapina, em que o mais forte subjuga o mais fraco sem qualquer escrúpulo, a fim de extrair somente a soma de trabalho e fruir de forma imediata. A natureza humana, ou a natureza, de modo geral, não admite o egoísmo, a competição, a concorrência generalizada, mas, ao contrário, baseia-se na lei do apoio mútuo e da solidariedade. Em condições adequadas, ou seja, nas quais as bases materiais para a existência humana estejam asseguradas, restava-nos, a bem dizer, os esforços no sentido de abolir autoridades e capitalismo para levarmos uma vida de harmonia e cooperação, em que seres humanos pudessem desenvolver aos limites suas capacidades espirituais. Os fundamentos de Kropotkin, nos finais da década de 1870, eram as últimas palavras da anarquia, e causavam fascínio. Na visão de seus partidários, dizia Max Nettlau, “vivia-se tranquilamente sem organização, sem relações além da obrigatória no grupo, ou entre grupos vizinhos, no máximo” (2007:27). Eis aí um elemento distintivo maior entre Malatesta e Kropotkin que, eventualmente, culminou no rompimento de uma amizade de décadas (Idem).

Sabemos o que há no fundo de tudo isso. Malatesta não carecia de fé revolucionária, e a manteve até a última hora, mas acreditava que o otimismo e certa expectativa de Kropotkin necessitavam de base realista. A espontaneidade criadora, a abundância, a cooperação harmoniosa quase automática podem ser produzidas em condições favoráveis, mas não são, em absoluto, dados presentes, atuais, palpáveis e sólidos com os quais se possa contar hoje e amanhã, no dia seguinte de eclodir a revolução e antes dela para que seja eficaz (Nettlau, 2007:19).

Tal tipo de leitura da obra de Kropotkin resultou, em última instância, num anarquismo de pretensões “espontaneístas” – o que não implica em não-organização, mas que, de todo modo, coloca-se em contraposição ao ímpeto organizativo, institucionalizado, embora horizontal e antiautoritário, propagado pelas correntes mais afeitas a Malatesta.

Nas palavras de Elsa Cerqueira, Kropotkin, comunista-anarquista, “faz decorrer a emergência da anarquia de um progresso que brota, e espelha, da evolução natural das ideias em nível de todos os ramos do saber” (2001:9). E, exatamente por ser “comunista-anarquista”, a conquista mais preciosa a ser alcançada, na visão de Kropotkin, é a completa liberdade do indivíduo, que só é possível em concomitância à

completa liberdade de todos os indivíduos. Trata-se de um ponto importante na obra do militante, que engajou-se em discussões calorosas com anarco-individualistas, bastante vinculados às ideias de Max Stirner. Os egoístas, na visão de Kropotkin, se estão bem saciados e bem-dispostos, consideram que toda a humanidade está satisfeita e relaxada:

Eis o tipo do perfeito egoísta, no sentido absoluto do termo, mas também pode-se dizer que é o tipo de um animal imundo. O burguês mais enojante nem sequer se aproxima desse tipo; ele tem ainda, às vezes, o amor pelos seus, ou algo do tipo que o representa. Não cremos que os partidários sinceros do individualismo mais exacerbado tenham alguma vez tido a intenção de compartilhar esse tipo de ideal com a humanidade. Do mesmo modo, os comunistas anarquistas não ouviram pregar a abnegação e a renúncia aos indivíduos na sociedade que eles entreveem. Rejeitando a *sociedade* como entidade, rejeitam igualmente o *indivíduo*, o que tendia a levar a teoria ao absurdo (Kropotkin, 2010:62).

Stirner, apesar nunca tê-lo admitido, é classificado sob o título de anarquista em função de, a exemplo de Bakunin, Goldman e outros, rejeitar a um só tempo estado, capitalismo e toda forma de autoridade. Mas o faz – e isso explica a fúria de Kropotkin – por razões bastante destoantes das apresentadas até aqui, conferindo à ideia de liberdade uma definição desagradável aos anarco-comunistas e atraindo, não obstante, uma parcela significativa de simpatizantes da militância libertária.

Max Stirner concebia toda e qualquer forma de abstração como um ludíbrio que se apresentava às pessoas: Deus e o estado e todas as classes dirigentes que deles decorrem, mas também o ser humano essencialmente livre e a revolução social.

O ponto de partida de Stirner é o indivíduo desprovido de qualquer tipo de essência: não há nada que faça das pessoas, por natureza, seres sociais, a princípio livres, mas corrompidas pelo poder, racionais etc. Para Stirner,

Ao invés de haver um conjunto de características essenciais na base da existência humana, há um nada, algo que não pode ser definido, e cabe ao indivíduo criar algo a partir disso e não ser limitado por essências – por aquilo que é “propriamente humano” (Newman, 2007:60).

O que importa, para o autor, é o fato do *ego* de poder se manifestar tal como ele *está* – pois o ego é processo, em constante transformação – à revelia dos constrangimentos que lhe são empurrados por meio de ideias (e ideais) como a de estado, liberdade, sociedade, concepções éticas e morais, revolução, identidade, e assim por diante. Essas ideias não passariam de abstrações, demiurgos que só servem ao

desejo de domesticação imputado a todos nós (Ibid.). E Stirner vê na insurreição um escape, uma possível solução frente o problema da epistemologia que, sistematicamente, aprisiona-nos sob a condição de dominados.

Revolução e insurreição não devem ser encaradas como sinônimos. A primeira consiste em uma virada de condições de uma determinada ordem ou *status*, o Estado ou a sociedade, e é, em consequência disso, um ato *político* ou *social*; a segunda tem, de fato, como efeito inescapável, a transformação de circunstâncias, e no entanto ela não parte das circunstâncias, mas do descontentamento dos homens com si mesmos; não se trata de uma sublevação armada mas de um levante de indivíduos, um levante descompromissado com os arranjos que podem decorrer da própria insurreição. A Revolução tem como foco novos arranjos; a insurreição não nos serve de guia para as condições sob as quais poderemos nos arranjar, mas ela mesma nos constitui, apagando quaisquer brilhos de esperança que possam pairar sobre “instituições”. Não se trata de uma luta contra o estabelecido, uma vez que, prosperando a insurreição, o estabelecido esfacela-se por si mesmo; trata-se somente de um trabalho que parte de mim para fora do que encontra-se estabelecido (Stirner *apud* Newman, 2007:67).

A insurreição, portanto, apresenta-se como um processo de devir, cujo centro não pode ser senão o indivíduo egoísta; e, à medida que o indivíduo torna-se o que se é, abandonando a crença em abstrações, frutos de processos de subjetivação em tudo alheios a ele mesmo, assiste a transformações políticas e sociais. Stirner, enfim, contribuiu para com o surgimento do que ficou conhecido como anarco-individualismo (McElroy, 2003)⁴⁷.

Essas distinções entre anarquistas, suas querelas, brigas intestinas em movimentos que levantavam as mesmas bandeiras, suas articulações, bifurcações, combinações e contribuições mútuas, bem como suas modificações, tudo isso se passou entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando o socialismo libertário manifestou-se com maior energia, durante a Guerra Civil Espanhola (cf. Corrêa, 2013). Mas, com a emergência do fascismo na Europa e a Segunda Guerra Mundial, os libertários foram esmagados.

Embora tenha mantido alguma expressão nas Américas, declinando em seguida com os sucessivos golpes militares ao sul, é na década de 1960 que o anarquismo volta à cena política com maior força. Não só em função dos movimentos sociais e da “nova esquerda” de 1968, embora a correlação entre eles fosse forte e importantíssima para o movimento libertário, mas também porque desde a década de 1950 era empreendido o

⁴⁷ Outra figura importante para o anarco-individualismo, sobretudo na América do Norte e não tão voltada ao insurrecionalismo, mas à qual parece-nos inviável uma menção mais elaborada neste momento, é Henry Thoreau (McElroy, 2003).

esforço de organização de sindicatos, órgãos de propaganda e federações anarquistas, tanto no Ocidente quanto no Oriente (Corrêa, 2013)⁴⁸.

Cabe-nos chamar atenção para um anarquismo de caráter distinto que emerge nas movimentações de maio de 1968, atrelado aos novos movimentos sociais e profundamente relacionado com o situacionismo e à contracultura. Embebido nessas experiências, Murray Bookchin daria forma ao que denominou, pejorativamente, “anarquismo estilo de vida”:

Aventureirismo *ad hoc*, ostentação pessoal, uma aversão à teoria estranhamente similar às tendências antirracionalistas do pós-modernismo, celebrações de incoerência teórica (pluralismo), um compromisso apolítico e antiorganizacional com a imaginação, o desejo, o êxtase e um encantamento da vida cotidiana muito voltado a si mesmo [...] (2011:54).

A Federação Anarquista do Rio de Janeiro, numa publicação de 2009, reforçava as fronteiras entre o “anarquismo estilo de vida” e o “anarquismo social”:

[...] em determinados contextos o anarquismo assumiu certas características que lhe retiraram este caráter ideológico [de atuação junto às massas contra o capitalismo e o estado], transformando-o em um conceito abstrato, que passou a constituir-se tão somente em uma forma de observação crítica da sociedade. Com o passar dos anos, este modelo de anarquismo assumiu uma identidade própria, encontrando referências na história e, ao mesmo tempo, perdendo seu caráter de luta pela transformação social. Isso se evidenciou, de maneira mais gritante, na segunda metade do século XX (2009:18-19).

Na década de 1980, Hakim Bey, numa pequena publicação, deu contornos específicos, e marcantes, desse tipo de anarquismo que emerge na segunda metade do século XX, tão criticado, por longos anos, pelos que não tiravam os olhos da Revolução Espanhola e dos tempos de Bakunin. Embora Bey não seja uma figura incontroversa dentro do próprio campo libertário chamado de “estilo de vida”, talvez valha a pena

⁴⁸ A título de exemplo, Felipe Corrêa indica que em 1951 a Internacional Sindicalista (rearticulada em 1922) contou com anarquistas de quatorze países, entre eles latino-americanos e europeus. Em 1956 é fundada a *Federación Anarquista Uruguay*, bastante influente em toda América do Sul. Até a década de 1970, dezenas de grupos insurrecionários e guerrilheiros se envolveram em atentados, sobretudo na Espanha de Franco. No fim da década de 1960, a Cruz Negra Anarquista (organização internacional de apoio a prisioneiros) foi rearticulada; na Inglaterra, foi fundada a *Freedom Press*, enquanto na Escócia nascia a *AK Press*; no Canadá, surgia a *Black Rose Books*; em Cuba, a *Confederación de Trabajadores de Cuba* transformara-se em *Asociación Libertaria de Cuba* e lutou na revolução, sendo extinta após o estabelecimento da ditadura. Para outros exemplos e detalhes, ver Corrêa (2013).

citar um trecho de um de seus textos mais compartilhados a fim de contrastarmos com os debates do século XIX.

Estamos nós, que vivemos no presente, condenados a nunca experimentar a autonomia, nunca pisarmos, nem que seja por um momento sequer, num pedaço de terra governado apenas pela liberdade? Estamos reduzidos a sentir nostalgia pelo passado, ou pelo futuro? [...] Dizer “só serei livre quando todos os seres humanos (ou todas as criaturas sensíveis) forem livres” é simplesmente enfunar-se numa espécie de estupor de nirvana, abdicar da nossa própria humanidade, definirmo-nos como fracassados.

[...] Toda minha pesquisa e minhas especulações cristalizaram-se em torno do conceito de ZONA AUTÔNOMA TEMPORÁRIA (daqui por diante abreviada por TAZ).

[...] A Babilônia toma suas abstrações como realidades. É precisamente dentro dessa margem de erro que a TAZ surge. Iniciar a TAZ pode envolver várias táticas de violência e defesa, mas seu grande trunfo está em sua invisibilidade – o Estado não pode reconhecê-la porque a História não a define. Assim que a TAZ é nomeada (representada, mediada), ela deve desaparecer, ela vai desaparecer, deixando para trás um invólucro vazio e brotará novamente em outro lugar, novamente invisível, porque é indefinível pelos termos do Espetáculo. Assim sendo, a TAZ é uma tática perfeita para uma época em que o Estado é onipresente e todo-poderoso, mas, ao mesmo tempo, repleto de rachaduras e fendas. E, uma vez que a TAZ é um microcosmo daquele “sonho anarquista” de uma cultura de liberdade, não consigo pensar em tática melhor para prosseguir em direção a esse objetivo e, ao mesmo tempo, viver alguns de seus benefícios aqui e agora (Bey, 2011:13-18)

Bey mostra-se de todo bastante favorável à insurreição que, além de promover um “anarquismo ontológico”, daria ensejo à transvaloração dos valores que sustentam o atual estado de servidão voluntária ao qual as pessoas encontram-se submetidas⁴⁹. O anarquismo, então, inclinava-se mais às orientações táticas, no intuito de subverter imediatamente arranjos sociais específicos, do que às perspectivas estratégicas, de mudança global.

O trabalho de Hakim Bey, com efeito, por seu caráter, pôde ser identificado recentemente como sendo um dos primeiros referentes ao que tomou o nome de “pós-

⁴⁹ Diz Hakim Bey, no *Panfleto #7 dos Comunicados da Associação Pró-Anarquia Ontológica*: “Desprezamos o anarquismo panaca e antitecnológico – pelo menos, para nós (há aqueles que dizem que gostam da vida do campo) – e rejeitamos também o conceito de uma fixação tecnológica. Para nós, todas as formas de determinismo são igualmente insípidas – não somos escravos nem de nossos genes nem de nossas máquinas. O que é “natural” é aquilo que imaginamos e criamos. A Natureza não tem leis – apenas hábitos. [...] Cada ideólogo enfurecido do anarquismo e do libertarismo prescreve alguma utopia análoga aos vários tipos de visão que têm, da comuna camponesa à cidade espacial. Nós dizemos, deixemos que um milhão de flores se abram – sem nenhum jardineiro para arrancar ervas daninhas e proibir brincadeiras de acordo com algum esquema moralizante ou eugenista. O único conflito verdadeiro é entre a autoridade do tirano e a autoridade do ser realizado – todo o resto é ilusão, projeção psicológica, verborragia”. Disponível em <[http://pt.protopia.at/wiki/Paleolitismo Psiquico %26 Alta Tecnologia](http://pt.protopia.at/wiki/Paleolitismo_Psiquico_%26_Alta_Tecnologia)>. Acesso em 03/01/2016.

anarquismo”, ou um anarquismo revisto à luz de teorias pós-estruturalistas, levando em conta elementos provenientes de Michel Foucault e Gilles Deleuze e Félix Guattari, entre outros. Basicamente, o que as partidárias do pós-anarquismo propõem é o abandono de qualquer concepção de natureza ou essência humana, sobre a qual, num outro momento, poder-se-ia erigir uma identidade, um lugar de pureza no qual as militantes encontrariam apoio confiável – tal lugar de pureza nada mais faz, dizem, do que definir os princípios de uma nova forma de exclusão, dando brechas para outras formas de autoritarismo e dominação.



FIGURA 3 – Divulgação de evento promovido por grupos anarcopunks em Belo Horizonte, por vezes acusados de “anarquistas estilo de vida”. Fonte: Centro de Mídia Independente Brasil. Disponível em < <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/04/252399.shtml> >. Acesso em 16/02/2016.

Em uma palavra, é possível dizer que aqueles que contribuíram para com a sedimentação do pós-anarquismo abriram ainda mais a militância libertária a causas que, à primeira vista, poderiam parecer secundárias a um anarquismo pautado majoritariamente pela luta de classes e contra o estado, dando-lhe ornamentos conceituais contemporâneos. E, segundo Saul Newman, levar às últimas consequências os trabalhos de Foucault e Deleuze e Guattari implica, em alguma medida, na perda dos parâmetros orientadores da ação revolucionária⁵⁰. Esse problema é resolvido por meio

⁵⁰ Isso porque, em Foucault, dispensando a concepção jurídica de poder, deparamo-nos com *relações de poder*, quase que onipresentes e em constante deslocamento, o que impede a localização de um

do resgate da ética anarquista, desta vez despida de um essencialismo que, uma vez, fora necessário à concepção do humano:

A ponte entre as lutas feministas e as lutas anarquistas contra a autoridade tem sido tradicionalmente ignorada pelos anarquistas. Entretanto, [...] não há razão para que a ética anarquista de resistência à autoridade não dê sentido a outras lutas, como o feminismo, ou as lutas de deficientes físicos, consumidores, desempregados, jovens, idosos, ambientalistas, doentes mentais, dependentes de políticas de bem-estar social ou, de fato, qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos que resistem a formas particulares de dominação e exploração [...] As lutas que os anarquistas lutavam estão mortas, e os sujeitos que eles buscavam libertar – o lumpenproletariado, os camponeses etc. – não mais existem como identidades revolucionárias (Newman, 2007:165-166).

Os limites éticos da ação, a partir da perspectiva pós-anarquista, são dados pelos discursos de moralidade e racionalidade antiautoritárias, agora livres de uma identidade baseada numa essência humana. Estando as ideias de igualdade e liberdade desvinculadas da “natureza humana”, diz Saul Newman, os termos éticos que elas implicam poderão engajar-se numa relação agonística, na qual

[...] uma interação com a outra [liberdade e igualdade] e se produzem mutuamente em formas distintas. Em outras palavras, a relação entre os dois conceitos antagonistas não é uma de inter-relação essencial, ou de separação essencial, mas antes de *contaminação*, na qual cada termo contamina e transforma o significado do outro. Essa relação não deverá ser definida de antemão, como o foi nos discursos anarquistas e liberais, mas deverá ser continuamente reinterpretada e redefinida pelas intervenções políticas que adentram essa questão (2007:168).

Algo como o que Donna Haraway (2009) sugere enquanto “identidade por oposição”, em seu *Manifesto Ciborgue*⁵¹. E o pós-anarquismo, embora nunca tenha

“inimigo”, monolítico e inequívoco, contra o qual anarquistas poderiam lutar. Seria exatamente o arranjo das relações das quais fazemos parte que, também, produz-nos enquanto sujeitos: o mesmo regime de verdade que possibilita, e do qual depende, a subjetividade revolucionária e a resistência contra o estado permite e engendra o próprio estado. A saída proposta por Foucault, segundo Newman, seria algo como uma “transgressão do *self*” – práticas éticas e estéticas visando a constante reinvenção de si – pouco elaborada pelo filósofo francês. Deleuze e Guattari retomam o trabalho de Foucault e, em lugar da “transgressão do *self*”, introduzem as noções de “máquina de guerra” e de “desejo”, sendo que o último ainda recairia numa concepção ainda baseada em certa essência, “ameaçadora ao estado e ao capital” (Newman, 2007:99).

⁵¹ Haraway ilustra seu argumento, sucintamente, a partir de uma feminista negra estadunidense: “A ‘consciência de oposição’ de Sandoval tem a ver com localizações contraditórias e calendários heterocrônicos, e não com relativismos e pluralismos. Sandoval enfatiza que não existe nenhum critério essencialista que permita identificar quem é uma mulher de cor. Ela observa que a definição desse grupo tem sido feita por meio de uma consciente apropriação da negação. Por exemplo, uma chicana ou uma mulher estadunidense negra não pode falar como uma mulher (em geral) ou como uma pessoa

negado a luta de classes como uma das dimensões constituintes do anarquismo, mas talvez por ter sido recebido de forma mais imediata por um grupo mais seletivo e privilegiado de militantes, foi rapidamente encaixado na grande categoria do “estilo de vida”, acusado de academicista e elitista.

Ainda seria possível citar algumas outras correntes que ganharam notoriedade a partir dos anos 1980, e fazemo-lo rapidamente, sem abordar todas elas.

Proveniente de grupos de ativismo ambiental, o anarco-primitivismo surge como uma espécie de

[...] weberianismo reverso, que clama por um “re-encantamento” do mundo. O re-encantamento é central para o projeto eco-anarquista de, simultaneamente, reconstruir o respeito pela natureza e minar os impulsos à hierarquia. Para os primitivistas, nosso desencantamento com o mundo tem diversas raízes – em especial, a “técnica” (tecnologia), a domesticação e a agricultura, a divisão do trabalho, a urbanização e até a própria linguagem. Cada um desses fenômenos tem trabalho para embutir as pessoas em sistemas que não só demandam obediência e conformidade, como também produzem uma cisão grave entre seres humanos e a natureza. A única forma de se livrar das correntes da civilização e das amarras da “megamáquina” é unir nossas forças na natureza de sociedades primitivas, associadas à tradicional análise anarquista de relações de poder (Williams, 2014:303).

Noam Chomsky, por outro lado, admite a construção de um mundo de liberdade e igualdade que lança mão das instituições políticas de que dispomos e mantemos hoje. Segundo o autor, os libertários devem dedicar-se à ampliação do campo da liberdade até que ele atinja os limites impostos pela “jaula” do estado e do capital; eventualmente, essa jaula romper-se-á, mas, até que tão esperado momento ocorra, não faz mal usar, na medida do possível, suas barras a nosso favor (cf. Chomsky, 2011).

Há, ainda, libertárias que levantam a bandeira negra, rejeitando firmemente quaisquer relações com o estado ou qualquer outro tipo de relações autoritárias, por

negra ou como um chicano. Assim, ela está no degrau mais baixo de uma hierarquia de identidades negativas, excluída até mesmo daquelas categorias oprimidas privilegiadas constituídas por “mulheres e negros”, categorias que reivindicam o feito de terem realizado importantes revoluções. A categoria “mulher” nega todas as mulheres não brancas; a categoria “negro” nega todas as pessoas não negras, bem como todas as mulheres negras. Mas tampouco existe qualquer coisa que se possa chamar de “ela”, tampouco existe qualquer singularidade; o que existe é um mar de diferenças entre os diversos grupos de mulheres estadunidenses que têm afirmado sua identidade histórica como mulheres estadunidenses de cor. Essa identidade assinala um espaço construído de forma autoconsciente. Sua capacidade de ação não pode ter como base qualquer identificação supostamente natural: sua base é a coalizão consciente, a afinidade, o parentesco político. Diferentemente da identidade ‘mulher’ de algumas correntes do movimento das mulheres brancas estadunidenses, não existe, aqui, qualquer naturalização de uma suposta matriz identitária: essa identidade é o produto do poder da consciência de oposição” (Haraway, 2009:48-49).

conta de uma passagem do evangelho de Mateus, capítulo 7, versículo 12: “Tudo, portanto, quanto desejais que os outros vos façam, fazei-o, também, a eles. Isto é a lei e os Profetas”. Rechaçando toda e qualquer concepção de violência, as pessoas que pensam assim se proclamam anarco-cristãs (cf. Tolstói, 2015; Ellul, 2010).

Seja como for, alguns autores têm indicado que as barreiras entre anarquistas – e entre eles e outros movimentos – têm ficado cada vez mais porosas, e rugas entre tendências distintas vêm decrescendo, com militantes de várias linhas apoiando uns aos outros sempre que suas forças o permitem. Nesse sentido, inclusive, tem sido proposto atualmente o termo “neanarquista” para se referir à militante ou ativista que, embora não se reconheça anarquista, toma parte de ações diretas seguindo os princípios éticos da igualdade, liberdade, horizontalidade, apoio mútuo e solidariedade etc., a partir de uma perspectiva anticapitalista e anti-estado (cf. Ibáñez, 2015; Gordon, 2008).

A lista segue, mas já não podemos delongarmo-nos ainda mais nesta espécie de inventário das ideias libertárias. Cabe-nos somente reconhecer, enfim, que a descrição de black blocs enquanto “tática anarquista”, de fato, diz muito pouco sobre a consistência desse tipo de ação coletiva. Além disso, mesmo que tomemos de bom grado tal definição, é importante mantermos em mente que “o movimento anarquista” encontra, em si, redes e vozes não só bastante distintas, mas também, por vezes, discordantes e até mesmo opositoras, dependendo do lugar e do tempo para os quais voltamos nosso olhar. Cabe-nos lembrar que, neste trabalho, teremos a oportunidade de observar em que medida, e em que sentido, as pessoas que entrevistamos se reconhecem como anarquistas, bem como o papel dos princípios libertários na efetivação de black blocs.

Capítulo 2

*[...] Isto aqui é terra de gente brava...
– É mesmo Manuel?
– Pode aprovar, seu doutor. Até João Brandão, que foi patente no clavinote, deu volta, quando passou por aqui... Meu pai viu isso... João Brandão vinha vindo p'ra o norte, com os seus homens, diz-se que ia levando armas p'ra o povo de Antônio Conselheiro, mais de uns vinte burros, com as cangalhas encaçadas... Na passagem de onde hoje é a ponte da Quininha, tiveram um tiroteio com os soldados... Isto aqui é uma terra terrível, seu doutor... Eu mesmo... O senhor me vê mansinho deste jeito, mas eu fui batizado com água quente!...*

– Conversa entre doutor e Manuel Fulô, por Guimarães Rosa

Segundo uma concepção muito compartilhada de nossa história brasileira, temos sido um povo manso, até melancólico e resignado ante nossas aflições de proveniência social. “O que seria de nós, não fosse o afã de alguns dirigentes progressistas e conscienciosos de seguir o trilho do desenvolvimento de nações mais civilizadas, concedendo, assim, liberdades fundamentais à essa gente miserável, material e espiritualmente? ”, diriam os afeitos a essa versão da história.

A compreensão dos processos sociais que tornam possível a emergência de black blocs exige que façamos tudo, à exceção de admitirmos a tese, aqui apresentada em traços bruscos, de que as transformações sociais ocorridas no Brasil devem-se, sobretudo, à vontade das classes dirigentes que sejam. É preciso, como advogam Maria da Glória Gohn (2015) e Ana Maria Doimo (1994), resgatar a história das lutas e dos movimentos sociais brasileiros, constituída por sujeitos ativos e agentes de mudanças concretas, caso desejemos entender melhor as dinâmicas intrínsecas ao desenvolvimento da ação coletiva contenciosa e seus efeitos políticos, considerados em suas dimensões institucionais ou das do mundo da vida. E, para isso, é pertinente voltarmos nossa atenção para certos aspectos dessas manifestações, cuja importância tem sido destacada, na sociologia de movimentos sociais, por teóricos de linhas bastante distintas.

Não é desejável afastar, a priori, o acaso e a espontaneidade como possíveis causas da ocorrência de determinado fenômeno social; mas, mesmo quando tais fatores parecem entrar em jogo de forma inelutável, eles devem responder, em alguma medida, à uma determinada disposição de elementos que ordenam a gama de *virtualidades*, de possibilidades, que a vida poderia atingir e realizar.

A fim de dar conta de uma parcela desses elementos, abordaremos, a seguir, eventos e movimentos específicos que nos interessam para a apreensão de algumas linhas de força que ajudam a moldar nosso objeto de pesquisa. Em outras palavras, desenvolveremos uma breve revisão da trajetória de lutas e movimentos sociais brasileiros, trazendo à tona aspectos históricos, estruturais e conjunturais que, em seu conjunto, deram ensejo à emergência de black blocs no Brasil e, em especial, em Belo Horizonte. Percorreremos, com isso, um longo caminho com poucos passos. Começaremos por notar que a militância anarquista no país não constitui exatamente uma novidade, tendo mantido relações próximas a movimentos e lutas desde há muito. Veremos, em seguida, como as práticas libertárias têm se manifestado em Belo Horizonte nos últimos anos. Enfim, voltaremos nossa atenção para os protestos de junho de 2013 no Brasil e na capital de Minas. Com isso, a intenção é a de identificar seus principais atores e trazer à tona um quadro conceitual que possa embasar a análise de nossos dados.

[Uma breve avaliação das lutas sociais no Brasil: antecedentes do anarquismo](#)

Entre os estudos em ação coletiva e movimentos sociais, há uma série de pesquisas que têm demonstrado que a emergência de ações coletivas contenciosas, em suas muitas e possíveis formas, depende, em grande medida, de oportunidades geradas por fatores conjunturais e estruturais. Essas pesquisas baseiam-se, em geral, em investigações de sociologia histórica.

Sidney Tarrow é um dos autores que colaborou na sedimentação dessa escola teórica. Num livro muito celebrado, Tarrow (2009) apontou que não só a constituição de movimentos sociais e protestos em geral dependem das transformações pelas quais passam estado e capitalismo, como também afirmou que os repertórios de ação adotados pelas pessoas variam em função dessas mesmas mudanças. Além disso, os próprios atores coletivos contenciosos podem mobilizar-se para abrir oportunidades para ação (Idem). Basicamente, os atores em litígio – movimentos sociais, governos, agentes econômicos etc. – estão engajados numa relação em que ora terão as oportunidades de avançar na busca por seus objetivos, ora terão que recuar⁵². As diversas combinações possíveis entre esses atores, vale a pena pontuar, são necessariamente mediadas por um

⁵² Em última instância, essa dinâmica pode culminar em revoluções (cf. McAdam, Tarrow & Tilly, 2004).

contexto cultural específico – traços ideológicos dos grupos comprometidos e especificidades subjetivas das pessoas envolvidas. (Della Porta & Diani, 2006).

Tendo isso em vista, buscaremos identificar alguns elementos que delinearão o terreno no qual floresceu a militância anarquista no Brasil. Da mesma forma que localizamos o que foi chamado de “trajetória do black bloc” no capítulo anterior, situaremos os blocos belo-horizontinos de 2013 e 2014 não só no contexto dos protestos daqueles anos, mas num outro, mais amplo, em que movimentos sociais e insurrecionários brasileiros aparecem, a um só tempo, em formas negadoras e demandantes do estado (Doimo, 1995; Gohn, 2015).

Esse contexto, evidentemente, não poderia ser resgatado em sua integridade por meio de poucas páginas; é preciso limitarmo-nos a pontos precisos, característicos da história política do Brasil, considerada num sentido mais abrangente e menos institucional. Dessa forma, faremos algumas observações relativas a um ou outro acontecimento do final do século XIX, pontuaremos algumas fases e eventos cruciais do século XX, para, enfim, voltarmo-nos para os dias de hoje.

Um dos pontos relevantes para nós refere-se ao autoritarismo que constitui elemento central do *modus operandi* da política brasileira, tendo assumido facetas distintas ao longo dos anos.

Há muito têm-se dito que o desenvolvimento histórico brasileiro tem sido acompanhado por um autoritarismo que transcende o nível das relações sociais intersubjetivas para se cristalizar em instituições políticas arraigadas às elites nacionais. Na luta pela preservação de privilégios, indicam alguns autores, essas elites recorreram ao véu dos interesses da nação e à força da tradição para encobrir projetos de poder (Reis, 1982; Schwartzman, 2007; Leal, 2012). Assim, uma postura típica do estado foi a de fechar as portas a quaisquer tipos de demandas populares. No intuito de sustentar-se, lançou mão da violência como meio de aniquilar movimentos e mobilizações sociais, que tampouco nutriam interesse pelo diálogo com classes dirigentes (Reis, 1982)⁵³.

Essas mobilizações, do século XIX às primeiras décadas do XX, em alguns casos evoluíram para o patamar de movimentos sociais consistentes, ou até mesmo para

⁵³ Simon Schwartzman indica que entre 1839 e 1840 os gastos militares abocanhavam 56% do orçamento nacional. Esses gastos foram sendo reduzidos lentamente até a marca de 40% do total que arrecadava o estado, no final da década de 1870. Schwartzman, contudo, acautela o leitor sobre o fato de que o valor da moeda brasileira manteve-se, ao longo desses anos, estável em relação à libra-esterlina e que, portanto, “esta redução não significou [...] uma diminuição de gastos absolutos, já que as despesas públicas cresceram sem interrupção durante todo este período” (2007:173-174).

o de guerras e revoluções (Gohn, 2015)⁵⁴. Com efeito, na esteira do declínio de um intenso ciclo de confronto que perdurou por toda a primeira metade do século XIX no Brasil, organizam-se pelo menos três grandes movimentos típicos das vésperas da proclamação da república dignos de nota.

O primeiro desses movimentos constitui-se sob a condição de lutas pela libertação de escravos, transversal em termos de classes, mas que posteriormente se consolidaria nas primeiras associações de artesãos e artistas negros, ou “proto-sindicatos”.

O segundo deles é registrado na forma de movimentos messiânicos, ainda hoje equivocadamente vinculados ao suposto “ignóbil fanatismo religioso das camadas mais pobres da população”⁵⁵.

O terceiro grande movimento foi composto pelas iniciativas de apoio mútuo na forma de associações, bastante ligadas a imigrantes europeus, sobretudo italianos⁵⁶. Nas palavras de Gohn,

As entidades de ajuda mútua cuidavam não apenas das necessidades econômicas de seus afiliados, mas também de aspectos culturais como bibliotecas, instrução, festas, bailes, jogos, piqueniques etc., além de representar um forte componente social, a partir da solidariedade aos doentes, às viúvas, velhos, inválidos etc. As sociedades mutualistas se dedicaram ainda à construção de casas, creches, abrigos, hospitais e orfanatos. Em síntese, o Movimento Mutualista no Brasil desempenhou o papel de uma Providência Social para as novas camadas de assalariados que se formavam em substituição ao trabalho escravo (2015:41).

A título de exemplo de manifestações dos movimentos mencionados, lembramos a Greve de Escravos Operários do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1857; o movimento pela libertação de escravos na comarca de Viana, Maranhão, quando mais de duzentas pessoas moradoras do quilombo de São Benedito do Céu ocuparam várias fazendas e sublevaram os escravizados, em 1867; a luta da Associação Tipográfica Fluminense

⁵⁴ Segundo Maria da Glória Gohn, “se considerarmos as condições de desenvolvimento econômico do Brasil na época [século XIX] e as dificuldades de comunicação em todas as áreas e setores, observaremos que aquelas lutas se constituíram em atos revolucionários” (2015:23). O expoente deles talvez seja o Cabanagem, no Pará, quando “uma rebelião social de negros, índios, mulatos, cafuzos, mestiços, tapuios (índios destribalizados) e brancos das camadas mais pobres da sociedade” tomaram o poder da província e estabelecem um governo popular, de base indígena e camponesa (Idem, p. 34-35).

⁵⁵ Maria da Glória Gohn, por sua vez, destaca que “na realidade foram lutas em torno da questão agrária, de resistência às oligarquias rurais, embora eles não tivessem projetos políticos ou ideológicos claros” (2015:40).

⁵⁶ Essas associações são apontadas por cientistas sociais e historiadores como sindicatos embrionários com uma frequência significativa (cf. Duarte, 2009).

pela libertação de escravos, iniciada em 1853; a criação e luta da Liga Operária no Rio de Janeiro, em 1870; a articulação de greves em Minas Gerais e Rio de Janeiro pela Sociedade Operária Italiana, fundada em Belo Horizonte, em 1896; a organização de Canudos, que se desenvolveu na década de 1890 e tem sido abordado atualmente como de natureza social-libertária (Martins, 2007; Brito, 2011), entre outros⁵⁷.

À maioria desses movimentos, argumentam, por exemplo, Reis (1996) e Gohn (2015), faltou coerência e estratégia para sustentarem-se e consolidarem-se. Quando vitoriosos, no limite conquistaram poucas reformas e negociações, muito em função de seu ambiente interno conflituoso, somado à grande e violenta pressão dos poderes público e privado. De todo modo, parte de suas experiências serviriam como uma espécie de legado a sujeitos de lutas vindouras.

Com efeito, os primeiros anos da Primeira República foram marcados pela presença de um grande número de novas associações de trabalhadores. Os primeiros sindicatos começavam a se organizar, ganhando força rapidamente em função de seu parentesco com as organizações mutualistas. Nos grandes centros urbanos, insurreições irrompiam como manifestações da “resistência dos grupos populares do país contra a exploração, discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidos pela administração pública [...]” (Sevcenko *apud* Gohn, 2015:66). Greves eram articuladas. Socialistas e nacionalistas organizavam-se e confrontavam-se abertamente. Militares de camadas médias fortaleciam-se e influíam diretamente nas instituições políticas (Samis, 2006). Nos sertões, observava-se o banditismo social na forma do Cangaço (Pericás, 2010) e o messianismo, cujo expoente de então foi Padre Cícero, no Ceará; ao sul, o Contestado, luta de camponeses e pequenos proprietários contra a desocupação de terras operada pelo estado em benefício de um truste internacional (Gohn, 2015).

De todos esses eventos, movimentos e lutas, os que tomaram lugar em centros urbanos ganharam novas tonalidades com a imigração de europeus para o Brasil: trabalhadores para lavouras, mas também operários para a indústria nascente e ascendente, em grandes números (Addor et al., 2007).

É o pano de fundo, aqui apresentado de maneira extremamente sucinta, diante do qual observa-se a emergência do anarquismo em terras brasileiras. Por um lado, um estado histórica e estreitamente vinculado a elites econômicas, cujas expressões governamentais, ao longo do período da Primeira República, foram fortemente

⁵⁷ Todas as organizações de trabalhadores citadas são caracterizadas por historiadores como associações mutualistas. Os eventos foram elencados a partir de Gohn (2015).

marcadas pelo autoritarismo. Por outro lado, a intensa organização autônoma de uma série de grupos sociais, que ou lutavam contra o estado, ou recorriam a outras formas de ação direta para tentar sair da condição deplorável a que eram submetidos.

Como veremos, a confluência de alguns desses grupos em centros urbanos, em decorrência do desenvolvimento industrial no início do século XX, daria ensejo a uma nova fase de lutas no Brasil.

Ascensão e declínio do anarquismo no Brasil

No início do século XX, a economia brasileira baseava-se sobremaneira no cultivo de café. A população era majoritariamente rural, e contava com uma nova massa de assalariados, trabalhando num regime de “semi-servidão” em latifúndios. Impulsionadas pelo capital cafeeiro, muitas cidades encontravam-se em pleno processo de reforma, na busca por investimento estrangeiro que pudesse abastecer (e fomentar) necessidades de um recém-criado mercado interno. A indústria nascia e crescia, de certa forma, rapidamente⁵⁸. Os que não se adequavam ao trabalho e às condições sórdidas e degradantes da vida no campo não raro buscavam, na medida em que suas forças o permitiam, uma outra atividade na cidade – aglomeravam-se em cortiços e fábricas, junto com a grande massa de imigrantes europeus que à época chegavam ao Brasil. (Lopes, 2008; Gohn, 2015).

Naturalmente, a ascensão industrial trouxe à tona relações de produção de distintas das quais os brasileiros de então estavam habituados. Surgia a classe operária brasileira. E de forma igualmente natural, a classe trabalhadora acompanhou o crescimento industrial, sendo composta por 54.169 operários em 1889, e por 275.512 em 1920, entre homens, mulheres e crianças, sendo a grande maioria dessas pessoas imigrantes, trabalhando sob as mais terríveis condições (Viana, 2006). Fora das fábricas, a vida não costumava ser muito melhor.

No que diz respeito ao estado na Primeira República, é justo dizer que ele era “excludente e marginalizador”, pretensamente liberal, mas apoiado sobre uma estrutura

⁵⁸ Embora a indústria brasileira tenha, de fato, nascido em meados do século XIX, concentrando-se na Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro com algumas dezenas de fábricas têxteis, foi nos anos 1900 que ela realmente passou por um momento de rápido crescimento. Quanto a isso, Nildo Viana (2006) nos apresenta dados interessantes. Em 1889, havia 636 indústrias no país; em 1920, elas eram 13.336.

oligárquica rural, e por isso mesmo “antidemocrático e antissocialista” (Addor, 2007:22). Em uma palavra, esse estado “trataria a questão social como questão de polícia” (Gohn, 2015:62).

Diante desse cenário, pouco restava ao operariado senão a organização autônoma para lutar por melhores condições de vida e trabalho. Logo nos primeiros anos da década de 1910, em função da chegada em massa de “agitadores europeus”, o número de associações de trabalhadores se multiplicou, e muitas delas tornaram-se sindicatos bem estruturados e declaradamente socialistas, de diversas orientações (Côrtes, 2006). Das disputas entre as várias correntes políticas que promoviam a organização da luta da classe operária, afirma Carlos Addor, “sai mais forte o anarquismo” (2007:23). Mais exatamente,

Se não podemos afirmar com clareza uma hegemonia anarquista no interior do movimento operário do início do século ao início dos anos 20, podemos afirmar que a única corrente organizatória que consegue elaborar propostas com maior apelo popular, com maior capacidade de mobilização dos trabalhadores urbanos, em suma, que consegue se transformar, ou ao menos se aproximar do que seria, para os padrões e limites estruturais da época, um movimento de massas urbanas, esta corrente sem dúvida é o anarquismo (Ibid.).

Maria da Glória Gohn (2015) corrobora o argumento de Addor. Segundo a autora, se na segunda metade do século XIX as lutas contra a escravidão foram centrais e preponderantes, durante a Primeira República a questão do trabalhador imigrante e sua imersão na vida política brasileira será não só essencial, mas o catalisador mesmo do maior movimento anarquista já visto no país. Além de lutarem – sempre que os entraves ideológicos o permitiam – ao lado de socialistas autoritários,

Organizações anarco-sindicalistas [na Primeira República] conviverão com as associações de auxílio mútuo; lutas pelo rebaixamento dos gêneros alimentícios estarão ao lado de reivindicações por salários, jornada de trabalho, assim como pelo congelamento dos alugueis, a forma predominante de moradia no período (Gohn, 2015:61).

São nesses anos em que o anarco-sindicalismo atingirá e atravessará seu auge, para entrar em declínio em meados da década de 1920, perseguido pelo estado e em confronto com socialistas autoritários (Dulles, 1977). Mas, em todo período que

antecede o Estado Novo, “por meio da criação de vários sindicatos de categorias”, continua Gohn,

Os trabalhadores se organizaram em Federações e Confederações, realizaram vários Congressos e participaram da organização e do desenrolar de inúmeras greves. Fiéis aos seus princípios ideológicos, os anarco-sindicalistas combaterão o estado, a igreja e toda forma de organização burocratizada e rígida, especialmente as forças armadas. Atuaram por meio do privilegiamento da ação direta, deram grande ênfase à cultura e à educação das massas e à igualdade entre os sexos (2015:61-62).

É justo conferir maior precisão ao termo “inúmeras greves”, utilizado por Gohn:

Na primeira década do século XX foram, por todo o país, deflagrados 111 movimentos grevistas, na sua maioria por questões salariais. Durante a conjuntura dos anos de 1917 a 1920, somente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, outras, mais de duzentas, podem ser acrescidas ao número verificado até 1910. Todas estas manifestações reivindicatórias aconteciam de forma endêmica, com maior ou menor incidência em determinadas capitais brasileiras, mas todas sob forte inspiração anarquista. Mesmo aquelas paralisações que estouravam, independentes, em alguns casos, de direções reformistas, eram tributárias do caminho aberto, formando uma verdadeira cultura reivindicatória, pelos libertários (Samis, 2013:10).

Um dos pontos altos da militância anarquista brasileira, e também da onda grevista, foi a deflagração da Greve Geral no ano de 1917, a partir da qual a repressão do estado ao movimento operário se intensificaria, também em decorrência da Revolução Russa⁵⁹.

⁵⁹ Não surpreendentemente, todo o movimento socialista e libertário brasileiro foi acompanhado de perto pela polícia, contra a qual os militantes se bateram com grande frequência. Para detalhes sobre as relações entre polícia, anarquistas e comunistas na Primeira República, ver, por exemplo, Santos (2013) e Samis (2006).



FIGURA 4 – Na foto de cima, socialistas e anarquistas marcham em São Paulo. Fonte: EpochTimes. Disponível em < <https://www.epochtimes.com.br/primeira-greve-geral-brasileira-faz-110-anos/> >. Na foto de baixo, anarquistas marcham em Porto Alegre. Fonte: Anarkismo.net. Disponível em < <http://www.anarkismo.net/article/5284> >. Ambas as fotos foram tiradas durante a Greve Geral de 1917. O acesso aos links foi realizado em 17/06/2016.

Temendo certo esmorecimento ideológico dos sindicatos ante a repressão, anarquistas paulistas e cariocas passaram a investir energias na fundação de alianças que pudessem aparar arestas existentes entre companheiros de luta. Em 1919, como fruto desses esforços, é fundado um Partido Comunista – mais exatamente, um partido anarco-comunista – que, longe de desejar cargos políticos, tinha como objetivo “dar organicidade às ações dos libertários que pensavam não bastar unicamente a inserção sindical para se alcançar a Revolução Social” (Samis, 2013:14). Ao mesmo tempo, outras organizações fortaleciam-se em todo o país, sobretudo no sul – Rio Grande do

Sul e Paraná – sudeste, inclusive em Minas Gerais, e por todo o nordeste, embora focos de atuação também pudessem ser observados esporadicamente ao norte (Idem).

Talvez a figura mais proeminente do anarquismo mineiro de então tenha sido a de Avelino Fóscolo, fundador do jornal “A Nova Era” e dedicado militante no campo da educação popular. Além dos textos que produziu, participou ativamente da construção de escolas, teatros e centros de cultura populares nas cercanias de Belo Horizonte.

Tratando do estado de Minas Gerais de forma geral, cabe-nos ressaltar que as associações de operários sempre estiveram presentes nos Congressos nacionais de trabalhadores. Dentre essas organizações, destacam-se as de Juiz de Fora, a “Manchester Brasileira”, alcunha conquistada a custo de uma relativa concentração de indústrias na cidade, onde anarquistas e socialistas reformistas acotovelavam-se em fábricas e conglomeravam-se em sindicatos (Idem).

As ações bem-sucedidas dos trabalhadores, que arrancavam das mãos dos patrões aumentos salariais e jornadas de oito horas de trabalho, por exemplo, bem como o prestígio com que o anarco-sindicalismo e o anarquismo adentravam a década de 1920, com suas atividades não só voltadas para o cotidiano operário, como também para a educação e à cultura popular (cf. Lopes, 2006), tiveram como resultado direto a promulgação de novas leis regulatórias para a imigração. Essas leis previam, entre outras coisas, a prisão e deportação de “criminosos” que atentassem contra a ordem pública. Para garantir a aplicação do Decreto 4.247 de 1921, delegacias especializadas para a vigilância e combate ao movimento operário foram criadas (Samis, 2013).



FIGURA 5 – Funeral do operário anarquista espanhol José Iniguez Martinez, morto pela polícia durante a Greve Geral de 1917, atrai multidão em São Paulo. Fonte: Wikiwand. Disponível em < <https://www.wikiwand.com/fr/1917> >. Acesso em 17/02/2016.

Há ainda um outro motivo que suscitou a forte reação do estado frente às conquistas dos trabalhadores. Esse motivo está relacionado ao fato de que um dos pilares das lutas operárias da época era constituído pelo uso de dinamite em várias ações.

Desde a década de 1890, vários anarquistas lançavam mão de bombas para ataques à propriedade privada, em ímpeto insurrecional da “propaganda pelo fato” que, via de regra, era retratado na imprensa como violência despropositada e irracional. Comparações com atentados contra tiranos e governantes europeus em geral abundavam as páginas dos jornais (Samis, 2013). A título de exemplo, vale a pena citar o 1º de Maio de 1894, quando bombas explodiram, simultaneamente, em vários locais da cidade de São Paulo. Em 1909, alguns operários foram presos por explodir os cabos da *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power*, deixando a capital completamente sem energia elétrica. Também no Rio de Janeiro, o ano de 1915 ficou marcado pela organização de padeiros que, em não obtendo sucesso em seu movimento grevista contra longas horas de trabalho mal remuneradas,

[...] precipitaram uma onda de explosões noturnas em estabelecimentos do ramo. As madrugadas cariocas, nos meses de outubro e novembro de 1915, iluminaram-se sob o patrocínio de cargas de dinamite acomodadas nos fornos e balcões das padarias que adotavam os regimes mais injustos de trabalho (Idem, p. 16).



FIGURA 6 – Domingos Passos, operário negro e anarquista, conhecido como "o Bakunin brasileiro", na década de 1910. Fonte: Senhorita Anarquia. Disponível em < <https://senhoritanarquia.wordpress.com/2013/12/09/anarquismo-no-brasil-domingos-passos/> >. Acesso em 17/06/2016.

Ainda é interessante mencionar um outro exemplo, resgatado por Alexandre Samis: “Em 1918, um ensaio ‘maximalista’ protagonizado por anarquistas da Marinha Mercante evidenciava-se a partir da explosão de cargas de dinamite na residência do ministro da marinha, almirante Alexandrino” (Ibid.). Os casos de estendem ainda por mais duas décadas, embora cada vez com menor intensidade por conta da maior repressão governamental, às voltas não só com o operariado, mas também com um entusiasmado movimento tenentista.

O endurecimento do estado infligiu um grave golpe aos socialistas. Vários sindicatos e associações de operários foram fechados, bem como algumas associações de auxílio mútuo vinculadas aos trabalhadores fabris. Em 1922 o Partido Comunista é fundado, contando com vários ex-anarquistas, e passa a exercer forte influência em vários sindicatos; as relações entre os operários começam a desgastar-se em função de distinções ideológicas. Nos próximos anos, sinais de concessão às demandas de trabalhadores, combinadas à perseguição não precedente por parte do governo de Artur Bernardes aos operários militantes, bem como ao acirramento dos conflitos entre

anarquistas e comunistas, levariam ao encurralamento de militantes libertários⁶⁰. É no fim da década de 1920 que José Oiticica, intelectual anarco-comunista brasileiro bastante conhecido, é preso. Domingos Passos, operário negro, carioca, também chamado de “Bakunin brasileiro” por seus discursos eloquentes e inflamados e suas ações audaciosas, foi preso pela última vez no fim dos anos 20, para nunca mais ser visto (Idem).

Felipe Corrêa resume os fatores que, em suas palavras, “contribuíram para a perda do *vetor social*” do anarquismo no Brasil (grifo meu)⁶¹. Em uma palavra, eles seriam os seguintes: a influência do comunismo autoritário nos sindicatos; a repressão estatal focada nos operários militantes; e os conflitos acirrados com os “bolcheviques”, que culminaram em atentados armados entre libertários e autoritários (cf. também Samis, 2006).

Acusando os golpes sofrido, os anarquistas continuam a lutar por meio de sindicatos, mas, enfrentando muitas dificuldades, passam também a investir uma parcela maior de suas energias em “centros de cultura, ateneus, escolas, coletivos editoriais e de dramaturgia etc.” (cf. Geraldo, 1998)⁶². Por fim, o golpe de Getúlio Vargas, que colocou as libertárias em uma situação extremamente desconfortável. Antes de se recolherem à mais completa clandestinidade, deixando de apresentarem-se enquanto tais, os anarquistas deram um último (histórico) suspiro em 1934, numa ação conjunta com outros socialistas e armada, numa frente antifascista, contra os integralistas na Praça da Sé.

As conquistas de direitos pelos trabalhadores e a perseguição implacável, associadas a Getúlio Vargas, bem como o avanço e fortalecimento do Partido Comunista, acabaram por tirar o anarquismo de vez da cena política brasileira nas décadas de 1940 e 1950. Isso não quer dizer, entretanto, que ele tenha deixado de

⁶⁰ Alexandre Samis lembra-nos que, nesse período de repressão aguda e de fragilidade do movimento operário, muitas pessoas foram enviadas para “Clevelândia”, “região fronteira à Guiana Francesa, no extremo Norte, junto ao rio Oiapoque, [para onde] foram enviados operários anarquistas, trabalhadores desempregados, meninos de rua, presos comuns e soldados rebeldes. Tal acontecimento, uma verdadeira tragédia, só conhecida pelo público após o fim do estado de sítio e de censura à imprensa, no início de 1927, envolveu quase mil pessoas. Desse número, mais de 50% não retornou ao lar após o governo de Bernardes, ficaram sepultados, vitimados por doenças e pelo abandono” (2013:31).

⁶¹ Ver **A Perda do Vetor Social no Anarquismo dos Anos 1930**, no endereço eletrônico da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ). “Vetor social”, na gramática especificista, refere-se à capacidade de inserção do anarquismo na vida social: aspecto absolutamente fundamental para a construção da revolução social e que implica na fuga efetiva ao puro plano das ideias ou do “puramente político”. O texto encontra-se disponível em < <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/perda-do-vetor-social-felipe-correa/> >. Acesso em 13/11/2015.

⁶² Citação retirada de **A Perda do Vetor Social no Anarquismo dos Anos 1930**.

existir: em Congresso libertário internacional, realizado em 1949, os anarquistas brasileiros participantes não só têm a oportunidade de rediscutir suas orientações anarco-comunistas como também entram em contato mais firme e direto com o vigoroso anarquismo uruguaio e argentino (cf. Corrêa, 2013). Isso daria às militantes libertárias a oportunidade de manter vivos centros de cultura e memória, bem como dedicar-se à construção de *organizações políticas especificamente anarquistas*, cujo principal objetivo era manter a coerência ideológica e buscar a “inserção social” em movimentos populares (FARJ, 2009)⁶³.

Se há poucos documentos que indiquem com um mínimo de precisão a que os anarquistas se dedicaram nos anos 1950, remetendo-nos a um árduo trabalho de resgate de textos relativamente isolados e desconectados, a dificuldade de traçar sua trajetória ao longo do período da ditadura militar é ainda maior. É possível afirmar, entretanto, que as atividades libertárias não cessaram: tão logo iniciou-se o “afrouxamento” do regime ditatorial, jornais anarquistas começaram a ser publicados por todo o país e, com a redemocratização, centros de cultura foram imediatamente restabelecidos (Oliveira, 2014; Corrêa, 2013)⁶⁴.

Tendo em vista, portanto, que, embora na clandestinidade e contando com quadros significativamente reduzidos, a militância anarquista no Brasil não tenha cessado de existir, veremos, a seguir, algumas aproximações e distanciamentos entre as práticas de movimentos sociais brasileiros e as práticas libertárias entre os anos 1970 e 1990.

Movimentos sociais e anarquismo: da ditadura militar à redemocratização

No fim da década de 1970, depois do intenso momento de refluxo vivido pelos movimentos sociais, com a instauração de sucessivos Atos Institucionais e a brutalidade do regime militar, o país experimentou um longo e complexo ciclo reivindicativo,

⁶³ Para detalhes sobre a sociabilidade anarquista nas décadas de 1940 e 1950, ver artigo publicado no *Passa Palavra – Trajetórias organizacionistas: Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário no Brasil da década de 40 e 50*. Disponível em < <http://www.passapalavra.info/2012/01/50685> >. Acesso em 13/11/2015.

⁶⁴ Embora fragmentado, há um acervo interessante sobre a militância anarquista brasileira no período da ditadura militar em periódicos de coletivos anarquistas e grupos de pesquisa sobre o tema. Vale a pena conferir, a título de exemplo, o Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (*Emecê*), disponível em < <http://marquesdacosta.wordpress.com> >. Acesso em 13/11/2015.

“desprovido de institucionalidade própria e orientado por certa ‘pedagogia popular’ refratária à institucionalidade política” (Doimo, 1995:222).

As características desses movimentos, para Doimo, são as seguintes: (a) a ação direta como forma de participação e a rejeição às formas tradicionais de mediação política; (b) a participação que transborda a esfera produtiva e do trabalho; (c) a articulação de “valores como autonomia e direitos de cidadania” com “valores tradicionais relativos à comunidade, ao cotidiano, à interessoalidade e à religiosidade” (Ibid.). Todas elas, é notável, estão relacionadas à atuação de um governo autoritário e brutal, mas, também, poder-se-ia sugerir, em alguma medida são herdeiras de outros ciclos de confronto dos respectivos repertórios de ação adotados pelos atores de então.

Os trabalhos de Marlori José Pompermayer e colegas (1987) conferem força ao argumento de Doimo, adicionando ainda pontos relevantes para avaliarmos as movimentações populares em Minas Gerais nas últimas décadas. Tendo por base pesquisas sobre o movimento negro, rural, feminista, operário, urbano e de favelas entre 1970 e o fim da ditadura militar, os autores esboçam alguns pontos em que forças de ação direta mineira se articulavam e formavam campos éticos e de ação comuns (inclusive, em certos aspectos, ao anarquismo). Passemos, rapidamente, por alguns exemplos.

A luta operária em Minas Gerais, sendo vigiada de perto pelo governo e tendo perdido os vínculos com as antigas lideranças sindicais, então perseguidas pelo estado, alimentou-se de práticas organizativas voltadas para a manutenção de relações mais igualitárias e horizontais a partir de 1968 (Pompermayer, 1987). Em meados da década de 1970, em função da proliferação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das associações de bairro e da criação da Pastoral da Favela, cujo “valor tático” era considerável, o movimento operário aproximou-se desse “movimento associativo”, em uma interessante manifestação de apoio mútuo. Nas palavras de Pompermayer,

Essa aproximação se dá, por um lado, porque o movimento associativo comunitário possuía melhores condições políticas de se manifestar e organizar, por não ser imediatamente taxado de subversivo. Por outro lado, a preocupação das oposições sindicais com as questões cotidianas de condições de trabalho no interior da fábrica levou-as ao encontro do movimento associativo, sobre condições precárias de vida coletiva na cidade. Começaram a unir ambas as práticas seu caráter de organização autônoma, independente de objetivos políticos externos e seu intuito de ação calcada ao redor de condições objetivas de vida. Às oposições sindicais nem mesmo interessava muito a conquista dos sindicatos, pela perda da legitimidade dessas instituições. Embora fragmentária em Minas, essa aproximação

apontava para uma identificação horizontal entre setores populares [...] (1987:13-14).

Pompermayer também chama atenção para a luta das mulheres, apresentado oficialmente enquanto movimento social em 1975 e fadado a enfrentar partidos e organizações estudantis que, por mais que se proclamassem progressistas, não o eram a ponto de apoiar feministas.

Miranda, Filgueiras e Cóser elencam uma série de grupos autônomos criados por mulheres entre 1975 e 1983 em Belo Horizonte e responsáveis por animar movimentos autônomos de mulheres por maior igualdade e liberdade. Entre esses, destacam-se o Movimento de Luta por Creches, que resultou na criação e manutenção autônoma de creches nas periferias da capital e na Cidade Industrial; a Associação das Empregadas Domésticas de Belo Horizonte que, em articulação com o movimento negro, lutou contra uma discriminação tripartite: “em primeiro lugar, por ser mulher; segundo, por ser doméstica e, na maioria das vezes, terceiro, por ser negra” (1987:175); enfim, o Grupo Sempre Viva, que propunha-se o desenvolvimento de “trabalhos sobre sexualidade e política com mulheres da periferia da região industrial de Belo Horizonte, à semelhança de alguns grupos feministas de São Paulo” (Idem, p. 181).

O movimento negro, por sua vez, tomou forma descentralizada, dividida em uma porção de pequenos grupos de afinidade, cujo objetivo geral era o de revalorizar os modos de associação “tradicionais”, baseados numa “identidade sócio-cultural da comunidade negra, expressas as mais das vezes em atividades sócio-recreativas, religiosas, culturais etc.” (Pompermayer, 1987:15).

Sem explorarmos por inteiro a riqueza dos trabalhos publicados num único volume, sob o título de *Movimentos Sociais em Minas Gerais*, cabe-nos enfatizar algumas palavras de Malori Pompermayer, para quem os movimentos sociais da década de 1970 se inclinaram predominantemente para a ação direta, cultivando

[...] preocupações afetivas, relações expressivas, orientação de grupo, solidariedade e organizações horizontais. Numa palavra, autonomia frente à política e ao Estado e relações de solidariedade horizontais, democráticas e igualitárias como economia interna dos movimentos (1987:17).

Esses elementos característicos e centrais dos movimentos sociais mineiros, que em muito nos remetem àquilo que apontamos como “princípios anarquistas” (ação direta, autonomia, auto-organização, democracia horizontal etc.) perder-se-iam frente ao

desgaste do regime militar e ao longo do processo de redemocratização. O mesmo aconteceria com outros movimentos sociais no Brasil.

Com o general Figueiredo e a concomitante extinção dos poderes especiais do chefe de estado – os atos institucionais – um grande contingente de exilados pôde retornar ao país e novos partidos puderam ser fundados: uma estratégia, na visão de Michaela Hellmann, para promover o esfacelamento de uma oposição ampla e revigorada na década de 1970. Estratégia que se mostrou relativamente bem-sucedida. Se, por um lado, tal “estratégia” não foi capaz de domar a resistência ao governo, por outro lado “as diferenças dentro dos próprios movimentos sociais começaram a aparecer mais claramente com a fundação de novos partidos, como por exemplo o PT” (Hellmann, 1995:17). Às voltas com processos eleitorais e disputas partidárias, os movimentos sociais conseguiram manter-se fortes até os primeiros anos da segunda metade da década de 1980. Com o disputado desencadeamento da elaboração da Constituição, em 1987, os movimentos sociais, em grande medida, deixam as ruas para conquistar vitórias importantes no campo institucional (Idem). Ainda, nas palavras de Rudá Ricci, a partir de 1988

[...] as lideranças de muitos movimentos sociais (principalmente urbanos) alteraram sua prática e agenda política. Passaram a assumir parte das tarefas de formulação dos gestores. Começaram a aprender os caminhos e os descaminhos da administração pública, tiveram que se formar tecnicamente. [...] A rua, principal cenário dos novos movimentos sociais dos anos 80, foi trocada pelas conferências e reuniões em gabinetes governamentais. Sinal de democracia. Porém, esta intimidade com a lógica pública não foi suficiente para alterar o verticalismo e fragmentação da burocracia estatal. Ao contrário, em alguns casos, a lógica dos movimentos sociais (assembleística, por natureza), digladiava com a lógica da burocracia pública (especializada e fragmentada, por natureza) (2010:10).

Esse deslocamento do campo de ação dos movimentos foi tamanho que, na década de 1990, o conceito de “movimento social” entra em crise e é em parte substituído pelo de “sociedade civil organizada” (Ricci, 2010:169). Seja em meio urbano ou rural, os movimentos sociais – ou alguns de seus “delegados” ou “representantes” – foram incorporados a conselhos de todo tipo (desenvolvimento rural sustentável, saúde, assistência social e assim por diante) e estruturas de gestão pública. Com isso, conseguiram surtir efeitos no mínimo interessantes em termos de experiências democráticas até então inéditas no Brasil⁶⁵. Contudo, justamente por conta

⁶⁵ Exemplos podem ser conferidos em Dagnino (1994).

do processo de inserção de movimentos sociais nas lógicas das esferas institucionais, eles “ficaram mais ONGs”, nas palavras de Ricci. Ganham traços mais próximos aos de órgãos descentralizados de gestão de políticas sociais promovidas pelo estado. Assumindo um caráter mais técnico e profissionalizado, tornaram-se altamente dependentes dos governos, sobretudo no que diz respeito a financiamento, e especialmente ao longo do período em que o PT esteve à frente do governo federal (Ricci, 2010).

E os movimentos sociais articularam fóruns e redes e se atiraram na tarefa de formalizar as estruturas de gestão pública participativa conquistadas na Constituição de 1988. Mas, a partir das estruturas criadas pelo lulismo, suas lideranças subsumiram à lógica do Estado. E não conseguiram mais se livrar dela. Basta analisarmos as pautas das conferências nacionais de direitos. São, com raríssimas exceções, a agenda definida pelo governo federal (Idem, p. 171).

Com efeito, nas últimas duas décadas presenciamos um bater de asas inicial no sentido da criação e efetivação de novos direitos, bem como o desenvolvimento de canais de comunicação de baixo para cima na elaboração de políticas públicas encabeçado por movimentos sociais associados ao estado. Por outro lado, constatamos também a desagradável neutralização desses canais e o deslocamento, na prática, de atores políticos ativos em luta pela criação de novos direitos para uma condição de administradores de um pacote predefinido de direitos já institucionalizados e tutelados pelo estado (Idem).

De qualquer modo, a redemocratização abriu um novo campo de atuação para movimentos sociais e organizações políticas diversas, que começaram a nascer a partir de então. Esses movimentos sociais e organizações, via de regra, têm incorporado em suas narrativas e lutas uma noção de “direitos” e de “cidadania” peculiar, que suscitou uma reflexão por parte de Evelina Dagnino (1994).

Para Dagnino, essa noção de cidadania só emerge como princípio motriz de transformação social em concomitância com a emergência do estado democrático de direito, e ela só corresponde às aspirações populares na medida em que seu conteúdo e seu sentido não são dados universais, dotados de uma essência e definidos e delimitados a priori. Ao contrário, tal noção de cidadania só faz sentido se seus contornos se abrem à constante redefinição, em função de conflitos sociais concretos e típicos de determinado momento histórico. Assim, os movimentos sociais no Brasil, findo o regime militar, tenderiam a pautar suas lutas a partir da ideia de que, num regime democrático, o

exercício da cidadania deve partir de baixo para cima, de “um direito a ter direitos” (Idem).

Retoma-se, ao menos legalmente, a legitimidade do conflito como forma de trazer à tona demandas, aspirações e o reconhecimento de desigualdades de sujeitos formalmente participantes do sistema político, mas, na prática, constituintes de setores socialmente excluídos. Uma vez que “nem todos os movimentos e associações estão dispostos a participar dos espaços institucionais e semi-institucionais de partilha de poder”, em alguma medida porque “existe o receio de cooptação e a discordância com os mecanismos desenvolvidos” (Pereira, 2012:83-84), a militância anarquista brasileira encontrou um campo fértil para atuação que, até o fim dos anos 1990, exprimiu-se basicamente por meio do movimento anarcopunk e de uma faceta do anarquismo social, o *especificismo*.

O anarquismo no Brasil e em Belo Horizonte no século XXI

Com a maior liberdade conquistada com o fim da ditadura militar, e, por outro lado, o aparelhamento de antigos movimentos sociais às estruturas de governo, atores que não podiam ou não desejavam lançar mão de meios institucionais para atingir seus objetivos voltaram a se organizar autonomamente. Entre eles, anarquistas.

Nos anos 1990, coletivos anarquistas voltam a se reestruturar e emergir enquanto atores políticos, não obstante timidamente e bastante limitados, ainda, à esfera cultural. Esses coletivos dividiam-se, em geral, em duas correntes.

A primeira delas voltava-se mais para a expressão cultural, e é conhecida como “movimento anarcopunk”. Apesar de ter suas origens no Brasil na década de 1980, foi na década de 1990 que o movimento ampliou significativamente suas redes de troca de informações e recursos. O intercâmbio de bandas da cena punk anarquista intensificou-se nacional e internacionalmente, a produção de zines foi ampliada, coletivos passaram a organizar com cada vez mais frequência e em lugares distintos ocupações de prédios inutilizados (*squats*), aonde pessoas iam para aprender a “confeccionar velas artesanais, teoria musical, [...] malabares, fanzines, *stencil* e cartum” (Pereira, 2006:119), entre outras coisas. Em Belo Horizonte, veremos, isso não foi diferente.

A outra corrente era definida como uma forma de atuação dentro de uma ampla classificação de anarquismo social. De origem uruguaia, essa corrente foi criada em

1956 e tornou-se, rapidamente, um epicentro de novas práticas libertárias na América do Sul (Corrêa, 2013). A ela, deu-se o nome de “especificismo”.

Resgatando a distinção entre um anarquismo “real” e um anarquismo de estilo de vida, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro define o especificismo como uma forma de articulação de anarquistas no “nível político e ideológico” a fim de desenvolver sua prática no “nível social”, “o que a caracteriza como uma organização de minoria ativa, visto que o nível social é sempre maior que o nível político” (FARJ, 2009:129). O texto da FARJ continua para dizer que

Esta prática política toma corpo quando a organização anarquista de minoria ativa realiza o trabalho social em meio à luta de classes, buscando a inserção social, que toma corpo a partir do momento em que a organização anarquista consegue influenciar os movimentos sociais com os quais trabalha. Devidamente organizados em minoria ativa, os anarquistas constituem uma força social muito maior na realização do trabalho social e têm maiores chances de possuir inserção social. Além do trabalho e da inserção social, a organização específica anarquista realiza outras atividades: a produção e a reprodução de teoria, a propaganda anarquista, a formação política, a concepção e a aplicação de estratégia etc. (FARJ, 2009:129-130).

O objetivo dessas organizações “especificamente anarquistas”, portanto, é o de “construir a organização popular e influencia-la, dando a ela o caráter desejado, e chegar ao socialismo libertário por meio da revolução social” (Idem, p. 127).

No Brasil, entre as organizações especificistas, destacam-se a Federação Anarquista Gaúcha (FAG), criada em 1995, mas cujos integrantes já vinham tecendo “relações orgânicas com os *compas* da FAU [*Federación Anarquista Uruguaya*, especificista]”⁶⁶ há mais tempo, e aquilo que viria a ser a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), à época um conglomerado de grupos libertários unido sobretudo pelo interesse em estudos de materiais anarquistas.

Apesar da Federação fluminense ter sido fundada em 2002, ela “considera-se herdeira da tradição de militância do anarquista Ideal Peres”. Operário e militante anarquista nascido na Galícia, que imigrou para o Rio em 1915, Peres militou ativamente até sua morte, em 1995, e atraía ao seu redor uma série de grupos de afinidade libertários que, eventualmente, resolveram associar-se na FARJ⁶⁷.

⁶⁶ Ver **10 Anos de Luta pelo Socialismo e pela Liberdade**, de autoria da FAG. Disponível em < http://www.federacaoanarquistagaucha.org/?page_id=2 >. Acesso em 13/11/2015.

⁶⁷ Ideal Peres participou ativamente do movimento anarco-sindicalista nos anos 1910 e 1920, fundou jornais e a “Juventude Libertária do Rio de Janeiro”, nas décadas de 1930 e 1940, o Centro de Estudos Professor José Oiticica, em 1958. Foi perseguido e preso pelos militares durante a ditadura, fundou o

Não demoraria para que esses grupos passassem a buscar, novamente e de forma explícita, o “vetor social” que se perdera há quase sessenta anos. Passariam a atuar, com bandeiras hasteadas, no sentido de cultivar valores e métodos libertários dentro de movimentos sociais já estabelecidos. Nos anos 2000, várias outras federações, para além das tradicionais fluminense e gaúcha, tomam forma em estados brasileiros de todas as regiões do país, culminando, recente e eventualmente, na criação da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB)⁶⁸.

Na última década, as correntes de movimentos libertários brasileiros passariam por um período de convergência, inserindo-se com mais força no movimento estudantil, muito em função da organização de protestos “pela humanidade e contra o neoliberalismo”, em ocasião da Ação Global dos Povos – AGP (Ryoki & Ortellado, 2004:9-10)⁶⁹. A revolução zapatista, deflagrada em 1994, a organização da AGP, em 1998, a emergência da internet e do Centro de Mídia Independente⁷⁰ fascinavam e impulsionavam os coletivos libertários à ação (Idem).

Em Belo Horizonte, as ações dos coletivos anarquistas envolvidos, a um só tempo, em suas atividades locais e independentes, e também naquelas referentes a AGP,

Movimento Estudantil Libertário, na década de 1970, contribuiu com o jornal O Inimigo do Rei, fundado em 1977, em Salvador e, a partir da década de 1980, trabalhou ativamente junto a associações de bairros e favelas cariocas. Ver endereço eletrônico da FARJ, disponível em < www.farj.org >. Acesso em 16/06/2016.

⁶⁸ Em sua página na internet, a CAB esclarece que “A Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) é um espaço organizativo fundado em 2012 que articula nacionalmente organizações e grupos anarquistas que trabalham com base nos princípios e na estratégia do anarquismo de matriz especificista. A CAB surge como resultado dos dez anos do processo de organização, iniciado em 2002, do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). Durante essa década, avança em termos político-ideológicos e em relação aos trabalhos nos movimentos populares. A fundação da CAB marca a passagem de um fórum para uma coordenação nacional, evidenciando um aumento de organicidade e fundamentando as bases para o avanço rumo a uma organização anarquista brasileira”. Disponível em < https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=6 >. Acesso em 16/06/2016.

⁶⁹ Rede consolidada em Genebra, em reunião entre movimentos populares de vários lugares do mundo, a fim de articular ações anticapitalistas coordenadas. “A ideia era explorar as novas redes de comunicação, que ganhavam muito dinamismo com o barateamento da internet, para mobilizar simultaneamente, em todas as partes do globo, movimentos sociais contra as instituições que estavam promovendo o neoliberalismo” (Ryoki e Ortellado, 2004:10).

⁷⁰ No endereço eletrônico da CMI no Brasil, há a seguinte declaração: “o CMI Brasil é uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. O CMI Brasil quer dar voz a quem não tem voz constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais. A ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os “novos movimentos”) e sobre as políticas às quais se opõem. A estrutura do site na internet permite que qualquer pessoa disponibilize textos, vídeos, sons e imagens tornando-se um meio democrático e descentralizado de difusão de informações. Odeia a mídia? Seja a mídia!”. Disponível em < www.midiaindependente.org >. Acesso em 16/06/2016.

eram organizadas a partir da ideia de “cotidianização das lutas” a fim de evitar possíveis conflitos entre linhas libertárias distintas e entre estas e “independentes”. Nas palavras de Ryoki e Ortellado,

Baseados em análises que argumentavam que a oposição entre ativistas e pessoas comuns gerava um novo tipo de hierarquia, os cotidianistas pregavam uma espécie de “antiativismo”, de transformação da vida cotidiana sem a formação de um grupo “especializado”. Para evitar que se formassem ativistas, profissionais da contestação aos quais a população entregaria a tarefa da transformação social, eles se negavam a assumir posições ativas, especializadas e “separadas” (2004:22).

O movimento anarcopunk, a contracultura e essa postura “cotidianista” e “antiativista” marcariam alguns movimentos sociais belo-horizontinos durante toda a primeira década do século XXI. Vejamos algumas das expressões dessa prática na capital mineira.

Um primeiro exemplo que cito é a Mansão Libertina, espaço (anti)cultural criado em fins dos anos 1990 pelo então coletivo CISMA. A Mansão contava com uma biblioteca e espaço para ensaios musicais, shows, festas, palestras etc. Sendo “um local de central importância para as movimentações da época”⁷¹, a Mansão Libertina

[...] esteve envolvida com a cena musical e artística contracultural em Belo Horizonte (*straight edge*, *hard core*, eletrônica e punk), bem como com uma série de iniciativas e eventos libertários e de outros coletivos. Nesse espaço aconteciam, por exemplo, a articulação de diferentes bandas, performances diversas, preparação de refeições vegetarianas coletivas, reuniões do incipiente Centro de Mídia Independente de Belo Horizonte e uma série de outras atividades (Oliveira, 2011:62).

⁷¹ Ver texto do coletivo [Conjunto Vazio]: **Belo Horizonte e (algumas de) suas movimentações subterrâneas**. Disponível em < <https://comjuntovazio.wordpress.com/2015/01/18/belo-horizonte-e-algumas-de-suas-movimentacoes-subterraneas/> >. Acesso em 13/11/2015.



FIGURA 7 – Ativistas posam elegantemente para foto em ocasião do "Dia Sem Compras", ação organizada na data de 26 de novembro de 1999. A manifestação incluía homens trajados de terno na porta do Shopping Cidade, centro de Belo Horizonte, onde distribuíam comida gratuitamente e panfletos. A ação acabou em confusão com os seguranças do estabelecimento. Fonte: Blog do [Conjunto Vazio], disponível em < <https://conjuntovazio.wordpress.com/2015/01/18/belo-horizonte-e-algumas-de-suas-movimentacoes-subterraneas/> >. Acesso em 13/11/2015.



FIGURA 8 – Dia Sem Compras de 1999. Fonte: Blog do [Conjunto Vazio], disponível em < <https://conjuntovazio.wordpress.com/2015/01/18/belo-horizonte-e-algumas-de-suas-movimentacoes-subterraneas/> >. Acesso em 13/11/2015.

A Mansão Libertina também foi precursora da experiência chamada de Carnaval Revolução, que aconteceu anualmente, entre 2002 e 2008, no período do carnaval, em Belo Horizonte. Tratava-se de um evento que

[...] acontecia na data do carnaval e servia como alternativa para jovens e ativistas que se identificavam com o ideário libertário e anarquista — reunindo coletivos e jovens de várias partes do Brasil e do mundo em Belo Horizonte. Cada edição do Carnaval Revolução guardou especificidades, abrigando uma diversidade ampla de atividades e iniciativas: debates, oficinas várias e múltiplas, rodas de conversa, blocos de carnaval/carnavalização do protesto, espaços de produção alternativa de alimentos, música e audiovisual, espaços de encontros e trocas também múltiplas e variadas, trocas de *software* livre, veganismo, debate sobre transgênicos e sementes crioulas, anticapitalismo, autonomia, ação direta, feminismo... Tarefa difícil seria a de sintetizar a descrição dessa iniciativa durante seis anos de realização devido à complexidade, diversidade, quantidade e intensidade das criações e iniciativas que aconteceram nesses eventos (Oliveira, 2011:63).



FIGURA 9 – Divulgação do Carnaval Revolução de 2004. Fonte: Centro de Mídia Independente, disponível em < <http://brazil.indymedia.org/content/2003/12/269216.shtml> >. Acesso em 13/11/2015.

Outro coletivo que mencionamos é o Gato Negro, formado em 2002 após a primeira edição do Carnaval Revolução, que dividia – ou somava – suas energias em dois esforços articulados, mas distintos: um deles imprimia-se no sentido de propagar o veganismo e a libertação animal, enquanto o outro dedicava-se à manutenção de um espaço no Edifício Malleta, centro de Belo Horizonte, a que chamavam de *Centro (anti)cultural Gato Negro*. Funcionou até o ano de 2005 e contava com uma programação que incluía “vídeos, debates, palestras, oficinas (incluindo de arte urbana e

culture jamming) e cursos. Permanentemente qualquer pessoa podia ter acesso à livros, revistas, vídeos e fanzines. Funcionava lá também um café vegano”⁷².

Ainda seria possível citar o Coletivo Acrático Proposta (CAP), bastante ligado à militância libertária relacionada à Ação Global dos Povos. As pessoas que dele participavam puderam articular várias lutas da capital mineira, e elas, por sua vez, com outras do Brasil e do mundo. Além dele, havia a rádio comunitária e autogerida *Santê FM*, acomodada na zona leste de Belo Horizonte, que contava com vários programas, como o punk “Minutos de Ódio” e o feminista “O.B. jetivo”, entre outros relacionados à causa negra e à divulgação da música independente da cidade. O alcance da rádio era considerável, podendo ser sintonizada até mesmo nas periferias da zona metropolitana.



FIGURA 10 – Protesto antiglobalização em Belo Horizonte, 26 de setembro de 2000 (S26), tomando parte da Ação Global dos Povos. Fonte: Blog do [Conjunto Vazio], disponível em < <https://conjuntovazio.wordpress.com/2015/01/18/belo-horizonte-e-algumas-de-suas-movimentacoes-subterraneas/> >. Acesso em 13/11/2015.

Já um exemplo recente da mencionada postura “cotidianista” e “antiativista” belo-horizontina é o da Praia da Estação e do movimento Fora Lacerda.

A Praia da Estação ocorre, desde 2009, na Praça Rui Barbosa, conhecida como Praça da Estação, no centro de Belo Horizonte. Esta praça, tradicionalmente, tem

⁷² Ver texto do coletivo [Conjunto Vazio]: **Belo Horizonte e (algumas de) suas movimentações subterrâneas**. Disponível em < <https://conjuntovazio.wordpress.com/2015/01/18/belo-horizonte-e-algumas-de-suas-movimentacoes-subterraneas/> >. Acesso em 13/11/2015.

abrigado “diversas manifestações culturais de grande porte” na capital mineira (Jayme & Trevisan, 2012:372).

Em 2007, o centro da cidade passou por um amplo processo de reforma e “revitalização”, nos termos da prefeitura, e a reformulação da antiga Praça da Estação era acompanhada de promessas de adequá-la às atividades que ali eram constantemente promovidas. Contudo, em dezembro de 2009, o prefeito de Belo Horizonte Márcio Lacerda (PSB) decretou a proibição de utilização da Praça da Estação e “anunciou que faria uma licitação para seleção de propostas e fixação de taxas para sua utilização” (Ibid.). Segundo Igor Oliveira,

O mesmo decreto justificava a proibição de eventos na referida praça alegando a dificuldade, por parte do poder público municipal, de limitar o número de pessoas em eventos que eram realizados no local, bem como garantir a preservação do patrimônio público que, ainda segundo o decreto, vinha sendo depredado em decorrência dos últimos eventos na praça da Estação. Tal ação por parte da prefeitura, e especialmente a utilização da palavra proibição no referido decreto, representou o estopim da movimentação que, um mês depois, se transformaria na Praia da Estação (2012:89).

A Praia da Estação, basicamente, consiste num evento em que as pessoas se mobilizam para fazer uso da praça como se estivessem numa praia, em clima festivo. Um chamado à participação, divulgado na internet⁷³, deixa clara a intenção da Praia:

DECRETO Nº 13.798 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009 do nosso digníssimo prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, proíbe que aconteça qualquer tipo de evento na Praça da Estação. A pergunta permanece: a quem interessa que os espaços públicos sejam apenas pontos de passagem e consumo? Se nos é negado o direito de permanecer em qualquer espaço público da cidade, ocuparemos esses espaços de maneira divertida, lúdica e aparentemente despreziosa. Traga sua roupa de banho (bermuda, calção, biquíni, maiô, cueca), bóias, cadeiras, toalhas de praia, guarda-sol, cangas, farofa e a vitrolinha... Traga tambores e viola! Traga comida para um banquete coletivo! Onde? Praça da Estação - Hipercentro de Belo Horizonte. Quando? Sábado, 16/01/2010, 09h30min. Quanto? De graça!

⁷³ Retirado do Centro de Mídia Independente Brasil, disponível em < <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2010/01/462799.shtml> >. Acesso em 16/06/2016.



FIGURA 11 – Praça da Estação ocupada por “praieiros”. Foto: Priscila Musa. Fonte: Imagina na Copa. Disponível em < <http://imaginanacopa.com.br/historias/historia-7-praia-da-estacao/> >. Acesso em 16/06/2016.

Segundo Igor Oliveira, a Praia da Estação foi um ponto de partida para o “surgimento de novos agenciamentos coletivos e movimentações” (2012:203) que, eventualmente, culminaram na criação do movimento Fora Lacerda, opositor à gestão do então prefeito buscando pautar discussões importantes do ponto de vista da prática anarquista. Esses “novos agenciamentos”, com efeito, caracterizavam-se, basicamente, pela ação direta e ocupação de espaços públicos – para as quais o uso de tecnologias de informação e comunicação eram centrais – pelo ativismo em redes sociais digitais, pela pluralidade de sujeitos que agregavam, pelos princípios da igualdade e solidariedade entre as participantes, pela organização horizontal, pela crítica radical das instituições políticas e dos canais estabelecidos de comunicação entre governo e sociedade civil (Idem).

Essas novas mobilizações em Belo Horizonte e suas características principais poderiam ser enquadradas, de certa forma, numa definição de “cultura política”⁷⁴ específica, identificada por Uri Gordon como anarquista. Para ele, alguns dos elementos constituintes dessa cultura política são os seguintes:

⁷⁴ Gordon utiliza o termo “cultura política” para se referir “a um conjunto de orientações compartilhadas ‘para se fazer política’, num contexto onde a interação tem uma regularidade suficiente para estruturar as expectativas mútuas dos participantes” (Gordon, 2008:14).

- Um repertório de ação política compartilhado, baseado na ação direta, na construção de alternativas de baixo para cima, o alcance comunitário das ações e a tendência à confrontação.
- Formas compartilhadas de organização – descentralizadas, horizontais e pautadas pela busca do consenso.
- Expressão cultural mais ampla em áreas tão diversas quanto arte, música, vestimenta e dieta, muitas vezes associadas a subculturas ocidentais.
- Uma linguagem política compartilhada que enfatiza a resistência ao capitalismo, ao estado, ao patriarcado e, de modo geral, à hierarquia e à dominação (Gordon, 2008:4).



FIGURA 12 – Ativistas se acomodam na Praia da Estação. Fonte: Blog Praça Livre BH. Disponível em < <https://pracalivrebh.wordpress.com/category/prai-da-estacao/> >. Acesso em 16/06/2016.

Com efeito, o desenvolver das lutas e dos movimentos sociais desses anos na capital mineira e seus traços típicos (uso de TICs, ocupação do espaço urbano, horizontalidade, autonomia etc.) poderiam delinear, mesmo que parcialmente, os contornos do que, alguns anos depois, viria a ser chamado de “Jornadas de Junho” em Belo Horizonte.



FIGURA 13 – Ativistas se aglomeram na Praia da Estação diante de uma faixa que faz alusão às "Okupas", tradução espanhola e latino-americana dos squats. Fonte: Blog Praça Livre BH. Disponível em < <https://pracalivrebh.wordpress.com/category/prai-da-estacao/page/2/> >. Acesso em 16/06/2016.

Os protestos de junho de 2013 e novas formas de mobilização social

Junho de 2013: o antiautoritário Movimento Passe Livre – MPL – sai às ruas em São Paulo, contestando um novo aumento nas tarifas do transporte público. Os protestos são sucessivos e brutalmente reprimidos pela Polícia Militar. Concomitante com o início da Copa das Confederações da FIFA no Brasil, o desencadeamento dos eventos na capital paulista, por fim, eleva a causa dos ativistas a um nível nacional. Por uma confluência de fatores, pessoas tomaram as ruas em todo o país, em centenas de cidades, às centenas de milhares. Movimentos sociais, militantes partidários, autonomistas, anarquistas adeptos a diversas táticas e ativistas debutantes se misturavam, marchavam lado a lado, se desentendiam, formavam uma multicolorida onda de bandeiras e cartazes⁷⁵.

Na capital mineira, o que poder-se-ia chamar de uma primeira demonstração das marchas que tomariam conta da cidade por algumas semanas ocorreu no dia 15 de junho.

⁷⁵ Um relato meu, enquanto participante dos protestos de então em Belo Horizonte, pode ser conferido no Apêndice 3.

Nesta data, o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC), organização composta por diversos setores da sociedade em resistência a processos de remoção forçada de comunidades e trabalhadores em função da Copa do Mundo (Miranda & Merladet, 2014:8), organizara mais uma “copelada”, na Savassi, zona centro-sul de Belo Horizonte⁷⁶.

Na esteira dos protestos de São Paulo, as pessoas que participavam da copelada somavam um número relativamente grande, e decidiram marchar até à Praça da Estação, no centro da capital mineira, onde a abertura da Copa das Confederações estava sendo transmitida ao vivo, por meio de um telão, e acompanhada por torcedores, num evento fechado e patrocinado. Somou-se a essa marcha uma manifestação contra o Estatuto do Nascituro⁷⁷, já programada para o mesmo dia, e um ato contra o aumento das tarifas do transporte público. Segundo a Polícia Militar, o número de manifestantes girava em torno de oito mil quando da chegada à região central⁷⁸.

No dia 17 de junho, data da primeira partida pela Copa das Confederações em Belo Horizonte, o COPAC organizou mais um ato, amplamente divulgado pela internet. A concentração de manifestantes seria na Praça Sete, novamente no centro da capital. O evento se propunha “reunir todos os movimentos daqueles que são atingidos pela Copa da FIFA”, todos eram convidados a comparecer e se manifestar da forma que mais lhe conviesse, de forma que o COPAC teria um “megafone aberto para quem quiser denunciar os abusos da Prefeitura Municipal e dos Governos Estadual e Federal para a realização da Copa que do Brasil tem pouco”⁷⁹. À chamada do Comitê sobrepuseram-se outros convites para eventos, compartilhados em redes sociais digitais, de maior e menor divulgação, que culminaram na reunião de aproximadamente 30 mil pessoas na avenida Afonso Penna.⁸⁰ Não se sabe bem o porquê, ou como essa decisão foi tomada, de lá, os manifestantes percorreram, em marcha, uma distância de oito quilômetros até o

⁷⁶ Tratava-se de um jogo de futebol, na rua, congregando parte da população afetada pelas obras decorrentes da realização da Copa do Mundo no Brasil: feirantes do Mineirinho, barraqueiros do Mineirão, pessoas ameaçadas de despejo, moradores de rua e também apoiadores, como feministas que se mobilizavam em torno da questão da exploração sexual durante o evento.

⁷⁷ Projeto de lei que tinha como objetivo criminalizar todos os tipos de aborto e, ainda, limitar as pesquisas envolvendo células tronco.

⁷⁸ Ver UOL Notícias: “Sem confronto, PM mineira ‘abre caminho’ para 8.000 manifestantes em BH”. Disponível em < <http://goo.gl/niRTxw> >. Acesso em 17/04/2015.

⁷⁹ Ver evento na página do Facebook: “I Avancê do COPAC”. Disponível em < <https://www.facebook.com/events/1376578605889629/> >. Acesso em 17/04/2015.

⁸⁰ Ver matéria em Observatório da Imprensa: “Um ensaio sobre o mês de junho de 2013” Disponível em < <http://goo.gl/c4wOM7> >. Acesso em 17/04/2015.

estádio Mineirão, onde, por fim, entraram em confronto com a polícia, que os impedia de ultrapassar um cerco de proteção ao estádio.

Com a marcha do dia 17, o desconforto e o espanto com a configuração dos protestos foram grandes o bastante para que algo fosse feito por parte de alguns ativistas, de modo a conferir um sentido específico às forças que tomavam as ruas. Os atores envolvidos eram muitos, mas não havia uma bandeira em comum, uma estratégia, uma narrativa minimamente coerente que justificasse a marcha unificada de dezenas de milhares de pessoas.



FIGURA 14 – Ativistas em marcha para o estádio Mineirão, em junho de 2013. Foto: Aline Corrêa.

Fruto de uma articulação entre autonomistas e anarquistas organizados, a Assembleia Popular Horizontal (APH) surgia em junho de 2013, congregando partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e ativistas “independentes”, isto é, que não tinham vinculação a nenhum tipo de organização formal. Segundo o que consta em sua página no *Facebook*, a APH é “um fórum de diálogo horizontal e autônomo para a formulação de pautas e propostas para as próximas mobilizações”, de forma que “a ideia

é criar um espaço comum a todos os mobilizados na web e na rua. Um espaço para organizados e independentes”⁸¹.

De julho de 2013 até abril de 2014, os temas que orientaram as reuniões, realizadas debaixo do viaduto Santa Tereza, no centro de Belo Horizonte, giravam em torno sobretudo dos problemas relacionados ao direito à cidade. As deliberações relacionavam-se às novas ocupações urbanas não regulamentadas pelo Estado, aos projetos de reforma urbana provenientes da prefeitura, visando à Copa do Mundo, ao sistema de transporte público e à questão das pessoas que perderam suas casas e seus empregos em decorrência da reforma do Mineirão. A questão do transporte público, naquele momento, tomava uma importância especial.⁸² Com efeito, é do problema de aumentos obscuros e injustificados da tarifa de ônibus da capital que provêm elementos propulsores de assembleias no sentido da eventual decisão de se ocupar a câmara dos vereadores de Belo Horizonte, em 29 de junho de 2013.⁸³ A ocupação seria mantida por nove dias.

Os eventos de junho daquele ano pegaram de surpresa tanto ativistas quanto cientistas sociais. Dentre os primeiros, muitos não conseguiam dizer quais os fins dos protestos, diante das formas que iam tomando. Quanto aos segundos, a perplexidade, o entusiasmo e a complexidade características dos acontecimentos, junto a um ar de novidade ativista que se apresentava, refletiam-se em seus trabalhos publicados.

Não entraremos numa discussão prolongada a respeito dos eventos de protesto de 2013. A exemplo das outras seções, desenharemos um quadro que possa nos indicar alguns elementos conceituais, estruturais e conjunturais que nos sirvam para a contextualização e análise do terreno onde black blocs brasileiros puderam emergir. Nesse sentido, começaremos pelo Brasil, trazendo à tona alguns trabalhos que procuraram mostrar de que, de certa forma, os governos, nos últimos anos, não só

⁸¹ Ver < <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/info> >. Acesso em 27/09/2014.

⁸² Vale a pena ressaltar que, da APH de 2013, surgiram alguns movimentos sociais que, mais tarde, ganhariam, de certa forma, alguma autonomia em relação àquela organização mais “global” das lutas políticas belo-horizontinas. É o caso do Tarifa Zero, que surge do grupo de trabalho sobre mobilidade urbana das assembleias de junho. Conferir o blog do movimento, em < <http://tarifazero.org/wordpress/> >. Acesso em 27/09/2014.

⁸³ Em um evento de *Facebook* criado pela APH, a página informa que “o 6º Grande Ato iniciado hoje às sete horas da manhã na Câmara Municipal foi convocado pela 4ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal e teve como consequência a ocupação do saguão principal da Casa. Nosso objetivo era acompanhar a votação do Projeto de Lei 417-13 de autoria do Prefeito Marcio Lacerda. Esta PL propunha a ISENÇÃO DO IMPOSTO ISSQN para as empresas de transporte coletivo por ônibus e foi aprovada em primeiro e segundo turno. [...] Posteriormente, nos reunimos no saguão da Câmara e decidimos ocupar o espaço”. Disponível em < <https://www.facebook.com/events/630812010277184/> >. Acesso em 27/09/2014.

abriram oportunidades para a ação direta popular, como também suscitaram as próprias manifestações sociais.

Pois bem, Carlos Vainer é um dos acadêmicos que focaram aspectos estruturais que permitiriam, e explicariam parcialmente, a emergência dos eventos de protesto daquele ano. Citando Mao Tse-Tung – “uma fagulha pode incendiar uma pradaria” – Vainer afirma que

[...] qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva histórica deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar (Vainer, 2013:36)

Ricardo Antunes e Rui Braga (2014), na esteira de Vainer, chamam atenção para o fato de que o modelo nacional-desenvolvimentista adotado pelo governo do PT, ainda antes dos protestos, já dava mostras de não mais conseguir manter a ascensão social de uma massa enorme de jovens trabalhadores precarizados. Muitas categorias declararam greves, e manifestações contra a carestia de víveres e serviços puderam ser observadas desde o início de 2013. Nesse sentido, as ações do MPL e as reações do estado não teriam sido senão a gota d'água para que se exprimissem um ressentimento e sentimento de revolta há mais tempo sendo acumulados. Nas palavras dos autores,

Aqueles que se dedicam a analisar a dinâmica histórica das explosões sociais nas periferias das grandes metrópoles brasileiras conhecem o potencial mobilizador do transporte coletivo. Afinal, se os reajustes dos preços dos alimentos, dos aluguéis e dos serviços, por exemplo, acontecem de forma fragmentada, diluindo-se ao longo dos meses, o reajuste da passagem de ônibus, pelo fato de ser uma tarifa regulada politicamente, acontece de uma única vez, atingindo a massa de trabalhadores ao mesmo tempo. Assim, em junho de 2013, observamos, tendo a cidade de São Paulo como epicentro político, a revolta contra os reajustes alcançar uma escala nacional (Antunes & Braga, 2014:45).

Outros, seguindo essa mesma linha, chamaram atenção para os cortes de classe que caracterizaram as mobilizações (Singer, 2013), e lamentavam a incapacidade de “as centrais sindicais, o MST e os partidos de esquerda” de “polarizar a vida política” no país (Secco, 2013:77).

Rudá Ricci (2014), reconhecendo a pluralidade de atores, inclusive as classes mais privilegiadas, que foram às ruas em 2013, buscou sintetizar algumas causas estruturais e conjunturais dos protestos daquele ano.

A primeira dessas causas é comum àquela levantada por Antunes e Braga: o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentismo petista.

Esse modelo, na visão de Ricci, é, basicamente, apoiado no “forte centralismo da condução e fomento dos investimentos produtivos e consumo interno” (Ricci, 2014:45). Assim, com 60% do orçamento público concentrado na União, a participação política da população, em geral, restringir-se-ia à apresentação de demandas a esferas distantes da gestão pública municipal, que ganhava traços de administradora de políticas públicas. A isso se soma a criação de um novo mercado interno e a ascensão de parcelas muito pobres da população a um novo patamar de consumo, em decorrência parcialmente de políticas de transferência de renda, que, para Ricci, engendrou uma inclusão social pelo consumo, “não pelos direitos ou pela ação política organizada” (Idem, p. 48)⁸⁴. Para o autor, este fato dava ensejo à participação política de pessoas que se reconheciam antes como consumidores do que como cidadãos. Enfim, como mencionamos em outro momento, houve o aparelhamento por parte do estado de movimentos sociais importantes que, cada vez mais, cumpriam o papel de ONGs, e de centrais sindicais, que passaram a disputar recursos provenientes do governo. “Ora”, conclui Ricci, “esta lógica estatal-desenvolvimentista tutelou a sociedade civil” (Idem, p. 52).

A segunda causa identificada por Ricci é “a emergência de uma onda conservadora na cultura nacional” (Idem, p. 54):

Em um debate realizado na Universidade de São Paulo (USP) cujo tema era a ascensão da cultura conservadora na capital paulista, desenhou-se o que seria uma onda conservadora composta por três movimentos: o conservadorismo reativo das classes médias tradicionais, ressentidas pelo rebaixamento da qualidade de vida e acesso das camadas populares aos serviços e bens que eram antes privativos aos mais abastados [...]; a onda conservadora oriunda de parcela das camadas sociais mais abastadas e que melhoraram seu poder aquisitivo, temendo o retorno à privação do consumo e, muitas vezes, adotando o ideário das classes mais abastadas como seu novo referencial de valor e padrão de vida e; finalmente, a onda cultural conservadora [...] (Idem, p. 54-55).

Enfim, a terceira causa: o acentuado desgaste das instituições representativas no Brasil.

⁸⁴ Para Ricci, “o problema [...] resvala na limitação do reconhecimento social ao padrão de consumo adquirido por uma família antes marginalizada dos centros de venda de produtos e serviços de alto padrão. Em outras palavras, não há como se garantir a evolução da noção de direito ao consumo – vinculada à necessidade ou, no limite, ao interesse familiar ou grupal – à noção abstrata de direito humano, universal e superior à lógica de reprodução comunitária” (2013:50).

[...] é necessário reconhecer as ruas tomadas por uma catarse juvenil, cujo discurso difuso negava invariavelmente a prática de governos e estruturas formais de representação pública que negavam o representado e seu cotidiano como elementos de definição da sua existência como representação social (Idem, p. 59).

Pois bem, mesmo que não concordemos integralmente com as causas conjunturais e estruturais dos protestos de junho, tais como foram apresentadas, parece-me que elas nos dão pistas de que as manifestações sociais de que tratamos não foram, de todo, espontâneas, “um raio em céu azul”, como poderiam parecer à primeira vista.

Voltemos, então, nossa atenção para os protestos de junho de 2013 em si, cuja mobilização se deve a fatores estruturais outros (cf. Castells, 2012).

Qualquer uma que tenha participado dos protestos de junho de 2013 foi capaz de notar a enorme variedade de pessoas às ruas. Este foi um fato que intrigou e surpreendeu cientistas sociais, à exemplo das *indignadas* na Espanha, em 2011, e dos protestos na Turquia, também em 2013: a diversidade de subjetividades em eventos de protesto massivos, cujos objetivos, identidades e meios de ação em jogo sequer eram comuns e nem mesmo claros aos participantes.

Com efeito, faz-se necessário avaliar os processos de reticularização e agenciamento de subjetividades que deram ensejo aos protestos de 2013 (cf. Gohn, 2014). Um dos aspectos interessantes das chamadas “Jornadas de Junho” foi o fato de que sujeitos dotados de valores, racionalidades e motivações específicas, foram às ruas e confrontaram não só o estado, como também entraram em litígio entre si, muitas vezes por meio de um intenso processo de deliberação online e off-line (Mendonça & Ercan, 2014)⁸⁵. Esses processos comunicativos, na visão de Manuel Castells, são da maior importância para que possamos compreender a dinâmica intrínseca às Jornadas. E, na visão do autor, seria impossível apreende-las devidamente se não levamos em conta as emoções compartilhadas pelos ativistas em suas redes sociais.

Para Castells (2009), os processos comunicacionais não se caracterizam pura e simplesmente pelo processamento cognitivo de informações, dependendo

⁸⁵ Nas palavras de Ricardo Fabrino e Selen Ercan, “processos deliberativos são trocas discursivas que permitem que atores diferentes se engajem na tarefa de definir o mundo no qual eles conviverão. Esse engajamento pode ocorrer de formas mais ou menos agonísticas. Alguns argumentos [...] podem ser apresentados por meio de *slogans* sarcásticos, imagens desconcertantes ou cartazes numa manifestação. [...] O ponto é que, para que ocorra deliberação, mais importante do que a troca direta de argumentos racionais entre cidadãos cortesões, é a construção coletiva de significados e o processo de reflexão engendrado por vários processos comunicativos” (2014:7)

profundamente das emoções e sentimentos compartilhados pelos sujeitos envolvidos em suas redes sociais. Assim, as formas que tomaram as mobilizações de junho de 2013 e a efetivação das ações diretas que as acompanharam foram, em alguma medida, condicionadas por fluxos comunicacionais carregados de informações de todo tipo, como determinados elementos afetivos. Nas palavras de Castells,

Toda política é pessoal. Redes sociais cumprem um papel importante na definição do comportamento político. Se as pessoas encontram atitudes agradáveis em suas redes sociais, elas são mais ativas politicamente, enquanto ideias contraditórias na rede social diminuem a participação. Pessoas politicamente ativas tendem a estar em redes políticas mais homogêneas. As atitudes dos sujeitos são influenciadas por sentimentos frente outras pessoas na rede. Atitudes são produzidas por meio de práticas compartilhadas e, portanto, podem ser mudadas caso as práticas se transformem. Atitudes dependem de sentimentos, e sentimentos são construídos através da percepção de emoções. [...] Algumas dessas emoções cumprem um papel particularmente importante no processo político (Castells, 2009:149).

Historicamente, defende Castells, as emoções “particularmente importantes” para a mobilização no sentido da transformação social são a raiva, o medo e a esperança (ou entusiasmo). Essas emoções e mobilizações seriam suscitadas por determinado evento dotado de significado, e impulsionariam as pessoas a superar o medo ante uma possível ação arriscada (como enfrentar a polícia), desafiando “os poderes que sejam, apesar do perigo inerente à ação” (Castells, 2012:219).

Para o autor, há dois movimentos importantes que se desenrolam em redes sociais quando estas reconhecem-se numa situação percebida como injusta. Num primeiro cenário, o compartilhamento do medo em redes sociais, frente à injustiça, promoveria a ansiedade, e, em última instância, esta rede inclinar-se-ia ao conservadorismo. O medo, somado à raiva, e tornados, de certa forma, hegemônicos em determinada rede social, incitariam uma ação reacionária por parte das pessoas. Num outro cenário, o medo poderia ser superado pelo “compartilhamento e identificação com outros no processo de ação comunicacional” (2012:219). Quando isso acontece, o compartilhamento da raiva nessas redes sociais torna-se muito provável e, caso ela seja suficientemente compartilhada, faz com que as pessoas se disponham à tomar parte de uma ação arriscada.

Quando o processo de ação comunicativa induz à ação coletiva e o processo de mudança é ativado, a emoção positiva mais potente prevalece: o entusiasmo, que dá força a mobilizações sociais propositivas. Indivíduos

participantes de redes entusiasmadas, tendo superado o medo, são transformados num ator coletivo consciente (Ibid.).

Nos dias que correm, esses processos comunicacionais, fundamentais à mobilização social no sentido da transformação de situações percebidas como injustas, são potencializados pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Manuel Castells aponta que a tecnologia da informação, hoje, traduz-se num “novo paradigma tecnológico”, que tem como efeito uma reorganização acentuada de “produção, comunicação, gerenciamento e vida” (2011:43).

A ascensão de tal paradigma tecnológico desembocaria naquilo que o autor conceituou como “a sociedade em rede”: “uma sociedade cujas estruturas sociais são construídas em torno de redes ativadas por tecnologias de comunicação e informação de processamento digital e de base microeletrônica” (Castells, 2009:24). E, com efeito, recentemente alguns autores têm argumentado que tecnologias de comunicação e informação têm sido agentes não negligenciáveis para a emergência de novas formas de vida social (cf. Cypriano, 2013).

Nesse sentido, para Castells, a popularização das TICs possibilitou a emergência de uma nova forma de comunicação em massa, que o autor chamou de *mass self-communication*:

A difusão da internet, da comunicação sem fio, das mídias digitais e uma variedade de ferramentas de softwares sociais promoveram o desenvolvimento de redes horizontais de comunicação interativa que conectam o local e o global em determinado tempo escolhido. [...] À medida que as pessoas (chamadas comumente de usuárias) se apropriam dessas novas formas de comunicação, elas constroem seu próprio sistema de comunicação em massa, via blogs, vlogs, podcasts, wikis e assim por diante (Castells, 2009:65)

Assim, se “os meios de comunicação de massa configuram o nosso cotidiano, sendo um elemento importante de disputa pela definição de identidades individuais e coletivas que perpassam tanto a esfera privada quanto pública” (Pereira, 2012:4), esses meios não mais se caracterizam somente por uma relação de todo hierarquizada entre emissores e receptores, como há algumas décadas.

É importante notar, de toda forma, que a ascensão da chamada *mass self-communication* e seus efeitos para a política de ação direta não se devem somente à inserção de um elemento técnico comunicacional em determinado meio social. Dispensando, a um só tempo, o determinismo e o instrumentalismo tecnológico, é

preciso observar que, nos últimos anos, “a esfera privada tornou-se também um espaço de disputa e mobilização de conflitos” (Ibid.). Ou seja, há certos traços da subjetividade contemporânea que alteram as formas pelas quais as pessoas lidam consigo mesmas, com outrem, com objetos técnicos, a política etc.

Para Ulrich Beck, por exemplo, o processo de “modernização reflexiva” implica na responsabilidade individual sobre vicissitudes biográficas, coisa que antes era passível de superação por meio da comunidade, classe ou grupo social (cf. Beck, Giddens & Lash, 2012). Zygmunt Bauman corrobora os apontamentos de Beck. Para este autor, nos dias de hoje “a afirmação ‘Eu sou um indivíduo’ significa que sou responsável por meus méritos e meus fracassos, e que é *minha* tarefa cultivar os méritos e reparar os fracassos” (2000:30) – inclusive, adicionamos, no que diz respeito à ação política.

Em uma palavra, poder-se-ia dizer que a emergência da sociedade em rede foi acompanhada por um conjunto de mudanças políticas e sociais, dentre as quais a emergência daquilo que Michel Foucault sugeriu ser uma “subjetividade neoliberal” (Foucault, 2008). Com isso, Foucault se referia ao sujeito que age como empreendedor de si mesmo, em função de um regime de verdade que orienta não só dinâmicas de mercado, mas avaliações e tomadas de decisão de ordem políticas e pessoais.

Todo esse quadro, portanto, de intensas transformações sociotécnicas, classificado por Lance Bennett e Alexandra Segerberg como sendo um de “fragmentação estrutural e individualização em muitas sociedades contemporâneas” (2012:743), faz surtir seus efeitos sobre as lógicas de mobilização, organização e operacionalização da ação coletiva (Castells, 2012; Pereira, 2011). Reconhecendo isso, Bennett e Segerberg sugeriram um conjunto de conceitos que pode auxiliar-nos na identificação e leitura de formas distintas de mobilização e ação em protestos como os de junho de 2013.

Bennett e Segerberg, tomando por base as manifestações conhecidas como *as indignadas*, na Espanha, *Occupy Wall Street* (OWS), nos Estados Unidos, e *Put People First* (PPF), na Grã-Bretanha, apontaram dois amplos padrões organizacionais emergentes de redes sociais digitalmente mediadas.

Em um desses padrões, haveria certa coordenação de ações dos possíveis ativistas. Essa coordenação seria levada a cabo por organizações que, ao contrário de partidos políticos e movimentos sociais tradicionais, buscam não se colocar em evidência para a realização do protesto. Dessa forma, tais organizações evitariam o

quanto possível a criação e a divulgação de enquadramentos interpretativos *coletivos* da ação, promovendo, em vez disso, uma ampla “rede de engajamento” por meio de TICs. Essas redes de engajamento basear-se-iam nos esforços das organizações coordenadoras de provê-las com “enquadramentos interpretativos da ação facilmente personalizáveis, disponibilizando baterias de tecnologias sociais que auxiliem os cidadãos a divulgar ideias em suas redes sociais pessoais” (Bennett & Segerberg, 2012:742).

O segundo padrão organizativo, vinculado às *indignadas* da Espanha, seria caracterizado pela ausência de quaisquer organizações mediadoras da ação coletiva. Baseia-se no agenciamento entre pessoas por meio de TICs, de modo que suas plataformas interativas cumpririam o papel outrora atribuído a organizações políticas. Nesses casos, indicam Bennett e Segerberg, a rede social mediada digitalmente torna-se, em alguma medida, a própria organização da ação.

Dentro desses dois padrões organizacionais, os autores ainda distinguem três lógicas de ação, construídas como tipos-ideais.

A primeira delas, amplamente estudada e conhecida, Bennett e Segerberg definem como a “lógica da ação coletiva”, isto é, das redes de ação mediadas por organizações. Essa lógica de ação é caracterizada pelos seguintes elementos: (a) uma forte coordenação organizacional da ação; (b) o uso de tecnologias sociais no gerenciamento da participação e na coordenação de objetivos comuns aos ativistas; (c) em conteúdos comunicativos voltados para enquadramentos interpretativos coletivos de eventos de protesto, acontecimentos, ações de atores opositores etc.; (d) no gerenciamento organizacional de redes sociais, com ênfase na construção de relações que fortaleçam a ação coletiva; (e) e, enfim, no protagonismo de redes de organizações, em vez de redes de indivíduos (2012:756).

A segunda lógica de ação, apontada como fruto de associações entre pessoas e tecnologias de informação e comunicação, foi chamada por Bennet e Segerberg de “ação conectiva”. Ela consistiria em redes de auto-organização, sobre as quais organizações tradicionais teriam pouca influência e muita dificuldade para coordenação. A lógica da ação conectiva é marcada pelo (a) acesso pessoal em larga escala a tecnologias sociais multimodais (*mass self-communication*); (b) pelo conteúdo comunicacional centrado em quadros interpretativos de ação personalizados, mas inclusivos, personalizáveis, e emergentes, com potencial de viralização, como *memes*⁸⁶,

⁸⁶ O termo “meme” é utilizado, em geral, na referência a imagens acompanhadas de pequenas frases e *hashtags* compartilhadas na internet, com um alto potencial de viralização. Alguns memes podem se

vídeos etc.; (c) pela expressão pessoal compartilhada em redes sociais digitais; (d) por fim, pela repulsa e conseqüente movimento de afastamento das pessoas em relação a organizações formais existentes (Ibid.).

Essas duas lógicas, para Bennet e Segerberg, constituem dois polos opostos de ação, entre as quais localiza-se um terceiro tipo-ideal. Este último tipo consiste em redes sociais ligadas entre si por meio de organizações, que mantêm uma coordenação frouxa da ação. Essas organizações arcariam com os custos de manutenção de tecnologias sociais, dedicando-se à alimentação de plataformas de mídias digitais com determinado tipo de conteúdo. Esse conteúdo comunicacional orientar-se-ia por enquadramentos interpretativos de ação, à exemplo da lógica da ação conectiva, personalizáveis e inclusivos, mas produzidos pelas organizações coordenadoras. Além disso, as organizações estariam imbuídas da tarefa de exercer algum nível de moderação sobre a expressão pessoal em redes sociais digitais, assegurando-se de que o sentido conferido a acontecimentos e eventos não se afaste em demasiado de objetivos organizacionais específicos. De toda forma, e, finalmente, as organizações, aqui, não se apresentam enquanto protagonistas, mas permanecem como pano de fundo em relação a essas redes sustentadas por “laços fracos”, nos termos de Mark Granovetter (cf. Kaufman, 2012)⁸⁷.

Evidentemente, a intenção de Bennett e Segerberg, com o desenvolvimento desse quadro conceitual, é o de distinguir a ação de movimentos sociais “tradicionais” daqueles emergentes com a popularização de TICs, ao passo que trazem à tona alguns elementos típicos das mobilizações sociais contemporâneas aos quais devemos nos atentar. Isso se mostra tão mais importante na medida em que essas mobilizações sociais contemporâneas, de grande escala, não deixam de contar com a presença de movimentos sociais de pautas específicas, que inevitavelmente têm de se haver com uma massa de pessoas orientadas por outras maneiras de associação. Entre estas pessoas, black blocs.

Organizemos e sintetizemos os argumentos apresentados até este ponto.

transformar e ser compartilhados por um longo tempo, enquanto outros desaparecem em poucos dias. São compartilhados voluntariamente, *peer-to-peer*.

⁸⁷ Ao longo do curso de mestrado, tive a oportunidade de desenvolver um estudo sobre as atividades da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, nos anos de 2013 e 2014, baseado no aparato conceitual proposto por Bennet e Segerberg. Os resultados da pesquisa indicaram que a APH nasce como uma forma de canalização das forças mobilizadas pelo tipo extremo da “lógica da ação conectiva” durante os protestos de 2013, mas, gradualmente, deslocou-se para uma lógica de ação coordenada, perdendo legitimidade frente seus participantes (cf. Fernandes & Corrieri, 2015).

Na introdução deste trabalho, lembramos que black blocs insurgiram ao longo dos anos de 2013 e 2014 com uma força inédita no Brasil. Essas numerosas e intensas manifestações dos blocos foram um assunto amplamente tratado nas mídias, que trouxeram à tona uma série de discussões, frequentemente controversas, sobre esse tipo de ação direta: em que consistia, quais seus objetivos, quais suas origens etc. Em geral, dizia-se que black blocs eram uma forma de ação anarquista; deste modo, encaminhamos o fim de nossa introdução com alguns esclarecimentos quanto às várias facetas constituintes da militância libertária.

No capítulo 1, procuramos traçar uma breve genealogia de black blocs. Partindo dos eventos de maio de 1968, perpassamos o movimento da Autonomia, na Itália; indicamos que esse movimento influenciou, de certo modo, uma miríade de grupos de extrema-esquerda que encontravam-se atuantes, mas em crise, na Alemanha Ocidental. Observamos que esses grupos de esquerda, eventualmente, somaram forças ao movimento ambientalista, antinuclear, dos *squats* e da contracultura em geral, culminando no que foi chamado de Automen, precursores dos black blocs. Prosseguimos, então, para uma revisão ao mesmo tempo histórica e teórica a respeito de black blocs nas Américas e na Europa a partir da década de 1990. Pontuamos, entre outras coisas, que tal ação direta passou, com efeito, a ser levada a cabo principalmente por anarquistas, organizando-se em grupos de afinidade e seguindo princípios éticos específicos, com o fim de autodefesa e crítica simbólica ao estado e ao capitalismo. Chegando ao Brasil, notamos que há um grande número de trabalhos publicados sobre black blocs mobilizados no país, de modo que a maioria deles restringe-se ao exercício interpretativo que prescinde de bases empíricas, tomando de empréstimo conceitos aplicados a black blocs de outros lugares, sobretudo do norte global.

Enfim, neste capítulo, buscamos identificar elementos históricos, estruturais e conjunturais que, em seu conjunto, deram ensejo à emergência de black blocs no Brasil e, em especial, em Belo Horizonte. Vimos que o anarquismo, na forma do anarco-sindicalismo, expressou-se como uma das forças revolucionárias mais significativas ao longo do período da Primeira República, deixando às gerações libertárias vindouras um rico legado de lutas. Embora tenha sofrido uma perseguição implacável, adentrado a clandestinidade e perdido seu vigor de outrora, observamos que a memória do anarquismo brasileiro foi mantida por vários coletivos e centros de cultura, e sugerimos que a ação militante anarquista não fora de todo abolida no país, mas mudado de forma a partir de meados da década de 1950, com a emergência do especificismo. Notamos a

existência de alguns movimentos sociais no Brasil e em Minas Gerais no período do governo militar, apontando algumas aproximações e distanciamentos entre eles e as práticas anarquistas. Em seguida, vimos que, com o declínio da ditadura militar, coletivos e organizações anarquistas voltaram a aparecer no cenário político nacional, embora timidamente, enquanto movimentos sociais eram incorporados à estrutura estatal. Na década de 1980, surge o movimento anarcopunk, e, nos anos 1990, as primeiras federações anarquistas, de cunho especificista, no Brasil. Ambos influenciariam uma parcela do movimento estudantil de então, sobretudo na ocasião da Ação Global dos Povos, no início dos anos 2000. Indicamos, a partir daí, algumas expressões da chamada “cultura anarcopunk” na capital mineira, e sugerimos, com base nos exemplos da Praia da Estação e do movimento Fora Lacerda, que as práticas anarquistas, bem como as formas de mobilização mediadas por TICs, disseminavam-se, em alguma medida, em Belo Horizonte. Finalmente, descrevemos brevemente os protestos de junho de 2013 e, tangenciando as formas com que eles emergiram na capital de Minas, revisamos, por um lado, alguns trabalhos que buscavam identificar possíveis causas estruturais e conjunturais das chamadas Jornadas de Junho, e, por outro, um quadro conceitual que poderia servir-nos de orientação para a análise de mobilizações sociais contemporâneas.

Com isso, completamos o que, a meu ver, constituem dois movimentos importantes para a análise da formação de black blocs em Belo Horizonte. O primeiro deles é o de revisar de que forma black blocs se manifestam e são analisados em outros lugares, mantendo em vista uma perspectiva histórica. O segundo movimento é o de localizar os black blocs brasileiros num contexto histórico, político e social específico, provendo-nos de elementos analíticos relevantes para a avaliação do nosso caso belo-horizontino.

Capítulo 3

O objetivo deste capítulo é apresentar os dados que coletei, nos últimos meses, junto a participantes de black blocs em Belo Horizonte. Os dados estão organizados segundo temas de nosso interesse. Estes temas provêm tanto da revisão de literatura e da discussão teórica pelas quais passamos nas duas primeiras partes desta dissertação, quanto dos próprios relatos de nossos entrevistados.

Começo por descrever o que foi feito e de que maneira foi feito, justificando os procedimentos metodológicos adotados para a coleta e tratamento das informações que obtivemos.

Em seguida, apresentarei uma descrição das pessoas que entrevistei.

Finalmente, adentraremos a exposição organizada dos dados segundo os temas percebidos.

Procedimentos metodológicos

Como apontado na introdução desta dissertação, os dados referentes aos black blocs, em Belo Horizonte, foram coletados por duas vias: uma, a da observação participante em encontros de sociabilidade entre ativistas, assembleias, reuniões e eventos de protesto; a outra, a da realização de entrevistas semiestruturadas com participantes de blocos em eventos de protesto em Belo Horizonte.

Começo com algumas palavras sobre a primeira.

Para Benjamin Crabtree e William Miller,

A razão fundamental para selecionar o método da observação participante, em vez de outras técnicas de pesquisa, está relacionada à significância do contexto cultural e ao acompanhamento de comportamentos que respondem à pergunta da pesquisa (Crabtree & Miller, 1999:48).

A respeito da pergunta de pesquisa, é importante lembrar que ela se mostra como uma indagação referente às racionalidades, práticas, recursos e princípios organizacionais que deram condições de existência às formas em que os blocos belo-horizontinos se manifestaram. Nesta pesquisa, essas questões traduzem-se, ao menos parcialmente, nas seguintes perguntas: por meio de quais processos constituíram-se

black blocs na capital mineira, segundo a percepção de alguns de seus participantes? Qual o sentido conferido à ação direta de black blocs, segundo alguns de seus militantes?

Ao lançar mão de técnicas etnográficas de pesquisa, é possível dar a devida atenção aos procedimentos informais para coleta de dados, pelos quais não só entramos em contato com os sujeitos de pesquisa, mas tomamos parte de ações em conjunto com esses sujeitos. Isso possibilitou a observação da ação e interação dessas pessoas nas ruas, em algumas ocasiões evidenciando valores e razões que as moviam.

A imersão no campo por meio da observação participante ocorreu, a partir de 2014, em sessões da Assembleia Popular Horizontal, nos eventos de protesto dela provenientes, em reuniões de grupos de ativistas, nas quais buscava-se uma avaliação coletiva do evento de protesto mais recente, e também em ocasiões de festas e momentos de sociabilidade em geral.

Esses dados, obtidos como estudante do curso de mestrado, são em alguns momentos combinados ou contrapostos à minha experiência enquanto participante – mas não pesquisador – dos acontecimentos relacionados a junho e julho de 2013 na capital mineira. Participei tanto das manifestações e sessões da APH de então, quanto da ocupação da câmara dos vereadores, estando por vezes bastante próximo de pessoas que tomaram parte da ação direta de black blocs. As informações que trago à tona, seja como observador-participante, seja como ativista, são devidamente distinguidas.

Quanto às entrevistas semiestruturadas, elas se justificam pelo seguinte.

A vantagem de utilizarmos da forma semiestruturada da entrevista advém da possibilidade de aprendermos com nossos entrevistados sobre nosso domínio de interesse através da alternância entre procedimentos formais e conversações informais (Crabtree & Miller, 1999). No total, foram realizadas seis entrevistas, de modo que duas delas não foram gravadas a pedido dos próprios ativistas. As entrevistas não gravadas foram reconstituídas a partir de minhas anotações⁸⁸.

Aqui, gostaria de ressaltar a importância das conversas informais e dos relatos *off the record* como fontes importantes de dados. Isso porque a dificuldade de se convencer um participante de blocos a gravar uma conversa sobre o assunto, ou até mesmo conversar sobre black blocs enquanto o participante admite, abertamente, sua própria militância, mostrou-se muito grande. Muitas das pessoas com quem travei

⁸⁸ No Apêndice 3 é possível ler integralmente a reconstituição de uma dessas entrevistas.

conversa sobre esta pesquisa mostraram-se bastante interessadas na mesma, e falaram sobre os blocos com propriedade e um nível de detalhes interessantíssimo. Dirigi-me a essas pessoas para falar de minha pesquisa precisamente porque sabia que elas tinham participado de black blocs, uma vez que estávamos, em mais de uma ocasião, lado a lado nos protestos.

Entretanto, logo descobri que, de ter participado em black blocs para admitir tê-lo feito, há uma distância que nem todos estão dispostos a percorrer⁸⁹.

O desconforto em falar abertamente – mesmo que não publicamente – como black bloc é compreensível na medida em que o ativismo mais voltado à militância foi duramente reprimido, perseguido e cruelmente ameaçado ao longo dos protestos na cidade de Belo Horizonte nos últimos dois anos. Segundo minhas experiências, e pelo que me foi relatado, muitos ativistas tiveram seus telefones celulares grampeados e computadores apreendidos; tiveram suas carteiras de identidade fotografadas, à força, nas ruas por policiais (a minha própria foi); apontados em manifestações marcadas pelo “caldeirão de Hamburgo”⁹⁰ como alvos específicos da investida policial daquela ocasião; alguns foram seguidos no caminho de volta para casa por policiais que os espancaram e os balearam com “munição não-letal”, à queima roupa; e outros foram ameaçados enquanto tomavam uma cerveja com amigos no centro da cidade, entre outros ataques sofridos. E, claro, muitos deles foram presos.

⁸⁹ É interessante notar que algumas pessoas elegíveis à posição de entrevistados não só não admitiriam ter participado de um bloco como também tratariam o assunto – black blocs em Belo Horizonte – como uma novidade sobre a qual nada saberiam dizer. Isso pode ter se dado em decorrência de dois fatores. Um deles, parece-me, é de âmbito pessoal: a possível falta de confiança em mim, ou o desejo de dispensar a participação numa pesquisa que não julgaram interessante ou útil. O outro fator – tive a impressão a partir de uma conversa com um militante que eu esperava entrevistar – pode estar associado à concepção de que o único momento passível de falar-se em black blocs é aquele em que os blocos efetivamente tomam forma, nas ruas, durante um evento de protesto. Antes ou depois de tal evento, para aquele meu interlocutor, não há nada que possa sequer assemelhar-se a um *black blocker*.

⁹⁰ O caldeirão de Hamburgo (*Hamburger Kessel*) é uma tática policial usada contra multidões em eventos de protesto. Os policiais da tropa de choque formam um cordão que impede a movimentação do bloco em protesto, confinando as pessoas que dele tomam parte a um espaço restrito. Essas pessoas são impedidas de sair e, dependendo da situação, outras pessoas são impedidas de adentrar o cerco. Pretende-se, dessa forma, pressionar os manifestantes a desistir da ação coletiva, uma vez que eles acabam por ficar sem acesso a água, alimentos e sanitários. Eventualmente, uma única opção de saída do cerco pode ser concedida, quando devidamente controlada.



FIGURA 15 – Caldeirão de Hamburgo, em 1986. Fonte: MOPO.de. Disponível em < <http://www.mopo.de/hamburg/8--juni-1986-der-tag--an-dem-die-polizei-861-hamburger-einkesselte-10112934> >. Acesso em 16/02/2016.



FIGURA 16 – Caldeirão de Hamburgo na Praça 7, Belo Horizonte, dia 16/06/2014. Foto: Larissa Azevedo. Fonte: Blog da Boitempo. Disponível em < <http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-tatica-da-repressao-durante-a-copa/> >. Acesso em 16/02/2016.

A realização de entrevistas, aliás, é por si só uma tarefa de considerável dificuldade em função da própria natureza do sujeito de que tratamos. Nas palavras de Uri Gordon, “o black bloc é uma formação tática *ad hoc* na qual grupos e indivíduos se aglomeram, vestindo-se principalmente de preto e em geral cobrindo seus rostos” (2008:80), e isso, segundo o autor, deve-se tanto à necessidade de proteção de si mesmos contra a identificação policial, quanto pelo “simbolismo do anonimato”, como

preconizado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN (Idem).⁹¹ Além disso, como vimos, ainda que de soslaio, no capítulo 1, há pesquisas que argumentam que black blocs não são senão uma formação de todo efêmera, volátil, em constante transformação e que raramente coincidem significativamente no que diz respeito às pessoas que o constituem (um bom apanhado dessas pesquisas pode ser conferido em Dupuis-Déri, 2011, 2014b). Naturalmente, e em consequência do anonimato e da sugerida efemeridade que caracterizam e estruturam black blocs, é impossível saber, de modo suficientemente satisfatório, quantas e quais pessoas participam dos blocos em cada manifestação⁹².

Diante dos empecilhos à pesquisa, optei por fazer uso do método *bola-de-neve* para a seleção da amostra a ser entrevistada.

Essa escolha pareceu-me a mais adequada por uma razão em especial: eu não teria que definir, a partir de minhas próprias categorias de pensamento, quem era, ou não, constituinte de black blocs, a não ser a primeira pessoa entrevistada. Isso possibilitou que a própria amostra se definisse, garantindo assim sua fiabilidade (Fragoso, Recuero & Amaral, 2013), e certificando-me, eventualmente, de que ela não ficasse restrita a um grupo social específico – suponhamos, um de anarquistas aos quais a ação black bloc poderia parecer agradável, ou um de pessoas brancas de classe média, como é o caso de Thompson (2010), ou de homens brancos universitários, caso de Dupuis-Déri (2014a). Abaixo, apresento um sumário do perfil das seis pessoas entrevistadas a partir da bola-de-neve. Voltar-nos-emos para a caracterização e a trajetória dos entrevistados com mais atenção quando da análise dos dados.

⁹¹ Para uma descrição e avaliação da política do EZLN ver, por exemplo, Mentinis (2006).

⁹² Este fator, evidentemente, por sua vez, impossibilita também o cálculo de uma amostra representativa da população envolvida em black blocs com a qual pudéssemos trabalhar.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

Sujeito	Descrição resumida
1	Homem branco, anarquista, de classe média e universitário. Viveu até a adolescência no interior de Minas Gerais. 25 anos.
2	Homem negro, "apolítico", trabalhador autônomo e morador de periferia. 33 anos.
3	Homem negro, "mais voltado ao anarquismo", trabalhador e morador de periferia. 28 anos.
4	Homem branco, anarquista, trabalhador e de educação superior completa. 25 anos.
5	Mulher branca, anarquista, trabalhadora, de classe média e universitária. 22 anos.
6	Mulher branca, anarquista, de classe média educação superior completa. 28 anos.

Com as entrevistas em mão, deparo-me com a questão de como analisa-las ante a construção dos argumentos apresentados até este ponto.

Para essa tarefa, as técnicas de análise de conteúdo oferecem um amplo campo de possibilidades.

Com efeito, a análise de conteúdo dificilmente pode ser considerada um instrumento único, senão na medida em que tal instrumento seja marcado por “uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”, como aponta Laurence Bardin (2011:34). Em todas essas formas, afirma Bardin, o papel desempenhado pelo analista supõe a compreensão do sentido da comunicação, como esta fosse de todo comum, mas, além disso, também é preciso “*desviar* o olhar para outra significação, outra mensagem entrevista por meio ou ao lado da mensagem primeira” (Idem, p. 47).

É importante manter em mente que, do mesmo modo que o sentido que o emissor pretende expressar pode coincidir com o conferido à mensagem pelo receptor, há sempre a possibilidade de um mesmo texto ser distinto para leitores diferentes – uma mesma mensagem pode vir a ser captada com sentidos diferentes. Além disso, como

sugere Bardin, um texto pode exprimir um sentido do qual o emissor não tem consciência. Enfim, o conteúdo de comunicações pode ser investigado e avaliado por meio de uma miríade de perspectivas, focalizando palavras, orações, a estrutura lógica de expressões ou temas, observando de que maneira eles se associam, o que eles denotam e conotam para, assim, ensejar a interpretação sociológica (Moraes, 1999).

Na esteira de Bardin, sugerindo que toda análise de conteúdo constitui uma interpretação pessoal do pesquisador de seus dados, à qual é possível atribuir critérios mais objetivos de avaliação, Roque Moraes (1999) chama atenção para a importância da contextualização da comunicação a ser analisada, para que em seguida seja possível orientar o tratamento da informação em mão a partir de seis elementos característicos da formulação de um texto: *quem fala; fala-se para dizer o que; a quem; de que modo; com que finalidade; com que resultados*. O tipo de técnica de análise de conteúdo a ser empregado em determinado texto variará, segundo Moraes, em função das possíveis combinações entre esses elementos.

Em vista de nossos objetivos, voltar-nos-emos aos dois primeiros elementos mencionados por Moraes.

Para nós, é importante avaliarmos *quem fala* no sentido de examinar os valores e racionalidade que se expressam por meio das entrevistas de nossos sujeitos. Mas, sobretudo, preocupamo-nos com a questão de *para dizer o que*, ou com as ideias, argumentos e percepções exprimidos nas mensagens que temos à disposição.

Levando em conta esses elementos básicos a qualquer análise de conteúdo, e tendo em vista o objetivo de sistematização de ideias e percepções de nossos entrevistados, parece-nos conveniente e adequada, ante o escopo de técnicas à nossa disposição, a utilização da *análise temática* (Bardin, 2011; Moraes, 1999).

Vejamos, rapidamente, em que consiste a análise temática.

Para Klaus Krippendorff (2003), a análise temática é adequada ao material de origem verbal e algo similar à uma história contada. Cabe ao analista transcrever a “história oral”, transformando-a em um texto analisável; em seguida, é preciso distinguir segmentos do texto de acordo com as ideias, posicionamentos políticos e temas gerais emergentes, embora também seja possível levar em conta combinações de categorias teóricas relevantes nesse processo, relacionadas ao imaginário emergente no próprio texto. Assim, afirma Laurence Bardin,

Poder-se-ia multiplicar os desmembramentos temáticos, classificando e dividindo as significações do discurso em categorias em que os critérios de escolha e de delimitação seriam orientados pela dimensão da análise, ela própria determinada pelo objetivo pretendido (Bardin, 2011:82).

A análise temática que propomos, diante de tudo isso, poderia dividir-se em duas chaves. Numa primeira, acomodam-se temas recorrentes nos trabalhos que revisamos até este ponto – elementos constituintes de uma ação coletiva contenciosa chamada de black bloc, novos movimentos sociais, das mobilizações sociais contemporâneas etc. A segunda chave é composta por temas que emergem de nossas entrevistas.

Com efeito, as informações levantadas pelas conversas e entrevistas trazem consigo algumas questões que, de certa forma, já encontravam-se presentes nas referências que visitamos ao longo do trabalho. E, de modo geral, determinadas categorias analíticas têm como pano de fundo as discussões teóricas desenvolvidas alhures (cf. Weiss, 1994). No nosso caso, isso é verdade sobretudo no que diz respeito à produção acadêmica sobre o fenômeno que estudamos oriunda do hemisfério norte, onde o volume e a pertinência de publicações de nosso interesse é maior. A discussão sobre a constituição da identidade de black blocs, por exemplo, é uma dessas categorias que mostraram-se importantes desde cedo, e a questão sobre a organização interna dos blocos é outra delas.

Por outro lado, alguns temas emergiram a partir das próprias entrevistadas, os quais não nos ocorreram até o momento de sentarmo-nos e iniciarmos as entrevistas. A título de exemplo, podemos citar temas advindos do sentido atribuído às ações dos próprios participantes de black blocs, vis-à-vis seus posicionamentos políticos (black bloc é tática de autodefesa ou faz parte de uma estratégia revolucionária?) e da divisão do trabalho implicado na ação direta em decorrência do gênero das participantes.

Assim, o roteiro de entrevista utilizado foi modificado e variou à medida em que as entrevistas eram realizadas e novos temas emergiam, ao passo que as críticas referentes ao projeto de pesquisa que resultou nesta dissertação, elaboradas pela banca de qualificação, eram incorporadas⁹³.

Na próxima seção, iniciaremos a exposição dos dados.

Começaremos perpassando uma breve descrição das pessoas entrevistadas, de modo que saibamos, ao menos parcialmente, de que posição elas proferem seus relatos.

⁹³ A versão final do roteiro pode ser conferida no Apêndice 2.

Cabe apontar, desde já, que essa descrição é condicionada pelos próprios entrevistados: ao marcar uma entrevista e encontra-los no local combinado, muitos deles, voluntaria e imediatamente, já começavam a falar um pouco sobre si mesmos, como que numa tentativa de justificar uma possível quebra de expectativa naquela interação mais ou menos formalizada (embora seguisse o roteiro da entrevista, procurei encaminha-la com a maior desenvoltura que pude). As entrevistas tinham início com meu pedido para que as pessoas me contassem um pouco sobre suas trajetórias, tanto de maneira geral quanto sob a condição de ativista e, sem interferir nos rumos que este tópico enveredava, retomava o roteiro após alguns minutos, quando encontrava uma brecha para mudar o assunto para um dos pontos que me interessava. O tempo de realização das entrevistas variou entre trinta minutos e uma hora.

Os sujeitos entrevistados

Entrevistado 1

A primeira entrevista foi feita em setembro de 2014 com quem chamaremos de Entrevistado 1, de 25 anos. O rapaz participara das manifestações de junho de 2013 e, em decorrência das investigações policiais de então, somadas à espetacular repressão promovida pelo governo estadual e federal no ano de 2014, em ocasião da Copa do Mundo, exprimia um receio em participar da entrevista que não sem dificuldades pôde ser superado.

Encontramo-nos algumas vezes ao longo de 2014, antes de realizar, de fato, a entrevista, a fim de conversar sobre coisas quaisquer, entre elas minha pesquisa de mestrado, e tomar cerveja. O entrevistado, então, estava prestes a formar num curso de graduação, mas ainda não sabia ao certo se o faria; tinha outros planos, encontrava-se desapontado e desanimado com seus estudos e demonstrava interesse em tentar uma nova seleção para o ensino superior. Dizia ter planos de ir estudar em algum lugar no nordeste do Brasil, onde pudesse trabalhar com, e perto da natureza.

Pouco depois revelou-me a intenção de aprender técnicas de sobrevivência em selvas e disse já ter colhido informações suficientes a respeito para se juntar a um estranho grupo de pessoas que, por um preço acessível, ministrava um curso especial no norte do país. “Estranho” é uma qualificação do próprio entrevistado, que disse ter tido a impressão que aquele grupo de “sobrevivencialistas” inclinava-se sobremaneira ao

fascismo, ou ao menos a um nacionalismo que lhe causava repugnância. De toda forma, afirmava que, na pior das hipóteses, aprenderia bastante sobre as técnicas de sobrevivência que despertavam seu interesse, e ainda teria a oportunidade de examinar um grupo relativamente vasto, coerente e fechado de pessoas e descobrir do que tudo aquilo realmente se tratava.

Algumas semanas após a entrevista, fui comunicado que nosso primeiro entrevistado havia, de fato, abandonado sua faculdade e partira para o norte a fim de submeter-se ao treinamento de que me falara. Não tivemos mais contato desde então.

O entrevistado me relatou que até sua adolescência nunca tinha se interessado por política. Nascido em uma pequena cidade no interior de Minas Gerais, o rapaz provém de uma família de classe média afeita ao PSDB e ao conservadorismo – posicionamento político que, aliás, é dito constituir o padrão da família mineira. Tomava para si aquelas visões de mundo sem desagrado; na adolescência, entretanto, fez amizade na escola técnica que frequentava com um rapaz anarcopunk e vegano e passou a acompanhá-lo em ambientes distintos daqueles em que estava habituado. Fez novas amizades e foi transformando seus hábitos rapidamente. “O cara ficava falando altas coisas comigo”, disse-me o entrevistado, “e acabei virando vegano de um dia pro outro. Curti pra caralho o rolê anarquista”.

A partir daquele ponto, o adolescente recém adepto ao veganismo passa a aprofundar leituras no tema do anarquismo, saindo da escola e indo diretamente para casa, estudar por longas horas textos na ainda precária internet que tinha à sua disposição. Segundo o entrevistado, é naquele momento que se inicia seu ativismo – embora ainda bastante limitado ao que ele mesmo define como “anarquismo estilo de vida”: esforçava-se para mudar, cada vez mais, seus hábitos, comportamentos e sua própria “fachada”, ou estilo, por assim dizer; pesquisava o anarquismo com sofreguidão e, eventualmente, lançou-se numa tentativa vã de organizar um coletivo no interior de Minas: “... até tentei fazer alguma coisa; ficava na *nóia* de tentar articular um coletivo, colando com o movimento punk, mas a galera é foda. Nunca fazia nada. Os cara são muito doido para conseguir formar o bonde, cada um pirando de um jeito”.

Concluído o ensino médio, o jovem deixou sua cidade natal e mudou-se para Belo Horizonte, a fim de cursar o ensino superior. Na capital mineira, alugou e acomodou-se num quarto de república e, à exemplo do que fizera no interior, envolveu-se com o movimento anarcopunk da capital. Em seu relato, ressaltou seus esforços de dar sequência ao questionamento de si mesmo, de suas concepções e entendimentos

tomando por base as várias vertentes do anarquismo com que ia tomando contato; após pouco tempo na nova cidade, cansou-se de pesquisar textos sobre anarquismo e focou seu aprendizado pelas relações com militantes. Conheceu um grupo ligado à *Animal Liberation Front* (ALF)⁹⁴ e desenvolveu um interesse pela vida autossuficiente e agricultura sustentável. Neste ponto, fez troça de que, por conta disso, algumas pessoas consideram-no um anarcoprimitivista – rótulo que, aparentemente, ele aceita com um misto de orgulho e zombaria.

Na ocasião da entrevista, o rapaz disse nunca ter feito parte de coletivo algum e que, na condição de ativista independente, dedicava-se à permacultura e à autossuficiência.

Entrevistado 2

A segunda entrevista que realizei foi com uma pessoa moradora de periferia, uma favela próxima à avenida Cristiano Machado e ao anel rodoviário.

Entrei em contato com o segundo entrevistado por telefone e, bastante constrangido, mas suficientemente claro, apresentei-me formalmente e perguntei se ele tinha interesse em participar de uma entrevista. Ele recebeu o convite com entusiasmo e se dispôs a conversar pelo tempo que fosse necessário sobre um assunto que julgava tão importante. Combinamos de nos encontrar na estação São Gabriel num sábado à tarde; quando nos encontramos, apresentei-me e agradei a disponibilidade para a entrevista, ao que o entrevistado respondeu com ânimo, dizendo que era um prazer e dando a entender que aquela atividade – discutir política – parecia-lhe quase uma obrigação moral. Informou-me, em seguida, que recebera visitas em casa e que, lá, a conversa incessante e a falta de espaço impossibilitariam a entrevista. Sugeriu que procurássemos um local na própria estação para que a entrevista fosse gravada. Assim fizemos e, em poucos minutos, sentamo-nos nos degraus de uma escada pouco utilizada que dava acesso ao metrô, em frente à estação de ônibus. De quando em quando interrompíamos por um instante nossa conversa em função das manobras de um carro de transporte público.

⁹⁴ A ALF é uma organização descentralizada e anarquista, que atua por meio de células autônomas, cujo objetivo é “alocar recursos (tempo e dinheiro) para dar fim ao estatuto de ‘propriedade’ de animais não humanos”; em outras palavras, abolir a exploração animal. Ver a descrição da ALF no endereço < http://www.animalliberationfront.com/ALFront/mission_statement.htm >. Acesso em 21/01/2016.

O Entrevistado 2 contava 33 anos de idade quando participou da entrevista, no início de 2015. Em nossa caminhada pela estação São Gabriel, o rapaz magro e desenvolto, de bermuda e chinelo, mostrou-se muito satisfeito com o tema da minha pesquisa de mestrado e disse que ficava feliz em poder contribuir com uma perspectiva de todo diferente da que era propagada pela televisão, jornais e classe média em geral. Em seguida, partiu para um longo relato de história de vida que só foi interrompido quando chegamos ao local sugerido por Malatesta para que a gravação pudesse ser iniciada.

O ativista contou-me que formou num curso técnico em informática e desde então vinha trabalhando na manutenção de computadores, atividade que lhe garantia uma renda suficiente para viver bem, embora sem luxos e excessos. Em 2011 ingressou um curso preparatório para o vestibular, de caráter popular, gratuito, evento que constituiu um divisor de águas em sua vida: havia um professor de sociologia cujas aulas e conversas fora de sala despertou no entrevistado o interesse pela filosofia e pela história; naquele ano, conseguiu uma vaga no ensino superior. Seria estudante de história. Abandonou seus estudos, entretanto, pouco tempo depois, em função de um grave e crônico problema de saúde que demandaria a completa reestruturação de sua rotina. Mas não abandonara o sonho de se formar e tornar-se historiador e professor, a fim de poder fazer por outros o que aquele professor de sociologia fizera por ele. Preparava-se, mais uma vez, para a prova de seleção para o ensino superior.

O rapaz revelou-me, ainda, que até o momento em que começou o curso popular para o vestibular era evangélico fervoroso e pregava com afinco a palavra de Deus segundo as visões torpes de pastores mal-intencionados. Citando Marx e Nietzsche, justificou o abandono da igreja, proclamou-se ateu e, com um grande sorriso, disse que continuava a ouvir reclamações sobre suas pregações desagradáveis – antes, bíblicas; agora, “revolucionárias”. Disse acompanhar de perto eventos relacionados a coletivos anarquistas de Belo Horizonte e frequentar, sempre que pode, o Duelo de MCs, evento realizado às tardes de domingo sob o viaduto Santa Teresa, no centro da cidade.

O fato de ter se interessado pelos estudos em filosofia e história, para o entrevistado, é um acontecimento de maior importância em sua vida, e se arrepende de ter negado a si mesmo algo tão bom por tanto tempo. “Talvez, se tivesse mudado minha cabeça há mais tempo”, lamenta, “meu irmão não teria morrido, ainda estaria aqui, para estudar e fazer alguma coisa que presta”. Nosso interlocutor perdera o irmão de

dezenove anos, assassinado (não pude saber se por traficantes ou policiais) por razões intrínsecas ao *modus operandi* do tráfico de drogas.

Entrevistado 3

Ao final da entrevista com o Entrevistado 2, perguntei se ele conhecia alguém mais que eu pudesse entrevistar. Ele disse que sim, e me passou dois contatos, amigos seus, com quem participara dos protestos de junho de 2013. Aconselhou-me esperar um dia para que ele pudesse comunicar aos dois amigos que eu iria contata-los, que estava tudo bem e que a experiência da entrevista era agradável e interessante. Assim o fiz.

Liguei para o primeiro número de celular que me foi passado; fui recebido com gentileza, mas não muito entusiasmo. Pela voz da pessoa, cogitei que ela pudesse estar dormindo e temi tê-la acordado. Após apresentar a pesquisa e convidá-lo para a entrevista, e tendo ele aceitado meu convite, combinamos encontrarmo-nos no parque municipal num sábado de manhã, por insistência do meu interlocutor – eu receava que ele não cumprisse o combinado. No sábado de manhã, preparei o material necessário, montei em minha bicicleta e segui para o centro. Cheguei alguns minutos antes do horário marcado; esperei por meia hora. Ninguém apareceu e o contato que me foi passado não mais atendeu aos meus telefonemas.

O segundo contato que me foi passado era o do Entrevistado 3, rapaz negro, de 28 anos, forte, mas não muito alto. Como o Entrevistado 2, pareceu-me bastante animado pela ideia de ser entrevistado e poder falar sobre um assunto que lhe interessava, mas propôs que discutíssemos detalhes do encontro pela internet. Tivemos algumas dificuldades para definir uma data, horário e local para a realização da entrevista; eventualmente, concordamos em nos encontrar na Praça da Estação, numa terça-feira à tarde.

Encontrei o rapaz próximo à estação de metrô, já preparado e vestido para ir trabalhar, numa empresa do ramo de tecnologia da informação cujo prédio localizava-se na região central. Sorridente e elegante, trajava uma camisa de botão, que me pareceu bastante quente e desconfortável naqueles dias de verão, uma bonita calça jeans de tom escuro e sapatos verdes, estilosos, também escuros e cobertos por um material que me lembrou camurça. Usava gel no cabelo e um grande relógio prateado.

O processo que levou ao início da entrevista foi semelhante ao do caso do Entrevistado 2. Ao agradecer a disposição de me ajudar com minha pesquisa, sugeri que

seguíssemos para a faculdade de direito da UFMG, onde poderíamos encontrar um lugar adequado e silencioso para conversarmos. O rapaz não gostou da ideia, justificando que não poderia ir até lá porque se afastaria demais do prédio onde trabalhava e que tinha dúvidas se realmente poderíamos encontrar uma sala ou espaço conveniente para a entrevista. Propôs, então, que ficássemos ali mesmo, na Praça da Estação, próximos ao prédio da antiga estação de trem, num canto onde poderíamos sentar sob uma pequena sombra que se projetava sobre uma espécie de degrau. Aceitei.

Antes mesmo de perguntar qualquer coisa, e enquanto retirava da mochila caderno, roteiro e gravador, puxava assuntos quaisquer com o entrevistado, o que fatalmente levou o rapaz a relevar uma série de informações importantes para este trabalho sem que eu estivesse preparado para registrá-las – acabei por pedir para repetisse algumas histórias depois de ter ligado o gravador.

O Entrevistado 3 nasceu numa pequena cidade no interior de Minas Gerais e ali viveu até a adolescência. Sua cidade era daquelas que, de tão pequenas, quase não se vê jovens pelas ruas, que partem para centros urbanos maiores em busca de oportunidades melhores para instruir-se e ganhar dinheiro, mas pessoas já mais velhas e aposentadas. Nosso interlocutor era um desses jovens. Mudou-se para Belo Horizonte para estudar e trabalhar. Morando numa região periférica da cidade, formou-se como técnico e conseguiu o atual emprego, mas gostava mesmo era de teatro. Tinha o sonho de cursar artes cênicas e, quem sabe, viver em função disso no futuro. Tinha alguma familiaridade com a arte da atuação, e pensava em tentar a seleção para a UFMG – ainda não sabia se para artes cênicas ou para o Teatro Universitário – ainda naquele ano.

Por influência do Entrevistado 2 e outros colegas, o rapaz contou-me que, nos últimos anos, passou a estudar filosofia, ler poesia e assistir alguns debates acadêmicos – embora tenham sido poucos –, além de frequentar peças de teatro que tratassem de questões políticas. Tinha particular apreço por eventos organizados por pessoas envolvidas com movimentos sociais, embora nunca tenha feito parte de nenhum movimento ou coletivo e só fosse nesses eventos para aprender algo com aquelas pessoas “mais conscientizadas”. Acompanhava, em especial, atividades promovidas por anarquistas, e era bastante próximo do movimento hip hop de Belo Horizonte, tendo o Duelo de MCs como um evento interessante para ocupar algumas tardes de domingo.

Como o Entrevistado 2, foi evangélico, a exemplo de sua família no interior, mas descobrira a igreja e as religiões como instituições pífidas cujo objetivo último era o furto e a manutenção das pessoas fiéis num estado de cretinice. Tornou-se ateu.

Entrevistado 4

Esta entrevista tomou uma forma peculiar.

O Entrevistado 4 fora apontado pelo primeiro entrevistado como alguém que poderia me ajudar no meu trabalho. Procurei pelo rapaz de 25 anos, branco, universitário e apaixonado por filosofia e, pela internet, disse-lhe que gostaria de encontra-lo para conversar sobre minha pesquisa de mestrado que certamente o interessaria. O Entrevistado 4 aceitou, e pediu que eu o encontrasse nos arredores da faculdade em que estudava.

Apresentei-lhe a pesquisa e, à medida em que eu falava, ele acenava com a cabeça como que concordando, mas sua expressão dizia o contrário. Ao final da apresentação, para minha surpresa, ele afirmou que não só nunca participara de black blocs como também era absolutamente contra esse tipo de ação direta e não admitiria em momento algum lançar mão da “tática”. Eu o observava com perplexidade. Em seguida, o rapaz perguntou-me por qual razão eu estava desenvolvendo aquela pesquisa, levando para academia aquela forma de ação direta que dispensava e repudiava, por definição, qualquer mediação, seja ela política ou epistemológica, e se eu acreditava que aquilo poderia ser de alguma utilidade para os próprios black blocs. Respondi, de maneira evidentemente embaraçada, insuficiente e inadequada, que o trabalho poderia levantar algumas questões pertinentes à militância anarquista e servir, de algum modo, à propaganda do anarquismo. Meu interlocutor calou-se por um momento e sorriu simpaticamente, reconhecendo meu embaraço e mostrando solidariedade com aquela criatura que se deparava com perguntas que não esperava ouvir naquele momento.

Eu, confuso, disse-lhe que tinha esperanças de que ele pudesse me ajudar, ao que o rapaz respondeu cordialmente que, se ele pudesse ser de qualquer auxílio para meu trabalho, ficaria muito satisfeito, mas não parecia disposto a conceder uma entrevista. Em seguida, pediu-me o roteiro da entrevista, que estava em minhas mãos, e examinou-o rapidamente por alguns minutos. Sorriu, elogiou o roteiro, e disse que poderia me contar algumas coisas sobre sua experiência com black blocs – ressaltando que, em momento algum, participara deles. O que era para ser uma entrevista formal, que pega de empréstimo elementos típicos de conversas informais com o fim de coletar dados importantes para responder a determinadas perguntas, tornou-se, com efeito, um bate-papo de todo comum, em que os rumos da conversa eram, por assim dizer, disputados e

não dados por uma das partes. Aliás, se alguém estava em condições de sugerir caminhos pelos quais aquela interação poderia seguir, esse alguém era o entrevistado, e não eu. Ele, afinal, aceitou falar um pouco sobre o assunto porque julgou interessante e de alguma importância que houvesse um registro histórico específico sobre black blocs em Belo Horizonte em junho de 2013.

O Entrevistado 4 é um rapaz cujas origens podem ser identificadas numa família de classe média, belo-horizontina. Contando com formação educacional de qualidade, ingressou numa boa faculdade onde estudou e graduou-se na área de Ciências Humanas. Desde a adolescência já aproximara-se do anarquismo e do movimento punk; participava de coletivos, movimentos sociais autônomos e os eventos deles provenientes, como o Carnaval Revolução, Domingo Nove e Meia e apresentações musicais do que pode-se chamar de “cena punk”, e continua a fazê-lo. À época de nossa conversa, em meados de abril, o rapaz preparava-se para o processo seletivo de um curso de pós-graduação. Enquanto isso, dedicava-se a um trabalho qualquer que lhe garantia alguma renda.

Entrevistada 5

A Entrevistada 5, mulher de 28 anos, branca, de classe média-alta, animada e falante, nasceu e cresceu numa cidade de porte médio num estado outro que não Minas Gerais. Proveniente de uma família evangélica, ainda bem jovem, no início da adolescência, em decorrência de amizades que fizera na escola, interessou-se pelo anarquismo e aproximou-se do movimento punk de sua cidade. Abandonou a igreja, a qual já julgava um antro de hipocrisia.

A aproximação do movimento punk fez com que a Entrevistada 4 adquirisse o hábito e o gosto de pesquisar textos referentes ao anarquismo pela internet. Estudou teoria libertária, inteirou-se da rixa entre anarquistas e marxistas, leu Marx e Engels. Eventualmente, integrou comunidades online de produtores de *zines*⁹⁵ e redes de compartilhamento de material interessante a militantes anarquistas. Ainda assim, a entrevistada relata que sempre foi uma pessoa bastante solitária, e isso por dois motivos. Em primeiro lugar, por morar numa cidade não muito grande e desde nova ter adotado

⁹⁵ Um zine é uma publicação de pequena circulação, autônoma e produzida a poucas mãos, com o auxílio de uma máquina de fotocópias. Contêm, em geral, textos e imagens originais, mas algumas vezes também trazem consigo textos apropriados e modificados a partir de outras fontes.

um estilo de vida estranho às pessoas do meio em que vivia, tendo poucos amigos do pequeno movimento punk, dos quais já guardava algumas ressalvas e demonstrava discordâncias. Em segundo lugar, porque as redes digitais das quais ela fazia parte eram compostas, em grande medida, por pessoas que ela não conhecia e, em alguns casos, sequer sabia seus nomes.

De todo modo, a Entrevistada 5 nunca resignou-se ao estudo e partilha de informação via internet: procurou, sem sucesso, organizar um coletivo em sua cidade natal; participou do movimento estudantil local, durante o ensino médio, e também durante o ensino superior. Enquanto adolescente, desenvolveu uma pesquisa própria sobre anarquistas brasileiros, entrevistando moradores da região em que morava cuja ascendência levavam-nos aos anarquistas de uma extinta comunidade local. Quando na faculdade, foi desestimulada a dar sequência a suas pesquisas sobre anarquismo, abandonando-as temporariamente.

Foi ainda no interior de seu estado natal que a moça graduou-se em uma subárea de Ciências Humanas, com 21 ou 22 anos. Sempre gostou de viajar e conhecer novos lugares e, tendo a oportunidade de cursar uma pós-graduação em Belo Horizonte, mudou-se para a capital mineira por volta de 2011 ou 2012, mas nunca de fato ingressou o curso que almejava. Chegando à capital mineira, ampliou seu círculo de amizades, aproximou-se de movimentos sociais e, por fim, tornou-se membra de um coletivo anarquista da cidade, cuja orientação era dada pelo anarquismo social, no qual via a possibilidade de levar a cabo uma militância que desse conta de sua antipatia em relação ao anarquismo estilo de vida. Esta antipatia se justifica, segundo ela, por sua formação cristã, que “tem muito daquilo de fazer pelos outros, sabe?”. Não conseguia esconder sua repugnância pelo egoísmo e pelo ativismo que se limita à transformação de hábitos individuais. Como a entrevistada mesma diz: “não consegui me desvincular disso [da formação cristã], muito difícil. Então ainda penso movimento social como essa coisa, você se doar [...]”.

A moça tinha a pretensão de desenvolver uma pesquisa acadêmica sobre anarquismo, mas, em não tendo seu projeto bem recebido na instituição em que desejava estudar e enfrentando uma série de problemas pessoais, cujo ápice ocorreu após os protestos de junho de 2013, acabou por abandonar a ideia da pós-graduação e mudou-se para outra cidade. Um fator importante, e degradante, que contribuiu para com sua decisão de mudar-se foi a sucessão de episódios marcados pelo machismo,

internos ao próprio coletivo de que fazia parte, e com os quais grande parte dos integrantes foi complacente.

Ao longo da entrevista, realizada via internet, a entrevistada demonstrou certa repulsa frente à pesquisa acadêmica sobre o anarquismo, e disse-me que, mesmo que um volte a desenvolver uma pesquisa, não se disporia a escrever sobre a militância libertária.

Quanto à sua militância, disse-me que, agora, ela não se pautava pela distinção entre anarquismo estilo de vida e anarquismo social, sugerindo uma conciliação entre ambos e exprimindo uma preferência em atuar junto de pessoas que possam fazer bom uso de princípios libertários, ainda que não levantem bandeira alguma, a atuar junto a coletivos e organizações declaradamente anarquistas.

Entrevistada 6

A moça completara 22 anos no ano em que foi entrevistada. Branca, de classe média-baixa, a Entrevistada 6 é filha de pais professores da rede estadual de educação.

Ela estudou, desde criança, numa escola particular. Temerosos pela educação que a filha poderia ter numa escola da rede pública, os pais da entrevistada esforçaram-se para mantê-la num colégio católico, localizado numa região valorizada em Belo Horizonte, cujos alunos eram oriundos de classes mais altas.

Chegando à adolescência, a Entrevistada 6 passou a sentir-se cada vez mais incomodada com o ambiente escolar que a cercara. A prática de umas crianças menosprezarem as outras por meio de zombarias e agressões de todo tipo, sob qualquer pretexto maldoso – *bullying* – deixou de ser uma coisa, para ela, considerada natural; a exibição de ornamentos, peças de roupa e aparelhos eletrônicos a fim de marcar uma distinção social no ambiente escolar, entre alunos cujos pais gozavam de uma condição econômica mais favorável e os que não tinham acesso a tais bens, também passou a incomodar até o insuportável. E, em meio à crise existencial típica de adolescentes, em geral tão cheios de energia e de certezas quanto de críticas em relação a tudo e a todos, a jovem passou a criticar o mundo em que vivia e dedicar-se, na escola, somente às disciplinas que lhe agradavam: sociologia, geografia, história, literatura. Enquanto seus pais faziam tudo que estava ao alcance para mantê-la numa escola que proveria as condições de que a entrevistada precisava para ingressar o ensino superior, a jovem, em

sua rebeldia e em decorrência de seu comportamento, foi reprovada sucessivas vezes aos quatorze ou quinze anos.

Não podendo suportar o ambiente escolar, seus colegas e professores, e vendo todo o esforço de seus pais tendo como resultado sua ingrata displicência, a moça pediu para que fosse transferida para uma escola pública, e foi atendida. Em sua nova escola, a entrevistada teve seus primeiros contatos com pessoas de classes sociais menos privilegiadas e suas respectivas experiências – algumas das quais, diz a entrevistada, foram chocantes. Na escola pública, ainda, teve a oportunidade de se envolver com o movimento estudantil, com o que ela diz ter começado sua trajetória enquanto militante:

Fui para a escola pública, lá vi um contraste enorme de realidade, tanto de infraestrutura, que era péssima, uma sala toda quebrada, suja, de ter colega minha grávida, que já era mãe, ou que morava sozinha, coisa que nunca tinha visto, então foi um choque. O ensino dessa escola, ele era bom, para uma escola pública, era até bom. Por isso que fui para lá também. E lá tive contato com movimento estudantil, com a Ames.

Ao longo de sua transição para a vida de estudante de uma escola pública, de todo diferente para ela, a Entrevistada 6, empolgada com a dinâmica do movimento estudantil, eventualmente ficou sabendo de um protesto que ocorreria num certo 7 de Setembro, em ocasião das celebrações da Independência do Brasil, marcadas pelo desfile militar e o afã patriótico. Chegando ao local estipulado para a manifestação, deparou-se com um grupo de punks que, alegremente, bebiam algo barato e queimavam bandeiras nacionais. Ali, na Praça Sete, ela conheceria uma anarcopunk, da qual se aproximaria, construiria um laço de amizade e que seria um fator importante para que a entrevistada também se tornasse parte do movimento.

Seu entusiasmo com a política fez com que a Entrevistada 6 não só participasse das mobilizações da Ames em torno da constituição de um grêmio estudantil na escola onde estudava e da reivindicação pelo maio-passe estudantil no transporte público, como também do movimento punk e do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos (IHG), onde militou por alguns anos. A bem dizer, ao longo de todo o ensino médio a entrevistada foi ativista nessas três frentes, por assim dizer: movimento estudantil, anarcopunk e IHG. Impulsionada pelo ambiente em que encontrava-se inserida, fundou junto com alguns colegas um coletivo libertário que, basicamente, dedicava-se à propaganda de material anarquista de qualidade duvidosa: “era uma coisa que não era muito séria. As pessoas não liam muito, elas não tinham estratégia, era uma coisa mais assim, de queimar bandeira, de postar coisa no Orkut, na época”.

A entrevistada foi obrigada a deixar suas atividades políticas de lado, entretanto, quando chegou ao último ano do ensino médio e começava a se haver com a possibilidade – e o desejo – de submeter-se ao vestibular e adentrar uma universidade. Para isso, ela teria não só que estudar de uma forma à qual não estava habituada, como também seria preciso trabalhar para pagar por um curso preparatório para os exames de seleção. Diante disso, a anarquista viu-se deixando o estilo de vida anarcopunk aos poucos, junto com as outras bandeiras que levantava. Ainda como um último suspiro desse seu tempo de ativismo, reuniu-se com companheiros de ativismo de então, em um novo coletivo, endossado, desta vez, por elementos mais típicos do anarquismo social. A intenção era a de formar um grupo que estivesse, de fato, interessado em estudar teoria anarquista e organizar atividades que fossem além de festas, atos em que queimava-se bandeiras e publicações em redes sociais digitais. O coletivo ganhou vida, mas o ritmo de trabalho e estudo fez com que a Entrevistada 6 se afastasse de vez da vida de militante.

Após o vestibular e, como universitária, nossa entrevistada retornaria brevemente àquele coletivo que ajudara a fundar, mas se desligaria por um longo tempo por conta de problemas com machismo.

Pois bem, omitindo alguns pedaços de informação que poderiam servir para a identificação de nossos entrevistados, eis um pouco das trajetórias dos indivíduos com quem conversamos.

O que lemos nesta seção descritiva das pessoas que participaram, cada uma à sua maneira, de black blocs, dispõe à nossa frente alguns elementos que modulam a ação social e, em consequência disso, atravessam a análise dos relatos que nos foram concedidos. Raça, classe, gênero e outros elementos específicos e característicos dos processos de socialização de cada uma das entrevistadas dão pistas, desde já, de alguns temas que emergiram das entrevistas que realizamos.

A exposição dos temas, ilustrados por trechos dos relatos, segue na próxima seção.

Fragmentos de black blocs: a análise temática das entrevistas

David Graeber (2004), em seu livro *Fragments of an Anarchist Anthropology*, observa que, em muitos aspectos, o marxismo e o anarquismo guardam similitudes e tendem, até mesmo, a se complementar de alguma forma. Mas, na prática, isso não

acontece. Um dos problemas entre as duas “escolas revolucionárias”, para Graeber, é que elas têm projetos completamente *diferentes*.

E o que, na visão do autor, torna os “projetos marxista e anarquista” irreconciliáveis?

Para sintetizar a argumentação, essa diferença se deve, por um lado, ao fato de que o marxismo floresceu a partir do gênio de Marx, e da mesma forma o stalinismo, trotskismo, leninismo, maoísmo, gramscianismo, althusserianismo etc. também brotaram das cabeças de grandes intelectuais (ou chefes de estado). A partir dessas grandes ideias, vinculadas a grandes líderes, encaminha-se então a ação revolucionária.

No outro lado – o libertário –, fala-se em anarco-sindicalismo, anarco-comunismo, anarco-individualismo, anarco-pacifismo, insurrecionalismo, mutualismo, especificismo, etc. Nenhuma das “escolas anarquistas”, aponta Graeber, é nomeada em função de um “Grande Pensador”.

Ao invés disso, essas “escolas” *“são invariavelmente nomeadas em função de um tipo de prática ou, mais frequentemente, de um tipo de princípio organizacional”* (Graeber, 2004:5, ênfase minha). Nesse sentido, figuras históricas tidas como mães e pais do anarquismo, como Mikhail Bakunin e Louise Michel, por exemplo, não seriam mais que tradutores de práticas e entendimentos de mundo em constante atualização, mas, em suas bases, desde há muito existentes: o que Bakunin, Michel, Kropotkin e outros “clássicos” teriam feito foi, simplesmente, dar a essas práticas e entendimentos o nome de anarquismo (Idem).

A razão pela qual começo com a discussão promovida por Graeber é que, ao rever as transcrições de entrevistas com o fim de subdividi-las em temas, não pude deixar de notar que maneiras distintas de mobilização e de operacionalização da ação direta, na visão dos entrevistados, correspondiam, do meu ponto de vista, a percepções distintas sobre si mesmos e, conseqüentemente, sobre os próprios black blocs.

Na busca de um fio lógico que pudesse guiar a exposição dos temas, pareceu-me conveniente partir da “prática sentido à teoria”. Isto é, lidar primeiro com o que as pessoas entrevistadas perceberam quanto às dinâmicas de mobilização e ação de black blocs para, depois, trabalhar outros aspectos constituintes de sua identidade: como nossos ativistas se veem, como se posicionam politicamente, suas concepções de violência, black bloc e assim por diante.

Prossigamos, portanto, ao tema da mobilização dos blocos.

Mobilização

Um tema recorrente nos trabalhos que levamos em conta em nossa revisão bibliográfica, apresentada no capítulo 1, é o da mobilização de black blocs.

Assim, uma parte considerável de nossas conversas com as entrevistadas foi voltada para esse assunto e, durante algumas entrevistas, mesmo quando eu supunha já termos avançado o tópico do roteiro, a questão de como as pessoas se mobilizavam para possibilitar sua ação nas ruas vinha novamente à tona.

Foi possível identificar, digamos, três *tipos de vivências relativas à mobilização de black blocs* nos relatos de nossos entrevistados. Evidentemente, o que chamamos de “tipos de mobilização” não são encontrados, tal como definimo-los, na prática, e todos tomam de empréstimo, mutuamente, elementos que usamos para caracterizar somente um ou outro deles. O primeiro tipo de mobilização se refere àquele operado por grupos de afinidade que, espontaneamente, agregam-se num evento de protesto como black blocs. O segundo tipo atravessa uma dinâmica de planejamento e organização prévia, semelhante àquela de movimentos sociais. O terceiro tipo é caracterizado, basicamente, pela imitação da ação de black blocs “pioneiros” e pela lógica da ação conectiva de Bennett e Segerberg.

Tipo 1: grupos de afinidade

Começamos pelo tipo mais comum na literatura especializada e com o qual estamos mais familiarizados.

O Entrevistado 1 diz o seguinte, quando interpele-o sobre a composição dos blocos em junho de 2013:

- E quem cola no black bloc?

Vei, a ALF cola muito. E também os punks. Tem punk pra caralho que curte estar ali. E rola alguns independentes. Depois, rolou muita galera da periferia; por exemplo, muita gente de Órbigo, de coletivo de lá.

- E é de boa qualquer um chegar e colar com o pessoal no bloco?

É de boa. Isso rolou demais. No segundo ato, o bloco devia ter umas dez pessoas. No terceiro já tinha uns cinquenta; muito independente cola, é tranquilo. Mas, mesmo assim, a galera meio que se conhece, mesmo tendo muito cara aleatório. [Entrevistado 1].

Na percepção de nosso primeiro entrevistado, as participantes de black blocs constituem grupos de pessoas bastante diferentes. Esses grupos, em outras condições

que não um evento de protesto no qual formam-se black blocs, não necessariamente se agregariam ou sequer frequentariam espaços comuns.

O grupo que mais lhe chama atenção, ou, pelo menos, que lhe vem à cabeça de imediato, abarca militantes da *Animal Liberation Front* (ALF).

Como já mencionamos, a ALF é uma organização anarquista cuja atuação se pauta por um mote geral: *animal liberation, human liberation*.⁹⁶ Na página da *North American Animal Liberation Press Office*, é esclarecido que a ALF opera por meio de células independentes de atuação local, compostas por “indivíduos que compartilham das mesmas ideias e, juntos, decidem agir contra abusadores de animais”.⁹⁷

Quando o Entrevistado 1 refere-se a “ALF”, portanto, podemos entender a participação de uma ou mais células compostas por um grupo relativamente pequeno de pessoas que são anarquistas, ou são simpatizantes do anarquismo, e defensoras dos direitos animais.

O segundo grupo de pessoas citado pelo entrevistado engloba integrantes do movimento anarcopunk.

Representantes de uma espécie de “subcultura”, anarcopunks podem organizar-se em coletivos específicos, mas eles, em seu conjunto, não necessariamente têm algo em comum para além do fato de apreciarem as práticas, os costumes e a estética emergentes da junção do punk com o anarquismo. O entrevistado, ao falar que muitos punks cerram fileiras em black blocs, está se referindo a agrupamentos, maiores ou menores, de pessoas ligadas entre si por relações de amizade ou que, ao menos, conhecem, mesmo que superficialmente, umas às outras.

O terceiro grupo é o de “ativistas independentes”, dentre os quais ele mesmo se coloca.

Segundo as próprias definições do entrevistado, o ativista independente é aquele que, apesar de lutar por determinadas causas, não faz parte de organização, coletivo ou movimento social algum, somando forças em certas ações, promovidas por outrem ou por si mesmo, e mobilizando para isso sua rede pessoal, ainda que ocasional e

⁹⁶ Seus objetivos específicos consistem em libertar animais de “locais de abuso”, como laboratórios, fazendas mecanizadas para exploração animal, fazendas de corte etc., e acomoda-los em “bons lares”, onde poderão viver o mais livremente possível. Um segundo objetivo é o de infligir danos econômicos àqueles que lucram com a miséria e exploração de animais. O terceiro objetivo da ALF é o de revelar todas as horrorosas atrocidades cometidas contra animais a portas fechadas, através da ação direta de libertar animais. Ver página da *North American Animal Liberation Press Office*, disponível em < <https://animalliberationpressoffice.org/NAALPO/f-a-q-s/#4> >. Acesso em 12/02/2016.

⁹⁷ Disponível em < <https://animalliberationpressoffice.org/NAALPO/f-a-q-s/#4> >. Acesso em 12/02/2016;

temporariamente⁹⁸. O ativista independente, como sugere o Entrevistado 1, não se mantém alheio aos movimentos sociais que lhe interessam, mas simplesmente não “oficializa” a condição de membro em nenhuma organização. Como nosso primeiro interlocutor mesmo diz, os “independentes” nunca são completos desconhecidos: “muito independente cola, é tranquilo. Mas, mesmo assim, a galera meio que se conhece, mesmo tendo muito cara aleatório”.

Um bom exemplo de ativista independente que mobilizou sua rede pessoal a fim de tomar parte de black blocs em junho de 2013 pode ser o Entrevistado 2.

O Entrevistado 2 afirmou que, para participar das manifestações em junho de 2013, entrou em contato com alguns de seus amigos e conhecidos para que não se encontrasse inevitavelmente isolado em meio à multidão e diante da repressão policial.

A galera aqui no morro, por exemplo, me criticou porque eu estava indo nas manifestações. Me achava doido, me chamava de doido. Falava que as manifestações eram coisa de *playboy*, mas eu dizia: “não cara, a manifestação tem muito *playboy*, mas eu tenho minha demanda também, eu estou ali pela minha demanda”. E mais gente foi, não fui sozinho, mas pouca gente, né mano? É como eu estou te falando, o pessoal, no geral, ainda é muito despolitizado. [Entrevistado 2].

Interessante notar que, ao contrário do que sugeriram Van Deusen e Massot (2010), O Entrevistado 2 aponta para a questão de que black blocs tendem a ser vistos como uma manifestação típica de classes mais privilegiadas. De fato, ele tende a confirmar as impressões de Dupuis-Déri (2014a) e Thompson (2010): black blocs como ação direta mais propícia àqueles que respondem a uma lei menos severa, como brancos, universitários e de classes médias. Notamos, ainda, que um dos fatores mobilizadores para o Entrevistado 2 não se referia a dinâmicas de grupo delineadas ideologicamente. Antes, o que o impulsionou às ruas na forma de black bloc foi *sua demanda*, e somente a partir dela ele buscou mobilizar suas redes pessoais, remetendone-nos àquilo que chamamos de “subjetividade neoliberal”: a concepção de que cabe ao indivíduo zelar por suas próprias vitórias e assumir seus fracassos, inclusive no que tange à política (cf. Foucault, 2008).

⁹⁸ Nas palavras do Entrevistado 1, sua militância resume-se, mais ou menos, ao seguinte: “eu colava com os punk, continuava nesse *rolé* de mudança de postura... *fraguei* a galera da ALF e comecei a me interessar bastante pelas questões ligadas à agricultura, a princípios de autossuficiência, me envolvendo ainda mais com o veganismo. Uma pegada meio anarcoprimitivista *se pá*. Mas nunca fiz parte de coletivo nenhum, apesar de estar sempre em contato com a galera. Hoje minha militância é a da permacultura e da autossuficiência”.

O quarto grupo de pessoas aloca, para o primeiro entrevistado, militantes anarquistas moradores de periferia que, na sua visão, compõem coletivos específicos e que, aparentemente, ele desconhece. É interessante observar que, estejam coletivos específicos presentes nos blocos ou não, a distinção entre o “morador de periferia” e o grupo social com o qual o entrevistado se identifica – seja classe média, homem branco, universitário etc. – borra, em sua narrativa, as fronteiras delineadoras daquilo que constituiria um black bloc.

Essas são, basicamente, as características que definem o primeiro tipo de mobilização tal como relatado por dois dos entrevistados. Esse tipo nos é relativamente familiar na medida em que ele tornou-se, de certa forma, tradicional nas investigações e elaborações teóricas concernentes a black blocs, de modo que muitos pesquisadores o descrevem como elemento fundamental para a própria definição da “tática”. Segundo este tipo de mobilização, black blocs formar-se-iam graças à associação entre grupos de afinidade autônomos e independentes, sendo o resultado final uma massa relativamente homogênea de pessoas que encarna a bandeira negra do anarquismo.

Francis Dupuis-Déri, por exemplo, defende que black blocs tendem a formar-se espontaneamente, mas aponta que “grupos de afinidade podem se encontrar horas ou dias antes de uma manifestação para planejar e coordenar suas ações” (2014a:13). Com isso, esses grupos, em seu conjunto, teriam como principal objetivo “indicar a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político. Nesse sentido, um black bloc é como uma grande bandeira negra [...] no centro de uma manifestação” (Idem, p. 10). Carlos Illades, por sua vez, afirma que integrantes de black blocs utilizam-se do anonimato como “dispositivo identitário”, de modo que a “tática” só funcionaria em decorrência de sua “organização em blocos compactos de tamanho variável, conhecidos como ‘grupos de afinidade’” (2014:414)¹⁰⁰. Estes grupos, segundo aponta a pesquisa de Illades, não necessariamente comungam de uma mesma identidade ideológica (Idem).

Um grupo de afinidade, como apontado no primeiro capítulo desta dissertação, é, basicamente, “um pequeno grupo de pessoas que decidem trabalhar juntas num mesmo projeto” (Graeber, 2009:288). O coletivo anarquista estadunidense *CrimethInc* completaria tal definição, de acordo com seu *Recipes for Disaster – An Anarchist Cookbook*, com o seguinte:

¹⁰⁰ D’Angelo (2014) e Zúquete (2013), entre outros, corroboram os argumentos de Dupuis-Déri e Illades.

Um grupo de afinidade é um círculo de amigos que, conhecendo reciprocamente suas forças, fraquezas e histórias, e tendo estabelecido de antemão uma linguagem comum e uma dinâmica de relações saudável entre si, prepara-se para atingir um objetivo ou uma série de objetivos comuns.

Um grupo de afinidade não consiste num arranjo permanente, mas numa estrutura de conveniência, sempre mutável, e construída a partir de um conjunto de pessoas consideradas suficientemente confiáveis e interessadas para levar a cabo determinado projeto (CrimethInc, 2004:28).

De todo modo, fomos informados, desde a primeira entrevista, de que outras formas de mobilização estavam em curso, simultaneamente.

Tipo, às vezes a galera quer se organizar cada vez mais, e ninguém se entende direito. Cada um quer uma coisa; uns caras acham que não tem que ter estratégia, que é chegar lá e ver o que pega. Outros querem fazer o *rolé* ficar bem organizado... nisso, os independentes ficam sem lugar, e sem voz. A galera participa, mas quando começa a organizar demais, eles participam do seu próprio jeito. Acabou que, no quarto dia e depois, ou *se pá* até antes, a galera estava se separando em mais de um bloco. [Entrevistado 1].

Tipo 2: mobilização organizada

Algumas de nossas entrevistas trazem relatos que apontam para processos de mobilização que supõem um certo nível de consenso, entre determinado número de pessoas, sobre o que deve ser, e de que maneira deve ser, um black bloc. Naturalmente, o consenso sobre tais questões não pode ser alcançado senão por meio uma boa dose de deliberação entre um ou mais grupos de afinidade. Uma vez que essas questões são dadas por resolvidas, inicia-se um trabalho cuidadoso de comunicação das resoluções a possíveis interessados. Necessariamente, como indicou o Entrevistado 1, haverá pessoas e agrupamentos que não concordarão com as decisões tomadas num círculo restrito. Haverá, também, aqueles que sequer saberão que, em algum lugar, e por algum motivo a eles obscuro, esteve em curso um processo específico e particular de mobilização para um black bloc.

A Entrevistada 6 é um exemplo dessas pessoas que não participaram do processo deliberativo que definia os parâmetros de operacionalização de um black bloc, mas que foram comunicadas de que havia um projeto de ação.

Então, eu lembro que no primeiro dia da manifestação eu fiquei sabendo, não sei por quem, quem me falou. Aliás, algumas pessoas estavam se reunindo já no parque, no parque municipal [...]. Justamente para articular

uma maneira de atuar no dia. Eu não fui nesse encontro mas fiquei sabendo que estava tendo. Aí eu fiquei sabendo no dia que eles iam se encontrar, o horário, e que estavam indo todos de preto. Aí eu fui de preto, e encontrei com o pessoal. E a galera estava andando em bloco mesmo, com umas faixas e tal. E foi todo mundo de preto, marchando, bem bloco, e eu participei disso por um dia. [Entrevistada 6].

Essas reuniões deliberativas, pelo que pude apurar por meio da observação participante, poderiam muito bem constituir discussões de todo comuns entre indivíduos integrantes de um grupo de afinidade. Em conversas com pessoas do grupo mencionado pela Entrevistada 6, que se encontrou no parque municipal, constatei que elas não eram mais do que amigas, ativistas em diversos movimentos sociais da cidade.

[A chamada para participação] é uma coisa que só passa de boca em boca. As pessoas se conheciam, e tinham certeza que eram uma galera do *rolé*, assim. Era um pessoal que eu já conhecia desde o movimento punk, uma coisa restrita. Era tudo organizado por vias seguras, né? Para ficar mais difícil da polícia ter acesso. Então, foi bem organizado, eu acho. Eu não participei das rodas de conversa, mas eu tenho certeza que se chegasse um cara aleatório e sentasse, ele seria expulso. Então só estava lá quem era conhecido. Se um conhecia o outro, então podia entrar. [Entrevistada 6].

David Graeber, numa descrição etnográfica do coletivo anarquista estadunidense *Direct Action Network*, informa-nos que esses papéis atribuídos e assumidos pelos militantes integrantes de um grupo de afinidade, em geral, resumiam-se aos seguintes: ao de facilitador do processo de tomada de decisão no grupo, o de responsável, na efetivação da ação direta, por cuidados médicos, o de responsável técnico por eventuais e necessários procedimentos jurídicos e, enfim, o de delegado do grupo de afinidade (2009:289)¹⁰¹. Num grupo de pessoas que se conhecem relativamente bem, essas tarefas de definição de papéis, aponta o autor, não eram de todo difíceis de se levar a cabo. Mas esse não parece ser exatamente o caso das reuniões das quais participou a Entrevistada 5, e das quais fala a Entrevistada 6.

Segundo a Entrevistada 5, as reuniões não só tinham como objetivo a definição de uma miríade de papéis e táticas, mais ou menos complicados, a serem adotados pelos militantes, como também intentavam estabelecer um todo coeso no que diz respeito ao

¹⁰¹ Os princípios organizacionais anarquistas dispensam a democracia representativa em favor da democracia direta. Nesse sentido, pequenos grupos operam a partir de uma lógica assembleística, em busca do consenso que satisfaça a todas. Quando há necessidade de conciliar interesses entre vários grupos, que em seu conjunto somariam um número grande demais de pessoas para que todas pudessem falar, os grupos de afinidade elegem delegados ou porta-vozes que se reúnem num conselho. Os delegados, entretanto, não têm poder de decisão, sendo não mais que portadores e transmissores de determinados posicionamentos.

próprio sentido da ação direta que estavam por efetivar. Era preciso definir objetivos comuns, meios comuns, uma estética minimamente comum e fazer com que tudo isso fosse publicitado para, em seguida e desta maneira, promover o anarquismo e a própria formação de black blocs.

Uma vez teve uma reunião, por exemplo, de black bloc, que durou umas doze horas! Acho isso muito desgastante, sabe? E ela terminou com um vídeo, que eu não tinha muito aprovado, mas que era para ser divulgado, o pessoal tinha começado a fazer esses vídeos para pôr na internet né, pessoal de preto e tal. E uma coisa meio V de Vingança, né? Mas eram os black blocs. E na verdade o primeiro vídeo que saíria desses era para ser de Belo Horizonte, foi gravado, e tinha muita gente, tinha umas quinze pessoas aparecendo. Todo mundo em pé, uma coisa mó PCC assim, mas no fim das contas uma pessoa ficou com medo e a outra apagou. Mas o texto era muito... dava medo, sabe? Parecia que tinha sido escrito no século XIX [...]. Ah, estava meio viajandão, sabe? Tipo, o grupo se dividiu, né? Entre os que gostaram muito daquilo, uma coisa bem clássica, anarquismo social, não sei o que, e outro pessoal que queria uma coisa mais informal, mais acessível, como eu, que todas as pessoas pudessem ver e entender o que estava sendo dito, em vez de ficar pensando: “o que que é isso? São os *amish*?”. E teve o pessoal que só achou que achou muito horrível, do tipo “que medo, parece um bando de terrorista”. E não era para ser nenhuma das três coisas. Esse dia aí, por exemplo, esse dia aí foi um dia que foi bem desgastante, porque primeiro a gente fez grupos de trabalho, na casa de uma pessoa, ficou reunindo, decidindo umas táticas, quem levava o que na mochila, quem cuidava de quem, um esqueminha três-por-um, não sei o que, de hora, de bandeira e tal. E assim, tá, são detalhes né, bem práticos, que têm que ser discutidos, né, mas não em doze horas! E que terminou com esse vídeo que, no fim, jogaram fora o vídeo. E de manhã todo mundo precisou ir embora, trabalhar, estudar, ir para casa, e a pessoa que ficou lá, responsável por editar e postar de uma *lan-house*, ficou com outra pessoa que estava com medo e optaram por deletar. Assim, sem conversar com ninguém também. Aí né... eu fico... putz!

É possível observar, com isso, que o tipo de mobilização relatado pelas Entrevistadas 5 e 6 guardam certas semelhanças com as características que distinguem movimentos sociais de outras formas de ação coletiva contenciosa.

Vimos, no segundo capítulo, que para Ana Maria Doimo (1995) e Rudá Ricci (2010), movimentos sociais, em geral, têm como característica central a inclinação para o funcionamento segundo uma lógica “consensual-solidarística”, nos termos da primeira, ou “assembleística”, nos do segundo.

Passamos também por algumas observações baseadas no trabalho de Sidney Tarrow, autor que defende o argumento de que parte do que é considerado um movimento social é constituída por “desafios coletivos baseados em objetivos comuns” (2009:21).

De acordo com Mario Diani (2003) e Alberto Melucci (1996), os meios para se alcançar esses objetivos comuns mencionados por Tarrow dependem da construção – sempre disputada – de narrativas e interpretações coletivas capazes de conferir sentido às “ligações estabelecidas entre pessoas, eventos e iniciativas” (Diani, 2003:301), fator fundamental à subsistência de um movimento social.

Recordemos, por fim, o que diz Mario Diani sobre a dinâmica de movimentos sociais:

Movimentos sociais são distintos [de outras formas de ação coletiva] não pela adoção de formas radicais de ação, nem pelo seu interesse em novas questões ou sua predileção por formas organizativas frouxas. Eles são distintos porque consistem em atores formalmente independentes, embutidos em contextos locais específicos (onde “local” tem um sentido tanto territorial quanto social), que portam identidades, valores e orientações específicos e perseguem objetivos específicos, mas que, ao mesmo tempo, estão ligados entre si por meio de formas concretas de cooperação e/ou reconhecimento mútuo, num laço que se estende para além de uma ação de protesto, campanha etc. Aproximamo-nos mais de uma dinâmica de movimento social à medida em que há um acoplamento entre redes informais, identidade coletiva e conflito (Diani, 2003:301).

Nesse sentido, a diferença entre um movimento social e a operação do black bloc, tal como percebida por nossas entrevistadas, é que o bloco que compuseram (1) não sustentou – e nem teve a pretensão de sustentar – o confronto com seus opositores para além de um evento específico; (2) os blocos não consistem num acoplamento entre redes informais e identidade coletiva, mas entre redes informais e várias identidades associadas a diversos grupos de afinidade.

Portanto, esse segundo modo de mobilização, vivenciado por alguns sujeitos entrevistados, menos espontâneo e casual, supõe a submissão de um indivíduo que deseje compor um black bloc a uma série de normas específicas de “cooperação e reconhecimento mútuo”, estabelecidas entre e para militantes de um agrupamento particular. Essas normas não são acessíveis a qualquer um e condicionam o “recrutamento” de novas pessoas para a formação de um bloco.

Isso não impede, evidentemente, que blocos sejam formados por outras vias e, eventualmente, cerrem fileiras com aqueles indivíduos mesmos cujo comportamento restringia a mobilização de militantes a um círculo mais específico.

Com efeito, se o segundo tipo de mobilização de black blocs, relatado pelas entrevistadas, é constituído por uma dimensão mais organizada e planejada do que o primeiro, alguns blocos possivelmente tomaram forma através de processos

mobilizadores ainda mais espontâneos do que os característicos dos dois tipos que apresentamos até agora.

Tipo 3: mobilização por imitação e ação conectiva

Alguns entrevistados indicaram-nos que um fator que deve ser levado em conta para entendermos parte dos processos de mobilização de black blocs é de natureza afetiva.

Vejamos o que nos dizem os Entrevistados 2 e 3 sobre o que os levou a ir às ruas em 2013 como black blocs.

Olha, primeiro, o que eu achei muito doido, tipo, black bloc estava tomando frente, batendo de frente com a polícia, tá ligado, estava batendo de frente com a polícia, e para você ver, com aquela minoria batendo de frente com a polícia, por causa daquela multidão, acho que muita gente se revoltou e foi lá bater de frente também, entendeu? Eu sou um deles. [Entrevistado 3].

Para mim é revolta, a galera tem esse sentimento de revolta muito grande, mano. E a gente sabe que a juventude negra vem sendo exterminada, e ninguém faz nada, o estado, a mídia, ninguém fala nada. Mas as pessoas sentem a opressão. Elas participam do bloco, para mim, muito por isso. Estão na luta, estão revoltados, só falta a organização mesmo. [Entrevistado 2].

Como mostramos, Castells (2012) sugerira que um traço típico de mobilizações sociais, sejam contemporâneas ou não, é justamente o amplo compartilhamento de determinadas emoções em redes sociais. Um elemento mobilizador de novos militantes, portanto, pode estar vinculado a um sentimento reprimido de revolta, tristeza e opressão que, nos eventos de protesto daquele ano, traduziam-se na imitação dos atos de blocos “pioneiros”¹⁰². Nas palavras da Entrevistada 5,

[...] é um pessoal tomando para si a revolta, essa ideia, de uma forma até muito mais legítima do que a gente, porque eles estavam lá para expressar não era: “Copa, 20 centavos”. Era toda, assim, um descaso total da região onde moram, uma repressão violenta total, com os amigos, com eles, a segregação dos espaços, uma outra coisa, sabe? Acho que realmente eles estavam, assim, nossa, aquele momento estopim, em que se explode e põe tudo para fora, né? E foi legal, porque, poxa, acho que se eles teriam feito... teriam feito também por conta, mas acho meio legal, meio que encoraja, ter uma galera ali, né, meio, todo mundo junto, na frente, indo para a frente, né?

¹⁰² Não deixamos de notar que, de certo modo, os relatos dos Entrevistados 2 e 3 remetem-nos a alguns aspectos das “Leis da Imitação”, de Gabriel Tarde. Nesse sentido, poderia ser interessante pensar a relação entre os primeiros blocos que entraram em ação e a mobilização de novos “adeptos” em termos de *imitação*, isto é, de “impressão mental produzida a distância, através da qual um cérebro reflete sobre outro cérebro suas ideias, vontades, maneiras de sentir etc.” (Vargas, 1995:10).

Nossa, e isso assim, para mim pelo menos, foi uma coisa que me deu um ânimo, olhar para o lado e ver que tem gente vindo, sabe, “é, vamos lá!”. Já não estava mais preocupada, sabe, se ia apanhar... bomba, borracha, qualquer coisa, sabe, mas quando você fica ali e fala “ah, uma meia dúzia aqui”, você fica pensando, sabe, se você não está sendo aquele rebelde sem causa. [...] E aí eu me perguntava em alguns momentos se não era meio isso, mas aí eu vi que não, tinha mais gente, foi legal nessa parte. [Entrevistada 5].

Mas a mera aparição e atuação de black blocs, por si sós, não pareceu, de acordo com os Entrevistados 2 e 3, causa suficiente para leva-los a somar forças aos blocos. A construção e contraposição de interpretações pessoais dos protestos representou, para os dois rapazes, um processo fundamental para a mobilização política.

Nosso terceiro entrevistado ressaltou a importância de suas conversas com o Entrevistado 2 para que ele se mobilizasse politicamente quando dos protestos de junho daquele ano.

Tinha um desejo de ver isso acontecer, ir todo mundo pra rua, ver todo mundo na rua, não só a burguesia mas a favela também, tá ligado? Ver a favela descer, principalmente ela. Aí foi que em 2013 começou... eu estava sentindo muito a galera discutindo muita coisa, todo mundo revoltado já. E começou a galera a descer. Sou muito recente nessa questão. Comecei mesmo pelo Entrevistado 2: vi ele discutindo e não entendia nada, nada daquilo... vim de uma família muito simples, com pouca educação e pouca informação. Aí fui vendo a realidade e aquilo foi me dando revolta, revolta, em relação a isso, e fui às ruas com a galera. [Entrevistado 3].

E, de fato, o Entrevistado 2 vê seu próprio proselitismo, e *mediativismo*, como elementos mobilizadores relevantes.

[Eu] postava tudo no Facebook, mostrando a violência do Estado, assim, mostrando as mentiras que a mídia e o governo contavam, fazia muito *post*. Enquanto eles mostravam uma coisa na televisão, a gente estava filmando e jogando tudo na rede, denunciando, propagando o que a gente vive, o que a polícia é, divulgando mesmo. É uma arma que a gente tem, agora não tem como esconder mais como as coisas são.

[...] Mas, mesmo assim, são poucos os que acreditam, os que buscam se politizar. É foda cara, porque a iniciativa é do morro, de gente do morro, e o morro não fortalece. Mas eu continuo vei, eu continuo estudando, eu acredito na mudança pelo coletivo. Tem um chegado meu que gosta muito de Nietzsche, Saramago, e diz que não existe isso de mudança coletiva, que você muda o mundo mudando a si mesmo. Mas como que isso é possível, mano? Eu já me mudei, e aí? Isso para mim é individualismo. Ele fala que eu saí da igreja, mas que continuo pregando, que isso é colonização. Mas para mim é o contrário. [Entrevistado 2].

De acordo com nosso segundo entrevistado, a interação com pessoas, muitas vezes de certo modo desconhecidas, por meio de redes sociais digitais, foi uma característica de sua atuação nas manifestações de 2013.

Nó, a gente usava internet para tudo. Organização, divulgação, conversa, tudo.

- Mas no Facebook, na tora? Estou te perguntando porque tem essa questão da vigilância, de pegar gente por conta de coisa que faz pela internet e tal.

É, ninguém estava nem aí. Hoje eu vejo que me expus, que é perigoso. Eu estou ligado, trabalho com isso, mas na hora aquele romantismo do idealismo, a gente nem pensa direito, o momento é muito intenso. [...] Conheci gente de tudo quanto é lugar, cara: do Pará, de Pernambuco, da Bahia, do Rio, de São Paulo, não sei nem como era, mas muita gente veio para cá, para as manifestações aqui, e a gente planejava tudo pela internet. [Entrevistado 2].

Na minha conversa com o Entrevistado 3, perguntei-lhe a certa altura se já ouvira falar em black blocs se manifestando no Brasil em algum outro momento anterior a 2013. A resposta dele foi a seguinte: “Tipo, já vi nas manifestações fora do país. Mas, assim, na TV e internet”. E, então, o assunto voltou-se para o tópico de utilização de TICs durante os protestos, e meu interlocutor continuou: “cara, a internet eu vejo como uma coisa muito boa. Para quem sabe utilizar. Ela é uma arma e tanto, a sociedade está com tudo na mão, mas não está sabendo utilizar, parece”.

Como vimos no segundo capítulo, para Manuel Castells o processo de mobilização social para a ação direta, bem como todo processo político, depende do compartilhamento de emoções e enquadramentos individuais sobre acontecimentos eventos significativos em redes sociais (Castells, 2009). Observamos também que o compartilhamento de entendimentos e emoções tem sido potencializado cada vez mais com a constante ascensão de TICs nos últimos anos e com a emergência da *mass self-communication* (Castells, 2012).

Os argumentos de Castells, em certa medida, parecem corresponder ao que nos foi relatado pelos Entrevistados 2 e 3. Ambos afirmam que os protestos de larga escala que tomaram lugar em junho de 2013 pareceram-lhes ocasiões fortuitas para o extravasamento de sentimentos e emoções reprimidas cotidianamente.

Foi meio que um gatilho, aquilo [os protestos de junho de 2013] foi um *boom* porque se reprimiu demais, e aquilo foi um choque, a polícia demonstrou a verdadeira face dela. Porque na periferia não tem respeito à lei, método... se você queima um pneu ali, igual nós queimamos no ano passado, porque atiraram num menino à queima roupa numa abordagem policial, nós botamos fogo no pneu e eles vieram para cima – nada de bala de borracha – era fuzil, metralhadora, tudo para cima. Então, nessa manifestação de São Paulo ela botou a cara e mostrou a face dela. E o pessoal ficou meio que assustado: “que polícia é essa?”. E foi um *boom*, né? Porque aquilo ali ativou no pessoal uma comoção e foi todo mundo para a rua, coisa que ninguém

esperava. A polícia agiu de uma maneira que ela está acostumada a agir, só que com um público diferente. [Entrevistado 2].

O Entrevistado 3, a exemplo do Entrevistado 2, aponta que seu envolvimento com a vida política é mediado significativamente por TICs.

Eu fiz muito uso antes. Eu não me manifestava muito na hora da manifestação, entendeu? A rede social virou piada. Virou piada. É: “eu na manifestação”, “vamos mudar Brasil”, era meio que isso, tá ligado? Aí eu não fiz muita utilização até porque eu estava também... eu não estava tendo muito acesso à internet, mas antes da manifestação, lá era onde eu estava me manifestando muito, participando muito da política. Hoje eu dei uma frisada, uma congelada na política, por frustração mesmo, tá ligado? Mas vou voltar à ativa aí! [Entrevistado 3].

Para Lance Bennett e Alexandra Segerberg, as implicações da emergência da *mass self-communication* para a mobilização da ação direta “incluem uma propensão ao desenvolvimento de identificações políticas flexíveis, baseadas em estilos de vida pessoais” por parte das pessoas envolvidas (Bennett & Segerberg, 2012:744). Assim, observa-se em protestos recentes o declínio de grandes narrativas ideológicas e de grupo, e a ascensão e articulação de expressões pessoais singulares, inclusivas – ou seja, facilmente personalizáveis – e de larga escala. Nesse sentido, as mobilizações sociais contemporâneas tenderiam a prescindir de coordenação organizacional, de modo que a rede social em si torna-se, em alguma medida, a própria organização da ação.

- E pensando nisso tudo que você está falando, por que você acha que as pessoas animam participar do bloco?

Cara, isso daí cada um vai ter uma motivação específica, mas dá para falar do caso da galera do morro, da periferia. Para mim é revolta, a galera tem esse sentimento de revolta muito grande, mano. [...] Elas participam do bloco, para mim, muito por isso. Estão na luta, estão revoltados, só falta a organização mesmo. [Entrevistado 2].

Segundo Rudá Ricci, os efeitos desse tipo de mobilização para a ação direta na forma de black blocs parecem seguir uma lógica de enxameamento:

Como todo enxame, não se sabe ao certo como surgiu e por qual motivo se dispersou [...]. Relaciona-se com a noção de comunidade provisória, fortemente articulada com a identidade afetiva e com a convocação horizontalizada” (2014:33).

Nossas entrevistas indicam que, embora as mobilizações de black blocs possam assumir um aspecto de “enxame”, por não contarem com um projeto específico ou uma identidade comum, elas são compostas por sujeitos cujas ações não são levadas a cabo sem razão.

Tudo isso, a meu ver, sugere o seguinte sobre nosso terceiro tipo de mobilização.

Em primeiro lugar, as pessoas classificadas sob este tipo tendem a participar de black blocs ao vê-los em ação e reconhecerem aquilo como uma maneira legítima e desejável de protesto, muito em função do pano de fundo afetivo e emocional dos ativistas deste modo mobilizados. Em segundo lugar, a tendência dessas pessoas à participação em black blocs, pelo que sugerem nossos entrevistados, aumenta à medida em que emoções e enquadramentos individuais relativos à ação dos blocos são compartilhados e discutidos em redes sociais, de modo que as TICs revelam-se um agente mediador e importante no processo comunicacional e, portanto, para a mobilização¹⁰³. Isso implica na agregação de pessoas que sequer fazem parte de um grupo de afinidade específico quando do evento de protesto.

Portanto, o terceiro e último tipo por nós percebido consiste, basicamente, na imitação das ações de black blocs por pessoas quaisquer que, a princípio, não pensaram em tomar parte daquele tipo de ação direta. A mobilização para ação em blocos, nesse sentido, é dependente, de certa forma, de (1) um pano de fundo subjetivo (em termos de entendimentos de mundo, afetos e emoções) que predisponha os indivíduos a compor black blocs, e (2) da comunicação e propagação em redes sociais desses entendimentos pessoais, afetos e emoções, o que pode levar à formação de “comunidades provisórias”. O processo de comunicação, neste caso, é marcado pela ampla utilização de TICs.

A experiência em campo corrobora os apontamentos feitos em relação aos processos de mobilização de black blocs. Em 2014, tivemos a oportunidade de

¹⁰³ Cabe, aqui, pontuar uma distinção importante entre os tipos de vivências relativas a mobilização para black blocs em Belo Horizonte, tal como as estamos construindo. No primeiro tipo, o Entrevistado 1 revela um temor terrível frente a ideia de lançar mão da internet para mobilização. (Nosso entrevistado, lembremo-nos, chegou a recusar ter a entrevista gravada por achar que a polícia poderia ter acesso à gravação através da internet e, eventualmente, alcança-lo). Isso não quer dizer que as pessoas mais voltadas para o primeiro tipo de mobilização não façam uso da internet para os mais diversos fins, mas sugere, de todo modo, que as formas de apropriação de TICs podem variar de acordo com maneiras distintas de associação entre ativistas. As pessoas classificadas no segundo tipo de mobilização, por exemplo, mostraram-se igualmente cuidadosas em relação ao uso de TICs. Quando o faziam, era de modo discreto, evitando publicitar qualquer informação que pudesse revelar a si mesmos como black blocs, ou até mesmo como anarquistas. É evidente que essas preocupações não eram mais que secundárias aos ativistas do terceiro tipo, se é que, quando dos protestos de junho de 2013, elas existiam.

acompanhar um black bloc que se formou no dia 12 de junho, em ocasião do primeiro protesto contra a Copa do Mundo da FIFA no Brasil. Basicamente, o protesto daquele dia contou com um black bloc que, a mim, pareceu organizado: em sua maioria negros e de classes mais baixas, os participantes levaram uma bandeira nacional para ser queimada, retiraram habilmente uma cobertura de ponto de ônibus para usar como escudo contra balas de borracha, andavam pelas ruas próximos uns aos outros etc. Ao seu redor, uma porção de pessoas, com rostos cobertos por camisas, corria incessantemente para todos os lados, depredando vários estabelecimentos e agindo de forma que a mim não pareceu seguir nenhuma coordenação específica. Preocupavam-se tão-somente em se manter relativamente próximos ao grupo geral de manifestantes, evitando o encontro a sós com policiais¹⁰⁴.

Ação direta (ou sobre auto-organização)

Veremos, a seguir, que essas percepções distintas quanto ao processo de mobilização dos blocos correspondem, de certo modo, a concepções igualmente distintas sobre o que foi a ação direta levada a cabo nas ruas.

Para o Entrevistado 1, a ação direta de black blocs, quando estão às ruas, é auto-organizada espontaneamente: ele aponta que não só a conversa entre militantes resume-se ao mínimo necessário, como eles também sabem, de alguma maneira a nós misteriosa, o que cada um está disposto a fazer e de que forma.

Galera quebra as coisas, todo mundo sabe que vai rolar; não sabe exatamente o que, mas na hora a galera vê o que rola e o que não. [...] Como te falei, a galera meio que se conhece, e na hora todo mundo vê o que vai pegar.

- E não rola treta entre o bloco e o pessoal da periferia?

Rola nada, é muito de boa. Apesar de não ter organização, todo mundo sabe o que o outro vai fazer na hora. Quando alguém tá numa situação difícil, a galera se ajuda e tal... não só o bloco em relação a eles, mas eles em relação ao bloco também. Galera dá moral. [Entrevistado 1].

Nosso segundo entrevistado afirma com firmeza e convicção que a ação direta de black blocs é muito bem organizada. Mas o entendimento de organização, para ele, prescinde da deliberação, da definição de objetivos e meios de ação num momento anterior ao protesto, limitando-se à preparação individual para o confronto com a

¹⁰⁴ Algumas notas de campo sobre o protesto do dia 12 de junho de 2014 podem ser conferidas no Apêndice 4.

polícia. É preciso saber como agir diante da polícia, mas não necessariamente com um planejamento coletivo.

Ah sim, mano, claro, tem organização sim. A gente se organiza e sabe o que fazer, isso dá para ver pela linha de frente que o pessoal que está ali é organizado. Até porque tem que saber como é que você vai chegar para enfrentar a polícia, não dá para chegar de qualquer jeito, senão você só toma porrada. Você é doido, eu magrinho assim, ficar tomando bala de borracha? É capaz dela me atravessar!

- *Pode crer! Mas não rolava conflito com quem, sei lá, você não conhecia, e queria fazer outra coisa, tipo assim...?*

Cara, a relação entre o black bloc é divergente. É complicado, eu vejo que quem é mais consciente, quem é mais politizado tem que dar ideia em quem não é tanto, porque senão vira bagunça, e isso rola. Por exemplo, teve uma hora que um cara estava querendo colocar fogo numa árvore. Eu tive que chegar para ele e dar ideia: “isso aí é patrimônio natural meu irmão. Se quiser quebrar o Itaú, por fogo no Bradesco, nos bancos, foda-se. Mas a árvore é um bem comum, o que faz bem para o coletivo a gente tem que defender”. E aí dei ideia no cara para voltar para a linha de frente. Tive que chamar o cara para linha de frente, fraga? Falei com ele, “bora voltar para a linha de frente, bora enfrentar os PM, larga mão disso aí”.

- *E ele deu moral?*

Deu, deu moral. O cara falou: “ah é mano? Pode crer, é isso mesmo, bora para lá”. Os caras às vezes agem muito na revolta, tá ligado? [Entrevistado 2].

Essa auto-organização “espontânea” nas ruas se deve, na opinião do Entrevistado 1, a basicamente três motivos.

Primeiro, porque os participantes de black blocs advêm de uma série de grupos de afinidade distintos que, na rua, são pulverizados em atos cujos meios de efetivação e objetivos finais são, também, distintos.

- *Qual foi o tamanho dos blocos aqui em BH?*

Veí, em São Paulo, no Rio, deu gente pra caralho. Aqui não. Teve dia que tinha trinta caras no bloco; o maior deve ter tido mais ou menos uns cinquenta. Mais a galera da periferia né? Acho que, se somar todo mundo, deve dar uns seiscentos na maior manifestação, no quarto ato.

- *Não tem conflito interno não?*

Bom, se chegar um cara lá que ninguém conhece, aí a gente bloca. O cara não entra. E também se estiver muito doidão.

- *Como assim?*

Ah, se o cara estiver criando confusão, querendo partir pra cima da PM do nada, às vezes mexendo com os outros...

- *Quando isso acontece, como que faz?*

Aí a gente dá ideia que não quer ele lá. A gente fala: “sai fora, a gente não quer você aqui”.

- *E isso funciona?*

Se não funcionar, rola porrada. [Entrevistado 1].

Segundo, porque mesmo que a maior parte das militantes envolvidas em black blocs se dispusessem a participar de reuniões e assembleias para a definição de formas e

conteúdo dos blocos, essas pessoas não conseguiriam fazer valer suas vozes no processo de tomada de decisão. Isso ocorre, segundo o Entrevistado 1, porque nessas reuniões fatalmente forma-se um agrupamento de *amilitantes*¹⁰⁵ cujas ligações entre si constituem uma rede relativamente fechada e homogênea, um “clique”¹⁰⁶. Nesse sentido, militantes “independentes” são ouvidos e considerados no processo deliberativo, mas, inevitavelmente, têm seus argumentos vencidos por um subgrupo coeso e obstinado, embora informal¹⁰⁷.

Não é que é complicado, mas a galera não pesa, fraga? Tipo, não tem espaço. O cara pode até ir lá, colar com os organizados, mas não consegue pautar nada, aquele espaço não é dele. Ou ele cola com a galera do jeito que está, ou fica na sua e não faz nada ou faz pouca coisa. [...] É até de boa o cara chegar lá, mas é difícil o pessoal mudar uma linha de ação que já vem sendo discutida, organizada há mais tempo, porque um cara de fora chegou e acha que o negócio pode ser de outra forma, ou que isso ou aquilo não tá muito certo e tal. Até participa, mas não tem peso. [Entrevistado 1].

Terceiro, e em consequência das duas primeiras razões expostas, os participantes de black blocs relacionam-se como se soubessem o que cada um deles deve e vai fazer no momento de protesto precisamente porque essa é a única maneira possível de funcionamento do bloco. Uma vez que não há consenso sobre o que é o black bloc, a que fim exato ele serve e de que modo ele deve atingir esse fim, em última instância vários black blocs se formam e se dissolvem autônoma e independentemente uns dos outros.

- *Mas não tem planejamento nenhum?*

Tem não... por exemplo, a gente vê o pessoal que desce em bloco pra manifestação, mas depois de um tempo, depois do conflito com a PM, a

¹⁰⁵ Lembremos o que expomos no capítulo 1: para Dupuis-Déri, o termo “amilitante” se refere à negação da figura clássica do militante de esquerda, submisso a uma organização e suas diretrizes, enfatizando, em vez disso, a importância das relações de confiança e amizade entre pessoas que compõem black blocs.

¹⁰⁶ O clique consiste num subconjunto de uma rede em que: (a) ou todos os membros são adjacentes uns aos outros; (b) ou a troca de informação entre eles é rápida, ou seja, são todos facilmente acessíveis uns aos outros; (c) ou, ainda, se seus membros mantêm um número relativamente grande de relações entre si, o que faz com que a estrutura do clique se mantenha mesmo que alguns de seus membros, eventualmente, não esteja presente (cf. Lazega e Higgins, 2014)

¹⁰⁷ Antigo problema de organizações que não contam com procedimentos predeterminados para a interação entre seus participantes, e que acaba favorecendo grupos que, por um motivo ou por outro, são privilegiados no processo de tomada de decisão. Essa questão foi abordada ainda em 1970 por Jo Freeman, em referência a uma parcela da militância feminista de então. Seu artigo continua sendo pertinente e é lido, ainda hoje, por muitos ativistas (Graeber, 2009). O artigo de Freeman pode ser acessado por meio do endereço eletrônico < <http://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm> >. Acesso em 15/02/2016.

galera dispersa, e cada um vai dar seu rolé, com outras galeras. Nem dá para ver o pessoal junto depois, às vezes saem fora, vão para casa. [...] É só quando fica tenso, aí o pessoal simplesmente dispersa. Encontram outras pessoas, outros amigos e tal e ficam por lá, fazendo outras coisas, na manifestação mesmo. [Entrevistado 1].

Contudo, vimos que certo agrupamento de pessoas chegou a se encontrar para extensas e exaustivas reuniões cujo fim era o planejamento e definição tanto da mobilização de militantes quanto das ações nas ruas.

Essas reuniões não foram de todo vãs. Nossas entrevistas indicam que as participantes desses encontros estavam melhores preparadas para o confronto com a Polícia Militar, seja em termos de proteção individual ou de métodos de resistência.

No que diz respeito à proteção individual, a Entrevistada 5, por exemplo, disse ter se preocupado com sua segurança e de seus companheiros, e seus esforços resultaram num certo conforto quando do enfrentamento com as forças do estado.

Fui de capacete, fui de coletezinho de EVA que fiz, por baixo, tal, que esquentava para caramba. Eu sou muito preocupada, não gosto de sentir dor. Não gosto, não gosto, não gosto! Então, e assim, um do lado, um do outro, leva bala de borracha, a do lado desmaiada com gás lacrimogênio, e eu não, comprei a máscara... mas claro né, gastei aí mais de cem reais, quase duzentos, com coisas, né, peguei com uma amiga minha um capacete de skate, então, ou seja, nem todo mundo... comprei inclusive, quando fui comprar máscara, para pessoas de um coletivo, que depois me deram o dinheiro. [Entrevistada 5].

A Entrevistada 6, por outro lado, descreve um pouco da coordenação de determinadas ações para mitigar os efeitos do gás lacrimogênio:

Então o pessoal, eu sei que eles estavam assim. Com proteção, com muita roupa para não machucar. E tinha uma organização de pegar água, de levar água, de pegar galão de água para afundar o gás... [Entrevistada 6].

E admite o efeito espontâneo, ou aquilo que chamamos de “imitação”, na ação conjunta entre blocos distintos:

...agora a organização entre esse pessoal da periferia e do black bloc, eu acho que juntaram na hora e tipo assim, todo mundo pegava pedra e tacava, o tempo todo, e de pegar balde e jogar bomba dentro... [Entrevistada 6].

Esse efeito da “imitação”, pelo que parece, não seguiu uma via de mão única. Para a sexta entrevistada, todo planejamento prévio da ação do bloco de que fazia parte foi tragado, eventualmente, para a espontaneidade daquele agrupamento maior de pessoas que confrontavam a polícia e depredavam prédios e objetos.

No segundo dia eu já não estava tão black bloc, e no terceiro dia de manifestação, eu deixei de ser porque eu achei que estava muito inseguro, estava muito zoeira, estava uma coisa muito mal organizada. Acho que o black bloc funciona se tem muita gente de preto, para ninguém te achar, para você ser confundido mesmo. Tem aquela coisa de ter um pessoal da cruz vermelha, que fica responsável, tem essas divisões todas, assim. E eu acho que, eu não sei bem se era um black bloc, não sei se posso dizer isso, mas foi um tanto de gente de preto – ou não de preto, da periferia – que tacava pedra. [Entrevistada 6].

O Entrevistado 3, talvez, poderia concordar com o que diz a última entrevistada.

Olha, o grupo que estava no início talvez estivesse organizado. Talvez, por ele arrastar uma multidão, ele tenha ficado desorganizado. Eu achei ali um acesso de burrice – aliás, não vou dizer burrice não – mas uma certa loucura, que foi bater de frente com a polícia, entendeu? Eu fui um deles, a bater de frente, ali. Eu achei uma loucura. Porque a gente não tem um treinamento, não tem armamento, não tem nada. [Entrevistado 3].

Para o Entrevistado 4, as ações de black blocs atingiram tal ponto de desorganização que passaram a ser ameaçadoras para os próprios ativistas e àqueles mais próximos de black blocs. Assim, embora não desejasse participar de quaisquer reuniões preparatórias para a ação direta, viu-se na obrigação de procurar saber como ele poderia adentrar uma delas. O ativista o fez, e com o único propósito de distribuir cartilhas sobre “cultura de segurança”¹⁰⁸. A causa da eventual desorganização em que caíram os blocos, isto é, o que o quarto entrevistado chama de inobservância de princípios éticos e organizativos da tática, falta de solidariedade e exposição de outros militantes, a causa de tudo isso foi, em algum grau, a interação com black blocs formados espontaneamente:

Esse pessoal [desconhecido, que agregou militantes] deu toda força aos blocos, nunca teriam sido o que foram sem eles. Mas são “baby blocs”, não sabiam direito fazer uso da tática [Entrevistado 4].

¹⁰⁸ A cartilha, na verdade um livreto produzido pelo coletivo canadense *Opposing Police Brutality* em 2001, pode ser vista no endereço eletrônico < <https://we.riseup.net/assets/147006/cultura-de-seguranca.pdf> >. Acesso em 15/02/2016.

O Entrevistado 4 avaliou esse processo de mútua imitação entre black blocs distintos de forma bastante interessante.

Para ele, um argumento comum entre os militantes com quem convive é o de que o black bloc não teria sido o que foi sem as pessoas desconhecidas que simplesmente aderiram à ação direta. Nosso quarto entrevistado admite que isso é verdade, mas ressalta que é igualmente verdadeiro o fato de que o black bloc não teria sido o que foi sem aqueles que já foram às ruas com um conhecimento prévio sobre a “tática, teoria e prática anarquistas”. Para confirmarmos o que diz, defende o entrevistado, basta olharmos para o que foi quebrado e incendiado durante os protestos: num momento de maior tumulto, alguns pequenos negócios foram depredados, junto com as concessionárias e os bancos na avenida Antônio Carlos, nas cercanias do Mineirão. Mas, na volta para o centro da cidade, quando o grupo de pessoas em confronto com a polícia era menor, os alvos foram mais selecionados – equipamentos de obras do MOVE, radares etc. E, chegando ao centro, na Praça Sete e em seus entornos, as bancas de jornais, as lanchonetes, os bares, ficaram intactos, enquanto os bancos da região foram atacados.

Tudo isso corresponde, ao menos parcialmente, aos relatos concedidos a nós, quanto à auto-organização espontânea entre grupos de afinidade de várias proveniências.

Infelizmente, até o momento de concluir esta dissertação, não consegui encontrar trabalhos empiricamente fundamentados que nos forneçam pistas sobre a composição social de black blocs brasileiros, quanto mais, mineiros e belo-horizontinos. A exceção, talvez, seja a pesquisa desenvolvida por Esther Solano (2014). Entrevistando black blocs na cidade de São Paulo, a autora observou que muitos dos jovens que se dispuseram a tomar parte dos blocos eram estudantes, trabalhadores e não necessariamente brancos, membros de coletivos libertários etc. Ao contrário, aponta a autora, a inserção dessas pessoas na vida política, e no anarquismo, em alguns casos se deu exatamente através da participação em black blocs.

No que tange a efetivação da ação direta em si, é um pouco frustrante observar que, tanto no Brasil quanto na Europa e na América do Norte, as pesquisas fiquem um tanto limitadas ao registro dos acontecimentos e à sua interpretação simbólica e semiótica (como, por exemplo, em Juris, 2005 e Borges, 2014).

Em certa medida, as formas de auto-organização, variadas, vivenciadas pelos sujeitos entrevistados, refletem-se em suas percepções sobre o que seriam black blocs,

bem como o sentido e o objetivo da ação direta. Sobre isso, grupos ativistas nos EUA, Canadá e Europa parecem ter refletido mais detidamente. Nesses lugares, muitos coletivos anarquistas já se dedicaram à produção de manuais que não só expõem determinada concepção da militância libertária como também dão instruções minuciosas sobre o que deve ser um black bloc, como operacionaliza-lo e com qual finalidade.

Um desses manuais é o *Recipes for Disaster*, do coletivo *CrimethInc*, como já mencionamos¹¹². Como outro exemplo, podemos citar um manual do *Green Mountain Anarchist Collective* (GMAC), dos EUA, informando que proponentes à formação de black blocs devem estudar a organização de confrontos de rua, envolver-se em treinamentos físicos entre as ações e avaliar a relevância política da efetivação de um bloco em certa ocasião. Em seguida, o texto sugere, entre outras coisas igualmente detalhadas, que

[...] os grupos de afinidade devem ficar responsáveis por posições específicas dentro de um bloco, especialmente a frente, o lado direito, o lado esquerdo e atrás (isso deve ser combinado numa reunião geral e aberta). Essa organização deve criar quatro perímetros principais dentro do bloco [...]. Por sua vez, esses grupos de afinidade devem ter, no máximo e idealmente, doze pessoas. [...] Essas doze pessoas devem ser divididas em quatro grupos de três, que serão posicionadas da seguinte forma: 1 – uma pessoa posicionada dentro dos limites específicos do perímetro de seu subgrupo, pelo qual ela estará diretamente responsável; 2 – uma pessoa no meio do bloco, onde ela poderá se comunicar com integrantes de outros subgrupos; 3 – uma pessoa ficará responsável por ser a mensageira entre quem estiver como comunicador entre subgrupos e o responsável por manter o perímetro de seu próprio subgrupo. (GMAC, 2010:190-193).

Essa organização da ação direta guarda muitas semelhanças com o que nos foi relatado pelas Entrevistadas 5 e 6. Evidentemente, o planejamento de ações dessa espécie supõe, em primeiro lugar, uma definição específica de black bloc e anarquismo. Em segundo lugar, demanda encontros entre militantes cujo fim é instruí-los a respeito das táticas empregadas pelo bloco, que não podem ser senão longos e numerosos.

Seja como for, os relatos que obtivemos por meio das entrevistas, como um todo, sugerem, talvez, que deixemos de lado por um instante as manifestações de black blocs americanas e voltemo-nos para a Europa e àqueles primeiros black blocs formados por Autonomen, na Alemanha.

¹¹² Ver a seção denominada *Blocs, Black and Otherwise* (CrimethInc, 2004:127-161) que contém, inclusive, uma receita para fabricação de coquetéis molotov.

Isso porque, como vimos com Geronimo (2012), os primeiros black blocs eram compostos por um conjunto heterogêneo de coletivos e grupos sociais que, a princípio, pouco tinham em comum senão uma apaixonada luta anticapitalista baseada no autonomismo: feministas radicais, comunistas, anarquistas, *Spontis*, ambientalistas, imigrantes moradores de ocupações etc. Os black blocs de então formavam-se, basicamente, a partir da divulgação de eventos de protesto por meio de panfletos, que traziam em si o convite para que as pessoas participassem das ações trajando preto e tomando os devidos cuidados para proteção pessoal em caso de confronto com a polícia. A ação direta decorrente, embora algo previsível, ao menos em termos de confrontação, desenrolava-se espontaneamente e em função das contingências.



FIGURA 17 – Panfletos convocatórios para protestos na Alemanha, divulgados por Autonomen. Fonte: Geronimo (2012).

Os relatos que nos foram concedidos, tomados em seu conjunto, parecem apontar para uma organização da ação direta que se traduz numa miríade de grupos de afinidade, coletivos e pessoas de todo desconhecidas entre si, que juntaram-se, sob suas máscaras, na operacionalização de uma ação direta cujo sentido último, como veremos a seguir, não poderia ser dado senão por uma definição ampla e inclusiva das mais diversas causas de revolta.

Objetivos (ou sobre tática e revolução)

Em nosso roteiro de entrevista, buscamos captar quais eram os objetivos perseguidos por nossos entrevistados enquanto participantes de black blocs.

Após ter verificado, segundo as vivências das pessoas com quem conversamos, a variedade de atores envolvidos na ação direta dos blocos e suas respectivas formas de mobilização, encontramos-nos diante de ao menos duas possíveis deduções quanto aos objetivos que perseguiam lançando mão da “tática”.

A primeira delas é a seguinte: sua principal serventia é a de dar condições de resistência aos manifestantes contra as forças policiais, bem como para ataques simbólicos ao estado e o capitalismo, promovendo a “propaganda pela ação”. Esta é, como vimos, a concepção “tradicional” sobre black blocs – uma tática de autopreservação e de crítica ao sistema político-econômico, através de um método, em si, promotor do anarquismo (cf. Dupuis-Déri, 2014a; Van Deusen & Massot, 2010).

Eis a segunda dessas deduções possíveis, que emergiria dos relatos das entrevistadas: os objetivos das pessoas participantes de black blocs são tão diversos quanto são as subjetividades e os grupos de afinidade que compõem os blocos. Nesse sentido, black blocs seriam o agente que possibilitaria a supressão da identidade dos militantes, substituindo-a por essa identidade “oca”, baseada no anonimato, que permite a emergência não de narrativas políticas, mas de ações cujo sentido não pode ser encontrado senão nos atos em si.

O Entrevistado 1 sugere que os black blocs foram às ruas com o intuito de servir como “tropa de choque” dos manifestantes, protegendo-os contra a violência estatal:

- Tropa de choque?

É, tipo, para autodefesa. No segundo dia isso ficou bem mais claro. A galera foi lá quase que só com esse intuito, de se proteger, ajudar quem estivesse precisando... o rolé é sempre o da autodefesa. [Entrevistado 1].

Sua definição de black bloc não poderia ser mais sucinta: “Sei lá, é uma galera anarquista que se reúne para enfrentar a polícia e marcar um simbolismo de destruição do capital” [Entrevistado 1].

Francis Dupuis-Déri resume em poucas palavras essa concepção, acredito bem disseminada, sobre os blocos: “o black bloc não é um tratado de filosofia política, muito menos uma estratégia. É uma tática. [...] Uma tática não envolve uma revolução global” (2014a:11). No entanto, se o black bloc não é mais que uma tática, qual papel cumpririam suas ações, do ponto de vista de um anarquista?

- Sei... cara, sobre o bloco... você acha que o bloco tem a ver com uma ideia revolucionária, de resistência, que suscita mudanças...

Não, o bloco nunca é revolucionário. Ninguém pensa que está ali fazendo revolução. É isso que eu estava dizendo, o bloco é sempre voltado para a autodefesa, sempre para a resistência. Mas ele faz, sim, essa marcação simbólica da revolução: o ataque a símbolos da repressão, do capital... essas coisas são noticiadas, e pauta um novo debate pra galera mais geral que não *fraga* nada do assunto. A mídia noticia a quebradeira, e isso aí serve mais ou menos como propaganda...

Uma visão, portanto, que parece confirmar a ideia de black bloc que se aproxima em muitos aspectos daquela definida pelos autores que revisamos, como Dupuis-Déri (2014a) e Gordon (2008)¹¹⁵.

A Entrevistada 5 partilha dessa mesma visão. Ela defende a ação direta como uma manifestação não só legítima, como também interessante para a causa anarquista em função de seu aspecto espetacular, de sua potência de fazer “propaganda pela ação”.

Não, eu gosto muito [do black bloc], sabe? Eu acho totalmente válido. [...] Mas o que você perguntou mesmo, se contribuiu? Ah tá, acho que foi legal, acho que despertou um debate e tal. [...] Tipo, estou te provando na prática [que o estado é violento e desse ser destruído], sabe? Então acho que funciona mais ou menos assim, sabe, a gente fala, né, de várias coisas do estado, da PM e tal, mas parece que várias pessoas acham que não, que não é bem assim. Claro, porque elas não são periféricas, não são negras, não estão vivenciando isso. E aí na hora que você coloca o pessoal militante, estudante, né, o pessoal classe média lá, de repente apanha um pouco, né, de repente o pessoal começa a rever suas posições. Isso acho interessante, acho bem válido, para a gente ter um pouquinho assim, né, desse, como é que é? Dessa atuação, dessa repressão... [Entrevistada 5].

Outros de nossos entrevistados, parece-me, também buscaram defender o aspecto “tático”, propagandístico e autodefensivo dos blocos. Mas a ambiguidade, no que diz respeito aos objetivos estabelecidos, vem à tona assim que é necessário conferir um sentido aos atos de “violência política”, isto é, de depredação de prédios e objetos.

“

É, para mim pelo menos, eu vejo assim, o black bloc é tática de autopreservação. A gente sabe como que a polícia é, e aí? Você via tomar porrada e ficar só olhando? [...]

- E qual que é o lance da roupa preta?

Ah mano, isso aí é para criar uma identidade comum né cara, quem está ali não vai à toa. Você sabe quem está ali e para fazer o que, qual a intenção que está ali por trás. E, além disso, é por preservação também, tem

¹¹⁵ Minha conversa com o Entrevistado 4 revelou que ele havia estudado um material extenso a respeito de black blocs. Ao apresentá-lo à pesquisa, uma de suas primeiras reações foi perguntar-me se eu conhecia o livro *Black Blocs*, de Dupuis-Déri (2014a) e, em seguida, elogiou-o.

que tampar a cara porque senão depois você tá ligado que o sistema vai atrás de você, igual foi atrás de muita gente que deu mole. [Entrevistado 2].

Mas emerge, para além da autodefesa, uma função estratégica do bloco.

Se ele [sistema político] não for demolido, é impossível muda-lo. Você chega ali e o poder do capital não vai deixar ele mudar. Porque ele é constituído em cima do capital. Então é impossível você chegar lá e tentar mudar. Ou você vai ser expurgado dali ou você vai se corromper. [...] o que eles [black blocs] fazem é revolucionário, mas falta um objetivo maior, maior organização, maior politização. [Entrevistado 2].

Para a Entrevistada 6, a formação de black blocs não só cumpre um papel importante para a luta revolucionária como se faz, com efeito, necessário a depender da ocasião. Com isso, os blocos não aparecem simplesmente como uma tática de autopreservação, mas como parte de uma estratégia mais ampla.

- E, por que dele [black bloc], na manifestação? Assim, por que não ir só com uma bandeira preta e vermelha?

É, acho que é o pessoal que está na pilha de um confronto direto, mesmo. Né? É ação direta, no sentido de ser violenta, e acho que muitas vezes é necessário, muitas vezes é isso que faz com que o outro lado recue, né?

- Estrategicamente, você pensa?

É. Com certeza. [...] Eu acho, mas tem aquela coisa, eu não daria minha cara a tapa, porque a minha forma de militância é estratégia de estar organizando a base, assim, ao lado da base, fazendo com que essas pessoas fiquem fortes, no sentido intelectual mesmo, para que elas possam se posicionar, de saber de seus direitos. E muitas vezes quando tem um ato de violência assim, atropela essas coisas, e acaba que uma galera vai presa, e volta para a estaca zero, ou pior. Mas eu acho necessário em alguns momentos. No momento da Copa foi super necessário e ótimo: olha a repercussão que deu. [Entrevistada 6].

Mais um exemplo do aspecto revolucionário de black blocs pode ser visto pelo relato do Entrevistado 3:

Black bloc, velho? Me envolvi no meio ali, mas nunca refleti sobre não. Achei bonito porque estava quebrando ali o cérebro do sistema, tá ligado? A coisa que eu sou totalmente contra, também. Mas eu vi eles com uma participação na manifestação mais interessante. Porque eu penso assim: se a favela descer vai ser o black bloc descendo, eu imagino isso, entendeu? O cara tem que descer dessa forma. Dessa forma mesmo. É guerra civil mesmo. Sobre o black bloc, eu não refleti muito sobre ele não, entendeu? [...]

Eu não vejo ele [black bloc] num cenário político, entendeu? Black bloc lá, no cenário político. Eu vejo mais como um querer fazer revolução, querer mudar mesmo, entendeu? Eu vejo ele assim. [Entrevistado 3].

Violência

Um tema tratado amplamente na mídia, em certa bibliografia e que emergiu das entrevistas, foi o da violência.

Basicamente, a questão da violência de black blocs é analisada através de três lentes diferentes.

A primeira é a da mídia, tomada de forma geral. Segundo esta visão, os black blocs promovem uma espécie de batalha campal nas ruas, engendrando o caos e prejuízos de todo tipo ao estado, à iniciativa privada, aos movimentos sociais e às pessoas nas manifestações. Aqui, a violência só pode ser tratada como um desvio comportamental patológico dos integrantes dos blocos.

A segunda lente é aquela dos próprios participantes. Há um grande número de entrevistas com essas pessoas e, em geral, elas apontam para a negação, por parte de black blocs, do caráter violento de suas ações por meio de justificativas morais e ideológicas (D'Angelo, 2014:22). A partir desta perspectiva, black blocs não seriam violentos porque eles não causam dor ou dano material a outros seres vivos, limitando-se a defender-se da violência arbitrária de seus opositores. De resto, black blocs adotariam repertórios de ação mais voltados para o confronto (o que inclui, por exemplo, a eventual libertação de detidos em protestos) e operariam atos “puramente simbólicos” (Graeber, 2009:407-408).

Nossos entrevistados tendem a admitir a natureza violenta das ações de black blocs, muito embora os blocos se dediquem a outras atividades para além do confronto com a polícia e ao “ataque simbólico” ao estado e ao capitalismo¹¹⁷.

Então era aquilo, a gente começou a divergir muito o movimento. O pessoal da classe média meio que entregando o pessoal que ia para cima, “não à violência”, sendo que a polícia ia ser violenta! Era só você se aproximar um centímetro deles, como foi, quando tentamos nos aproximar eles meteram a porrada em todo mundo. Então aquilo ali, eu fiquei muito puto com o pessoal, porque se você não se autoprotege a polícia ia arregaçar, bater em todo mundo. Então eu entendi que, você vê que o protesto tinha uma linha que... vamos mudar o que desse jeito, com flores? Jogando flor e tirando foto com a coronel? A polícia, a mídia, o governo, falam de

¹¹⁷ No Apêndice 1 há um relato meu, enquanto militante, da primeira marcha em Belo Horizonte para o Mineirão em ocasião dos protestos de junho de 2013. Há algumas observações sobre a atuação do black bloc naquele dia, que em grande medida limitou-se aos cuidados com a massa de manifestantes após o início da repressão policial.

manifestação violenta em relação ao black bloc, mas violento é o Estado, mano! É só alguém se levantar um pouquinho que o Estado mostra as garras, acaba com tudo. Então, eu não sou violento, quem é violenta é a polícia. Eu estou me defendendo. [...] A mídia fica com esse discurso de que isso é manifestação violenta, mas eu acompanhei os protestos de 2011, nos Estados Unidos, com o *Occupy Wall Street*, na Grécia, na Espanha. Lá você viu como que é né? A galera parte para cima mesmo, com coquetel molotov, quebram tudo, o pau quebra mesmo. Aquilo é manifestação. Aqui fica com esse negócio de “sem violência”, “sem vandalismo”, e isso não vai dar em nada, não tem como mudar as coisas dando flor para a polícia, isso é histórico! [Entrevistado 2].

O Entrevistado 3 diz claramente que o confronto com a polícia, em sua opinião, não se dava a partir da ideia de defender a si mesmo, mas para vingar-se da agressão injusta a que estava sendo submetido ao longo dos protestos.

“Pô, aquele pessoal ali tá levando uma coça, pessoal ali tá levando bomba...”. Apesar de não estar lá na frente eu estava levando também, acho que essa repressão da polícia que levou ainda mais gente para a frente, para se misturar com eles, acho que foi muito mais uma revolta de “leve uma bomba aqui, e agora vou lá bater na polícia”, acho que muita gente tinha essa ideia. [Entrevistado 3].

Além disso, vimos, na subseção anterior, que a Entrevistada 6 classificou as ações dos blocos como violentas e que, por isso mesmo, podem vir a servir de entrave para a luta social em que acredita. Não obstante, enquanto “anarquista social” e leitora de Malatesta, nossa última entrevistada não poderia deixar de reconhecer a importância da violência ocasional para fazer com que opositores recuem e as fronteiras das liberdades conquistadas sejam estendidas¹¹⁸.

Mesmo o Entrevistado 1, que definiu sem titubear os black blocs como uma tática de autodefesa, que leva a cabo uma “marcação simbólica da revolução”, não fez questão de questionar o aspecto violento da ação direta:

- *Eh... você estava falando que o bloco vai às manifestações já com a disposição para o enfrentamento, mas acabou de dizer que se o cara estiver muito doidão, partindo pra cima da PM, que ele não fica lá...*

É, mas o negócio é que o bloco nunca ataca a PM primeiro. O bloco espera, e na hora que a PM começa a reprimir, a gente revida.

- *Por que é assim?*

¹¹⁸ Para Malatesta, é preciso que as classes dominadas e trabalhadoras arranquem das classes dominantes sua liberdade. Isso pode ser feito pela efetivação de várias formas de ação direta. Dentre elas, a insurreição: “o único limite à opressão governamental é a força que o povo se mostra capaz de opor-lhe. Pode haver conflito, aberto ou latente, mas sempre há conflito. Isso se dá porque o governo não para diante do descontentamento e da resistência populares senão quando sente o perigo de uma insurreição” (Malatesta, 2007:77).

Não sei, é o costume. Ninguém ataca a PM, fica só esperando eles começarem a fazer merda pra gente partir pro enfrentamento. [Entrevistado 1].

Diante disso, é interessante observar o que nos relatou a Entrevistada 5 – black blocs enquanto forma de desvelar formas onipresentes, mas naturalizadas, de violência a que somos submetidos.

É engraçado como que essas experiências maiores e tal têm muito a ver com nosso cotidiano. Eu tinha um problema que era que minha mãe me batia, quando eu era criança. Aí cheguei para meu irmão: ‘ai, minha mãe me batia’ não sei o que lá. E: ‘calma, não era assim, sabe, ela não batia assim, sabe? Ela não batia assim, só se ela batia em você, porque eu mim eu lembro de ter levado uma palmada ou outra’. Aí eu fiquei, ‘nossa, às vezes isso refletiu menos para ele do que para mim’. Até que um dia, assim, eu já adulta, nem a tanto tempo atrás, eu tive uma discussão com minha mãe, e ela: ‘é? Você fala assim comigo que eu te enfiou a mão na cara!’. Aí, como meu irmão estava junto, porque a gente já não mora junto, eu falei. E o que ela fez? Enfiou a mão na minha cara. Aí falei com meu irmão: ‘tá vendo que ela é uma pessoa descompensada e violenta?’. Tipo, estou te provando na prática, sabe? [Entrevistada 5].

Trata-se da mesma análise proposta por Valerio D’Angelo. Para o autor, a “violência subjetiva, mas visível” de black blocs estaria opondo-se diretamente à “violência objetiva, mas invisível” do atual estado de coisas, já naturalizado¹²⁰. Dessa forma, os atos de black blocs revelariam a guerra constante que supõe a ordem “democrática” em que vivemos: pela violência, “dispensa-se aquele significado corrente, que se pretende o único provedor de sentido” (D’Angelo, 2014:29).

Isso, quanto à violência de black bloc, tomados como um todo.

Mas há outros tipos de violência percebidos nas entrevistas, intrínsecos aos blocos e às relações entre participantes.

Relações de gênero e conflitos internos

Um dos relatos mais interessantes sobre a *Direct Action Network*, providos por David Graeber, refere-se à sua experiência acidental junto a um black bloc.

Diz Graeber que participava como antropólogo de um protesto contra a convenção do Partido Republicano estadunidense, em 2000. Encontrava-se próximo à barricada policial e a um black bloc quando rebentou um tumulto entre militantes e

¹²⁰ Uma discussão similar, embora não restrita a black blocs, é levada a cabo em Zizek (2014). Os termos “violência subjetiva e invisível” e “violência objetiva e invisível”, tomo de empréstimo deste autor.

policiais infiltrados. Antes que pudesse dar-se conta do que acontecia à sua volta, bombas de gás lacrimogêneo estouraram, pessoas resistiam à detenção e os blocos entraram em ação.

Tendo libertado algumas pessoas detidas, quebrado algumas vidraças e pichado alguma coisa, os black blocs puseram-se em retirada – junto a eles e, parece, por falta de opção, seguia Graeber. Acabaram por conseguir escapar dos policiais.

[...] para aqueles que já tomaram parte em tais ações, a coisa realmente crítica é o sentimento de autonomia criado pela ênfase na solidariedade e na defesa mútua. Quando você se junta a um black bloc, você se torna indistinguível de todos os outros participantes. Você, com efeito, está dizendo “qualquer ato realizado por um de nós poderia ter sido realizado por mim”. Ao mesmo tempo, você sabe que cada um dos outros participantes mantém um olho em você, dando cobertura, enquanto todos evitam a detenção [...]. É precisamente por isso que, para muitos, a tática do black bloc parece tão libertadora: é uma maneira de criar um momento de fuga em que a autonomia é real e imediata, criar um espaço de território livre, nos quais as leis e o poder arbitrário do estado não mais se aplicam, no qual nós mesmos estabelecemos nossos limites (Graeber, 2009:407).

Francis Dupuis-Déri, entre outros, talvez, fizesse algumas ressalvas quanto à avaliação de Graeber. Dupuis-Déri elenca uma série de críticas à ação direta de black blocs, todas relacionadas ao machismo:

Muitos críticos aos black blocs argumentaram que esse tipo de ação brutal tem um quê de atmosfera de masculinidade que não estimula as mulheres a participar. Outros sugerem que expressões de raiva por meio da destruição simplesmente confirmam e ampliam a masculinidade agressiva. Dirigindo-se a mulheres e homens em redes militantes, algumas feministas denunciaram a monopolização que os homens fizeram dos black blocs e estimularam as mulheres a participar. Por exemplo, para articular seu desejo de inclusão e diversidade nesse tipo de ação coletiva, Tute Nere, um grupo de feministas revolucionárias italianas, criou o lema “Black Bloc – não só para o seu namorado! (2014a:147).

Nossas duas entrevistadas relataram problemas com machismo de militantes que influenciaram sua atuação como black blocs. Esses problemas, em certo sentido, têm algo que ver com a atmosfera de brutalidade masculina engendrada pelos blocos, mas estão ligados sobretudo aos processos de mobilização e auto-organização entre os próprios participantes.

Ao contrário do que afirmou Graeber sobre sua experiência quanto à proteção mútua entre black blocs, a Entrevistada 5 apontou que a solidariedade entre militantes do bloco de que participou era algo “seletiva”. De modo geral, a entrevistada percebeu

uma maior solidariedade entre os homens. Mulheres e pessoas que não haviam estabelecido laços mais fortes de amizade com outros participantes foram relegadas a posições mais vulneráveis na ação direta. Além disso, às mulheres cabia a tarefa de certificar que todos estavam bem ou presentes, o que não necessariamente era combinado a priori.

Não, assim, percebi umas coisas do tipo né? Tem um que saía... preocupações com um ou outro membro, em detrimento de outros, né? E aí, nisso, os caras são bem mais parceiros, de forma geral. E não que não ajudassem as meninas, mas, assim, eram dois amiguinhos, então iam ver se estava tudo bem e correm né? E aí fica um pessoal não muito entrosado, ou mais novo, ou mulher mesmo, para dar uma olhada na geral, sabe? [Entrevistada 5].

A relação entre homens e mulheres durante a ação direta, entretanto, talvez não tenha representado o maior motivo para a indignação de nossa entrevistada. Desigualdades nas relações de gênero não deixaram de ser reproduzidas no ambiente libertário e organizado do grupo de afinidade com quem formou um black bloc.

É, várias coisas nesse sentido, desde os cala a boca em reunião, dos “essa não é a hora, fica quieta”, sabe? Assim, tem sempre as figuras mais estrelinhas, que sempre falam do negócio, que sempre falam mais, e que às vezes fala a mesma coisa que outra pessoa já tinha falado, mas aí a fala delas é mais validada, enquanto a da pessoa que falou antes, não. Sabe? Então isso é chato, tipo, aí eu fiquei pensando, me perguntando “o que eu estou fazendo nessa militância, com esse pessoal? Vou construir com outras pessoas”. E não é assim “ai, vocês não são bons, eu sou boa, vou sair com outras pessoas”, não é isso, mas você quer uma coisa mais sincera, mais verdadeira, e não teve tanto isso, assim. Isso é ilusão, sabe? Além disso que teve, que foi, sabe, “tudo é coração, estamos fazendo um novo mundo juntos”, não teve, sabe? Sobrou para um e para outro. Por exemplo, eu fui uma pessoa que em alguns momentos me preocupei com comida para todo mundo, sabe, porque os meninos parecem que saem de casa e não sabem que têm que comer antes. [Entrevistada 5].

A Entrevistada 6, por sua vez, indicou que, de fato, afastou-se do coletivo de que fizera parte porque as relações entre homens e mulheres não eram amistosas. Alguns homens que tomaram parte em black blocs em Belo Horizonte também eram membros desse mesmo coletivo.

Depois eu entrei para outro coletivo, mas eu já tinha passado no vestibular. Entrei, tive problemas de machismo dentro do coletivo. Fiquei afastada por um ano e meio. E comecei... aí fiquei sem conversar com todo mundo que era do coletivo. Eu fui me reaproximar na época de 2013, nas Jornadas de Junho. Que eu estava sozinha, sem nenhuma organização, e eu me senti insegura, assim, mas fiquei sabendo que tinha uma galera se organizando, e coleí com eles. [Entrevistada 6].

O ponto interessante é que esses problemas foram relatados por militantes que participaram, de uma forma ou de outra, dos processos de mobilização para black blocs que supunham reuniões preparatórias. Como já apontamos, essas reuniões padeciam da “tirania das organizações sem estrutura” (Freeman, 1970), cujo efeito é a reprodução de privilégios e relações opressivas diversas em espaços onde os parâmetros para a interação igualitária não são predefinidos. David Graeber (2009) já notara problemas relacionados à “opressão internalizada” entre coletivos anarquistas, mas aponta que uma série de precauções eram tomadas pelos ativistas para que as relações entre si fossem estabelecidas de forma igualitária. Com isso, black blocs não reproduziram relações opressoras naturalizadas. Este não é o caso do grupo de afinidade de que tratamos.

Eu não sei dizer se nos EUA, nos lugares que já tiveram, às vezes lá também era uma merda, sabe? Todo mundo “nossa, fulano é uma estrelinha, fulano”... é a mesma coisa daqui, não sei. Mas o pessoal já tem uma experiência maior com isso, sabe, de organização de coletivo, e tal, essa experiência, e aqui a gente não tem, sabe? [Entrevistada 5].

Essas reuniões e processos organizativos da ação direta também tiveram como consequência a formação de uma espécie de “sub-identidade” dentro dos próprios black blocs, a partir da qual emergiu certos tipos de conflito. Vimos, anteriormente, pelo relato do Entrevistado 4, que nem todos black blocs eram exatamente iguais – alguns eram identificados como *baby*, enquanto outros eram, de fato, *black*¹²¹. Assim, alguns militantes consideravam-se mais autênticos do que outros, fato que, eventualmente, gerou situações no mínimo constrangedoras durante algumas manifestações.

[...] o que aconteceu é que o Barreiro fez um black bloc, não sei se você soube disso?

- *Só o Barreiro, só galera do Barreiro?*

É. Só que tinha um menino que não... tinha assim um leve, sei lá, tinha um leve problema mental, assim, sabe, isso não foi legal. Eu vi o pessoal *tretando* com esse menino. Ele era, poxa, uma pessoa que claramente não estava raciocinando muito bem. Sabe? Ele ia, fingia que estava com walkie-talkie, falava tipo exército faz, uns comandos, umas paradas... Aí sei lá, sabe, essas coisas não foram legais, sabe? Tipo, por que que aconteceu? Era o black bloc do Barreiro, né? Eles... ainda não sei quem é esse pessoal, que juntou, mas era um pessoal assim, bem diferente, tanto de leitura, quanto

¹²¹ A referência “baby”, convenhamos, não é de toda inapropriada em certos casos. O Entrevistado 4 nos contou de uma ocasião em que um black bloc, a ele desconhecido, formara-se em meio ao turbilhão de eventos de protesto em meados de 2013 e uniu-se à uma marcha contra, e em direção, à Rede Globo em Belo Horizonte. Durante a caminhada, os black blocs foram parados pela Polícia Militar e, segundo nosso entrevistado, de bom grado os integrantes do bloco ofereceram suas carteiras de identidade aos policiais, que as fotografaram e deixaram-nos seguir caminho.

de visão. Acho que até assim, de escolaridade formal, sabe? E não teve uma junção com eles, sabe? Era tipo as piadas, “ah, chegaram uma versão cômica do black bloc”. Só que eles viram e não sei o que aconteceu, acharam legal fazer. Só que o black bloc era mais ou menos um grupo fechado, não era qualquer um que chegasse, então ficaram separados, e tal. Entendo, tem questão de segurança e tal, mas não sei sabe? Para mim não era nada para ser assim, mas teve isso. [Entrevistada 5].

Observamos que, em outros lugares, black blocs costumam se reunir alguns dias ou algumas horas antes de determinada manifestação para programar suas ações. É de se imaginar, também, que a organização por grupos de afinidade remanesça com alguns traços identitários próprios das semelhanças entre as pessoas que os compõem (ALF, anarcopunks etc.). De toda forma, black blocs, tomados como um todo, parecem tender a apresentar-se “sem uma identidade fixa, mas tampouco fazem do fator identitário o pivô de sua luta política” (D’Angelo, 2014:26).

É curioso, diante disso, notar que, em Belo Horizonte, foram justamente os agrupamentos que buscaram se preparar e se organizar melhor para ação direta, sendo familiarizados com “a prática e teoria anarquistas”, que tenham colocado em risco não só sua tática, como também a si mesmos, em função de militantes que não puderam abrir mão de elementos constituintes de suas identidades enquanto grupos de afinidade. Não só entraram em conflito interno, sobrecarregando, através de processos informais, determinadas militantes com algumas tarefas, como também apartaram-se de outros black blocs, criando celeumas cuja utilidade para a ação direta não nos é clara.

Conclusões

Neste trabalho, investiguei os processos pelos quais tornou-se possível a insurgência de black blocs em Belo Horizonte segundo a percepção de alguns de seus participantes, bem como o sentido que tal ação direta tomou para essas pessoas.

Primeiro, vimos que pesquisas desenvolvidas em vários lugares do mundo têm apontando para certas generalidades em relação às características de black blocs. Estes tendem a ser vistos como resultados finais da agregação de grupos de afinidade mutuamente solidários que, propulsionados pelo anarquismo, lançam-se às ruas numa crítica militante e simbólica ao estado e ao capitalismo. Mantendo-se no anonimato, os black blocs manifestariam, num evento de protesto, a política sem liderança, horizontal

e autônoma, defendendo a si mesmos de seus opositores e desvelando a violência naturalizada que mantém a ordem social dos dias que correm. Nesse sentido, o black bloc não seria senão uma tática.

Essa concepção de black blocs não parecia corresponder às suas manifestações na capital mineira nos anos de 2013 e 2014.

Procurei demonstrar, então, que as formas tomadas por black blocs não emergem a partir de um vácuo político, mas variam em função do jogo de forças circunscrito a determinado tempo e lugar. Argumentei que os blocos podem ser mais ou menos anarquistas, militantes, organizados ou simbólicos em decorrência, por um lado, de fatores conjunturais e estruturas de oportunidades políticas específicos, e, por outro, dos grupos e subjetividades mobilizados para a ação direta.

Nesse sentido, empreendi esforços para identificar elementos que pudessem localizar os black blocs brasileiros e belo-horizontinos num contexto histórico e social adequado. Vimos que a atuação anarquista no Brasil não só não consiste numa novidade, como fora um dos principais movimentos revolucionários do país. Indiquei que, não obstante a perseguição aos libertários e de sua eventual condição de clandestinidade ao longo de décadas, movimentos sociais e as práticas anarquistas mantiveram relações próximas. O fim da ditadura militar e a progressiva incorporação de alguns movimentos sociais fortes à lógica estatal suscitou o estreitamento dos laços entre libertários e atores sociais que, por uma série de motivos, dispensavam a participação política pelas vias institucionais disponibilizadas. Em Belo Horizonte isso não foi diferente, e os movimentos e lutas sociais na cidade, refletindo um legado de lutas antiautoritárias, influíram no desenrolar dos protestos de junho de 2013, quando emergiram black blocs.

Nos relatos que obtivemos, foi constatado que black blocs mobilizam-se através de outros processos para além daquele referente aos grupos de afinidade. Por um lado, detectamos agrupamentos movidos por uma dinâmica semelhante à de movimentos sociais. Estes agrupamentos distinguem-se de grupos de afinidade não só pelo planejamento mais ou menos minucioso de suas ações, mas também por criarem mecanismos de cooperação e reconhecimento mútuos, visando o estabelecimento de uma identidade e um objetivo comum entre seus integrantes. Averiguamos, ainda, que militantes são levados a participar de black blocs em decorrência de processos de imitação, isto é, em função da comunicação de afetos, emoções e entendimentos em redes sociais em vista de determinado evento de protesto no qual há presença de blocos.

Os processos de mobilização por imitação são potencializados pelo uso de tecnologias de informação e comunicação, das quais prescindem os outros tipos de mobilização.

Em contraste com a visão de que grupos de afinidade formam, com efeito, um único bloco coerente, verificamos que formas distintas de mobilização correspondem a maneiras distintas de comportamento às ruas. Em Belo Horizonte, enquanto grupos de afinidade tenderam a se auto-organizar espontaneamente junto a militantes agregados pela via da imitação, “militantes organizados” tenderam a colocar em prática suas táticas predefinidas. Assim, o resultado final das ações de determinado black bloc não dependeu tanto de uma concepção compartilhada sobre este tipo de ação direta, quanto das relações espontâneas e contingentes estabelecidas entre os vários sujeitos componentes dos blocos em determinado evento de protesto.

Essas relações são atravessadas por subjetividades variadas, de modo que a presença de pessoas negras e de classes mais baixas vai de encontro à tese de que black blocs são fenômenos típicos de classes médias brancas (defendida em Thompson, 2010 por exemplo). Contudo, na contramão dos trabalhos que defendem black blocs como formas de associação nas quais são subsumidas diferenças entre participantes, os blocos belo-horizontinos não só reproduziram distinções de classe como também desigualdades em relações de gênero.

Os black blocs que se formaram em Belo Horizonte não se restringiram somente a uma “tática mais militante de não-violência”, como advoga, por exemplo, Graeber (2009). O sentido da ação direta não é dado somente pela defesa de si e de outros manifestantes contra investidas policiais, mas também pela contribuição revolucionária dos blocos, seja em função da ideia de “propaganda pela ação”, seja porque a insurreição é vista como um modo de conquistar maiores liberdades frente o governo. De qualquer forma, a ação direta que os blocos empreendem é alvo de intensas disputas no que tange ao seu caráter violento. Por um lado, os blocos não supõem, em nenhuma de suas formas, o ataque a pessoas, pequenos estabelecimentos comerciais e a bens de usufruto coletivo: tal tipo de violência é encarado veementemente como ilegítimo e inaceitável. Por outro lado, há o entendimento de que determinadas transformações sociais não podem ser alavancadas senão pelo uso da força. De que maneira esta força deve ser empregada, em quais momentos, por quais grupos sociais e com qual fim específico são, todavia, questões contraditórias entre militantes, que não deixam de refletir detidamente sobre elas. Com efeito, o uso indiscriminado da força, alheio à organização popular cotidiana, é encarado como uma irracionalidade.

Diante disso, black blocs se nos apresentam como o efeito final da conjunção de uma série de fatores qualitativamente distintos. Voltarmos nossos olhares somente para uma de suas dimensões constituintes, como, por exemplo, a militância anarquista organizada que o compõe, ou grupos de afinidade voltados para o espontaneísmo, não nos revela senão uma das várias dimensões que modelam as formas que os blocos tomam. Nesse sentido, as ações de determinado bloco não podem ser avaliadas segundo fórmulas preestabelecidas, manuais de instrução ou declarações atomizadas, mas considerando-se o produto final engendrado pelo encaixe entre peças singulares.

Referências Bibliográficas

ADDOR, D. “Anarquismos: movimentos sociais, organizações e trajetórias de vida”. In: ADDOR, D. & DEMICINIS, R. **História do Anarquismo no Brasil**: volume 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

ALONSO, A. “As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate”. *Lua Nova*, 76: 49-86, 2009.

ANTUNES, R. & BRAGA, R. “Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013”. *R. Pol. Públ.*, São Luís, Número Especial, p. 41-47, 2014.

AVERY-NATALE, E. “‘We’re Here, We’re Queer, We’re Anarchists’: The Nature of Identification and Subjectivity Among Black Blocs”. *Anarchist Developments in Cultural Studies*, v. 1, 2010. Disponível em <<http://theanarchistlibrary.org/library/edward-avery-natale-we-re-here-we-re-queer-we-re-anarchists-the-nature-of-identification-and-su>>. Acesso em 01/07/2015.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAKUNIN, M. **O Princípio do Estado e Outros Ensaios**. São Paulo: Hedra, 2014.

BAKUNIN, M. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Hedra, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BECK, U.; GIDDENS, A & LASH, S. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BENNETT, W. & SEGERBERG, A. “The logic of connective action”. *Information, Communication & Society*, 15:5, p. 739-768, 2012.

BEY, H. **TAZ**: Zona Autônoma Temporária. São Paulo: Conrad, 2011.

- BRITO, J. “O Sertão das Religiões: o caso de Canudos”. *Paralellus*, ano 2, n. 4, 2011.
- BOOKCHIN, M. **Anarquismo**: crítica e autocrítica. São Paulo: Hedra, 2011.
- CARRASCO, V. “Da emoção à cultura de protesto: reflexões sobre as manifestações de 2013”. *Temática*, ano XII, n. 1, 2016.
- CARREIRO, R. “Black Bloc em ação: reforço de identidade e outras dinâmicas de ativismo no Facebook”. *Liinc em Revista*, v.10, n.1, p.241-257, 2014.
- CASTELLS, M. **Communication Power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- CASTELLS, M. **Networks of Outrage and Hope**: social movements in the Internet age. Cambridge: Polity Press, 2012.
- CHOMSKY, N. **Notas sobre o anarquismo**. São Paulo: Hedra, 2011.
- CLARKSON, A. “Urban Tribes: Subcultures and Political Conflict in West Berlin, 1945–1991”. *Social Justice*, Vol. 38, No. 4, 2011.
- COCCO, G. “Introdução”. In: LAZZARATO, M. & NEGRI, A. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CORRÊA, F. Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 2012.
- CORRÊA, F. **Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo (1968-2012)**. Rio de Janeiro: Faísca, 2013.
- CÔRTEZ, A. “Raízes do Anarquismo no Brasil”. In: DEMICINIS, R. & FILHO, R. (orgs.). **A História do Anarquismo no Brasil**: volume 1. Rio de Janeiro: EdUFF e Mauad, 2006.

CUNINGHAME, P. *Autonomia: a movement of refusal: social movements and social conflict in Italy in the 1970's*. Tese de Doutorado. Middlesex University. 2002.

CRABTREE, B. & MILLER, W. **Doing qualitative research**. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1999.

CRIMETHINC. **Recipes for Disaster**: an anarchist cookbook. Olympia: Worker's Collective/Hignell Book Printing, 2004.

CYPRIANO, C. **Nas Travessias da Interface**: as novas formas da vida social em rede. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. 2013.

DAGNINO, E. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, E. (org.) **Anos 90** - Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

D'ANGELO, V. “Violencia contra violencia: un análisis de la táctica ‘Black Bloc’”. *Revista Española de Ciencia Política*, n. 36, 13-33, 2014.

DELLA PORTA, D. & DIANI, M. **Social Movements**: an introduction. Malden: Blackwell, 2006.

DELEUZE, G. “Controle e devir”. In: DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DOIMO, A. **A Vez e a Voz do Popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DUARTE, R. “‘Uma outra consciência de classe’: a alternativa política e ideológica da sociedade operária italiana de beneficência e mútuo socorro em belo horizonte”. *Revista História em Curso*, n. 1, v. 1, 2009.

DULLES, J. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUPUIS-DÉRI, F. “Black Blocs Ten Years After Seattle”. *Journal for the Study of Radicalism*, v. 4, n. 2, 45-82, 2010.

DUPUIS-DÉRI, F. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014a.

DUPUIS-DÉRI, F. **Who Is Afraid of The Black Blocs?: Anarchy in Action Around The World**. Oakland: PM Press, 2014b.

DIANI, M. “Networks and Social Movements: A Research Programme”. *In*: DIANI, M. & McADAM, D. (eds.). **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ELLUL, Jacques. **Anarquia e Cristianismo**. São Paulo: Garimpo, 2010.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO. **Anarquismo Social e Organização**. São Paulo: Faísca, 2009.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R. & AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FREEMAN, J. “The Tyranny of Structurelessness”, 1970. Disponível em <<http://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm>>. Acesso em 16/02/2016.

GAUTNEY, H. “Between Anarchism and Autonomist Marxism”. *WorkingUSA: The Journal of Labor and Society*, Volume 12, 467–48, 2009.

GOLDMAN, E. **O Indivíduo, a Sociedade e o Estado e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2011.

GERALDO, E. “Práticas libertárias do centro de cultura social anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951), *Cadernos AEL*, v. 8/9, 1998.

GERONIMO. **Fire and Flames: A History of the German Autonomist Movement**. PM Press: Oakland, 2012.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOHN, M. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000.

GOHN, M. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2015.

GOHN, M. “A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina”. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 79-103, 2014.

GORDON, U. **Anarchy Alive!: Antiauthoritarian Politics from Practice to Theory**. London: Pluto Press, 2008.

GRAEBER, D. **Direct Action: an ethnography**. Oakland: AK Press, 2009.

GRABER, D. **Fragments of an Anarchist Anthropology**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004.

GREEN MOUNTAIN ANARCHIST COLLECTIVE. “A Communiqué on Tactics and Organization to the Black Bloc from within the Black Bloc”. *In: VAN DEUSEN, D. & MASSOT, X. The Black Bloc Papers*. Shawnee Mission: Breaking Glass Press, 2010.

HARAWAY, D. “Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In: TADEU, T. (org.). Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HAUNSS, S. & LEACH, D. “Social movement scenes: infrastructures of opposition in civil society”. In: PURDUE, D. (ed.). **Civil Societies and Social Movements: Potentials and Problems**. Nova York: Routledge, 2007.

HELLMANN, M. “Democratização e movimentos sociais no Brasil”. In: HELLMANN, M. (org.). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil: “sem a gente não tem jeito”**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

HOLM, A. & KUHN, A. “Squatting and Urban Renewal: The Interaction of Squatter Movements and Strategies of Urban Restructuring in Berlin”. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35.3, 644-658, 2010.

HOSEK, J. “‘Subaltern Nationalism’ and the West Berlin Antiauthoritarians”. *German Politics & Society*, v. 26, n. 1(86), 57-81, 2008.

IBÁÑEZ, T. **Anarquismo é Movimento: anarquismo, neoanarquismo e pós-anarquismo**. São Paulo: Intermezzo e Imaginário, 2015.

ILLADES, C. “El retorno del anarquismo: violencia y protesta pública em México actual”. *Sociologia Histórica*, n. 4, 411-434, 2014.

LAZEGA, E. HIGGINS, S. **Redes Sociais e Estruturas Relacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

LEAL, V. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

JAYME, J. & TREVISAN, E. “Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte”. *Civitas*, v. 12, n.2, 2012.

JURIS, J. “Violence Performed and Imagined: Militant Action, the Black Bloc and the Mass Media in Genoa”. *Critique of Anthropology*, v. 25(4), 412-432, 2005.

KATSIAFICAS, G. **The Subversion of Politics**: European Autonomous Movements and the Decolonization of Everyday Life. Edinburgo: AK Press, 2006.

KAUFMAN, D. “A força dos ‘laços fracos’ de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço”. *Galáxia* (São Paulo, Online) n. 23, p. 207-218, 2012.

KELLNER, D. “May 1968 in France: Dynamics and Consequences”. In: FEENBERG, A.; FRIEDMAN, J. **When Poetry Ruled The Streets**: The French May Events of 1968. Nova York: State University of New York Press, 2001.

KROPOTKIN, P. **A Anarquia**: sua filosofia, seu ideal. São Paulo: Imaginário, 2003.

KROPOTKIN, P. **Palavras de um Revoltado**. São Paulo: Ícone/Imaginário, 2005.

KROPOTKIN, P. **O Princípio Anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra: 2012.

KUHN, G. “Translator Note and Glossary”. In: GERONIMO. **Fire and Flames**: A History of the German Autonomist Movement. PM Press: Oakland, 2012.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social**: An Introduction to Actor-Network Theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEACH, D. “An Elusive ‘We’: Antidogmatism, Democratic Practice, and the Contradictory Identity of the German Autonomen”. *American Behavioral Scientist* Volume 52, n. 7, 1042-1068, 2009.

LOPES, J. **Desenvolvimento e Mudança Social**: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Eldenstein de Pesquisas Sociais, 2008.

LOPES, M. “A Universidade Popular: experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro”. In: DEMICINIS, R. & FILHO, R. (orgs.). **A História do Anarquismo no Brasil**: volume 1. Rio de Janeiro: EdUFF e Mauad, 2006.

LUDD, N. (org.). **Urgência das Ruas**: black block, Reclaim The Streets e os dias de ação global. São Paulo: Conrad, 2002.

MALATESTA, E. **Escritos Revolucionários**. São Paulo: Hedra, 2007.

MALATESTA, E. **Anarquistas, Socialistas e Comunistas**. Rio de Janeiro: Intermezzo e Imaginário, 2014.

MARTINS, P. “Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária”. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 5, n. 4, 2007.

MAXIMOFF, G. (ed.). **The Political Philosophy of Bakunin**: Scientific Anarchism. London: The Free Press of Glencoe, 1964.

McADAM, D. TARROW, S. & TILLY, C. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

McELROY, W. **The Debates of Liberty**: An Overview of Individualist Anarchism, 1881-1908. Maryland: Lexington Books, 2003.

MELUCCI, A. **Challenging Codes**: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, R. & ERCAN, S. “Deliberation and Protest: Strange Bedfellows? Revealing the Deliberative Potential of 2013 Protests in Turkey and in Brazil”. *APSA 2014 Annual Meeting Paper*, 2014. Disponível em < <http://ssrn.com/abstract=2455095> >. Acesso em 01/05/2015.

MENTINIS, M. **Zapatistas**: The Chiapas Revolt and What It Means for Radical Politics. London: Pluto Press, 2006.

MIOTTO, A. & FERREIRA, I. A versão da esquerda da Teoria Instrumentalista na publicação do Portal Uol. Trabalho apresentado no XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

MIRANDA, I. & MERLADET, F. Unfair players: o que a copa do mundo tem a ver com as manifestações de junho?. Trabalho apresentado no VIII Congresso Português de Sociologia, Universidade de Évora, 2014.

MIRANDA, G.; FILGUEIRAS, C. & CÓSER, S. “Movimento de Mulheres”. In: POMPERMAYER, M. (org.). **Movimentos Sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

NETTLAU, M. “Introdução”. In: MALATESTA, E. **Escritos Revolucionários**. São Paulo: Hedra, 2007.

NEWMAN, S. **From Bakunin to Lacan: Anti-Authoritarianism and the Dislocation of Power**. Plymouth: Lexington Books, 2007.

OLIVEIRA, I. Uma “Praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica ativista”: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

OLIVEIRA, J. Vozes Libertárias em Tempos Sombrios – Imprensa anarquista no período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Trabalho apresentado no 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – Mídia e Memórias do Autoritarismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

OLIVER, P.; MYERS, D. “Networks, Diffusion, and Cycles of Collective Action”. In: DIANI, M.; McADAM, D. (eds.). **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

PASSETTI, E. “Jornadas de Junho: o insuportável”. *Ecopolítica*, n. 6, 2013. Disponível em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/issue/view/1110/showToc> >. Acesso em 15/06/2015.

PEREIRA, A. Somos expressão, não subversão!: a gurizada *punk* em Porto Alegre. Dissertação de mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. Trabalho apresentado no IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, M. A. “Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, n.1 ,2012.

PERICÁS, L. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

POMPERMAYER, M. (org.). **Movimentos Sociais em Minas Gerais**: emergência e perspectivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

RAHMANI, S. “Macht Kaputt Was Euch Kaputt Macht: On the history and the meaning of the Black Block”. *Politics and Culture*, issue 4, 2009. Disponível em <<http://politicsandculture.org/2009/11/09/macht-kaputt-was-euch-kaputt-macht-on-the-history-and-the-meaning-of-the-black-block/>>. Acesso em 01/07/2015.

REIS, E. “Elites Agrárias, *State-Building* e Autoritarismo”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1982.

REIS, J. “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”. *Revista USP*, n. 28, 1996.

RESENDE, P.; ROSA, P. & CAMPOS, G. Black blocs and the new politics of resistance. Trabalho apresentado no IV Congresso Internacional em Comunicação e Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2014.

RICCI, R. **Lulismo**: Da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira e Contraponto, 2010.

RICCI, R. & ARLEY, P. **Nas Ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

RYOKI, A. & ORTELLADO, P. **Estamos Vencendo!**: resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004.

SAMIS, A. “Desvio e Ordem”: o anarquismo e a polícia na República Velha”. In: DEMINICIS, R. & FILHO, D. (orgs.). **História do Anarquismo no Brasil**: volume 1. Rio de Janeiro: EdUFF e Mauad, 2006.

SAMIS, A. “Sindicalismo e Anarquismo no Brasil”. *Instituto de Teoria e História Anarquista – ITHA*, 2013. Disponível em < <https://ithanarquista.wordpress.com/> >. Acesso em 13/11/2015.

SANTOS, K. “Ação e militância Anarquista nas Manifestações Operárias de 1917”. *Instituto de Teoria e História Anarquista – ITHA*, 2013. Disponível em < <https://ithanarquista.wordpress.com/> >. Acesso em 13/11/2015.

SAWYER, K. **Social Emergence**: Societies as Complex Systems. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SECCO, L. ‘As Jornadas de Junho’. In: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

SINGER, A. “Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas”. *Novos Estudos*, n. 97, Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções, p. 23-40, 2013.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOLANO, E. et al. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática black bloc. São Paulo: Geração, 2014.

STEEN, B; KATZEFF, A. & HOOGENHUIJZE, L. **The City Is Ours**: Squatting and Autonomous Movements in Europe from the 1970s to the Present. Oakland: PM Press, 2014.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Publit Soluções, 2007.

TARROW, S. **O Poder em Movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, AK. **Black Bloc, White Riot**: Anti-Globalization and the Genealogy of Dissent. Oakland: AK Press, 2010.

TOLSTÓI, L. **Os Últimos Dias**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.

VAINER, C. ‘Quando a cidade vai às ruas’. *In*: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

VAN DEUSEN, D. & MASSOT, X. **The Black Bloc Papers**. Shawnee Mission: Breaking Glass, 2010.

VARGAS, E. “A microsociologia de Gabriel Tarde”. *RBCS*, v.10 n.27,1995.

VIANA, N. “A aurora do anarquismo”. *In*: DEMINICIS, R. & FILHO, D. (orgs.). **História do Anarquismo no Brasil**: volume 1. Rio de Janeiro: EdUFF e Mauad, 2006.

VINÍCIUS, L. **Antes de Junho**: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A Inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

WEISS, R. **Learning from Strangers**: The Art and Method of Qualitative Interview Studies. New York: The Free Press, 1994.

WILLIAMS, L. “Anarchism Revived”. *New Political Science*, 29:3, 2007.

WRIGHT, S. **Storming Heaven**: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism. London: Pluto Press, 2002.

YOUNG, D. “Autonomia and the Origin of the Black Bloc”. 2001. Disponível em <<http://www.ainfos.ca/01/jun/ainfos00170.html>>. Acesso em 30/06/2015.

ZIZEK, S. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ZÚQUETE, J. “Men in Black: Dynamics, Violence, and Lone Wolf Potential”. *Terrorism and Political Violence*, 26:1, 95-109, 2014.

Apêndice 1 [Um relato do 17J – o primeiro black bloc de 2013]

Um relato do dia 17 de junho de 2013: o cartão de visita do black bloc a BH

Amanhece na capital mineira. Em uma Belo Horizonte tomada pela fumaça e fuligem, que àquela hora se concentram e se fazem visíveis rente aos seus prédios mais altos, formando uma grossa camada que, de longe, vista de algum ponto mais alto, parece separar a cidade do céu, a segunda-feira do dia 17 de junho de 2013 tinha todas as características de um dia comum do inverno belo-horizontino.

Os automóveis logo começam a se esgueirar, num volume rapidamente crescente, pelas ruas demasiadamente estreitas para tantos motoristas e hostil e agressiva para apressados ciclistas e pedestres. Pessoas com rostos tristes, sonolentos, apáticos ou mal-humorados se amontoam em carros de transporte público, cobertas por casacos, muito embora a friagem matutina não pudesse resistir para além das nove da manhã. O dia é claro; o sol já se mostra, imponente, e a passagem pela praça Sete de Setembro, no centro da capital, parece-me em tudo violenta: o ar de cheiro desagradável, empestado por poluentes; as pessoas trombando umas nas outras e ignorando um rapaz sujo e maltrapilho que dorme estatelado na calçada imunda; os policiais militares que revistam um homem negro que, de boné verde-limão, camisa polo branca, mochila e tênis também de cores chamativas, apoia-se com as mãos na parede e mantém suas pernas bem abertas; o ronco alto e estridente de motocicletas, grave e alto dos ônibus, cujo pano de fundo é o funcionar de motores de carros populares; o soar mais ou menos constante de buzinas; a estética tomada pelo cinza. Uma segunda-feira que, em tudo, podia ser só mais uma, monótona e sacrificante para a pessoa comum. Mas não foi.

Na segunda-feira do dia 17 de junho de 2013, aceitando convites amplamente compartilhados na plataforma Facebook, punhados de pessoas aos poucos reuniam-se nos arredores da chamada Praça Sete para uma marcha, na qual todas eram convidadas a manifestar sua indignação frente a quaisquer problemas que fossem. Embora cada um dos eventos de protesto compartilhados pela internet tenha tido seus objetivos específicos, eles confluíam em termos de datas e horários – talvez, para que cada uma das causas levantadas pudesse contar com um número relevante de possíveis, mas ao menos aparentes, apoiadores.

A ocasião era marcada e condicionada pela realização da Copa das Confederações da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*), torneio que precede a Copa do Mundo de futebol (que seria disputada em 2014), organizada pela mesma instituição e bancada, majestosamente, pelo governo federal. Muitas trabalhadoras e trabalhadores tiveram seus expedientes encurtados em função da Copa e decretos consideravam feriadões os dias de jogos da seleção brasileira. Naquela segunda-feira, entravam em campo, na capital mineira, os times de Taiti e Nigéria e isso dava as pessoas o tempo e o apoio moral para que participassem da marcha (para alguns, só vagabundos participariam de manifestações em dias úteis, durante o horário de trabalho). Esta, aliás, seguia a esteira de protestos encabeçados pelo Movimento Passe Livre de São Paulo, que, como efeito da brutalidade da polícia acompanhada e divulgada intensamente pela imprensa, tornaram-se massivos. Mas a marcha também tomava forma no embalo de uma manifestação que acontecera no dia 15 do mesmo mês de junho, em Belo Horizonte. Nesta data, o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC) organizara mais uma “copelada”, na Savassi, zona centro-sul de Belo Horizonte¹²². As pessoas que participavam da copelada decidiram, de forma aparentemente espontânea, marchar até à Praça da Estação, no centro da cidade, onde a abertura da Copa das Confederações estava sendo transmitida ao vivo, por meio de um telão. Somou-se a essa marcha uma manifestação contra o Estatuto do Nascituro que havia sido programada para o mesmo dia e um ato contra o aumento das tarifas do transporte público. Segundo a Polícia Militar, o número de manifestantes girava em torno de oito mil quando da chegada à região central.¹²³

O tom da marcha do dia 17, bem como sua preparação, a meu ver, poderia ser ilustrado pela chamada publicitada pelo COPAC, de grande repercussão na plataforma do Facebook. Para o COPAC, o propósito da marcha era “reunir todos os movimentos daqueles que são atingidos pela Copa da FIFA”. Mas não só. O Comitê também contaria com um megafone acessível a todas que desejassem “denunciar os abusos da Prefeitura Municipal e dos Governos Estadual e Federal para a realização da Copa que

¹²² Tratava-se de um jogo de futebol, na rua, congregando parte da população afetada pelas obras decorrentes da realização da Copa do Mundo no Brasil: feirantes do Mineirinho (estrutura anexada ao estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão – utilizada para sediar torneios de vôlei, eventos culturais e feiras de artesanato), barraqueiros do Mineirão (vendedores que tomavam o estacionamento do estádio para vender comida e bebida aos torcedores em dias de jogos), pessoas ameaçadas de despejo de suas casas, moradores de rua e também apoiadores dessas causas, como feministas que se mobilizavam em torno da questão da exploração sexual durante a Copa.

¹²³ Ver UOL Notícias: “Sem confronto, PM mineira ‘abre caminho’ para 8.000 manifestantes em BH”. Disponível em < <http://goo.gl/niRTxw> >. Acesso em 17/04/2015.

do Brasil tem pouco (sic)”.¹²⁴ E, assim, pelas primeiras horas da manhã, os manifestantes eram poucos; não passavam de algumas dezenas mais ou menos concentradas. Ao final da manhã, na minha percepção, já chegavam a milhares. Finalmente, todas aquelas pessoas deixaram os espaços concedidos a transeuntes e alegremente tomaram as faixas – cuja função é a de organizar a afobação dos motoristas para que não se encavalem com seus carros – da avenida Afonso Penna. A Polícia Militar tentava manter algum controle sobre a situação, canalizando o fluxo de automóveis para outras vias, para a frustração daqueles que não conseguiram dirigir até o trecho da avenida em que o trânsito voltava a fluir em seu ritmo habitual.

Todo esse processo, se acompanhado por alguém alheio a tudo que acontecia, poderia muito bem parecer o preâmbulo de uma grande festa de rua, tal como as do carnaval. Com efeito, assistia-se a uma profusão de cores, bandeiras, conversas animadas, rufar de tambores, e ali também se encontravam alguns vendedores ambulantes de bebidas.

Na praça, notei a presença chamativa de militantes de partidos de esquerda, daqueles de menor expressão eleitoral, que se voltam mais para o proselitismo e à ação política direta e supostamente revolucionária do que para a disputa do poder institucional: havia bandeiras do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), do Partido Comunista Revolucionário (PCR) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entre outros. Havia, além disso, muitos militantes de movimentos sociais, sindicatos e organizações populares – Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Sindpol/MG, à época, em greve), Brigadas Populares (BP), COPAC, Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), Fora Lacerda, movimento LGBT, movimento negro, bandeiras roxas indicando a presença de militantes feministas. Mas, sobretudo, aquela massa que tomava conta da Afonso Penna e preparava-se para iniciar sua marcha de oito quilômetros até o estádio de futebol conhecido como “Mineirão”, era formada por ativistas que em nada se destacavam de pessoas comuns, que poderiam estar a caminho de casa ou do trabalho, se não fosse por algumas bandeiras nacionais que levavam consigo e nas quais se enrolavam.

¹²⁴ Ver evento na página do Facebook: “l Avancê do COPAC”. Disponível em < <https://www.facebook.com/events/1376578605889629/> >. Acesso em 17/04/2015.

Ao fim da manhã, sob forte calor, os manifestantes deixaram a Praça Sete e iniciou-se a marcha. Cerca de trinta mil pessoas¹²⁵ caminharam pela Afonso Penna sentido à rodoviária da cidade, onde desviaram rumo ao complexo de viadutos do bairro da Lagoinha, adentrando então a avenida Antônio Carlos, que leva ao Mineirão. O clima continuava festivo e todos pareciam entusiasmados e radiantes com a grande e boa ação que realizavam, admirados com a massa de pessoas da qual eles próprios faziam parte. À frente da marcha, era possível avistar bandeiras vermelhas, vermelho e negras, amarelas e laranjas de partidos, sindicatos, movimentos sociais e organizações sociais, onde o som de tambores fazia-se alto e incentivante.

No desembocar do viaduto na avenida Antônio Carlos um grupo de pessoas se destacava das figuras já bem conhecidas e mais ou menos interessantes que se concentravam na Praça Sete. Tratava-se de dez ou doze pessoas trajadas de preto dos pés à cabeça (à exceção de algumas peças, em tom escuro ou avermelhado), bastante encapotadas e agasalhadas, com mochilas nas costas e toucas ou bandanas cobrindo seus rostos. Algumas delas usavam capacetes de ciclistas ou para praticantes de skate e, em geral, sua indumentária envolvia equipamentos de proteção individual (caneleiras, cotoveleiras, grossas luvas, máscaras contra partículas e gás, óculos para natação ou motociclismo etc.).

Sob sol escaldante, o grupo vestido em negro corria pelo espaço ocupado pela multidão de cabo a rabo, de braços dados ou em fila indiana, mantida firmemente coesa pelo fato de que uns se agarravam às alças das mochilas dos outros. Entoavam cânticos e palavras de ordem que evocavam resistência, inclusive em relação ao combate à homofobia. Acenavam e mandavam beijos para o helicóptero da PM, que acompanhava a marcha desde o centro da capital. De quando em quando, essas pessoas paravam e se reuniam em círculo, agachadas, onde compartilhavam frutas, pedaços de pão ou biscoitos e, principalmente, água. Aproveitavam também esse momento para uma curta conversa na qual, pelo que pude perceber, aqueles jovens, encharcados em suor, avaliavam as condições da marcha, a movimentação da polícia e decidiam o que fariam entre aquela reunião e a próxima, como se nada pudesse ser mais importante do que aquilo que ali faziam. Sem dúvida, a apresentação que esse grupo fazia de si mesmo,

¹²⁵ Os números divulgados em jornais, apoiados em estimativas da PM, variam entre 30 e 40 mil participantes. Ver, por exemplo, matéria do G1, *Manifestação em BH é marcada por confusão entre jovens e PM*, disponível em < <http://goo.gl/BdqHG3> > e do Jornal Opção, *Protestos em várias cidades marcam o 17 de junho de 2013 brasileiro*, disponível em < <http://goo.gl/CFc8Vs> >. Acesso em 10/06/2015.

associada ao comportamento capaz de deixar resfolegante até mesmo quem caminhava calma e suavemente, chamava a atenção dos participantes “comuns” da marcha. Estes observavam aquela dúzia de pessoas em preto com curiosidade, apontavam e teciam comentários jocosos a respeito do que, nos próximos dias, ganharia grande parte dos noticiários como “black bloc”.

Ainda a cinco quilômetros do Mineirão, a marcha foi interrompida por uma barreira formada pela tropa de choque da Polícia Militar (PM). Colocados num estratégico ponto mais alto em relação aos manifestantes, os policiais evitavam o avanço do protesto e alguns minutos de negociações foram necessários para que a avenida fosse liberada. O black bloc encontrava-se entre os policiais e a massa, indignada mas espirituosa, que com certa ansiedade esperava o desfecho das conversas com os militares. Aquele posicionamento – entre a PM e o grande e diversificado grupo de manifestantes – ficaria conhecido, comumente, como “linha de frente”. Eventualmente, a tropa se retirou e a marcha prosseguiu, inequivocamente, rumo à trincheira da avenida Antônio Carlos com a avenida Abraão Caram. Ambas as avenidas fazem fronteira com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo que a última, de fato, passa às portas do Mineirão. Mas, a aproximadamente três quilômetros daquele primeiro bloqueio, um outro fora formado.

Dessa vez, o bloqueio policial era mais robusto e não parecia tão disposto a negociar. A intenção da PM era a de persuadir algumas lideranças a dar meia volta e retornar bovinamente ao centro da cidade. Nesse sentido, a coronel Cláudia Romualdo, então responsável pelas ações da PM junto aos manifestantes, dirigiu-se à multidão e, misturando-se a ela, buscava conversar com algumas pessoas. Explicava que havia um determinado perímetro, estipulado pela FIFA, em torno do estádio, inacessível a pessoas que não fossem portadoras de ingressos para assistir aos jogos, e que por isso não poderia deixar a marcha seguir naquele caminho. Explicava, ainda, que a barreira formada por policiais militares tinha por objetivo garantir o respeito ao perímetro FIFA, e aconselhava os manifestantes a manterem distância da fileira militar.

Nesse ínterim, muitos manifestantes aglomeravam-se diante da fileira da PM, tentavam conversar, proferiam insultos e ofensas e pressionavam os militares para que a via fosse liberada. Uma grande parcela de participantes, todavia, preferiu se afastar daquela zona em que o confronto parecia poder irromper a qualquer momento. E, de fato, não demoraria para que a polícia lançasse suas primeiras bombas de gás e atirasse as primeiras balas de borracha, para a surpresa da coronel Cláudia, que ainda se

encontrava em meio à multidão¹²⁶. Iniciado o confronto, assustada e sentindo-se ameaçada, a coronel rapidamente voltou para trás da fileira policial, ao telefone, questionando um subalterno sobre a origem da ordem para o ataque que, obviamente, não partira dela. A posição da PM manteve-se inalterada (não sem brutalidade) até o término da partida entre as seleções de Taiti e Nigéria.

O perímetro mencionado pela coronel Cláudia foi mantido da seguinte forma. Diante da aproximação de manifestantes, a polícia detonou algumas bombas de gás lacrimogênio e disparou balas de borracha, o que fez a grande maioria das pessoas recuar, com espanto. Passado o susto, muitos voltaram-se contra a barreira da polícia, que por sua vez respondeu com mais bombas de gás, das quais emergia uma grande e repulsiva cortina de fumaça, afastando muitas pessoas que protestavam despreparadas para aquilo tudo. Em meio à fuga de milhares de pessoas da área tomada pelo gás, o black bloc atuava provendo manifestantes com vinagre (utilizado na mitigação dos efeitos tóxicos da fumaça emanada pelas bombas) e água; instruía-os a não esfregar os olhos e a deixarem as lágrimas correrem para que o incômodo causado pelas armas da PM fosse menor. Alguns outros insistiram em enfrentar os policiais, lançando-os de volta suas próprias bombas e revidando com pedras. Outros manifestantes recolhiam o que lhes era possível na pista, ainda em construção, dedicada ao *Bus Rapid Transport* (BRT), construía pequenas pilhas de tapume, plástico e papel e nelas ateavam fogo. Ouvia-se o estourar de foguetes e, apesar da situação adversa, o clima entre os manifestantes era de muita energia e teimavam em não recuar, embora não pudessem evitar de fazê-lo. Isto aconteceu, principalmente, no momento em que a PM passou a fazer uso de um de seus helicópteros para direcionar a cortina de gás lacrimogênio para as pessoas que constituía a marcha, a fim de afastá-las definitivamente da linha policial – formada por relativamente poucos indivíduos. Esse primeiro confronto só cessou ao final da partida que tomara lugar no Mineirão, quando os torcedores já tomavam o rumo de suas casas, por volta das seis horas da tarde. Findo o jogo de futebol, os militares desfizeram o bloqueio e permitiram a passagem da marcha. [...]

¹²⁶ Há, no Youtube, toda sorte de vídeos oferecendo registros de imagens das manifestações em Belo Horizonte. A ocasião referente à conversa da coronel Cláudia Romualdo foi gravada e pode ser vista em < <https://www.youtube.com/watch?v=wCy4Mb0-zOc> >. Acesso em 10/06/2015.

Apêndice 2 [Roteiro de entrevistas]

1. Contar história.

- De onde você vem? Estuda? Trabalha? Gosta de política?

2. Pontos de virada.

- Como começou a aproximação com ação direta? (Via militância anterior em grupos antifascistas, via amigos, movimentos sociais).

- O que você acha da militância e do ativismo em Belo Horizonte?

- Como você se vê politicamente? (Considera-se anarquista? Conhece o anarquismo? Militava no anarquismo? Tinha briga entre anarquistas de linhas diferentes?)

3. Ação direta e auto-organização.

- O que você acha das ações do black bloc?

- Como você vê a polêmica sobre a violência do black bloc?

- Como você vê a polêmica sobre o black bloc ser um grupo, uma organização?

- Você acredita que existe organização na ação dos blocos? (Existem reuniões prévias, para planejamento? Se sim, há muita discussão e conflito entre as participantes?)

- Qual foi sua percepção sobre a reação de outros grupos durante as manifestações? (As pessoas têm medo? Brigam com vocês? Ajudam quando precisa? Há apoio-mútuo?)

- Existe alguma comunicação com outros grupos participantes das manifestações? (Se sim: você acha essas interações tranquilas, conflituosas, vocês brigam muito, ou são indiferentes uns em relação aos outros?)

- CASO SEJA ORGANIZADO: O que você achou dos manifestantes não organizados (independentes) durante as ações?

- Você acha que o black bloc pode ser algo além de uma tática? (pode representar uma faísca para revolução, para um crescendo de massa, para mudanças radicais?)

4. Relações e subjetividade.

- Como você vê relação com os demais black blocs?
- As relações com as outras pessoas que participam dos blocos é de amizade? (Existem problemas entre essas pessoas, quando estão nas ruas, juntas?).
- O que você acha das outras pessoas que estão ali, fazendo política? (Elas têm alguma razão de ser? “Servem”, “prestam” para alguma coisa? Interessa fazer alianças com elas?).
- Coletivismo *versus* individualismo: Na sua opinião, o black bloc está mais para o coletivismo ou para o individualismo? (Como conciliar autonomia, liberdade, com regras e espaços coletivos? Você acha que essa é uma discussão pertinente, no contexto das manifestações aqui de BH?).

5. Rede.

- Faz uso da internet e de redes sociais? (A internet e as redes sociais servem para divulgar projetos, fazer “contrainformação”, proselitismo? No que diz respeito ao black bloc, você acha que existe proselitismo?)
- Segurança: você acha que é perigoso usar redes sociais para a militância? (Até que ponto toma cuidado com o que faz na internet? Como você se resguarda?)
- A internet é útil para a comunicação ou para a organização? (Comunicar-se é organizar-se?).
- O que acha da tecnologia em geral? (Tem sua serventia, ou estaríamos melhor sem ela? Há tendências “anarco-primitivistas” na ação?).

Apêndice 3 [Entrevista 1]

ENTREVISTA 1.

O texto que se segue refere-se à reconstituição de uma entrevista com José Buenaventura Durruti, datada de 18 de setembro de 2014 e não gravada. Durruti participou das manifestações de junho de 2013 em Belo Horizonte, inicialmente como “ativista independente” e, posteriormente, como black bloc. Foram omitidas informações que pudessem indicar a identidade de agentes individuais, sendo seus nomes substituídos por outros. Tentou-se manter, na escrita, o tom da conversa, bastante informal, embora sem muito rigor na transcrição literal da forma oral para a forma escrita da linguagem. Desnecessário dizer que um trabalho desta natureza implica em imprecisões, e esteve sujeito à revisão do próprio entrevistado.

- Bom, você poderia começar contando um pouco de sua história: de onde vem, pelo que passou até aqui, para onde vai...

Então... até a adolescência nunca tinha me interessado por nada de militância. León é uma cidade mais ou menos pequena, minha família é aquela típica de classe média conservadora, que vota no PSDB. Só fui começar a pensar umas coisas diferentes quando cheguei no ensino médio e fui conhecer um cara muito louco, anarcopunk, vegano. Era uma escola técnica. O cara ficava falando altas coisas comigo, e acabei virando vegano também, de um dia pro outro. Curti pra caralho o rolê anarquista.

- Ainda é vegano?

Sou.

- Seu ativismo começa já com o anarquismo?

Já começa anarquista! Só que bem limitado ao anarquismo “estilo de vida”. Saía da escola e ia para casa, ficar lendo uns textos na internet. Li muita coisa na internet essa época, o bastante para conhecer as linhas que rolam no Brasil e no exterior, mas hoje nem leio mais. Tenho uma preguiça da porra. Tudo que aprendi de lá pra cá foi pela prática, de conversar com os outros...

- Não se envolvia com ação direta?

Não, ficava só lendo mesmo. Tinha esse negócio de mudar hábitos, mudar estilo... bem essa parada do anarquismo-estilo-de-vida mesmo. Depois até tentei fazer alguma coisa; ficava na nóia [sic] de tentar articular um coletivo lá em León, colando

com o movimento punk, mas a galera é foda. Nunca fazia nada [risada]. Os cara são muito doido para conseguir formar o bonde, cada um pirando de um jeito. Aí depois mudei para BH, e aqui coleí também com os anarcopunk, mas nunca entrei para coletivo nenhum.

- Imagino! E como que foi essa sua militância, ou ativismo, ou seja o que for, quando veio para BH, até as jornadas de junho?

Então... é isso: eu colava com os punk, continuava nesse rolé de mudança de postura... fraguei [sic] a galera da ALF [Animal Liberation Front], e comecei a me interessar bastante pelas questões ligadas à agricultura, a princípios de autossuficiência, me envolvendo ainda mais com o veganismo. Uma pegada meio anarcoprimitivista se pá [sic]. Mas nunca fiz parte de coletivo nenhum, apesar de estar sempre em contato com a galera. Hoje minha militância é a da permacultura e da autossuficiência.

- Existia black bloc no Brasil, antes de junho?

Aqui em BH? Não. Não tinha grupo.

- Mas já existia no Brasil...

No Brasil já, desde 2000, 2002, 2005... rolava sempre nas manifestações do Passe Livre no Rio Grande do Sul, depois rolou também na Bahia.

- Mas formavam um bloco à parte das manifestações? Marchavam juntos, agiam como vimos em junho aqui em Belo Horizonte?

Como assim?

- Ah, com “violência política”, quebrando algumas coisas...

É, com isso tudo: botando fogo em ônibus, quebrando vidro, pichando tudo.

- E a mídia?

Falava nada demais. Agora que a mídia ficou nesse rolé de vandalismo, de baderna. Mas antes nem falava do bloco, era como se fosse uma coisa mais ou menos normal da manifestação, mais ou menos esperada e que não tinha importância nenhuma especial. Só que em junho deu muita gente nos blocos né.

- E você conhece as linhas de anarquismo? Algumas participam mais desse tipo de ação do que outras?

Conheço as linhas. Em geral, todo mundo cola no rolé e acha doido. Eu tento casar, hoje, o anarquismo estilo de vida com o anarquismo social. Muita gente faz isso... quem na verdade atrapalha um pouco, não anima de participar e tal são os anarco-tilelê [risos].

- Como assim os anarco-tilelê?

Ah, os caras que não querem quebrar o pau. Paz e amor e tal, querem ficar na deles, fazer outro moví [sic]. É tipo o João Zerzan, que tem umas ideias muito doidas, boto fé demais no que ele diz sobre permacultura, mas é tilelê; galera não anima muito ação direta.

- Uai, queria falar também disso aí, a questão da ação direta... mas antes disso, queria saber o que é para você o black bloc...

Sei lá, é uma galera anarquista que se reúne para enfrentar a polícia e marcar um simbolismo de destruição do capital. Basicamente, uma galera que vai às manifestações disposta ao enfrentamento com a PM; tipo uma tropa de choque mesmo.

- Tropa de choque?

É, tipo, para autodefesa. No segundo dia isso ficou bem mais claro. A galera foi lá quase que só com esse intuito, de se proteger, ajudar quem estivesse precisando... o rolê é sempre o da autodefesa.

- E quem cola no black bloc?

Vei, a ALF cola muito. E também os punks. Tem punk pra caralho que curte estar ali. E rola alguns independentes. Depois, rolou muita galera da periferia; por exemplo, muita gente de Órbigo, de coletivo de lá.

- E é de boa qualquer um chegar e colar com o pessoal no bloco?

É de boa. Isso rolou demais. No segundo ato, o bloco devia ter umas dez pessoas. No terceiro já tinha uns cinquenta; muito independente cola, é tranquilo. Mas, mesmo assim, a galera meio que se conhece, mesmo tendo muito cara aleatório.

- Qual foi o tamanho dos blocos aqui em BH?

Vei, em São Paulo, no Rio, deu gente pra caralho. Aqui não. Teve dia que tinha trinta caras no bloco; o maior deve ter tido mais ou menos uns cinquenta. Mais a galera da periferia né? Acho que, se somar todo mundo, deve dar uns seiscentos na maior manifestação, no quarto ato.

- Não tem conflito interno não?

Bom, se chegar um cara lá que ninguém conhece, aí a gente bloca. O cara não entra. E também se estiver muito doidão.

- Como assim?

Ah, se o cara estiver criando confusão, querendo partir pra cima da PM do nada, às vezes mexendo com os outros...

- Quando isso acontece, como que faz?

Aí a gente dá ideia que não quer ele lá. A gente fala: “sai fora, a gente não quer você aqui”.

- E isso funciona?

Se não funcionar, rola porrada.

- Eh... você estava falando que o bloco vai às manifestações já com a disposição para o enfrentamento, mas acabou de dizer que se o cara estiver muito doidão, partindo pra cima da PM, que ele não fica lá...

É, mas o negócio é que o bloco nunca ataca a PM primeiro. O bloco espera, e na hora que a PM começa a reprimir, a gente revida.

- Por que é assim?

Não sei, é o costume. Ninguém ataca a PM, fica só esperando eles começarem a fazer merda pra gente partir pro enfrentamento.

- É assim com o bloco inteiro? Até com a galera da periferia?

Todo bloco é assim. Mas a galera da periferia não colou como bloco. A ação direta deles é igual, também cobrem o rosto, mas vão como independentes. E é doido, porque tipo, no terceiro dia não rolou bloco.

- Não?

Não, só a perifa [sic] atuou. Galera é sangue no olho demais.

- E não rola treta entre o bloco e o pessoal da periferia?

Rola nada, é muito de boa. Apesar de não ter organização, todo mundo sabe o que o outro vai fazer na hora. Quando alguém tá numa situação difícil, a galera se ajuda e tal... não só o bloco em relação a eles, mas eles em relação ao bloco também. Galera dá moral.

- Sobre esse negócio da organização, como isso é feito?

Cara, não tem reunião, não tem articulação. Como te falei, a galera meio que se conhece, e na hora todo mundo vê o que vai pegar.

- E não tem conflito?

Conflito?

- É, sei lá, entre diferentes correntes, no processo de tomada de decisão...

Não, as correntes nem tretam. Até porque aqui no Brasil não é igual na Europa, que tem um monte de corrente bem estabilizada, que têm divergências em relação aos modos de ação, posicionamento político e tal. Aqui você tem um monte de corrente ainda em construção, que trocam ideia, tentam consolidar seus coletivos, se articular de alguma forma, e nem sempre dá certo. Mas aqui tá tudo sendo construído, e todo

mundo, no fim das contas, tem muita coisa em comum. Os mais organizados, eu acho, são os do COMPA. Até porque o COMPA é uma organização.

- Fiquei pensando em como conciliar uma visão mais voltada ao coletivismo com outra, mais voltada para o individualismo, num movimento só. Tenho a impressão de que o black bloc se associa mais ao individualismo...

Tipo isso. Mas não dá nada pra ninguém, não rola conflito, só se alguém estiver muito sem noção. Durante as ações é tudo muito de boa, depois é que rolam umas tretas.

- Tipo quais?

Tipo, às vezes a galera quer se organizar cada vez mais, e ninguém se entende direito. Cada um quer uma coisa; uns caras acham que não tem que ter estratégia, que é chegar lá e ver o que pega. Outros querem fazer o rolé ficar bem organizado... nisso, os independentes ficam sem lugar, e sem voz. A galera participa, mas quando começa a organizar demais, eles participam do seu próprio jeito. Acabou que, no quarto dia e depois, ou se pá [sic] até antes, a galera estava se separando em mais de um bloco. Se não estivesse de acordo com o que estava rolando com todo mundo junto, beleza, junta um pessoal e faz o corre de outro jeito, de boa. O negócio é que a galera racha muito, é difícil o pessoal colar, fazer alguma coisa por muito tempo... tem coletivo sendo formado e sendo desmanchado direto; atualmente isso tá acontecendo.

- Mas você estava falando que não tem articulação, não tem reunião...

Mas não tem. É isso, pro rolé do bloco, de vez em quando o pessoal tromba, aleatoriamente, e aí troca ideia sobre essas coisas. Aí um fala com o outro, e no dia meio que já tá quase que todo mundo sabendo o que vai rolar.

- Tive até a impressão de que o COMPA cresceu bastante desde o ano passado...

Cresceu? Não sei. Até porque ando meio afastado da galera, mas acho que não cresceu não. Para mim, são as mesmas pessoas de sempre que estão lá.

- Mas, quando fui a algumas reuniões, sempre vi muita gente lá...

Isso é porque a pauta cresceu, não que o COMPA cresceu.

- Como assim?

A pauta tá maior, alcançando mais gente; hoje muita gente tá falando, discutindo, estudando anarquismo. Então, quando você vai num evento organizado pelo COMPA – e são eles que organizam quase todos os movís [sic] desse tipo aqui em BH – você vê gente pra caralho. Mas é isso; isso é porque eles estão envolvidos nos eventos, não é que o anarco-federalismo tenha crescido desde o ano passado.

- Pode crer. Mas vei, voltando ao assunto, por que é que você animou de participar das manifestações no bloco?

Ah vei, fui na onda da galera de São Paulo.

- Que isso...

[Risos] Vei, é porque junho foi um negócio muito louco, do nada tinha um monte de coisa pegando, pau quebrando em tudo quanto é lugar. No primeiro dia eu fui naquela manifestação...

- Aquela primeira mesmo, que o pessoal acabou meio que vendo o jogo na Praça da Estação...

Isso, fui nesse primeiro dia, e ali já colou uma galera boa, só que fui de boa. No segundo dia também, mas como tinha mais gente, e eu grado [sic] de fragar [sic] material de protesto na internet, eu estava ligado que era bom levar algum material de proteção individual. Aí eu fiz isso: levei máscara, óculos, roupa mais grossa, coisas desse tipo, mas nem fui de bloco.

- Mas já tinha bloco.

Já, tinhas uns cara lá. Mas poucos, foi bem de quebrada, fraga?

- Sei... a partir daí, você já foi participar no bloco...

É, a partir de então eu coleí no bloco.

- E bem, voltando àquilo que estávamos dizendo, o que exatamente você entende por ação direta, no contexto das ações do bloco?

Pra mim ação direta é confronto com a polícia, resistir à repressão, picho, quebrar símbolos, ônibus, banco etc.

- Entendi. É que eu estava pensando nas ideias de ação direta e desobediência civil... quer dizer, quando falamos de desobediência civil, me vem Gandhi na cabeça, sofrendo nas mãos do Estado. Ação direta parece mais ser política sem mediação...

Então, é tipo isso. Galera quebra as coisas, todo mundo sabe que vai rolar; não sabe exatamente o que, mas na hora a galera vê o que rola e o que não. Tem simbolismo pra caralho nas ações, fraga? Tem simbolismo tanto pela parte do bloco quanto pela parte da galera da periferia. É bem parecido. Os caras não estão ali sem saber o que estão fazendo não; na verdade, são eles que passam perrengue todo dia, repressão da PM, com bala letal e tudo mais. Então eles sabem como é que é.

- Mas não tem planejamento nenhum?

Tem não... por exemplo, a gente vê o pessoal que desce em bloco pra manifestação, mas depois de um tempo, depois do conflito com a PM, a galera dispersa,

e cada um vai dar seu rolé, com outras galeras. Nem dá para ver o pessoal junto depois, às vezes saem fora, vão para casa.

- Por que isso?

É só quando fica tenso, aí o pessoal simplesmente dispersa. Encontram outras pessoas, outros amigos e tal e ficam por lá, fazendo outras coisas, na manifestação mesmo.

- E quando o bloco está em ação, como funciona a relação com os outros manifestantes?

Os partidos enchem o saco, ficam reclamando o tempo todo, mas nunca rolou nenhuma treta. Eles tomam porrada de todo mundo, na verdade a gente ficou até meio que protegendo eles. Mas os partidos enchem o saco, vei. Tipo, lá na linha de frente, chegando na trincheira, a galera já começa. Teve o dia que o pessoal deu as mãos, para evitar que a galera fosse lá tretar com a polícia...

- Pois é, eu lembro. Parece até um pouco contraditório, esse trem de proteger os partidos...

[Risos] Tipo, no terceiro ato, quando a manifestação foi pra prefeitura, e depois foi pra câmara. Os partidos tomaram muita porrada na frente da prefeitura. E a gente, os anarco, que chegaram para separar, acalmar a galera, trocar ideia e deixar todo mundo de boa.

- Mas quem estava batendo nos partidos?

Vei, todo mundo. Mas foi uma treta que começou com os nazi e os integralistas. Eles puxaram o grito de “sem bandeira, sem partido”, e todo mundo começou a noiar [sic]. Aí eles puxaram a porrada na galera do PSTU; vei, os caras apanharam demais, porque todo mundo começou a partir pra cima deles.

- Todo mundo, nazi e não nazi?

É, os nazi puxaram o rolé, o pessoal foi atrás, para arrancar as bandeiras, e teve uma porrada.

- Sei. E aí?

Aí os anarco chegaram e peitaram os nazi, trocamos umas porrada, e aí eles saíram fora. Eram poucos, devia ser uns seis, nazi e integralista. E os coxinhas ficaram de boa. Depois que acabou a confusão, o PSTU foi embora [risos].

- Boto fé. E rola muito conflito com os outros manifestantes?

Tirando essa vez, rolou porrada com os nazi também no Mineirão. Na linha de frente.

- Como foi isso?

Estava todo mundo lá, batendo de frente com a polícia, tomando bala, tomando bomba, quando os nazi chegaram dando porrada no bloco por trás. Eram uns dez, eu acho. E aí a gente largou a polícia e partiu pra cima deles. Rolou porrada pra caralho, e depois eles saíram fora.

- Que isso vei, mas foi de boa, pessoal não machucou não? Ficaram lá?

De boa, ninguém teve nada sério não. Depois que eles foram embora a gente ainda ficou lá mais um tempo, no enfrentamento.

- Ou, mas me conta: por que, como a galera decidiu ajudar os partidos na prefeitura?

Ah, é muito do que rola na hora. A gente achou que tinha que ajudar. Até porque quem puxou a porrada eram os integralistas; isso pesou na decisão de ajudar a galera. Se pá até rolava de ter deixado o pau quebrar, se fosse só uma galera de boa brigando [risos].

- Pois é, por falar em galera de boa, como é que você via a relação com os coxinhas?

Com o bloco?

- É.

Ah, parece que eles não entendem, ficam só parados, não fazem nada. Tipo, geralmente eles começam a gritar “sem violência”, “sem vandalismo”, mas nada demais. Nem trocam ideia, nem a gente trocava ideia com eles. Eles acham que é violência gratuita, que é provocação à PM...

- E ficam assustados?

E ficam olhando assustados [risos]. Ficam com medo, mas ninguém faz nada.

- Não rolou situações em que o pessoal quis bater em gente que estava pichando...

Acho que teve, mas isso não aconteceu com a gente.

- Boto fé. Mudando um pouco o assunto, talvez... o que você diria que é o maior inimigo, ou maior problema...

Você fala das manifestações do ano passado?

- É, também. Do ano passado, mas também de forma geral.

Para mim, o maior inimigo hoje é a Monsanto. Coloca em risco o mundo todo. Ficou sabendo que ela comprou, recentemente, a Academi?

- Academi?

É, a antiga Blackwater.

- Nó, nem estava sabendo.

[Risos] Comprou.

- Mas você se envolve em algum tipo de ação direta, no sentido de combater a Monsanto?

O que eu faço é mais voltado para o incentivo a outras pessoas, para conscientizar, falar o que está rolando, falar de permacultura, autossuficiência. E também tentar articular alguma coisa coletivamente, se pá nos moldes da ELF [Earth Liberation Front] recentemente.

- Entendi. E em junho do ano passado, tinha algum inimigo?

Ah, vei, junho foi uma coisa muito louca. Fui no rolé do passe livre, fui junto com tudo que estava rolando... mas poderia dizer também que fui contra a repressão policial, para tentar dar uma moral pro pessoal das ocupações, galera que teve que sair do Mineirão. Tinha muita coisa rolando né, mas nem tudo tinha a ver com aquelas pautas nada a ver, tipo contra a PEC 37; havia muita gente de movimentos que estava ali lutando por outras coisas.

- Sei... cara, sobre o bloco... você acha que o bloco tem a ver com uma ideia revolucionária, de resistência, que suscita mudanças...

Não, o bloco nunca é revolucionário. Ninguém pensa que está ali fazendo revolução. É isso que eu estava dizendo, o bloco é sempre voltado para a autodefesa, sempre para a resistência. Mas ele faz, sim, essa marcação simbólica da revolução: o ataque a símbolos da repressão, do capital... essas coisas são noticiadas, e pauta um novo debate pra galera mais geral que não fraga nada do assunto. A mídia noticia a quebradeira, e isso aí serve mais ou menos como propaganda...

- A avaliação então é positiva?

Apesar da mídia, é positiva sim. Foi a partir disso que muitos coletivos começaram a surgir, e também muita gente interessando. A pauta cresceu.

- Como é essa relação com a mídia?

A mídia é muito escrota né. Fica distorcendo as pautas. Mas isso é de boa também, já era de esperar que ela fizesse isso. Porque, seja da forma que for, ela está noticiando a coisa, e a galera é obrigada a discutir aquilo que está rolando, ir atrás, saber sobre o negócio. Hoje todo mundo sabe alguma coisa e tem que falar de black bloc, de anarquismo. Gera discussão, inclusive na galera da periferia. Muito coletivo de periferia

surgiu depois de junho, pessoal parece que está lendo, está interessado. Isso é doido demais.

- Que massa hein... e vei, no bloco você notou mais cara ou mais mina?

Tinha bastante mina. Mas mesmo assim, a maioria é de cara.

- E a relação é de boa?

É, normal. Durante a manifestação não fica surgindo problema; os problemas vêm é depois. Mas lá todo mundo anima e fica de boa. Esse problema que eu estou te falando: nem tem muito a ver com gênero não, mas rola muito rompimento por causa das discussões entre independentes e organizados. Tem que organizar mais? Não tem que organizar nada? Vamos discutir com mais detalhes tática, ou método? Discussão o caralho, vamos ficar de boa? Ninguém chega em consenso, e vai formando uns blocos à parte. Galera racha muito vei, racha muito... [risos].

- É complicado pros independentes?

Não é que é complicado, mas a galera não pesa, fraga? Tipo, não tem espaço. O cara pode até ir lá, colar com os organizados, mas não consegue pautar nada, aquele espaço não é dele. Ou ele cola com a galera do jeito que está, ou fica na sua e não faz nada ou faz pouca coisa.

- Ele não tem voz...

É. É até de boa o cara chegar lá, mas é difícil o pessoal mudar uma linha de ação que já vem sendo discutida, organizada há mais tempo, porque um cara de fora chegou e acha que o negócio pode ser de outra forma, ou que isso ou aquilo não tá muito certo e tal. Até participa, mas não tem peso.

- Mas rola articulação entre essa galera toda?

Rola alguma, às vezes não. Tem os punk com o rolé deles, às vezes colando com o resto da galera. Tem alguns grupos organizados... mas é complicado. Tipo, o COMPA já está meio que tretado com o pessoal estilo-de-vida de novo. Acho que a galera mais briga do que tem a manha de articular algumas coisas, juntos.

- E o que você acha da galera se articular?

Acho top, acho útil. É uma coisa que traz mais gente pra discussão.

- Tipo o COMPA? Ouvi várias vezes já do pessoal das Brigadas que o COMPA queria ser eles, mas como não podia, só virou a bandeira para a diagonal.

[Risos] É vei, tipo o COMPA mesmo, acho doido. Tipo, a galera tem um monte de problema, tipo, às vezes é muito bakuniano e tal, tem rolé do federalismo que nem sempre todo mundo grada, mas o COMPA é quem mais dialoga e articula com a galera.

Cola com o pessoal nas ocupações, cola com as Brigadas, articula outros coletivos, organiza eventos...

- Entendi, mas esse rolé tem a ver também com proselitismo, você acha?

Tem a ver, é bem útil para ampliar a pauta.

- Perdi a noção do tempo; quanto tempo já passou mesmo?

Tem uma hora que a gente tá aqui [risos].

- Nó, foi mal, tem que ver esse roteiro... mas também não tem muita coisa a mais. Você quer acabar...

Não, tá tranquilo. Bora lá.

- Então tá. Queria saber um pouco sobre a questão do consumo. O que você acha? Você estava falando da autossuficiência, da permacultura.

Sobre o consumo, é isso mesmo. Boto fé nesses princípios, os da permacultura, o de autossuficiência; gosto de estudar sobre agricultura, tento fabricar alguns objetos, algumas ferramentas para mim mesmo.

- Mas por enquanto não é um rolé que está 100%?

É, ainda não está. Mas a gente vai fazendo aos poucos. Tolstói está com uma ideia de comprar uma terra em Goiás para a gente começar a articular um moví por lá, bora? [Risos].

- [Risos] Boto fé demais! Mas por que Goiás?

A terra lá tá mais barata. Dependendo do lugar você compra tipo um hectare com alguns mil reais.

- Eu animo. Mas viver com a nóia do Tolstói é que deve ser complicado...

[Risos].

- Enquanto não rola esse movimento, como é que você faz, com esse negócio do consumo?

Eu não tenho problema específico nenhum com consumo não.

- Rola de beber Coca, de boa?

Rola [risos]. Não tem problema, se eu quiser consumir qualquer coisa eu consumo. Ah, de qualquer forma eu consumo pouco né. Até porque não tenho dinheiro [risos]. Mas nem é porque eu quero mesmo, para mim não tem nada a ver. Mas curto reciclar também, plantar, quando dá... mas consumo qualquer coisa, só não consumo nada que tenha origem animal.

- Massa. Está acabando. Eh, usa internet?

Uso.

- Para quê? Como?

Vei, só uso a internet de boa. Trampo, Facebook, ver vídeo e tal.

- Você nem usa para rolé ativista então?

Não confio em internet nem fudendo. Tem muita gente que usa internet alternativa, usa para articulação, rolé mais pesado... mesmo sem ter muito a manha. Acho que tem galera que confia demais, confia demais que a coisa vai funcionar, que está fechado para eles mesmos. Eu sou paranoico. Ou o pessoal acha que eu sou paranoico. Galera fica falando que é de boa usar, e usa, mas eu não confio mesmo não.

- Mas você não usa nem para propaganda, sei lá?

Uso, uso para disseminar informação, falar de permacultura, entrar em contato com um pessoal. Mas sem dar esparro, coisa normal.

- Tipo o que, compartilhar notícia?

Isso. Rolé de desmatamento, mineração, falta d'água, poluição do Aquífero Guarani, de permacultura, de coisas relacionadas à vida autossuficiente... É que tem nego que dá esparro demais em Facebook. É engraçado, porque muita dessa galera que dá esparro tem até medo do que pode rolar por causa da internet, mas faz as coisas do mesmo jeito. Até hoje não deu nada para ninguém daqui, por causa disso... mas prefiro evitar.

- Você faria uma avaliação específica da internet? Do tipo, ela é uma coisa positiva, é uma coisa negativa...

A internet em si não tem nada de mal, em si ela é uma coisa boa, muito doida. O problema é a forma que ela é sustentada hoje.

- Como assim?

Voltada para o capital, atendendo outros interesses...

- E a tecnologia em geral?

Que que tem?

- Você estava falando que é meio anarcoprimitivista, mas até agora não sei se a tecnologia te causa repulsa ou se você acha tranquilo...

Vei, depende da tecnologia. Tipo, carro é inútil. Não serve pra porra nenhuma. Celular também não. Luz artificial também não. Estava te falando, tem esse negócio da gente poder fazer as próprias ferramentas às vezes, mas nem tudo vale a pena.

- Por que?

Ninguém precisa de carro para fazer nada que já faça. Só serve para fuder com o planeta e com a vida das pessoas. Celular frita a gente, acelera as coisas. E a iluminação

muda completamente nossa rotina, faz a gente ser outra coisa. Eu considero algumas tecnologias como uma forma de biohacking. Se ela é positiva ou negativa, vai depender bastante da relação que ela mantém com o corpo, com os efeitos nas outras coisas também. Mas não gosto da ideia de hackear o corpo para coisa inútil, para fomentar uma vida que não tem a ver com a que a gente quer.

Apêndice 4 [Notas de campo: 12J: Copa sem Povo, tô na Rua de Novo]

Primeiro ato – 12J:Copa sem Povo, tô na Rua de Novo

A concentração é feita na praça 7, centro de Belo Horizonte, e o horário para chegada estava marcado para 11:00. Com forte esquema de segurança montado pela polícia, muitos foram detidos antes mesmo de chegarem ao local de concentração. Todo tipo de pessoas – mas principalmente homens negros, de classes sociais menos privilegiadas – eram os alvos favoritos dos policiais, que os submetiam a revistas cuidadosas (e, talvez, até mesmo abusivas). Pessoas eram previamente registradas pelos policiais, de modo que se fossem posteriormente abordadas pelos mesmos, estariam em uma situação, diziam, juridicamente um pouco mais complicada.

Por volta das 14:00, encontravam-se reunidos vários militantes de partidos e ativistas de movimentos sociais: PSTU, PSOL, PCR, MEPR, Tarifa Zero, COPAC, Brigadas Populares, CSP Conlutas (sindicato), anarquistas, ANEL, MLB, feministas e outros. Em seu ápice, por volta das 15:30, a manifestação contava com um número de pessoas que girava em torno de 2.500 ou 3.000 pessoas, na minha percepção.

Em marcha, os manifestantes seguiram a avenida Afonso Penna até a prefeitura; passaram por ela, e subiram a avenida João Pinheiro, rumo à Praça da Liberdade, onde estava instalado, já havia alguns anos, uma espécie de “totem estatal”, um grande “relógio da copa”, um contador regressivo dos dias faltantes para a Copa do Mundo no Brasil, em forma de ampulheta. Feito de metal, o objeto já era alvo desejado por muitos ativistas que gostariam de utilizar de seu simbolismo para protestar contra a realização do megaevento no país. No dia 12 de junho, não foi diferente. Ao chegar à Praça da Liberdade, o grupo de manifestantes se deparou com dois grandes blocos de policiais, fortemente armados, que se postavam de um dos lados da praça (deixando duas saídas possíveis para os manifestantes: uma pela rua Gonçalves Dias e, outra, pela própria João Pinheiro) e também em torno do contador regressivo da FIFA.

Ali, o conflito entre os manifestantes e os policiais parecia iminente. O contador estava localizado numa rua de calçamento que corta a praça exatamente em sua metade, que leva ao palácio do governo do estado de Minas Gerais. Bloqueando a entrada de automóveis naquela rua, há uma corrente suspensa por postes de aproximadamente meio metro de altura. O óbice entre manifestantes e policiais foi removido por ativistas com

rostos tampados, que formavam um black bloc de mais ou menos dez ou quinze pessoas. Estes, juntos com alguns anarcopunks, queimaram uma bandeira do Brasil em frente à tropa de choque, causando grande alvoroço na mídia, e, em seguida, lentamente se aproximou dos policiais que guardavam o contador. Estes, por sua vez, também vagarosa e cautelosamente andavam em direção aos manifestantes. Quando estavam a mais ou menos dois metros de distância um dos outros, uma bomba de efeito moral foi lançada pela polícia, o que causou a correria geral dos ativistas. Assim que se ouviu o estouro do armamento (supostamente) não-letal, algumas pedras já foram lançadas pelos manifestantes, atingindo os escudos dos militares e o “relógio da copa”.

O bloco policial que fechava a rua Gonçalves Dias em um dos seus lados nesse momento avançou, forçando a divisão dos manifestantes em dois pequenos blocos: um deles desceu, de volta, a avenida João Pinheiro; o outro bloco seguiu pela rua Gonçalves Dias, rumo à uma grande via de acesso ao centro da cidade, a avenida Bias Fortes. Ao pequeno bloco que acompanhei, um número de pessoas se juntou, de forma que me pareceu aleatória, e jogavam pedras em vários estabelecimentos de luxo da região.

As cenas que se seguiram, por onde fui (Gonçalves Dias) foram marcantes pela presença de um black bloc relativamente bem organizado. A um só tempo, lançavam muitas pedras na direção da polícia, pichavam muros com o A em círculo da anarquia junto com as palavras black bloc e outras palavras de ordem contra o Estado. Retiraram uma grande placa de material plástico, que servia de cobertura num ponto de ônibus, para utilizar de escudo e se proteger das balas de borracha atiradas pela PM. Muitas pessoas com rostos cobertos desceram correndo a rua Gonçalves Dias. Decidi por acompanhar de mais perto aqueles que usavam a cobertura do ponto de ônibus como escudo.

Muitas vidraças foram quebradas: bancos e museus bancados por grandes mineradoras foram depredados, mas também uma banca de revistas e a fachada do cinema Belas Artes. Várias viaturas policiais que se aproximaram dos blocos também foram danificadas, recebendo chuvas de pedras tão logo se aproximaram dos manifestantes. Impressionou-me a tranquilidade com que algumas pessoas, aparentemente black blocs, afastavam-se do grupo de pessoas que se locomovia pelas ruas, encaminhando o protesto, para simplesmente atacar policiais e suas viaturas. Voltavam para perto dos outros manifestantes somente quando, realmente, encontravam-se praticamente sozinhos em meio a policiais.

Lixeiras foram viradas, bem como caçambas. Estas proveram os manifestantes de toda uma gama de materiais que foram utilizados tanto para retardar o avanço da tropa de choque quanto para o contra-ataque às suas ações. Placas de madeira de sítios de construção próximas ao local do confronto foram arrancadas e usadas como escudo; telhas de metal, utilizadas por estabelecimentos comerciais como proteção contra “ações de vândalos” também foram removidas de onde foram instaladas e usadas primeiramente para proteção do black bloc contra a polícia e, em seguida, deixadas em meio à avenida Bias Fortes para impedir o avanço de automóveis policiais.

Basicamente, por essa via se locomoveram black bloc, autonomistas e blocos de anarquistas, que carregavam suas bandeiras e entoavam cânticos, pouquíssimos preocupados com o aparente pique-pega jogado com a PM. Toda a agitação não perdurou mais que 40 minutos, quando os manifestantes se dispersaram.

Alguns desses participantes do black blocs que pude acompanhar de perto eram homens brancos, com vestes de fato completamente negras. A maioria deles, porém, eram evidentemente jovens (por vezes, adolescentes) negros, aparentemente pobres, que ao chegar ao momento em que todos perceberam que emergiria o enfrentamento com a polícia, cobriram os rostos com camisas. Não obstante, a preferência pela cor preta era evidente. No geral, pode-se dizer que o clima era um misto de medo, fúria, adrenalina e festa, bem como de gozo ao poder se manifestar fazendo uso de táticas caracterizadas pela força física. Não sei como se organizaram – a mim, pareceu que tudo o que queriam era promover o máximo de destruição possível a lojas caras e manterem-se próximos o bastante do bloco de manifestantes para que não fossem pegos pela polícia.

Pelo outro lado, isto é, pela saída da João Pinheiro, os manifestantes também depredaram uma série de bancos e vidraças aleatórias, inclusive uma janela de um apartamento local – vale lembrar, toda a área é marcada por ser privilegiada em termos de estatuto e caráter sócio-econômico.

Fato destacado tanto por manifestantes quanto pela grande mídia foi a pichação do prédio do Detran, órgão regulamentador do tráfego da cidade. Outro prédio danificado foi o da Polícia Civil, onde também havia uma viatura policial estacionada e exposta à manifestação. O carro foi destruído e virado de cabeça para baixo por ativistas, acontecimento que suscitou a desconfiança após a euforia: o fato de haver um automóvel policial, “estrategicamente” ali abandonado, pareceu a muitas pessoas que

aquilo se tratava de uma “isca” do Estado, uma preparação de condições propícias para ações “violentas” por parte dos manifestantes que serviriam de pretexto para a repressão policial de outros atos que fossem organizados ao longo do período da copa do mundo. No que diz respeito ao que aconteceu no prédio da Polícia Civil, as pessoas que foram registradas em imagens destruindo a viatura eram, em sua maioria, de cor branca e, aparentemente, de classe média.

O saldo final das manifestações foi de várias detenções “preventivas”, e de duas prisões, ambas de pessoas envolvidas em vandalismo – mais especificamente, na deprecação do carro da polícia que foi virado. As ruas foram tomadas por enormes contingentes policiais, com direito à cavalaria e cães. O corpo de bombeiros também estava a postos. Todos os manifestantes se dispersaram em pequenos grupos.

A caminho de volta para a Praça da Liberdade, para rever o local onde havia se iniciado o conflito e ver com meus próprios olhos a avenida João Pinheiro após o término do ato, tive a oportunidade de trocar algumas palavras com um colega que afirmou ter reconhecido alguns dos black blocs, sugerindo que eles faziam parte de coletivos anarquistas oriundos das regiões do Barreiro e Venda Nova, na periferia de Belo Horizonte.

REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DO ATO POR UM COLETIVO ANARQUISTA

Após o encerramento da primeira manifestação “anticopa” de 2014 em Belo Horizonte, integrantes de um coletivo anarquista se reuniram num prédio da região central da cidade para fazer suas avaliações do ocorrido e para tirar apontamentos do que poderia ser feito naquelas que ainda estavam por vir.

Em conversa com um membro do coletivo, que foi o mediador para minha participação na reunião, Fulano revelou não saber ao certo se era, de fato, um black bloc que havia levado a cabo as ações de deprecação material daquele dia. Afirmou não conhecer as pessoas envolvidas, mas admitiu que elas pareciam, não obstante, muito bem organizadas entre si. Entramos, em seguida, numa sala em que não havia móveis ou ornamentos, onde as pessoas se encontravam sentadas no chão, em formato de círculo. Logo que adentrei o recinto, interpelaram meu “mediador”: “esse daí é seu?”. Confirmado que sim, tomei meu lugar após remover a bateria de meu telefone celular.

Pouco foi falado que tivesse como pano de fundo uma discurso de caráter revolucionário. Chamou-se atenção para a importância de não se criminalizar “companheiros que preferissem se utilizar de táticas ditas violentas durante as manifestações”, ressaltando também o fato de que era muito importante, na verdade, apoiá-los. Ressaltou-se o fato de que um colega havia sido detido durante a manifestação por ter sido abordado por um policial e ter um livro anarquista na mochila. Num debate em que o tema da “cultura de segurança” foi central, sempre era frisado que, ao longo desses dias de copa especialmente, era preciso tomar todos os cuidados para não incriminar “a si mesmos e aos seus companheiros”, fosse com palavras ou com atos.

Grande parte da reunião foi dedicada ao compartilhamento de experiências pessoais daquele dia de protesto. Em geral, o clima era de satisfação e euforia com o que havia se passado, bem como de ansiedade com o que estava para vir. Foi consenso que, provavelmente, a repressão policial nos próximos atos iria ser mais acirrada.

Um comentário muito bem recebido por todos foi o de que era preciso uma união maior do bloco anarquista nas próximas manifestações, já que, uma vez iniciada a ação ofensiva policial daquele dia, muitos “companheiros” foram forçados a se haver com as contingências dos conflitos entre ativistas e forças do Estado por si sós, o que representava um risco completamente desnecessário a essas pessoas. O comentário prosseguiu no sentido de sublinhar a obrigação moral de auxiliar, na medida do possível, outros manifestantes e militantes de outros coletivos (inclusive partidos políticos) durante os prováveis momentos de tensão no futuro. Não obstante, tecendo críticas específicas ao stalinismo e ao MEPR, os presentes acautelaram-se, e entraram em consenso no ponto em que aqueles não eram dignos de confiança. “Eles [MEPR] têm conseguido arrebanhar muitos jovens com tendências à política mais radical, que estão dispostos a cometer atos de grande intensidade, colocando em risco tanto a si mesmos quanto aqueles que estão a sua volta”. Foi sugerido também que, para este partido, a lógica do “quanto pior, melhor” era agradável; gostariam de acentuar as “contradições do sistema”, seguindo um programa imposto por uma hierarquia organizacional partidária altamente verticalizada e autoritária, que representava uma ameaça a todos que estivessem ao seu lado nas manifestações.

Embora o MEPR tenha sido o centro das atenções entre as conversas sobre partidos, as relações daquele coletivo com nenhum dos outros parecia ser muito amigável.

Finalmente, o outro encaminhamento retirado de tal assembleia foi de que era preciso “colorir as marchas de vermelho e preto”: os presentes se comprometeram a levar mais bandeiras e formar comissões para produção de panfletos de propaganda anarquista. Foi expresso um desejo de afluência do anarquismo social nos próximos protestos – bandeiras negras são sempre bem-vindas, mas muito melhor seria se fossem vermelhas e negras.

A impressão que me passaram foi que o momento de protestos da copa do mundo, em que a relação entre grupos militantes locais é tensionada e reestruturada, é percebido como terreno fértil para o fortalecimento do ativismo anarquista.

Ninguém pareceu interessado em compor black blocs.